



**NOVA FCSH**

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

# **Expressões do Património Imaterial no quotidiano rural do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX**

A coleção etnográfica do Rancho Folclórico do Livramento

---

*Marta Carmezim Gonçalves*

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade Nova de Lisboa para  
obtenção do Grau de Mestre em Património

**Orientação:** *Professora Raquel Pereira Henriques*

**2019**



## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, um agradecimento à Professora Raquel Pereira Henriques, que orientou o processo de investigação e redação desta dissertação. Obrigada pela paciência, disponibilidade e apoio em todas as fases da investigação que permitiram alcançar os objetivos pretendidos. Da mesma forma, deixo uma palavra de apreço a todos os professores com quem tive o prazer de trabalhar e aprender durante o Mestrado em Património, com especial destaque para o Professor António Camões Gouveia e para a Professora Paula Ochôa.

Um obrigada também a todos aqueles que, no fundo, são o objeto de estudo desta dissertação: os entrevistados, cujas vidas foram o principal foco desta investigação. Maria das Dores Justino, António Pedro da Silva Francisco, Guilhermina Bráz Heleno, João Adelino Ferreira dos Santos, Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal e Maria de Fátima de Azeredo Lopes, o meu mais sincero obrigada.

Destaco também o papel fulcral do Rancho Folclórico do Livramento, que prontamente se mostrou disponível para responder às minhas questões e que tornou o contacto com a coleção etnográfica num profundo processo de aprendizagem. João Carlos Martins, Maria João Gonçalves e a todo o grupo, muito obrigada.

Tenho também que mencionar a Dra. Isabel Manteigas, Conservadora da Reserva Museológica da Fundação Portuguesa das Comunicações, por tanto que me ensinou na área da preservação e tratamento de coleções. Obrigada também às minhas colegas Ana Malveiro e Soraia Domingos, por todos os conselhos, companheirismo e gargalhadas partilhadas diariamente.

Aos meus amigos, Carolina Lamas da Costa, Diogo Costa, Maria Inês Lamas, Rafaela Jorge, Pedro Oliveira, Tiago Castelo, Adriana Silva, João Costa e João Pedro Caldeira, pela motivação, pelos momentos de descontração e pela compreensão da minha ausência durante este período.

Aos meus pais, que sempre lutaram para me dar a melhor educação possível, para que tivesse acesso às mais enriquecedoras experiências e pelo apoio e amor incondicionais. Ao meu irmão, cunhada e sobrinha, pela habitual motivação e pelos abraços reconfortantes.

Finalmente, ao André, por me mostrar que posso ser mais e melhor, no Mestrado e na vida.



## **RESUMO**

As representações culturais de determinadas zonas do território português são de uma enorme riqueza e contam não só a história do espaço geográfico, mas também das pessoas que nele habitavam em determinado momento da história. Atualmente, ao mesmo tempo que acontecem mutações de umas práticas e a extinção de outras, a memória das gerações mais velhas conta uma história (local) que importa preservar, estudar e comunicar às novas gerações.

Não descurando o valor do património material, esta investigação procura dar primazia ao património imaterial, demonstrando o seu papel protagonista no processo de contar (parte da) história do passado de uma região que é necessário trazer para o presente.

Este trabalho de investigação é especialmente pertinente, não só porque visa preservar a memória local dos indivíduos, como também pretende refletir sobre os desafios que o PCI associado a comunidades rurais enfrenta, no momento de responder às exigências de uma sociedade mais imediata e mais tecnológica.

O presente estudo procura criar um espaço de diálogo entre as memórias construídas e as expressões de património imaterial no quotidiano rural. Estas narrativas deverão ser capazes de expor a relação das pessoas com os objetos e com a terra – enquanto espaço rural e enquanto meio de subsistência, identitárias do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX.

**Palavras-chave:** Património Imaterial, História Oral, Salvaguarda do Património, Património Local, Recolha Etnográfica;

## **ABSTRACT**

The cultural representations of certain areas of the portuguese territory are extremely rich and not only tell the history of that specific area but also of the people who lived in it, at a certain point in time. Nowadays, as some practices develop and others become extinct, it is the memory of the older generation that tells the local history that must be preserved, studied and promoted to the younger generations.

Even though recognizing the value of material heritage, this research seeks to put intangible heritage first by showing its leading role in the process of telling (part of) somewhere's history that needs to be brought to the present.

This research is specially relevant not only because it aims to preserve the local memory but also reflects on the challenges that intangible heritage regarding rural communities faces in the modern world.

This study seeks to create a space where memories and practices are connected, with rural surrounding as background. These narratives must be able to expose the relationship between people and objects and with the land itself – as rural space and as a mean of survival, being part of Mafra's county during the first half of the 20<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Intangible Heritage, Oral History, Local Heritage, Ethnographic Research, Heritage Preservation.



### **Lista de Abreviaturas e Siglas**

**CMM** – Câmara Municipal de Mafra

**CNC** – Concelho Nacional de Cultura

**DGPC** – Direção Geral do Património Cultural

**DPI** – Departamento de Património Imaterial

**ICOM** – Concelho Internacional de Museus

**ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**IMC** – Instituto dos Museus e da Conservação

**IPM** – Instituto Português de Museus

**PCI** – Património Cultural Imaterial

**RFL** – Rancho Folclórico do Livramento

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura





## **ÍNDICE GERAL**

<b>Agradecimentos</b>	3
<b>Resumo</b>	5
<b>Abstract</b>	6
<b>Introdução</b>	13
1. Apresentação do tema e caso de estudo	13
2. Metodologia de trabalho	23
<b>Parte I – Enquadramento teórico</b>	34
1.1 - Panorama Internacional: breves considerações sobre os conceitos de Património Cultural e Património Cultural Imaterial	34
a. Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972)	36
b. Declaração do México (1982)	39
c. Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989)	40
1.2 - Panorama nacional: breves considerações sobre os aspetos jurídicos relativos ao Património Cultural e Património Cultural Imaterial;	50
1.3 - Estado da Arte e problematização	63
a. O PCI na literatura mafrense	63
b. O PCI na realidade mafrense	71
<b>Parte II – Os Saloios – Identidade(s) e Território(s)</b>	76
2.1 - Espaço Rural, Paisagem Etnográfica;	76
<b>Parte III – A Coleção do Rancho Folclórico do Livramento (RFL)</b>	82
3.1 - Historial da Coleção	82
3.2 - Estado de conservação;	87
3.3 - Caracterização e gestão da coleção: (re)organização, inventariação e marcação;	90
3.4 - Fichas de inventário: analógico e informático;	96
<b>Parte IV – As pessoas, as memórias</b>	100
4.1 – Os entrevistados – caracterização e justificação da escolha	100
4.1.1 – Maria das Dores Justino	102

4.1.2 – António Pero da Silva Francisco	102
4.1.3 – João Adelino Ferreira dos Santos	103
4.1.4 – Guilhermina Bráz Heleno	103
4.1.5 – Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal	104
4.1.6 – Maria de Fátima de Azeredo Lopes	104
4.2 – As memórias	105
4.2.1 – A casa e a vida doméstica	106
4.2.2 – Alimentação e conservação de alimentos	110
4.2.3 – As crianças	113
4.2.4 – A vida adulta	116
4.2.5 – A vida no campo	120
4.2.6 – Festas e lazer	125
4.2.7 – Doenças e morte	130
4.2.8 – Crenças e superstições	132
4.2.9 – Anedotas e adivinhas	134
<b>Considerações Finais</b>	136
<b>Fontes Bibliográficas</b>	140
<b>Anexos</b>	152
<b>Anexo I</b>	153
<b>Anexo II</b>	154
<b>Anexo III</b>	155
<b>Anexo IV</b>	156
<b>Anexo V</b>	158
<b>Anexo VI</b>	159
<b>Anexo VII</b>	162
<b>Anexo VIII</b>	177
<b>Anexo IX</b>	184
<b>Anexo X</b>	192
<b>Anexo XI</b>	202



## **Introdução**

### **1. Apresentação do tema e caso de estudo**

O tema da presente Dissertação para obtenção de grau de Mestre na área científica do Património, insere-se na área científica do Património Cultural Imaterial<sup>1</sup> e procura servir como forma de mediação entre a dimensão material e imaterial do(s) património(s) locais do concelho de Mafra, com expressão durante a primeira metade do séc. XX (1910-1950). Mais concretamente, e atendendo ao carácter multi e interdisciplinar da área científica do património, este estudo preocupou-se em recolher, analisar e interpretar narrativas de quotidiano. Com efeito, estas narrativas de quotidiano vão procurar dotar de novos e mais ricos significados os objetos que constituem o espólio à guarda do Rancho Folclórico do Livramento<sup>2</sup>.

O espólio à guarda do RFL, constituído por objetos relacionados com o trabalho no campo, trabalho doméstico e atividades de lazer, recolhidos no início dos anos 2000 aquando do processo de reestruturação do grupo, serviu de base para a realização de uma nova recolha que recorreu à história oral e à memória de uma comunidade local como principais opções metodológicas. A urgência em desenvolver um trabalho em torno das expressões de património imaterial do concelho de Mafra, na primeira metade do séc. XX, parte sobretudo do iminente desaparecimento daqueles que viveram nessa época. De facto, a memória daqueles que ainda podem relatar o que era viver no meio rural durante o tempo cronológico que se sugere estudar começa a toldar-se e, conseqüentemente, a apagar locais, práticas, costumes e, enfim, formas de olhar o mundo.

Portanto, tendo como pontos de partida esta coleção de cariz etnográfico e a recolha de memórias orais pretende-se desenhar uma visão patrimonial que reconheça que olhar uma coleção como algo inerte é falhar na sua interpretação mais profunda. Por outras palavras, ao relacionar os objetos de uma coleção com os testemunhos orais recolhidos procura-se entender este património como algo vivo e dinâmico.

---

<sup>1</sup> Daqui em diante identificado pela sigla “PCI”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

<sup>2</sup> Daqui em diante identificado pela sigla “RFL”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

Posto isto, e tal como é defendido na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial<sup>3</sup>, adotada em 2003, o conceito de PCI será entendido, daqui em diante, como

*as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural.* (UNESCO, 2003, Art. n.º 2, 1)

Partindo desta premissa, o trabalho está dividido em cinco partes principais. Da primeira parte vai constar o enquadramento histórico e a problematização de questões de carácter mais teórico. Nesta primeira parte do trabalho, para além de analisados marcos importantes no percurso de entendimento do que é o PCI e como este se manifesta em Portugal, será também traçada uma cronologia, que pretende passar desse universo macro para o universo protagonista em estudo. Neste sentido, o estabelecimento desta cronologia, que se preocupará em cobrir as ações culturais a nível autárquico com foco no PCI, constituirá o primeiro momento do trabalho em que o concelho de Mafra vai ser abordado, analisado quanto à sua individualidade.

A partir deste enquadramento teórico e histórico, a segunda parte do trabalho vai focar-se em questões mais viradas para a comunidade local que se pretende estudar ao longo dos capítulos. Neste contexto, coube analisar bibliografia que tratasse as questões da paisagem, neste caso rural, de forma a tentar perceber o porquê de certas práticas e relações e como é que o território em que estas se manifestavam as influenciou.

É neste sentido que importa sublinhar o papel da recolha de memórias orais desta comunidade local enquanto ferramenta para entender a diversidade de tipologias de expressões de património imaterial, estruturantes do quotidiano. Naturalmente, esta diversidade está inequivocamente relacionada com o que era viver no tempo e espaço definidos, encontrando formas de se manifestar em danças, cantares, saber-fazer, crenças e superstições ou sistemas de conhecimento que se interligam em teias de significado complexas.

---

<sup>3</sup> Daqui em diante referida apenas como “Convenção de 2003”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

Num segundo eixo, procura-se legitimar e justificar a importância da preservação das expressões de património imaterial recolhidas, que em certos casos, se sobrepõem ao valor patrimonial da coleção. Esta tendência verifica-se de forma clara na recolha de testemunhos orais que, associados a uma coleção, desvendam o distanciamento entre as duas dimensões que conferem valor patrimonial aos objetos em questão: a dimensão estética e a dimensão prática, sendo que é pela segunda que se legitima a primazia da prática sobre o objeto a que está associada. Sobre este domínio, Antunes (1999, p.94-95) afirma que

*(...) é necessário considerar o objeto para além do seu valor estético, ultrapassando a fase contemplativa, e atribuir-lhe novas funcionalidades relacionadas com a carga informativa que possui ou pode produzir.*

Esta dimensão prática vai, naturalmente, manifestar-se de diversas maneiras consoante o tipo de relação estabelecida entre indivíduo e objeto, entre indivíduo e o espaço e entre os vários indivíduos de uma comunidade.

Efetivamente, a relação estabelecida entre indivíduo e objeto vai, primeiro que tudo, definir sistemas de trabalho que são tão específicos quanto a atividade desenvolvida pelo indivíduo que recorre a determinado objeto. Mais concretamente, são os objetos, mas sobretudo o conhecimento profundo sobre como utilizá-los, que permite estabelecer uma ordem lógica de trabalho com finalidade definida. Ainda é pela estruturação destes sistemas de trabalho que, muitas vezes, são definidos papéis próprios consoante o género ou a idade. No primeiro caso, os exemplos são bastante evidentes: é pelo próprio sistema de trabalho e forma como se organizam os indivíduos que existem, logo à partida, papéis, instrumentos e práticas próprias para as mulheres, para os homens e para as crianças.

Concomitantemente, se se fala em sistemas de trabalho é necessário falar de relações de trabalho, também elas enquanto forma expressa da dimensão prática dos objetos. Estas relações de trabalho expressam-se entre indivíduos, que partilham o entendimento do processo em questão. Para além disso, pode dizer-se que é também pela dimensão prática dos objetos que são reforçados papéis de dominante/dominado, no seio destas relações de trabalho. Não raros os casos, são os próprios objetos enquanto ferramentas de um determinado processo que vão, ainda que de forma indireta, contribuir para que se acentuem as lacunas entre classes sociais, da época estudada.

À luz deste entendimento das relações estabelecidas, de certa forma, do indivíduo *para fora*, há que dar conta do que acontece do indivíduo *para dentro*. Neste caso,

estamos a falar de como a dimensão prática dos objetos se manifesta em relações de autonomia doméstica e/ou camponesa. Ora, tal como o próprio conceito indica, e atendendo às tipologias de objetos da coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento<sup>4</sup>, são as práticas que lhes estão associadas que vão ter um papel central na sobrevivência da comunidade em questão. Aqui falamos não só do trabalho no campo, associado à ideia de autonomia camponesa que assegura a produção para consumo familiar e a subsistência dos indivíduos, como também do trabalho *de casa*, que se insere na ideia de autonomia doméstica. Grosso modo, quando falamos em autonomia doméstica referimos a capacidade, pelo conhecimento e pela prática, de cozinhar, vestir, lavar, curar, entreter e, enfim, possuir ferramentas que permitam a sobrevivência do indivíduo, do núcleo familiar, da comunidade. Mais concretamente, e precisamente por estarmos a olhar um tempo e um espaço com características que fazem lembrar o período anterior à Revolução Industrial, há que entender estas práticas e objetos como traços caracterizadores do espaço, neste caso rural, em que se manifestam e em que a agricultura era a principal atividade económica (Rodrigues, 1996).

Posto isto, a questão da paisagem rural acaba por ser um ponto incontornável para o presente estudo por estar intrinsecamente ligada, tal como mencionado anteriormente, com as práticas, com os objetos utilizados, com os valores e, obviamente, com as atividades económicas desenvolvidas. Note-se que, invariavelmente e sobretudo na primeira metade do séc. XX, a paisagem rural, consoante o clima e o próprio tipo de solo, vai influenciar os tipos de culturas daquela comunidade (Telles, 2005, p. 109).

Segundo Ramos (2009, p. 129), a paisagem, independentemente da sua tipologia, é algo dinâmico. Isto porque, segundo a autora, está num processo de constante modificação que varia consoante as vicissitudes económicas, políticas e sociais. Este entendimento do que é a paisagem revela-se especialmente significativo quando falamos de paisagem rural, por ser o espaço primordial de ação desta comunidade local.

A reforçar a ideia de que comunidade e paisagem dependem uma da outra e se influenciam mutuamente, está a definição de “Paisagem” segundo a Convenção Europeia

---

<sup>4</sup> O acervo em estudo possui objetos ligados ao trabalho no campo, bem como a atividades que remetem para a casa e atividade doméstica. Consequentemente, a sua dimensão prática vai expressar-se de forma diferente, consoante o ambiente a que pertence.



da Paisagem (2000)<sup>5</sup>. Este documento normativo, na alínea a) do Artigo 1º define “Paisagem” como sendo

*uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da inter-ação de fatores naturais e/ou humanos.*  
(Direção Geral do Território, 2000, Art. n.º 1)

A partir desta definição, ainda que não dê conta da paisagem rural enquanto especificidade do território, pode afirmar-se que existe uma forte componente antropológica no domínio da paisagem, sendo duas dimensões que jogam concomitantemente na estruturação do quotidiano. Embora o tempo cronológico abordado na presente dissertação seja anterior ao declínio da atividade agrícola como principal atividade económica e anterior ao processo de dissociação da identidade rural, importa para este contexto entendê-la como um espaço de produção (Baptista, 2009, p. 36). Por outras palavras, e segundo o mesmo autor, importa compreender a paisagem rural como “o conjunto do espaço agro-florestal e da população rural” (Baptista, 2009, p. 33), não esquecendo que o património rural corresponde, consequentemente, a estas duas dimensões do espaço.

Por outro lado, o espaço rural não define apenas as relações estabelecidas entre a população rural, mas também entre esta e o exterior. Não raros os casos, e especialmente durante a primeira metade do séc. XX, o concelho de Mafra era um dos concelhos que garantia a subsistência da capital, Lisboa, pela comercialização de bens cultivados e criados *na terra*. Isto demonstra que o espaço rural não participa apenas como forma de rendimento para os que nele habitam, como também vai contribuir para dinamizar os fluxos económicos locais (Baptista, 2009, p. 35).

Ao transpor esta questão para a atualidade, verifica-se que duas componentes associadas ao espaço rural são, precisamente, o património material e imaterial destes espaços. Segundo Chevallier (*et. al*, 2000 *apud*. Baptista, 2009, p. 37), a valorização do património rural serve, neste contexto, como ferramenta para compreender o passado ao mesmo tempo que contribui ativamente para a valorização patrimonial no futuro. Em certa medida, pode então afirmar-se que são as expressões de património imaterial que

---

<sup>5</sup> Este documento normativo, assinado em Florença, foi proclamado pelo Conselho da Europa e constituiu um importante marco na promoção da proteção, gestão e planeamento das paisagens a nível europeu. Portugal ratificou este documento em fevereiro de 2005.

vão conduzir o olhar sobre determinada paisagem manifestando-se, por exemplo, na mitologia supersticiosa ou no binómio homem-mulher. Mais concretamente, pode afirmar-se que a forma de entender o espaço circundante se pode manifestar em crenças e superstições que regem as relações entre os indivíduos e o espaço e entre os próprios indivíduos. Segundo as informações recolhidas em contexto de entrevista, essa mitologia supersticiosa pode traduzir-se em várias crenças, sendo que a mais comum é a de que as mulheres, se menstruadas, não podiam participar na sementeira por estarem “sujas e impuras”. Ao mesmo tempo, este exemplo acaba também por ser uma forma de definir esse binómio homem-mulher, tendo em conta que era a paisagem e as atividades a ela ligadas que iriam definir papéis diferentes consoante o género dos intervenientes.

Intrinsecamente ligada às questões da paisagem e do território está a questão da identidade: quem é esta comunidade e como é que ela se estabelece, perante ela própria e perante “os outros”, “os de fora”? Estas são as questões principais a serem respondidas também na segunda parte do trabalho, que vão ajudar a traçar um quadro amplo, a nível económico, político e social do concelho de Mafra da primeira metade do séc. XX.

Sobre as questões identitárias e do papel do património na definição das mesmas, surgem vozes dissonantes que conferem o carácter complexo associado a estes conceitos. Segundo Castells (2007, *apud* Carvalho, 2014, p. 28), o conceito de identidade é um processo de avanços e recuos que envolve os vários agentes que os indivíduos de uma comunidade entendem como sendo comuns a todos. Estes agentes, espelhados em práticas, atribuições e trocas de significados e construções simbólicas conferem coerência, ainda que dinâmica, à própria comunidade. Posto isto, pode indagar-se que o conceito de identidade não se constrói sozinho. Sobre esta perspetiva, Joaquim Pais de Brito (2005) escreve que a construção de identidade pressupõe sempre a existência de um sujeito e que só através dele, em harmonia com o património, se define um ideal de identidade. Sobre o tema escreve ainda que

*Sempre estamos a construir o mundo ao falar de identidade; a desenhar o mapa das nossas pertenças e das nossas vizinhanças. Sempre estamos a procurar delimitar e perceber os espaços que organizam o universo onde projetamos os conceitos aprendidos e com os quais, ao mesmo tempo, nos construímos. (Brito, 2005, p. 44)*

Esta conceção implica, por ora, que se olhe o processo de construção de identidade como algo que parte da comunidade em estreita articulação com o património. Esse

património, em todas as dimensões em que se expressa, é utilizado como um mecanismo de pertença, que funciona em simultâneo como uma marca de diferença perante o outro, tornando-se intrinsecamente ligado às *pessoas*. Por essa razão, e especialmente quando nos focamos numa comunidade local, o património que lhe confere um ideal de pertença – a uma classe<sup>6</sup>, a uma profissão, a uma família ou a um espaço geográfico – não pode, nem deve ser interpretado sem ter em conta a espontaneidade e dinâmica conferidas pelas memórias dos membros dessa mesma comunidade.

Ainda sobre como entender as questões de identidade, a título de exemplo e adaptado à comunidade em questão, as trocas e dinâmicas sociais estão profundamente relacionadas com as posições de dominante/dominado, sendo essas mesmas dinâmicas também propriedades diferenciadoras de classes (Bourdieu, 1974 *apud*. Silva, 1994, p. 25-26). Nesta medida, pode dizer-se que as várias dimensões dos indivíduos de uma comunidade constituem aquilo que os aproxima, no sentido de valorizar o que têm em comum e que é estruturante do quotidiano, mas que por outro lado vai manifestar-se na estratificação das relações entre atores, sejam eles individuais ou grupais (Silva, 1994, p. 26).

Note-se que, ao falar em identidade de uma comunidade local, juntar *o outro* a esta equação é especialmente pertinente. Isto porque, ainda que correndo o risco de cair em estereótipos, *o de fora* tem sempre um grande papel na validação da identidade local ao assumir um quadro de valores, de práticas e símbolos como comuns a determinada comunidade (Amante, 2005, p. 83). Neste sentido, pode afirmar-se que falar em identidade local vai mais além do que a fixação num espaço específico. Tal como referido anteriormente em Castells (2007 *apud*. Carvalho, 2014, p. 28) e reforçado por Silva (1994, p. 111), a construção de uma identidade local é um processo instável em que os indivíduos partilham quadros de sentido expressos no espaço enquanto território, no património cultural e nas experiências sociais. Chevallier e Morel (1985 *apud*. Amante, 2005, p. 84) escrevem

*A definição por referência a um lugar evidencia acima de tudo uma maneira de estar no mundo e relativamente aos outros, evidencia a*

---

<sup>6</sup> Neste contexto, importa perceber que o conceito de “classe” se baseia, neste trabalho, em questões relacionadas maioritariamente com os rendimentos, portanto, consideram-se os aspetos económicos. Através destes, bem como das atividades de que se ocupam, para quem trabalham e o que possuem são elementos que, neste contexto, permitem distinguir cada classe social abordada.

*relação com o património cultural produto da história e de experiência da vida quotidiana.*

A sublinhar a importância *do outro* na construção da identidade de uma comunidade, Gandra (1997, *apud*. Carvalho, 2014, p. 29) afirma que

*(...) a identidade cultural resulta dum diálogo vivo, sem dúvida conflituoso, entre o mesmo e o outro, em que o mesmo é tanto mais ele próprio quanto mais se abrir ao outro.*

É à luz desta perspetiva que se pretende conduzir o olhar do leitor para o caso específico do concelho de Mafra da primeira metade do séc. XX, enquanto comunidade local. No tentame de adequar as perspetivas exploradas acima para compreender melhor a comunidade a interpretar, foi feito um retrato social, político e económico da mesma. Para este exercício, mais do que a análise de bibliografia dedicada à esfera concelhia, os periódicos de época constituíram uma importante fonte de investigação. A consulta de periódicos como *O Ouriço – O clube da má língua* (1899), *O clamor de Mafra* (1905), *Semana de Mafra* (1905), *O Correio de Mafra* (1905), *Democracia* (1914), *A Voz de Mafra* (1915), *Alma Nova* (1916), *O Pingente* (1917), *O Despertar* (1918), *O Liberal* (1920), *O Oirício* (1921), *A Gaita* (1922), *O Ramboia* (1923), *O Zabumba* (1923), *O Romeiro* (1929), *Jornal de Mafra* (1935) e *O Regionalista* (1937) serviu para retratar o plano em que se inserem, temporalmente, os objetos parte da coleção etnográfica do RFL e em que se manifestam as práticas recolhidas.

Uma vez entendida a comunidade, de forma ampla, o foco da terceira parte do trabalho estreita-se e torna-se mais prático. Este segmento dará conta de todo o trabalho de reorganização, tratamento e análise da coleção etnográfica do Rancho Folclórico do Livramento. Não obstante, será também recuperado o processo de recolha da coleção, que a contextualiza e que serve de base para a recolha de testemunhos orais. De facto, o diálogo constante com a entidade, neste caso o RFL, foi decisivo para a escolha dos entrevistados para a presente investigação. Certo é que, até certo ponto, a escolha da amostra esteve em profunda articulação com as peças da coleção<sup>7</sup>, com o objetivo de

---

<sup>7</sup> Mais concretamente, a análise da documentação afeta à época de recolha destes artefactos facilitou o processo de seleção dos entrevistados por permitir uma divisão dos mesmos de acordo com género, idade e, quando possível, em classe social. Desta forma, tentou-se que a amostra estivesse em equilíbrio com as tipologias de objetos na coleção à guarda do Rancho Folclórico do Livramento, quer estivessem ligados a atividades de lazer, ao trabalho no campo ou ao trabalho doméstico.

garantir coerência ao presente trabalho, ao mesmo tempo que se evidencia a intenção de tornar estes objetos, congelados na sua forma, em memórias construídas partilhadas por uma comunidade.

Estes testemunhos orais, a sua recolha e posterior análise, que constituem a quarta parte do trabalho, são o objeto de estudo primordial da investigação. Pretende-se aqui justificar a amostra escolhida, fundamentando a sua relevância. Esta parte do trabalho, para além de assegurar uma forma de registo das vivências desta comunidade, procura também dar a conhecer as diferentes dimensões dos indivíduos. Falar de dimensões de um indivíduo é, por seu turno, falar da pluralidade de papéis que o mesmo desempenha no seio da sua comunidade. Por outras palavras, e tendo em conta que as trocas sociais numa comunidade são fluídas e pautadas por universos de sentido e dimensões simbólicas (Silva, 1994) que tanto se expressam na vida privada como na vida pública de cada indivíduo, seria errado interpretá-lo como unidimensional.

Por outras palavras, a mulher que é esposa, mãe, dona de casa e, em alguns casos, ainda trabalha no campo, realiza funções tão diferentes quanto os papéis que lhe são atribuídos. Por outro lado, o homem e a mulher que trabalham no campo, não têm a mesma função nem o mesmo estatuto, quer por razões meramente relacionadas com questões de género, quer por questões relacionadas com a força física.

Posto isto, o objetivo principal desta recolha é dotar o património que uma comunidade local considera como sendo seu, contextualizada num tempo cronológico específico, de dinâmica e fluidez próprias que caracterizam o que é ser membro de uma comunidade. Note-se que, a preocupação com a recolha de expressões de PCI de uma comunidade local acarreta perigos, sendo que um dos mais gritantes é a possibilidade de congelamento dessas expressões, sobretudo se se tratarem de práticas encerradas num tempo passado. Este congelamento resulta, muitas vezes, da procura de uma versão padronizada das práticas que, embora pareça acessível às gerações mais novas, obriga a que se olhe para ela a partir do presente para o passado (Carvalho, 2011, p. 58-59). Daqui resulta uma incapacidade das novas gerações de se identificarem com as práticas, crenças e narrativas de quotidiano recolhidas, sendo este um dos principais cuidados a ter na recolha de testemunhos orais.

Neste sentido, e para finalizar o trabalho, a quinta parte vai refletir, essencialmente, sobre a comunidade que hoje habita no espaço rural em estudo. Mais concretamente, procura-se chegar a conclusões que justifiquem o afastamento, prático e emocional, da

geração presente perante a passada. Por outras palavras, na quinta e última parte do trabalho serão apontados alguns desafios no momento de reaproximar gerações, utilizando o PCI como principal ferramenta. Da mesma forma, serão propostas estratégias que tentem responder aos desafios apontados acima, de forma a alcançar o espaço de diálogo pretendido entre coleção e testemunhos orais.

Na sequência dos capítulos elencados segue-se a listagem de referências bibliográficas que constituíram um importante instrumento para a realização do trabalho, bem como os anexos que o completam. Nestes, encontram-se fotografias e documentos digitalizados, excertos de entrevistas, exemplos de fichas de inventário preenchidas e o documento de consentimento (versão modelo) que todos os entrevistados assinaram, autorizando a utilização dos seus testemunhos como fonte para o trabalho descrito.

## **2. Metodologia de trabalho**

Em termos metodológicos, tratar uma temática tão densa e complexa como sugere o título da presente dissertação levantou várias questões relativamente à estratégia a adotar. De facto, a definição desta estratégia também foi dificultada pela proximidade pessoal entre investigador e investigado(s), num espaço geográfico já conhecido, ainda que não de uma perspetiva científica e de investigação académica. Por isso, este tema obrigou a um distanciamento, por um lado emocional e por outro intelectual, capaz de conter opiniões formadas fora do contexto de investigação.

Num primeiro momento, foi necessário dividir o trabalho de investigação em duas vertentes abrangentes: a dimensão material e a dimensão imaterial, do universo definido como objeto de estudo. Imediatamente após esta divisão ampla do tema, delinearam-se estratégias de trabalho que se revelassem claras e eficazes no momento de tratar a informação recolhida, e que se adequassem a cada conceito e tipologia de património a tratar. As diferentes vertentes do tema obrigaram, por sua vez, a uma adaptação tripartida da metodologia, nomeadamente: análise da literatura e documentação (normativos, jornais e periódicos, vídeos e fotografias), trabalho prático de tratamento de coleções, descrito adiante, e entrevistas diretas.

Posto isto, e reconhecendo o interesse crescente nas questões relacionadas com o PCI, tornou-se clara a necessidade de, para legitimar as conclusões retiradas deste estudo, serem esclarecidos conceitos e exploradas questões teóricas relevantes para introduzir o objeto de investigação, dedicando as duas primeiras partes do trabalho a estas questões teóricas. Para isso, foi traçado um enquadramento histórico e teórico que deu conta do alargamento do conceito de património cultural e, consequentemente, do PCI.

A ideia de que o património cultural são somente os monumentos e, no caso de serem objetos, associar valor monetário ao patrimonial, parece estar cada vez mais ofuscada, em detrimento de uma certa *humanidade* que abre portas para uma nova dimensão na área científica do património (Carvalho, 2011, p. 21). Esta evolução do conceito de património cultural, preconizada pela automatização da sociedade e homogeneização crescente do mundo globalizante, deveu-se sobretudo à ação de entidades como a UNESCO, ICOM e ICOMOS (Carvalho, 2011, p. 21-25). Estas entidades, cujas funções passam por atender às questões fulcrais das áreas da antropologia, história, museologia e, no fundo, do património, promoveram, nas últimas décadas, documentos e ações que vieram chamar a atenção para o facto de se encontrar

no Património Cultural Imaterial, como sublinha Carvalho (2011, p. 21-25), um dos pilares essenciais na construção de identidade(s).

Exemplo desse reconhecimento é a ampla discussão em torno destas questões no meio científico, fortemente marcada pela promulgação, num primeiro momento, da *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, em 1989, culminando com a já referida Convenção de 2003. Apesar de ter sido objeto de crítica, a aceitação da Convenção de 2003 por parte de inúmeros Estados europeus tornou possível que houvesse uma nova abordagem, que reconhece a dimensão imaterial com justificado valor patrimonial, que completa e enriquece a dimensão material do património, e vice-versa.

Neste seguimento, o tratamento da coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento constituiu o foco da terceira parte do presente trabalho. Num momento embrionário do tratamento da coleção, tarefa de cariz mais prático, foi necessário proceder a uma análise atenta e cuidadosa dos documentos afetos à recolha das peças, designadamente documentos semelhantes a autos de doação e outros que contribuíram para a contextualização e entendimento deste conjunto de “objetos construtores de tradição” (Branco, 2008). Estes documentos, facultados pela direção do RFL, permitiram um contacto superficial com o método de recolha utilizado, com as motivações do grupo no momento de recolha, bem como uma aproximação às tipologias que constituem o espólio. O trabalho prático baseou-se então nos principais conceitos associados à inventariação e que devem ser entendidos como parte do mesmo processo, designadamente o objeto, a coleção, o inventário e a documentação.

No caso dos objetos, procurou-se legitimar o seu espaço no seio da coleção de forma a atribuir-lhe um enquadramento próprio que o tornasse mais rico. Hainard (1994 *apud*. Moutinho, 1994, p. 9) é um dos autores que vem compartilhar a ideia de que “o objeto não é a verdade de absolutamente nada” e que precisa estar inserido, neste caso, numa coleção, para que a memória que lhe foi inscrita possa vir a ser recuperada.

Ainda sobre o tema, Teixeira (2001, s.p.) afirma que

*Não existe definição de objeto museológico. Qualquer bem cultural do domínio de todas as manifestações culturais realizadas no espaço e no tempo é museológico ou tem potencialidades de vir a sê-lo.*



Assim, o trabalho prático realizado em torno do objeto baseou-se num olhar polissémico, capaz de ver para além do objeto por si só. Desde modo, cada objeto constituinte da coleção, quer estivesse ligado ao trabalho no campo, ao trabalho com animais, ao trabalho doméstico ou a atividades de lazer, seria captado na sua individualidade, mas, e sobretudo, segundo os significados e símbolos que lhes foram atribuídos pela comunidade.

Segundo este ponto de vista, o objeto é trabalhado e entendido como parte integrante de uma coleção. Segundo Desvallées e Mairesse (2013, p. 32-35), a coleção pode ser entendida como um conjunto de objetos de relativa coerência, selecionados e recolhidos por uma entidade que se responsabiliza pela sua salvaguarda e preservação. Portanto, é nestes contornos que os objetos constituintes da coleção etnográfica do RFL serão entendidos, aos quais serão associados, posteriormente, os elementos imateriais que completam os objetos, conferindo contexto mútuo a ambas as dimensões da coleção.

O trabalho prático com objetos e coleção traduziu-se, essencialmente, na elaboração de um inventário e no preenchimento de fichas de inventário que dão conta das especificidades dos elementos da coleção, ao mesmo tempo que garantem a sua reorganização e normalização. Embora estas peças nunca tenham estado inseridas em contexto museológico, no sentido lato do conceito, permanecendo num certo estado de “depósito museal” desde que recolhidas, a elaboração de um inventário e consequente preenchimento de fichas de inventário pretende ser o primeiro passo num estudo a longo prazo, capaz de criar um espaço de diálogo entre as novas gerações e a artefactualidade consagrada na coleção (Branco, 2008, p. 53).

A contínua pesquisa e consequente análise da literatura relativa aos temas de tratamento de coleções, especificamente na área de inventariação, permitiu o contacto com diferentes autores, dos quais se destacam Matos (2012), Merleau-Ponty (2014), Pearce (ed., 2006) e Usillos (2010). Naturalmente, cada autor defende uma abordagem diferente, tendo em conta as práticas adotadas nos museus nacionais e as tipologias de objetos abrangidas no trabalho teórico desenvolvido.

Assim, tendo em conta a vastidão de estratégias metodológicas, foi necessário estabelecer, logo de início, qual a estratégia mais adequada e que, aliada à experiência profissional adquirida, contribuísse para o melhor resultado possível. Daí, os volumes

*Normas de Inventário*, publicados pelo Instituto Português dos Museus<sup>8</sup>, entre 2000 e 2004, terem sido a principal referência bibliográfica para pautar o trabalho direto com a coleção.

Deste conjunto de volumes, abrangente quanto às tipologias abordadas, foram selecionados os números cujo foco é o tratamento de objetos que integram a coleção em estudo, nomeadamente, *Normas de Inventário: normas gerais – artes plásticas e artes decorativas* (IPM, 2000), *Normas de Inventário: alfaia agrícola – etnologia* (IPM, 2000), *Normas de Inventário: mobiliário – artes plásticas e artes decorativas* (IPM, 2004) e *Normas de Inventário: têxteis – artes plásticas e artes decorativas* (IPM, 2000).

Cada um dos volumes selecionados foi essencial para compreender os procedimentos comuns no tratamento de coleções em Portugal, mesmo quando se trata uma coleção reunida de forma voluntária, neste caso, como forma de conferir rigor ao tipo de representações do grupo (Branco, 2008, p. 53-55). Estes volumes contribuíram para, por um lado, compreender conceitos que facilitaram a normalização da linguagem na elaboração do inventário; por outro, permitiram estabelecer uma ordem de trabalho lógica e eficaz, descrita adiante. Efetivamente, foi segundo o modelo sugerido nestes manuais de práticas que se adaptaram as fichas de inventário<sup>9</sup> à coleção em estudo. Da mesma forma, estes manuais contribuíram para o esclarecimento de questões relacionadas com a definição de categoria e subcategoria, atribuição de número de registo, de número de inventário, da denominação, da descrição, das circunstâncias de recolha, do registo de imagem e do registo de som. De forma condensada, a escolha destes manuais partiu da vontade de normalizar a coleção do RFL de acordo com as práticas próprias dos museus portugueses que utilizam a base de dados informatizada Matriz.

Assim, e concluída a análise de documentação e definição das linhas gerais a adotar no trabalho prático, procedeu-se a um diagnóstico no seio da própria coleção, em que se separaram as peças mais danificadas, com graves problemas de conservação<sup>10</sup>, das peças que, mais ou menos danificadas, ainda mantêm a integridade dos materiais que as constituem<sup>11</sup>. As peças que apresentavam um estado de conservação mais deficiente

---

<sup>8</sup> Daqui em diante designado “IPM”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

<sup>9</sup> Esta adaptação diz respeito à seleção dos campos a preencher nas fichas de inventário, dado que estes devem ir ao encontro do objeto em inventariação.

<sup>10</sup> Sendo as causas de deterioração mais comuns as manchas, destacamentos de tinta, fendas e fissuras, pragas, corrosão de metais.

<sup>11</sup> Na sua maioria, metais, madeiras e têxteis.

foram posteriormente apresentadas à direção do RFL sugerindo-se o seu abate, evitando a possibilidade de contágio às restantes peças do espólio.

Feita a triagem que, de certa forma, identificou as peças sujeitas a um inventário museológico, a elaboração de listagens em formato Excel revelou-se o método mais prático para uma primeira contagem, de caráter mais abrangente, das peças a inventariar. A cada peça foi atribuído um número de registo, para facilitar a sua contagem e consequente preenchimento da listagem<sup>12</sup>, seguindo-se da denominação (em alguns casos, de caráter provisório, até à fase de preenchimento da ficha de inventário). O objetivo desta primeira listagem seria ter um número exato dos elementos constituintes do espólio, independentemente de serem elementos de um conjunto.

De acordo com as diretrizes dos cadernos normativos *Normas de Inventário*, após a atribuição de número de registo e primeira contagem foi necessário agrupar as peças a inventariar de acordo com as suas tipologias. Tendo em conta a variedade de materiais da coleção em análise, optou-se por definir as categorias da coleção consoante a funcionalidade de cada peça. Segundo o manual *Normas de Inventário: alfaia agrícola – etnologia* (IPM, 2000), a definição das categorias consoante o fim para que cada peça foi concebida é a forma mais comum de tratar coleções de interesse etnográfico como esta, por ser o componente fundamental das mesmas. Ainda assim, os manuais de *Normas de Inventário* chamam a atenção para as dificuldades que podem surgir no processo de atribuição de categorias consoante a função<sup>13</sup>. Diretamente ligada à divisão do espólio por categorias está a atribuição de um número de inventário, único e intransponível, identificativo de cada peça constituinte do espólio.

Neste seguimento, e associado a todo o processo descrito acima, procedeu-se à documentação da coleção em análise. Segundo Stone (1992 *apud*. Fernández, 1999, p. 159-165)

*Numerosos museus têm coleções de objetos pobremente documentadas que perderam muita da sua utilidade devido à falta de informação associada. A documentação é fundamental para o trabalho do conservador, e é utilizada como fonte básica de informação sobre a*

---

<sup>12</sup> Anexo I, p. 153

<sup>13</sup> Tal como alerta o manual *Normas de Inventário: alfaia agrícola – etnologia* (IPM, 2000), pode ser complicado, em certos casos, evitar que o critério da técnica se sobreponha ao da função propriamente dita, sendo que ambas devem constar da ficha de inventário. Para além disso, recorrer à função como método de classificação do objeto pode ser dúbio porque pode acontecer que um objeto tenha uma função no tempo e espaço em que se insere, mas ter outra no momento de recolha (por exemplo, decorativa). Neste sentido, é relativamente comum, neste tipo de acervos, que um objeto tenha mais do que uma função e que, por isso, a atribuição de categorias seja complicada.

*coleção. (...) É essencial: 1. Para a gestão efetiva das coleções, realização de armazenamento, segurança, controlo e proteção. 2. Para formular políticas de aquisição ao identificar a importância e os limites da coleção. 3. Para facilitar a investigação e a publicação sobre as coleções.*

Em traços largos, o conjunto de documentação corresponde a uma série de instrumentos que se relacionam e que conferem estrutura à própria coleção, sendo posteriormente disponibilizados ao público em geral (Zoreda, 1988 *apud*. Antunes, 1999, p. 94). Por outras palavras, corresponde também ao primeiro e principal instrumento de controlo e gestão de uma coleção que, até então, tinha sido apenas entendida como um conjunto de objetos capazes de fabricar e justificar um certo sentido de identidade.

Neste sentido, uma das opções metodológicas tomada foi o preenchimento de fichas de inventário manuais e posterior reprodução destas em formato digital<sup>14</sup>. Por um lado, o preenchimento de fichas de inventário manuais, embora mais demorado, vai permitir um acesso permanente à informação (não está dependente de nenhum equipamento, de acesso à internet, ou de prática com o *software*); por outro, a reprodução das fichas de inventário em sistema informático vai facilitar a atualização das mesmas, tem mais capacidade para conter mais informações do que a ficha de inventário manual (Braga, 2012, p. 18-19) e, no caso específico da coleção etnográfica, permite uma mais fácil anexação de dados extra sobre a peça<sup>15</sup>.

Este trabalho, que corresponde ao processo de documentar um objeto ou coleção, mais do que puramente administrativo, deve ser um contributo direto para o grau de conhecimento que se tem do acervo, estimulando a entidade responsável a tratar, intelectualmente, a informação recolhida (Antunes, 1999, p. 94). Neste sentido, a documentação das coleções, enquanto último aspeto relevante a ter em conta no seu tratamento<sup>16</sup>, foi uma das preocupações da presente investigação que, nesta fase, procurou reorganizar e, fundamentalmente, tratar a coleção etnográfica do RFL.

De certa forma, foi durante o tratamento desta coleção etnográfica que se tornou evidente a necessidade de dotar estes objetos de uma dimensão mais humanista, baseada *nas pessoas* e na própria comunidade em que se inserem. Maria João Lança (2009), a

---

<sup>14</sup> Anexo II, p. 154

<sup>15</sup> Nomeadamente, ficheiros de vídeo ou links úteis para artigos relacionados com o objeto em questão e práticas associadas.

<sup>16</sup> Enumerados anteriormente como Objeto, Coleção, Inventariação e Documentação.

propósito do projeto *Dar Voz aos Objetos*, promulgado pelo Museu da Luz, demonstra muito bem esta vontade, afirmando que,

*(...) os objetos têm de remeter para o plano do imaterial, refletindo uma parte do tangível da humanidade. Os objetos da coleção etnográfica do Museu da Luz podem ter um maior significado patrimonial se forem objeto de interrogação, pelo museu e pela comunidade, num diálogo permanente que o museu deve propiciar. (...) estes objetos “esfiapados”, aparentemente pouco representativos e dificilmente suscetíveis de musealização, (...) para que (...) possam ser validados no presente (...) importa reter das pessoas que os manejaram e fabricaram, relatos vivenciais. (Lança, 2009, p. 163)*

No caso específico da coleção etnográfica do RFL, não havendo nenhuma entidade com a capacidade de musealizar a coleção, cabe à presente investigação estabelecer as condições necessárias para que este diálogo ocorra. Portanto, é no binómio material/imaterial que se insere a recolha de testemunhos orais que constitui o principal foco de interesse e, sequencialmente, a quarta parte do trabalho de investigação.

Embora o tratamento desta coleção etnográfica não tenha sido o foco principal deste estudo, revelou-se o ponto a partir do qual surgiram as questões centrais que motivaram a consequente investigação: quando, como e por quem eram utilizados estes objetos, ligados ao trabalho no campo, às práticas domésticas e de lazer? Quais os significados que lhes foram atribuídos? Que papel tinham no quotidiano desta comunidade? De facto, uma sugestão de resposta a estas questões só seria encontrada se este conjunto de objetos fosse olhado enquanto memórias construídas que, por si só, não contam toda a história que lhes foi inscrita. Na verdade, o objeto olhado apenas quanto à sua funcionalidade torna-se estático, sem segundas interpretações ou sentidos, fixado num tempo passado. É precisamente aqui que a recolha de testemunhos orais se torna especialmente pertinente porque, sobretudo quando falamos de coleções de cariz etnográfico, o seu valor patrimonial será tanto maior quanto as memórias a elas associadas, pela comunidade em que se inserem.

O manual *Normas de Inventário: alfaia agrícola – etnologia* (IPM, 2000) é uma das referências bibliográficas que melhor explana esta questão, afirmando que trabalhar com tipologias de objetos que só são entendidas se enquadradas como parte do quotidiano de uma comunidade,

*(...) irão suscitar histórias que imediatamente evocam e revelam sujeitos e afetos, circunstâncias e condições de vida, classificações e representações que tornam mais carnal, próximo e fecundo de sentidos um instrumento de trabalho. (IPM, 200, p. 14)*

Tendo como ponto de partida a vontade de, não só estabelecer novas narrativas do quotidiano rural, mas também de expor a relação das pessoas com os objetos, tornou-se claro que os dados a analisar seriam de natureza qualitativa, incapazes de serem traduzidos em operações numéricas, enfim, quantitativas. Mais concretamente, e embora reconhecendo os perigos suscetíveis de serem encontrados durante o processo de nos colocarmos e observarmos determinado fenómeno *de fora*, o objetivo desta fase da investigação era, precisamente, a compreensão e avaliação dos *porquês* e dos *comos* de um fenómeno (Azevedo *et al.*, 2017).

De forma a garantir um entendimento profundo da realidade no espaço e tempo definidos, a recolha de testemunhos através de entrevistas surge como o método mais exaustivo e, conseqüentemente, mais adequado ao tipo de trabalho proposto a ser desenvolvido. Estas entrevistas, dinâmicas e diferentes entre si – quer nos pontos de foco, quer nos locais em que aconteceram e quanto à sua duração –, permitiram um contacto mais próximo com as experiências pessoais de cada um dos indivíduos, membros desta comunidade local. A escolha da amostra, considerada capaz de relatar aspetos relevantes sobre o quotidiano rural no concelho de Mafra entre os anos 1900 e 1950, teve em conta o género, classe social e atividade profissional de cada entrevistado.

Assim sendo, da amostra constam cinco mulheres, com idades compreendidas entre os 70 e os 87 anos, e cinco homens, com idades compreendidas entre os 60 e os 80 anos. Para além da óbvia divisão de géneros, a amostra selecionada espelha várias classes sociais, desde a mais baixa e associada ao trabalho do campo, até “aos senhores da quinta” que empregavam os mais pobres para trabalhar nas suas terras. Deste modo, e entendendo cada entrevistado no seio das suas relações familiares, de trabalho e na esfera social, foi possível traçar um quadro mais amplo desta comunidade local.

Para cada entrevista foi elaborado um guião que procurou ter em conta questões básicas sobre o entrevistado (como a idade, o local da entrevista e classe social a que pertencia). Apesar da importância reconhecida à elaboração destes guiões, houve sempre uma tentativa de abertura, na qual o entrevistado se sentisse seguro para desvendar aspetos da *sua* vida que achasse relevantes, quer por razões meramente emocionais quer

por entender que serviam de complemento à questão colocada. Aqui, há que chamar a atenção para os condicionalismos deste tipo de testemunhos que, várias vezes, se moldam à pergunta colocada ou se influenciam pelo passar do tempo, havendo sempre espaço para um não tão rigoroso relato dos factos. Quer isto dizer que, no lidar com testemunhos orais que não são revisitados pelos seus protagonistas por largos anos, existe sempre o perigo destes se irem alterando na sua memória, havendo sempre espaço para lacunas nos seus relatos.

As entrevistas, gravadas em formato áudio, foram posteriormente transcritas. Segundo Sandelowski (1994, *apud* Azevedo, 2017, p. 162), a transcrição de uma entrevista em nada ganha ao conter pormenores não-verbais, tais como as pausas ou linguagem corporal, advogando que a omissão destes detalhes vai garantir a exatidão informativa da entrevista. Esta abordagem, na literatura denominada de não naturalista, cinge-se ao registo dos factos e não se foca tanto nas particularidades que constituem todo o momento da entrevista.

Por seu turno, autores como Bazeley, Richards e McLellan (2013, 2014, 2003, *apud* Azevedo, 2017, p. 160-162) consideram que a entrevista deve incluir todos os aspetos que a constituem, verbais e não-verbais, por serem ambos de justificada importância para o resultado final. Esta abordagem, a transcrição naturalista, opõe-se à opção suprarrelatada e cabe ao entrevistador avaliar quais os aspetos relevantes para a transcrição, tendo em conta os contornos da investigação em curso.

Para o presente trabalho de investigação, foi adotada a vertente naturalista de transcrição, por se entender que aspetos como os regionalismos, os gestos que exemplificam – e muitas vezes completam – o que é dito por palavras, as expressões faciais ao relatar determinada situação e até mesmo as singularidades da pronúncia, enriquecem o tipo de recolha pretendida. As transcrições citam o discurso original, mantendo marcas de oralidade, pausas e hesitações.

No que se refere à recolha de testemunhos, que teve como método basilar a história oral, procurou-se definir uma linha teórica que, por um lado, justificasse e legitimasse as opções tomadas e, por outro, fosse capaz de definir o tipo de investigação. Neste âmbito, e recorrendo à análise de literatura sobre esta fase do trabalho, foram colocadas algumas questões: qual o foco da investigação, o que se pretende analisar, qual o objetivo da investigação, que formas para recolher os dados, que estratégias para analisar os dados

recolhidos e qual o melhor método de apresentação dos dados recolhidos (Creswell, 2007, p. 78-79).

Segundo Creswell, e atendendo ao carácter qualitativo desta investigação, existem cinco abordagens possíveis de serem adotadas, designadamente a investigação narrativa, a fenomenologia, a investigação fundamentada, a investigação etnográfica e o estudo de caso. Cada uma destas abordagens vai, naturalmente, responder de maneira diferente às questões formuladas acima. Posto isto, e após um “jogo” de correspondência entre as características de cada abordagem e as intenções motivadoras da investigação, definiu-se que a mesma é narrativa com contornos etnográficos.

Segundo o mesmo autor, a investigação narrativa é aquela que se preocupa em captar histórias e experiências de vida de forma detalhada e exaustiva, de um ou mais indivíduos que se aproximam por um sentido de pertença a determinada comunidade. No entanto, outras características desta abordagem, como a troca de experiências entre entrevistado e entrevistador, parecem impedir que a investigação caia neste molde, na sua plenitude. Assim, esta investigação narrativa cruza-se e complementa-se com a abordagem etnográfica que, para além de registar narrativas, vai interpretá-las.

De acordo com Harris (1968, *apud* Creswell, 2007, p. 68), a investigação etnográfica tem o objetivo de descrever e interpretar padrões de comportamento, valores, crenças, relações interpessoais e outros aspetos que caracterizem uma comunidade que partilha o mesmo sentido de cultura. Embora também seja prática desta abordagem o princípio de “observação participante”, em que o investigador está imerso no quotidiano do grupo sobre o qual se pretendem desenhar conclusões, o facto de se propor a estudar um tempo cronológico passado, torna impossível a observação direta das práticas e interações.

Note-se então que, numa perspetiva narrativa, o foco da investigação é explorar a vida de indivíduos ao mesmo tempo que, numa perspetiva etnográfica, se procura descrever e interpretar essa mesma história de vida, que, em traços gerais, é comum ao grupo com o qual partilha o ideal de cultura. Portanto, a utilização de instrumentos de cada uma das abordagens, tanto narrativa como etnográfica, tornou possível o estabelecimento de narrativas baseadas nas vidas reais dos entrevistados que importam ser transmitidas às gerações que se lhes seguem, sem fixar práticas e formas de entender a comunidade a que se pertence. Por outras palavras, pretende-se que, através da recolha, registo e interpretação destes testemunhos de memória, o sentimento de pertença a esta



comunidade perdure no tempo. Desta forma, estas expressões de património imaterial no quotidiano rural do concelho de Mafra são salvaguardadas, sobretudo, através da criação deste espaço de encontro entre gerações, promovendo a partilha de vivências, práticas, símbolos e significados.

## **I – Enquadramento teórico**

### **1.1. Panorama Internacional: breves considerações sobre os conceitos de Património Cultural e Património Cultural Imaterial**

Trabalhar um objeto de estudo no domínio do património cultural imaterial requer um olhar crítico para o passado, de forma a avaliar como este conceito se tem vindo a transformar ao longo das últimas décadas. É durante esse passado próximo que vários autores e organizações governamentais discutiram e reformularam as definições e linhas de ação em torno das questões do património cultural e do património cultural imaterial. Importa, por isso, recuperar e analisar criticamente esse percurso normativo e conceptual, para um mais profundo entendimento da temática a tratar.

É pela realização deste levantamento que surgem também autores cujas perspetivas sobre as temáticas em torno do património contribuem para uma discussão mais rica e diversificada. Para a presente dissertação, a perspetiva de Françoise Choay em *Alegoria do Património* (1992), exaustiva na sua essência, traz à tona pormenores conceptuais curiosos quando comparados com versões mais recentes do conceito de património cultural, no qual se insere o património cultural imaterial.

Ora, na perspetiva de Choay, o património cultural é, acima de tudo, histórico. Quer isto dizer que, na ótica da autora, o património cultural traduz e representa o estado da própria sociedade em que se insere. Segundo a autora, o património cultural é aquilo que representa e que serve para usufruto de uma comunidade alargada, centrando a sua atenção em obras de arte, intrinsecamente ligada à ideia do próprio património como uma instituição, como algo que se sobrepõe. Quer isto dizer que a autora entende o conceito de património como algo que é e representa algo superior, no sentido em que representa valores e princípios que fazem parte de uma identidade. Por outras palavras, a autora procura que o património cultural seja entendido como algo que, mesmo estando distante das pessoas, representa uma história da qual elas fazem parte e que por isso tem que ser respeitado e salvaguardado. Note-se que, da mesma forma, esta noção do património como uma esfera superior da cultura, mais erudita que popular, acaba por servir como um dos instrumentos estatais através dos quais se estabelecem padrões de comportamento e valores sociais traduzidos numa rígida estratificação social. De facto, esta é uma perspetiva que ignora, claramente, o carácter fluído, espontâneo e dinâmico próprio da dimensão intangível do património.

*A transferência semântica sofrida pela palavra [património] assinala a opacidade da coisa. O património histórico e os comportamentos que lhe estão associados encontram-se presos em estratos de significação cujas ambiguidades e contradições articulam e desarticulam dois mundos e duas visões do mundo. (Choay, 1992, p. 11)*

Neste sentido, a autora restringe a noção de património ao edificado, ao imóvel e, consequentemente, ao material. Ainda assim, dá conta da diversidade de tipologias, mesmo que não as desapegue de questões ligadas ao tempo histórico da sua edificação<sup>17</sup> e, consequentemente, do movimento arquitetónico. Assim, a autora defende duas visões patrimoniais: a de monumento e de monumento histórico.

Ao aprofundar o seu entendimento do conceito de monumento alega que o valor deste reside no facto de “excitar, pela emoção, uma memória viva”. Ora, aqui a autora chama a atenção para a “função antropológica” dos monumentos. Estes, enquanto património, permitem “fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (Choay, 1992, p. 17). Agora, apesar da autora entender desta forma o conceito de monumento enquanto património, esta conceção parece pouco fecunda até na sua justificação. Isto porque, alegar que o edificado é capaz de convocar um passado que apela à memória de determinada comunidade, não se revela suficiente. Embora se reconheça, sobretudo no caso de templos ou igrejas, a capacidade de associar o edificado a práticas e crenças passadas, o edifício por si só pode contribuir para o congelamento dessas práticas que, sem a componente *humanista* mais tarde introduzida com o reconhecimento do património cultural imaterial, pouco tem de “vivo”. Portanto, falar de “memória viva” enquanto traço não só caracterizador, como principal, de um monumento, capaz de o incluir naquilo que se entende por “património”, parece uma conceção já ultrapassada, por invocar uma memória tão distante que se torna tão estática quanto o próprio edifício.

Embora esta seja uma obra de 1992, posterior à publicação das primeiras Convenções que começavam a dar os primeiros passos para o reconhecimento de aspetos “não tangíveis” do património, reflete uma interpretação muito limitada da questão. Logo, e reconhecendo as inúmeras publicações de referência que cobrem todo o processo

---

<sup>17</sup> Na perspetiva da autora, este parece ser um fator determinante, que confere valor patrimonial a determinado bem, como refere na p. 19: “Hoje em dia, o sentido de «monumento» progrediu. Ao prazer dispensado pela beleza do edifício, sucedeu a admiração ou o espanto que provocam a mestria técnica e uma versão moderna do colossal (...)”

legislativo e normativo até à interpretação atual do conceito de património cultural e património cultural imaterial, é relevante retomar algumas delas.

Em termos cronológicos, podem apontar-se as primeiras décadas do séc. XX<sup>18</sup> como o início da reflexão em torno das questões do PCI. Reconhecendo esse ponto de partida, para o contexto teórico necessário para a presente dissertação, tomaremos como referência o ano de 1972. Isto porque a promulgação de documentos normativos durante as últimas décadas do séc. XX e início do séc. XXI denunciam a crescente discussão em torno das questões do património cultural. Por isso, será através da análise dos documentos oficiais mais relevantes, a partir de 1972, que se pretende avaliar a evolução conceptual do PCI.

**a) Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972)**

A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, promulgada pela UNESCO, foi a primeira a alargar o conceito de património cultural a algo mais do que o edificado, construído pelo homem. Embora não reconheça o conceito num sentido tão alargado que confira valor patrimonial ao não tangível, já dá conta do património denominado natural. Dentro deste, engloba monumentos naturais, que se estruturam no habitat de espécies de fauna e flora e outras “zonas naturais”, cujo “valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural” (UNESCO, 1972, Art. n.º 2) os tornam dignos de serem salvaguardados, valorizados e transmitidos.

De forma breve, esta convenção, enquanto documento normativo gerador de compromissos jurídicos obrigatórios (Cabral, 2009a, p. 127), estabelece algumas linhas orientadoras que visam, sobretudo, a salvaguarda e promoção do património, nos termos definidos pelo documento. Uma das principais linhas condutoras promovidas por este documento de 1972 é o apelo à colaboração e comunicação entre os estados-parte, com o objetivo de identificar, mas sobretudo, de encontrar soluções para a preservação do património cultural e natural.

---

<sup>18</sup> Em 1922 a Liga das Nações, responsável internacional na área dos museus e cultural, criou a Comissão International de Coopération Intellectuelle. Ainda na mesma década, em 1928, foi criada a Comissão International des Arts Populaires, que trabalhou em estreita colaboração com a UNESCO até 1964. Atualmente, responde por Société International d’Ethnologie et de Folklore.

Segundo o Artigo 7º da Convenção, esta cooperação entre os estados-parte vai permitir que países sem recursos financeiros, científicos ou de outra ordem consigam responder, ainda assim, às questões relativas ao património cultural de cada país, confinado aos seus limites geográficos. Desta forma, sob o princípio de “proteção internacional”, seria possível promover uma certa entreaajuda entre comunidades e culturas diferentes em prol da proteção do património cultural daqueles que possuem menos ferramentas disponíveis a serem utilizadas para esses mesmos fins.

*Para fins da presente Convenção, deverá entender-se por proteção internacional do património mundial cultural e natural a criação de um sistema de cooperação e de assistência internacionais que vise auxiliar os Estados parte na Convenção nos esforços que dependem para preservar e identificar o referido património. (UNESCO, 1972, Art. n.º 7)*

Para além disso, é pela Convenção de 1972 que é criado o Comité do Património Mundial, constituído por membros representativos de várias culturas. Neste seguimento, o objetivo é reunir o património cultural e natural dos estados-parte numa listagem, atualizada de dois em dois anos.

O Comité, cujas funções também passam pela elaboração de inventários não exaustivos, torna-se assim um órgão que não só facilita a comunicação e entreaajuda entre os estados-parte, como também se tornou um instrumento que vai ao encontro do objetivo primordial deste documento: “assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural” (UNESCO, 1972, Art. n.º 4).

A Convenção de 1972 também revela uma preocupação crescente com o desenvolvimento do conhecimento científico em torno do património identificado, cultural e natural. Por essa razão, são várias as alíneas que focam a intenção de estabelecer políticas e serviços qualificados que não só trabalhem em prol da preservação do património, mas que também sejam capazes de tomar medidas científicas que se traduzam em novas pesquisas e investigações.

Outro fator interessante de ressaltar é o facto de reconhecer importância aos bens de valor justificado, mesmo que não inscritos nas listagens elaboradas pelo Comité. Esta inovação na forma de tratar o património, não lhe impondo limites, demonstra uma abertura por parte das entidades responsáveis, reconhecendo valor patrimonial, ainda que para fins diferentes dos inscritos. De facto, esta preocupação ampliada acaba por

demonstrar que existe um acrescido desassossego em torno do que está, de certa forma, mais perto *das pessoas* e que, mais tarde, seria abrangido pelo conceito de PCI. Esse desassossego, por sua vez, está relacionado com o iminente desaparecimento de certas práticas e expressões, aqui ainda excluídas das listas representativas, mas contempladas até certo ponto na definição de Património Cultural promulgada pela Convenção de 1972.

Note-se que é precisamente pela sua proximidade com as comunidades que esta dimensão do património cultural se revela mais frágil e por isso, a Convenção de 1972, ao procurar o valor etnológico e antropológico associado ao património, dá os primeiros passos para a evolução do conceito:

*Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, Art. n.º 1)*

De igual forma, foi a Convenção de 1972 que marcou o início dos trabalhos para a formulação de Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, promulgada apenas em 2003. É notório que, apesar do aparente alargamento do conceito de património, o “não tangível” ou o imaterial ainda não eram reconhecidos como expressões de justificada importância ou entendidos como indicadores de diversidade cultural.

Dez anos depois da promulgação da Convenção de 1972, foi formulada pela mão do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios<sup>19</sup> a Declaração do México<sup>20</sup> (1982), aquando da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Por definição, este documento difere do anteriormente analisado, por se tratar de “um compromisso unicamente moral ou político” (Cabral, 2009a, p. 127), sem qualquer obrigatoriedade e por isso, sem envolver a criação de legislação ou outro tipo de compromisso jurídico. Atendendo ao objeto de estudo da presente dissertação, a Declaração de 1982 é relevante para recuperar e analisar por ser um dos primeiros documentos oficiais que chama a atenção para o “património não material”, incluindo-o na definição de património cultural.

---

<sup>19</sup> Daqui em diante referido apenas como “ICOMOS”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

<sup>20</sup> Daqui em diante referida apenas como “Declaração de 1982, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

**b) Declaração do México (1982)**

A Declaração de 1982, apesar de dar conta da evolução do conceito de património cultural, também acaba por frisar aspetos já introduzidos pela Convenção de 1972, como a cooperação entre estados-parte. No entanto, na Declaração de 1982, esta cooperação entre estados-parte, mais do que por necessidade financeira ou diálogo político, pretende garantir o respeito e reconhecimento da diversidade cultural enquanto forma de autodeterminação dos povos. Consequentemente, é a Declaração de 1982 que vem introduzir o património cultural como instrumento de distinção perante *o outro*, enquanto característica fulcral na identidade cultural.

É neste sentido que a Declaração de 1982 fala em “libertação dos povos” que, pelo reconhecimento das diferentes tipologias culturais através das quais o homem se expressa, enriquece “o processo da sua própria criação” (ICOMOS, 1982). Aqui, é interessante de ressaltar a utilização do termo “criação”. De facto, a Declaração de 1982 defende que a identidade cultural deve “nutrir-se do seu passado” ao mesmo tempo que reconhece que a cultura e, consequentemente, o património, não se deve fixar nele. Ainda reforça esta ideia ao defender que é através da valorização do passado que a cultura pode ser utilizada como instrumento social no quotidiano do homem, no presente, enquanto parte dele próprio. Neste sentido, mais do que um processo de criação, a Declaração de 1982 pretende ligar os estados-parte no sentido da recriação cultural de cada um, aproximando-se dos povos e aproximando povos.

Neste seguimento, através do incentivo à criação de políticas culturais capazes de defender esta identidade cultural, a Declaração de 1982 vai também ser um passo para o entendimento do PCI como posteriormente foi defendido na Convenção de 2003. Segundo a Declaração de 1982,

*O património cultural de um povo compreende as obras dos seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anónimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.* (p. 5)

É óbvia a evolução do conceito de património cultural, quando comparado com a definição adotada na Convenção de 1972. Uma década passada desde a promulgação da Convenção de 1972, o conceito de património cultural não só já chama a atenção para

expressões que intitula de “não materiais” como também engloba nestas certos traços que, acima de tudo, pertencem à esfera espiritual e afetiva de cada sociedade, até aqui totalmente ignoradas da perspectiva patrimonial. Sem atender a especificidades teóricas próprias do tempo cronológico da promulgação de cada declaração e convenção, este entendimento de PCI, embora ainda sem esta denominação, aproxima-se no seu grosso da definição atual de PCI, área científica em que se insere o objeto de estudo da presente dissertação.

A evolução em torno do conceito de PCI foi, portanto, um processo longo e lento, sendo sempre influenciado por vicissitudes políticas, financeiras e sociais. Após a promulgação da Declaração de 1982, outro marco importante a ter em conta no percurso evolutivo do conceito de património cultural imaterial foi a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular<sup>21</sup>, promulgada em 1989. Esta recomendação, que acompanhou o interesse crescente em torno da temática do PCI no seio da UNESCO, é o primeiro documento normativo promulgado pela entidade cujo foco é a proteção do património cultural imaterial. Embora, por definição, uma recomendação não tenha qualquer caráter obrigatório e por isso, constitua apenas um documento oficial com linhas orientadoras *recomendadas*, a Recomendação de 1989 é um marco relevante para as questões do PCI.

### **c) Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular** **(1989)**

Uma análise superficial dos objetivos da Recomendação de 1989 pode levar a crer que, à semelhança de documentos normativos anteriores, o foco é a cooperação entre estados-parte para a preservação do património que contribuisse diretamente para a construção e afirmação de uma identidade cultural. Ainda que as linhas gerais, de facto, vão ao encontro de muito do que já tinha sido introduzido noutros documentos, na Recomendação de 1989 está subjacente uma tendência em atualizar metodologia de ação e os instrumentos adequados no domínio da salvaguarda do património. Da mesma maneira, a Recomendação de 1989 volta a ressaltar a importância da investigação científica. Neste caso, vai um pouco mais além visto que procura aliar a preservação de expressões de PCI à investigação científica, olhando a primeira como um novo

---

<sup>21</sup> Daqui em diante referida apenas como “Recomendação de 1989”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.



mecanismo necessário para compreender os processos evolutivos por que passam as comunidades. Mais concretamente, ao aliar a preservação do património imaterial à investigação, neste caso denominado de “tradicional e popular”, a Recomendação de 1989 procura novos meios capazes de compreender, no seio de uma comunidade, como é que se olha e como se pratica cultura.

Ainda assim, a Recomendação de 1989 traz à boca de palco novos conceitos e novas formas de interpretar as questões relacionadas com o património. Uma delas, e talvez a mais relevante para o enquadramento teórico pretendido de traçar, é a utilização do termo “cultura viva”. Aparentemente próximo do conceito de “memória viva” anteriormente invocado, “cultura viva” torna-se, neste contexto, um termo muito mais vasto e muito mais adequado à temática do PCI. Assim, a Recomendação de 1989 torna-se o primeiro documento oficial, promulgado pela UNESCO, que assume o carácter dinâmico do património cultural enquanto característica basilar, legitimando valor patrimonial ao que é próximo das comunidades. Por outras palavras, da Recomendação de 1989 constam linhas orientadoras que visam a necessidade de reconhecer o que indicam como sendo “tradicional” e “popular” como uma nova dimensão do património cultural, identitário das comunidades.

Naturalmente, e ao aceitar o património como algo que *é vivo*, a Recomendação de 1989 também se atualiza ao ser o primeiro documento normativo a falar da tradição oral, enquanto estratégia metodológica de trabalho. Para além disso, é ao admitir a tradição oral como forma de legitimar a cultura tradicional e popular, que acaba por compreender que, tal como acontece com o património edificado e móvel, também o património “não tangível”, “não material”, está sujeito a desaparecer e a não ser transmitido a gerações futuras, vulnerável, na sua essência, à passagem do tempo.

Não obstante, a Recomendação de 1989 não estabelece uma definição de património cultural, atualizada e como resposta à intensa atividade da UNESCO, mas antes dá conta de uma nova tipologia dentro do património cultural. Nestes termos, no Artigo A, a Recomendação de 1989 inova por definir cultura tradicional e popular como

*o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social; as normas e os valores transmitem-se oralmente, por imitação ou de outras maneiras. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a música, a dança, os jogos,*

*a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura, entre outras artes.* (UNESCO, 1989, Art. A)

Face à definição defendida nos contornos da recomendação, é interessante que esta também dê conta de comunidades mais específicas, como a familiar, profissional, regional, religiosa ou étnica. Se anteriormente foram exploradas concepções de património cultural que o compreendiam como forma de representar a instituição, não só superior como distante das comunidades, é interessante que a Recomendação de 1989 interprete a questão a partir de uma perspetiva completamente oposta. Esta dimensão antropológica, própria da cultura tradicional e popular, vai influenciar diretamente a preservação da mesma, colocando essa responsabilidade nas comunidades em que se expressa.

Neste seguimento, as linhas orientadoras multiplicam-se, dando sempre especial ênfase à cooperação entre estados-parte e no seio das próprias comunidades, de forma a garantir, num primeiro momento, o respeito pela diversidade cultural bem como garantir “o direito de acesso das diversas comunidades culturais à sua própria cultura” (UNESCO, 1989). Ora esta recomendação pode parecer, neste contexto, pouco adequada pela sua clareza. No entanto, pode afirmar-se que já existe, ainda que de forma pouco aprofundada, a noção da importância da preservação do PCI. Assim, a Recomendação de 1989 chama a atenção para o facto de uma deficiente preservação destas expressões impossibilitar, naturalmente, a transmissão das mesmas às gerações futuras dessa comunidade, privando-as desse conhecimento.

Em termos práticos, a Recomendação de 1989 reforça a importância do registo e dos esquemas de classificação do património, para a elaboração de inventários enquanto contributo direto na salvaguarda.

Embora seja um documento inovador em termos conceptuais e que apresenta novas maneiras de estimular o respeito por todas as tipologias do património cultural, acabou por não ter o impacto esperado. Este insucesso, apontado por vários autores e até pela própria UNESCO, prende-se com o número reduzido de estados-parte que adotaram, efetivamente, as linhas orientadoras da Recomendação de 1989. No fundo, esta recomendação serviu como um estímulo para o trabalho no domínio “das manifestações de criatividade intelectual ou coletiva” (UNESCO, 1989).

Este estímulo foi especialmente evidente com a entrada na década de 90 do séc. XX, em que se assistiu a um intenso desenvolvimento de novos programas para a salvaguarda do património imaterial. Apesar do fraco impacto da Recomendação de 1989,

os esforços para chamar a atenção dos estados-parte para estas questões prosseguiu, tendo dado origem ao Programa *Tesouros Humanos Vivos* (1993) e ao Programa *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*<sup>22</sup> (1997/1998). Em ambos os casos, o principal objetivo foi o registo das expressões imateriais em inventários nacionais, ao mesmo tempo que os artistas/praticantes de saber-fazer se tornam parte integrante na identificação do património intangível<sup>23</sup>.

Ainda assim, havia uma atenção maior no registo das expressões de PCI, através de inventários, documentação e arquivos temáticos do que na proteção dos praticantes dessas expressões que, no fundo, são representativos da comunidade. Neste sentido, a Recomendação de 1989 foi criticada e adotada por poucos estados-membro devido, por um lado, à falta de divulgação das linhas orientadoras e, por outro, devido ao fraco ênfase atribuído às comunidades, enquanto parte fundamental no domínio do PCI.

Deste modo, tornou-se óbvia a necessidade de formular um novo documento normativo que significasse um reposicionamento estratégico da própria UNESCO, que contornasse as críticas apontadas aos documentos anteriores e que, fundamentalmente, viesse normalizar a terminologia utilizada. A normalização da terminologia foi uma questão que surgiu a propósito da denominação “cultura tradicional e popular”, preconizada na Recomendação de 1989. Vários autores e especialistas classificaram esta denominação não só como limitadora, em termos conceptuais, como também fácil de ser utilizada erradamente, muitas vezes associada ao conceito de “folclore”, explorado mais à frente no presente trabalho.

Posto isto, foi em 2001, a par da 1ª Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial em que foram proclamadas dezanove obras-primas<sup>24</sup>, que se abriu, uma

---

<sup>22</sup> Para aprofundar as questões relacionadas com os programas *Tesouros Humanos Vivos* (1993) e *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* (1997/1998) consulte-se: Ana Carvalho (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial – estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora. p. 39-43.

<sup>23</sup> Através da criação dos programas *Tesouros Humanos Vivos* (1993) e *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial* (1997/1998) foi possível identificar via recenseamento os praticantes das expressões culturais mais relevantes em cada Estado-membro. Da mesma maneira, estes programas ligados à preservação do PCI preocuparam-se em dar o apoio necessário a estes praticantes, de forma a garantir a transmissão das práticas e saber-fazer às gerações seguintes. Sobre o tema, Carvalho (2011, p. 39-40) escreve: “Esta iniciativa baseia-se na identificação e no apoio aos praticantes de expressões culturais, assegurando a salvaguarda destas tradições através da transmissão de geração em geração. [...] implica a identificação ou o recenseamento dos praticantes de expressões culturais no território de cada país. Através do seu reconhecimento oficial e da adoção de outras medidas específicas de proteção e salvaguarda pretende-se estimular a continuidade da transmissão destes saberes para as gerações futuras”.

<sup>24</sup> Nomeadamente: língua, danças e música dos Garifuna (Belize), Tradição Oral do Gelede (Benim, Nigéria), Carnaval de Oruro (Bolívia), Ópera Kunqu (China), Gbofe de Afounkaha - Música das Trombetas

vez mais, a discussão sobre estas questões. Esta discussão, que teve lugar durante a 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, serviu como esboço daquilo que, no futuro, iria constituir a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial de 2003. Comumente chamada de Mesa-redonda de Turim, o debate em 2001 centrou-se sobretudo na formulação de uma nova definição de Património Cultural Imaterial e, consequentemente, no estabelecimento de políticas e estratégias que soubessem responder a essa renovada e mais adequada definição de PCI.

Com efeito, da Mesa-redonda de Turim de 2001 chegou-se a acordo quanto à denominação desta tipologia de património, sem a constranger ao tradicional ou ao popular, sendo que a definição desses conceitos pode ser, nela própria, um exercício complexo. Assim, no Artigo V/B/26, o termo “cultura tradicional e popular” é substituído por *intangible cultural heritage* que, por definição, diz respeito

*as peoples’ learned processes along with the knowledge, skill and creativity that inform and are developed by them, the products they create, and the resources, spaces and other aspects of social and natural context necessary to their sustainability; these processes provide living communities with a sense of continuity with previous generations and are important to cultural identity, as well as to the safeguarding of cultural diversity and creativity of humanity.*

Ora, a definição de PCI estabelecida em 2001 introduz novos aspetos a ter em conta na identificação destas expressões de património imaterial, até aqui pouco ou nada exploradas noutros documentos. De facto, é o alargamento a todas as formas do “intangível” que coloca os executantes e praticantes destas manifestações num lugar protagonista, em detrimento de investigadores da própria academia. Daqui, seriam enfatizados também os processos, criativos ou intelectuais, até então deixados totalmente de fora em anteriores definições de PCI. Neste domínio, já não é apenas o produto final

---

Transversais da Comunidade Tagbana (Costa do Marfim), Espaço Cultural da Irmandade do Espírito Santo dos Congos de Villa Mella (República Dominicana), Património Oral e Manifestações Culturais do Povo Zápara (Equador e Peru), Canto Polifónico Georgiano (Geórgia), Espaço Cultural do Sosso-Bala em Nyagassola (Guiné), Kutiyattam – Teatro Sânscrito (Índia), Opera Dei Pupi – Teatro de Marionetas Siciliano (Itália), Teatro Nôgaku (Japão), Escultura de Cruzes e o seu Simbolismo (Lituânia), Espaço Cultural da Praça Jamaa el-Fna (Marrocos), Cantos Hudhud dos Ifugao (Filipinas), Rito Real Ancestral e Música de Ritual no Santuário de Jongmyo (Coreia do Sul), Espaço Cultural e Cultura Oral dos Semeiskie (Federação Russa), Mistério de Elx (Espanha), Espaço Cultural do Distrito de Boysun (Uzbequistão). [Consult. 30 maio 2019]. Disponível na internet: <URL: <https://wayback.archive-it.org/10611/20160804043336/http://www.unesco.org/culture/intangible-heritage/masterpiece.php?lg=en>>.

que é reconhecido, mas também o processo, indissociável da comunidade que o aprendeu, aprendeu e transmite no seio da mesma. É neste sentido que, também em 2001, é promulgada a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural<sup>25</sup>, que teve um papel impulsionador na aceitação da definição de PCI reformulada no mesmo ano. Isto porque, ao reconhecer os processos criativos e intelectuais que permitem que uma comunidade legitime o seu sentido de pertença, está-se também a contribuir para que essa mesma comunidade se distinga *dos outros*, respeitando e confirmando a diversidade cultural, neste caso, dos estados-parte. A promulgação da Declaração de 2001 vem assim estabelecer uma nova estratégia operativa por parte da UNESCO, com o objetivo de responder ao panorama social, político e económico do séc. XXI.

Para além disso, é no decorrer do diálogo multi e intercultural promovido pela Declaração de 2001 que surge, em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Este documento, cuja promulgação constituiu um marco incontornável no percurso evolutivo do conceito de PCI, foi eficazmente ratificado por grande parte dos estados-membros, ao contrário do que acontecera com a Recomendação de 1989. Adotada na 32ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, a Convenção de 2003 estabeleceu-se como instrumento de ação sobre as temáticas do PCI e da sua salvaguarda.

Tal como em convenções da UNESCO anteriores, são esclarecidos os contornos segundos os quais se entende o PCI, sendo esta a definição mais atual do conceito. Transcrita no capítulo introdutório da presente dissertação, a definição de PCI lançada pela Convenção de 2003 volta a abordar a importância dos praticantes e dos sistemas de conhecimento, mais do que os objetos resultantes do processo de criação, tal como abriu caminho a Mesa-redonda de Turim em 2001.

Um dos pontos mais relevantes da Convenção de 2003 na definição de PCI é a questão da responsabilidade de salvaguarda. Se, até aqui, a salvaguarda deste património consistia no desenvolvimento de listagens, registos, documentação e arquivos, a Convenção de 2003 vem atribuir essa responsabilidade às próprias comunidades. Apesar de não descurar a importância dos métodos indicados na Recomendação de 1989, agora cabe a cada comunidade, não só transmitir este património, como também criar “condições que incentivem os artesãos a continuar a produzir todo o tipo de produtos e a

---

<sup>25</sup> Daqui em diante referida apenas por “Declaração de 2001”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

transmitir o seu saber-fazer e conhecimentos a outros, em especial aos membros mais novos das suas próprias comunidades” (Cabral, 2009a, 133).

Para além deste, outro ponto de claro interesse é o facto deste documento normativo ir mais além do que os seus antecessores no que toca à especificidade das comunidades em que estas manifestações se podem expressar. Se antes tinham sido reconhecidas comunidades tão específicas como a regional, religiosa, profissional ou familiar, a Convenção de 2003 chama a atenção para o *indivíduo* que se expressa, também ele, através de uma teia de significados complexa cuja relevância não pode nem deve ser ignorada. Tendo em conta o presente objeto de estudo, este torna-se um pormenor interessante de ressaltar porque, embora se venha a estudar uma comunidade local, abrangente à sua escala, a recolha de narrativas de quotidiano também traz à tona muito do que é pessoal, enfim, *individual*.

Ainda, segundo a Convenção de 2003, no Artigo n.º 2, 1

*Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade e criatividade humana.*

Ora, é de salientar o facto da Convenção de 2003 ser o primeiro documento normativo a dar conta da influência do território e do ambiente circundante sobre o tipo de sistemas cognitivos de uma comunidade. Apesar das questões relativas à paisagem rural estarem desenvolvidas mais à frente, é importante dar conta que isso já é algo contemplado pelo documento oficial que se propõe estabelecer linhas de trabalho, a nível internacional. Com efeito, olhar a paisagem e o meio ambiente como fator decisivo nas características das manifestações imateriais de determinada comunidade torna-se especialmente relevante tendo em conta o tema tratado na presente dissertação. De facto, uma das perspetivas mais interessantes de analisar o que constitui o PCI de uma comunidade é entender, através de um olhar antropológico, porque é que é de determinada forma e não de outra totalmente diferente. É certo que essas características vão estar intrinsecamente ligadas ao território em que se manifesta que por sua vez, não raros os casos, vai também ter um papel importante na definição de papéis sociais e de trabalho.

Posto isto, na tentativa de normalizar a linguagem entre estados-parte, a Convenção de 2003 preocupou-se também com a divisão por tipologias, mais ou menos abrangentes,

que cobrissem todo o espectro de manifestações de PCI preconizadas pela definição introduzida no mesmo documento. Assim, a Convenção de 2003 definiu cinco categorias nomeadamente:

- Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;
- Artes do espetáculo;
- Práticas sociais, rituais e atos festivos;
- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;
- Técnicas artesanais tradicionais;

De forma simplificada, a organização das manifestações de PCI em categorias foi um ponto positivo, visto que facilita a organização dos conteúdos recolhidos no seio de uma comunidade. Para a presente dissertação destaca-se, sobretudo, a categoria de Práticas sociais, rituais e eventos festivos. Isto porque, de facto, esta categoria abrange tudo aquilo que constitui rotina da comunidade em estudo e que justifique e enriqueça as relações de autonomia e dependência entre os membros da comunidade e entre a comunidade e *os de fora*. Mais concretamente, esta é a tipologia de manifestações de PCI que olha para o privado e para o público, sem dissociar o indivíduo do grupo ou mesmo do ambiente em que se expressa, por se tratar de camadas diferentes da mesma realidade. De certa forma, é sobretudo na recolha de expressões construtoras de identidade e de estrutura social que incide a recolha mais à frente apresentada.

Efetivamente, pode afirmar-se que a Convenção de 2003 procura identificar manifestações imateriais que as comunidades identifiquem com sendo parte integrante e estruturante da sua identidade cultural e que se pretende transmitir de geração em geração. Por outro lado, é necessário aferir que papel desempenha essa manifestação na própria comunidade (Cabral, 2009b, 44).

Naturalmente, e apesar da Convenção de 2003 definir PCI segundo contornos que o tentam afastar do conceito de “popular” ou “tradicional”, a verdade é que, precisamente pela identificação passar pelo que se considera suscetível de transmitir a gerações vindouras, o entendimento do PCI parece ser indissociável desses mesmos conceitos.

Consequentemente, a Convenção de 2003 focou a sua ação na formulação de novas éticas de trabalho que, na prática, se revelassem mais eficazes sobretudo nas ações propostas para a salvaguarda do património.

Posto isto, a Convenção de 2003, no Art. n.º 2, 3, define a salvaguarda do património imaterial como sendo

*as medidas que visam assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão – essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização dos diversos aspetos deste património.*

Devido à complexidade inerente à definição de métodos de instrumentalização das linhas orientadoras, a Convenção de 2003 contemplou medidas para a salvaguarda do PCI a nível internacional e nacional. Por esta estratégia pretendeu-se que a ação promovida pela Convenção de 2003 se demarcasse daquela definida na Recomendação de 1989, que se cingia à documentação e constituição de arquivos temáticos. Seguindo essa linha de ação, foram estabelecidas medidas comuns a todos os estados-parte que ratificassem a Convenção de 2003, sendo que depois caberia a cada um deles definir as medidas mais eficazes no seio das suas comunidades e tipologias de património cultural imaterial. Desta forma, não seriam apenas as instituições as responsáveis pela identificação e salvaguarda do PCI, mas também acabaria por estender esta responsabilidade às próprias comunidades.

A nível internacional, a Convenção de 2003 estipulou a criação da Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (2008)<sup>26</sup> e da Lista de Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente. Em ambos os casos, a inscrição está dependente do cumprimento de critérios predefinidos.

Ainda assim, apesar da rapidez com que a Convenção de 2003 foi ratificada por um alargado número de estados-membros, vários especialistas criticaram este documento por

---

<sup>26</sup> Ao momento de elaboração da presente dissertação, Portugal está representado cinco vezes na Lista Representativa de Património Imaterial da Humanidade e surge duas vezes na Lista Representativa de Património Imaterial da Humanidade que necessita de Salvaguarda Urgente. Da primeira constam a Falcoaria (2010), Fado (2011), Dieta Mediterrânea (2013), Cante Alentejano (2014), Artesanato de Estremoz (2017). Da segunda lista estão inscritos como representativos nacionais o processo de Fabrico de Chocalhos (2015) e o processo de Manufatura da Olaria Negra de Bisalhães (2016). [Consult. 07 jun. 2019] Disponível em: <URL: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial-em-portugal>>.



apontar uma clara separação entre a dimensão material e imaterial do património. Naturalmente, levantaram-se questões quanto à pertinência de duas Convenções completamente distintas e sem aparente elo de ligação, nem mesmo nas linhas orientadoras em termos práticos. Neste sentido, a Convenção de 2003 foi criticada precisamente por se entender que, apesar de ter servido como importante chamada de atenção para as questões do PCI e da sua salvaguarda, propunha um deficiente entendimento do património imaterial por este não estar completo sem atender à dimensão material do mesmo.

Recapitulando, conclui-se que as temáticas em torno do PCI, atendendo às suas especificidades, perigos e formas de representação, são complexas e encontram pouco consenso no seio académico e jurídico. De facto, essa complexidade torna-se especialmente evidente após a análise da síntese elaborada neste capítulo, em que foi possível ter uma ideia geral da evolução do conceito de património cultural mas, sobretudo, da morosidade em reconhecer a sua dimensão imaterial e a importância da mesma na construção da identidade das comunidades. Da mesma forma, foi possível dar conta das diferentes formas de agir ao longo das últimas décadas perante a dimensão imaterial do património, aspeto que lhe acrescenta complexidade.

A nível internacional, a discussão tem sido agitada e fecunda em linhas práticas de trabalho que se apoiam, de forma crescente, nas comunidades em questão. A partir daqui, abre-se espaço para uma outra discussão importante de abordar: e a nível nacional? A aplicação da Convenção de 2003, a nível nacional e, finalmente, a nível local, manifestou-se de forma prática? De que modo?

## **1.2. Panorama nacional: breves considerações sobre os aspetos jurídicos relativos ao património cultural e património cultural imaterial**

Em Portugal, a década de 80 do séc. XX é apontada como ponto de partida das ações políticas e legislativas em torno do património. As políticas patrimoniais em Portugal têm sido, desde então, um tema de profundo desenvolvimento e discussão no seio da academia. Como tal, este capítulo baseia-se sobretudo na obra de Ana Carvalho, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial – Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas* (2011), no capítulo II intitulado “Portugal: Enquadramento normativo e institucional em matéria de património cultural imaterial”<sup>27</sup>. Atendendo ao conteúdo deste capítulo, em coerência com outras referências bibliográficas como João Martins Claro (2009), Alexandre Ribeiro Matos (2007) e Maria Ravara (*et. al*, 2013), a intenção deste capítulo é dar conta da legislação promulgada em Portugal, ao mesmo tempo que procura analisar de que forma as políticas patrimoniais nacionais se articulam com a Convenção de 2003, explorada no capítulo anterior.

Tal como o próprio conceito de património imaterial, também a legislação dirigida especificamente à dimensão imaterial do património cultural é algo relativamente recente e, como apontado por autores como Carvalho (2011) e Claro (2009), com algumas incoerências e lacunas. Ainda assim, o percurso percorrido pelas políticas patrimoniais específicas do PCI em Portugal seguiu as tendências internacionais. Por outras palavras, pode afirmar-se que, também a nível nacional, se procurou alcançar um entendimento mais alargado e integrado daquilo que é visto como património imaterial, bem como de quais as suas características, especificidades e perigos. Portanto, no que toca ao processo de regulação jurídica da área imaterial do património cultural, o desafio mantém-se: como tratar um objeto de estudo cuja característica principal é a sua intangibilidade?

A primeira tentativa de resposta a esta questão surge em 1985, com a promulgação da Lei n.º 13/1985, de 6 de julho. Este é considerado o primeiro documento legislativo promulgado em Portugal com a intenção de reconhecer o PCI em matéria de políticas patrimoniais. Segundo Camacho (1999) e reforçado por Carvalho (2011), a Lei n.º 13/1985 surge como um avanço na conceção do que, em termos legislativos, era até então considerado como património cultural. Esta evolução conceptual, que se traduziu na elaboração desta nova lei, deveu-se em muito aos ventos vindos do resto da Europa,

---

<sup>27</sup> P. 68-100

evidentes nas ações levadas a cabo pela UNESCO e ICOMOS durante a década de 80 do séc. XX<sup>28</sup>, e que tiveram grande impacto em Portugal sobretudo a partir de 1974. Como tal, a Lei n.º 13/85 torna-se o primeiro documento de cariz legislativo em Portugal que engloba na definição de património cultural a dimensão intangível do mesmo, tal como expressa no Art. n.º 1 do documento:

*O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo. (Lei n.º13/85, Art. n.º 1)*

É também este documento que vem regulamentar a questão da responsabilidade da preservação e salvaguarda, atribuindo-a especificamente aos órgãos políticos, em todas as suas dimensões. Segundo Barata (*et. al*, 2002, *apud* Carvalho, 2011, p. 68)

*(...) a responsabilidade perante a proteção do património cabe ao Governo português em primeira instância, através de instituições especializadas para o efeito, muito embora, se reconheça o papel das associações de cidadãos na participação ativa no que concerne a alguns aspetos do património.*

Sobre este tema, a Lei n.º 13/85 é clara, embora pouco fecunda, ao atribuir responsabilidades tanto ao Governo português naquilo que são as diversas esferas de atuação, como também às comunidades. Por essa razão, este documento destaca-se dos seus antecessores e torna-se um marco na identificação e preservação do PCI. Isto porque, sendo essa dimensão humana uma característica fulcral das práticas abrangidas pelo conceito de PCI, a Lei n.º 13/85 é marcante e inovadora por sublinhar o papel das comunidades no processo de identificação e preservação destas práticas, reconhecendo que estas não se podem dissociar das comunidades a que pertencem e que as praticaram ou praticam.

---

<sup>28</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 59/80 de abril. Relativamente ao período dos anos 80 do séc. XX em Portugal, em matéria do PCI, vale a pena referir a criação do Instituto Português do Património Cultural, cuja abordagem alargada do conceito de Património Cultural impulsionou a criação de vários departamentos capazes de responder a essa mesma abrangência, entre eles o Departamento de Etnologia. Para além de orientar a sua ação em campos maioritariamente relacionados com a sinalização, salvaguarda, documentação e estudo de manifestações de PCI, segundo Camacho (1999), o Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural teve um papel fulcral na mudança do paradigma de organização do museu local.

No Artigo n.º 3, as alíneas 1 e 4 sublinham precisamente essa distribuição de responsabilidades que, em última instância, se pretendia traduzido numa colaboração estreita entre poder estatal e as comunidades a quem o património cultural diz respeito.

*O levantamento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural incumbem especialmente ao Estado, às regiões autónomas, às autarquias locais, aos proprietários possuidores ou detentores de quaisquer suas parcelas e, em geral, às instituições culturais religiosas, militares ou de outro tipo, às associações com efeito constituídas e ainda aos cidadãos. (Lei n.º 13/85, Art. n.º 3, 1)*

*As populações deverão ser associadas às medidas de proteção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do património cultural. (Lei n.º 13/85, Art. n.º 3, 4)*

Aos bens de património imaterial, especificamente, este documento de regulamentação dedica o Artigo n.º 43, no qual são explicitados os deveres dos atores responsáveis pela salvaguarda deste património. Das várias linhas orientadoras descritas no Artigo n.º 43 destacam-se, para o objeto de estudo da presente dissertação, as seguintes alíneas:

*- Promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa de identidade e memória coletiva portuguesa, protegendo, em particular, os valores da integridade, verdade e autoria das obras do engenho humano de todas as criações culturais, sejam quais forem as formas e meios por que se manifestem e corporizem” (Lei n.º 13/85, Art. n.º 43, 1, a)*

*- As manifestações da tradição cultural portuguesa que não se encontrem materializadas serão objeto de registo gráfico e audiovisual para efeitos de preservação e divulgação. (Lei n.º 13/85, Art. n.º 43, 2)*

Ora, no que concerne a estas linhas orientadoras, complementadas pela recomendação de criação de arquivos regionais ou nacionais, é visível que, embora o conceito de património cultural tenha evoluído para algo mais abrangente, ainda havia um longo caminho a percorrer quanto à metodologia de salvaguarda. Uma das lacunas da Lei n.º 13/85 foi precisamente a disparidade de metodologias de salvaguarda de bens materiais e imateriais, dando claro ênfase e profundidade aos primeiros. Por outro lado, torna-se evidente pelas alíneas recuperadas acima que, no âmbito do intangível, a

salvaguarda começava e se encerrava no registo, levando a crer que esta linha de trabalho seria a suficiente, apesar do carácter vago e pouco exaustivo desta opção metodológica.

Por falta de desenvolvimento e decretos-lei que motivassem a sua regulamentação, a Lei n.º 13/85 nunca chegaria a sair do papel e, não obstante o seu carácter impulsionador em Portugal ao nível das políticas patrimoniais, acabou por não responder aos desafios que se propôs resolver.

De tal forma que apenas em 2001 é publicado um novo normativo, como resposta a este. Em 2001 é promulgada a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, também conhecida por Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural<sup>29</sup>. Este documento veio, uma vez mais, contribuir para a alteração do panorama legislativo português em matéria patrimonial. Tanto que, ao assumir contornos de lei de bases de política cultural, procurou ir mais além que o anterior no que toca à definição de bens culturais, mas sobretudo quanto aos métodos de salvaguarda e preservação dos mesmos. Para isso, a Lei n.º 107/2001 veio reafirmar a responsabilidade do estado português nessa missão, preparando o panorama legislativo português para receber a Convenção de 2003.

Este normativo vem, de certa forma, alterar o olhar sobre o património cultural, tal como é expresso através do Artigo n.º 2:

*Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. (Lei n.º 107/2001, Art. n.º 2, 1)*

No seguimento desta alínea, ainda no Artigo n.º 2, são especificados os vários interesses culturais possíveis de atribuir a um bem cultural que encaixe nos moldes definidos na alínea recuperada acima. De acordo com o Artigo n.º 2,

*O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. (Lei n.º 107/2001, Art. n.º 2, 3)*

---

<sup>29</sup> Daqui em diante referida apenas como Lei de Bases, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

Sobre o interesse cultural, contextualizado na Lei n.º 107/2001, Claro (2009, p. 142) escreve que

*O bem cultural representa uma realidade material ou imaterial que deve ser protegida e valorizada em função de um interesse cultural – do interesse cultural relevante – que evidencia. No fundo, é a imaterialidade que caracteriza o interesse na medida em que é o significado, o valor que isolamos em relação a um determinado bem, que se destaca e transcende o suporte corpóreo.*

Ora, esta legislação vem estabelecer uma inovação comparativamente com a Lei n.º 13/85, dada a sua preocupação em assumir o património cultural imaterial como uma dimensão autónoma do património cultural, com conteúdo jurídico exclusivo (Claro, 2009; Sousa, 2015). A leitura das restantes alíneas do Art. n.º 2, com destaque para os números 4 e 6, leva a concluir que o conceito do imaterial ganha mais força do que em normativos anteriores, indo mais longe na sua definição e ao reconhecer a sua importância enquanto mecanismo de coerência social e instrumento através do qual se reforça o ideal de identidade. No Art. n.º 2 está escrito,

*Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas. (Lei n.º 107/2001, Art. n.º 2, 4)*

*Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa. (Lei n.º 107/2001, Art. n.º 2, 6)*

No ponto 6 do Art. n.º 2 é de ressaltar a referência aos contextos, de importância acrescida quando se fala em manifestações do quotidiano de uma comunidade. Tal como brevemente abordado no capítulo introdutório da presente dissertação e desenvolvido em maior profundidade mais à frente, o contexto – as relações entre atores, entre os atores e o meio envolvente, na esfera privada e pública – constituem uma das principais linhas caracterizadoras de determinada manifestação. A noção de que o contexto não só integra como influencia o próprio bem cultural imaterial é uma das inovações conceptuais atualizadas com a promulgação da Lei de Bases.

São de salientar ainda os Artigos n.º 91 e n.º 92 que dão conta das especificidades do regime de proteção relativamente aos bens culturais de natureza imaterial. Relativamente ao Artigo n.º 91, tal como chama a atenção Claro (2009, p. 144), abrange uma diversidade de manifestações, dentro dos limites do imaterial, sobretudo nos n.ºs 1 e 2.

*Para efeitos da presente lei, integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas. (Lei n.º 107/2001, Art. n.º 91, 1)*

*Especial proteção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos. (Lei n.º 107/2001, Art. n.º 91, 2)*

Até certo ponto, podem encontrar-se alguns pontos em comum entre a Lei de Bases e a definição anteriormente explorada, promulgada na Convenção de 2003. Tal como viria a constar na definição de PCI no documento da UNESCO, também a Lei de Bases (Art. n.º 91, 5) dá conta da preservação dos objetos e instrumentos associados a estas práticas, da mesma maneira que reconhece valor patrimonial a práticas que não possuam suporte corpóreo que as complementem (Art. n.º 91, 4).

O Artigo n.º 92, cujas linhas orientadoras incidem sobre as responsabilidades de preservação, também apresenta algumas evoluções relativamente à Lei n.º 13/85. Embora continue a frisar o papel governamental, ressalva também o papel do poder local na valorização e reconhecimento das manifestações de cariz imaterial praticadas, no passado ou no presente, e características dentro dos seus limites territoriais (Claro, 2009).

*Constitui especial dever de as autarquias locais promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respetivas, incluindo os próprios das minorias étnicas que as integram. (Lei n.º 107/2001, Art. n.º 92, 2)*

A referência, pela primeira vez num documento de carácter jurídico, às “minorias étnicas” é outra evolução no conceito de património cultural imaterial. É precisamente através da Lei de Bases que as manifestações de cariz imaterial passam a ser entendidas para além de meras “tradições populares” como até aqui, para passar a ser adotado um

conceito amplo e difuso, que atende às especificidades de grupos mais pequenos dentro das próprias comunidades locais, como dá conta o Art. n.º 92, 2 da Lei n.º 107/2001, recuperado acima.

A Lei de Bases viria a revelar-se mais fecunda que a sua antecessora, tendo sido regulamentada a partir de 2007, com a criação da Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural (Carvalho, 2011).

Numa leitura complementar, ainda sobre a matéria das responsabilidades de preservação do património cultural, é de referir a promulgação do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro, também conhecido como Lei Orgânica do Ministério da Cultura.

No Decreto-Lei n.º 215/2006 estão discriminados os vários órgãos de administração direta e indireta do Estado, responsáveis pelas questões ligadas ao património cultural, capazes de trabalhar em coerência em prol das várias missões do Ministério da Cultura. Pela leitura do Artigo n.º 2, sobretudo nas alíneas a) e d), pode afirmar-se que os bens culturais imateriais começam a ter um lugar de crescente notoriedade, obrigando o panorama jurídico nacional a adaptar-se às especificidades desta dimensão do património cultural, que já entende como vinculador de identidade, como acontecera com o património material, móvel e imóvel. No Art. n.º 2 pode ler-se,

*Salvaguardar e promover o património cultural imóvel, móvel e imaterial, promovendo a sua classificação e inventariação. (DL n.º 215/2006, Art. n.º 2, a)*

*Valorizar os testemunhos que, independentemente do suporte, tenham importância etnográfica ou antropológica com significado para a identidade e memória coletivas. (DL n.º 215/2006, Art. n.º 2, d)*

Já no Artigo n.º 3, referente à estrutura orgânica, nomeia os órgãos de administração direta e indireta do Estado, cujas funções passam por responder aos vários desafios na área do património cultural em Portugal. É de destacar a referência ao Instituto dos Museus e da Conservação<sup>3031</sup> na lista dos órgãos de administração indireta do Estado,

---

<sup>30</sup> Daqui em diante referido apenas por “IMC”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

<sup>31</sup> Segundo o Decreto-Lei 97/2007, de 29 de março, o IMC “(...) tem por missão desenvolver e executar a política cultural nacional nos domínios dos museus e da conservação e do restauro, bem como do património cultural móvel e do património imaterial, designadamente através do respetivo estudo, preservação, conservação, valorização e divulgação da qualificação dos museus portugueses de gestão das instituições



órgão este que seria oficialmente criado em 2007, pelo Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de março e respetiva Portaria n.º 377/2007, de 30 de março.

A Portaria n.º 377/2007 surge como complemento à criação do IMC, que circunscreve igualmente a criação de departamentos especializados em cada área do património cultural, do qual se destaca a criação do Departamento de Património Imaterial<sup>3233</sup>. A atribuição de competências específicas para o PCI permitiu a estreita colaboração do IMC/DPI com a Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural, tendo em vista a criação de estatutos próprios para o PCI em Portugal, nomeadamente ligados ao inventário à escala nacional (Costa, 2008<sup>34</sup>).

Ainda em 2007, a 23 de agosto, o Governo português ratifica a Convenção de 2003, documento de referência para a atuação no seio do PCI ao nível de todos os Estados-parte da UNESCO. O processo de ratificação, iniciado em 2007, viria a concluir-se em 2008 por aprovação na Assembleia da República (Resolução AR n.º 12/2008), publicado em Decreto do Presidente da República n.º 28/2008. Em Portugal, a Convenção de 2003 entra oficialmente em vigor a 21 de agosto de 2008.

Já em 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 139/2009, são delineados novos princípios referentes às políticas patrimoniais de proteção do PCI em Portugal, sendo este documento encarado como um desenvolvimento das linhas definidas na Lei n.º 107/2001. De facto, são vários os pontos em que o Decreto-Lei n.º 139/2009 e a Convenção de 2003 se tocam, sobretudo relativamente à divisão dos domínios definidos pela segunda, sendo que existe apenas uma alteração ligeira dos termos utilizados.

Da mesma forma, o Decreto-Lei n.º 139/2009 é coerente com a Convenção de 2003 no que toca aos deveres de inventariação enquanto forma de proteção do PCI em Portugal. Para os fins definidos no Art. n.º 12 da Convenção de 2003, referentes à criação de inventários nacionais, o Decreto-Lei n.º 139/2009 vem implementar a criação do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial<sup>35</sup>, cuja gestão ficou definida como

---

museológicas da Rede Portuguesa de Museus e da definição e difusão de normativos para estes setores.” (Art. n.º 3, 1). Para Decreto-Lei completo consultar <https://dre.pt/application/conteudo/520450>.

<sup>32</sup> Para além do Departamento de Património Imaterial, eram parte dos serviços centrais do IMC o Departamento de Museus, o Departamento de Património Móvel, o Departamento de Conservação e Restauro, o Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo e o Departamento de Gestão.

<sup>33</sup> Daqui em diante referido apenas por “DPI”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

<sup>34</sup> P. 19-20

<sup>35</sup> Sobre o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, Clara Camacho (2009, p. 6 *apud* Carvalho, 2011) escreve: “O Inventário Nacional do Património Imaterial consiste num software de acesso livre e em linha, que permitirá o carregamento dos vários tipos de dados indispensáveis ao devido registo, tal como o

uma das missões a cargo do Instituto dos Museus e da Conservação. Uma das evoluções metodológicas introduzidas por este normativo e impulsionada pela ratificação da Convenção de 2003 é a referência a uma “base de dados em linha de acesso público” (DL n.º 139/2009, Art. n.º 6, 3), como se pode ler no Art. n.º 4

*2 - Ao Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., cabe, no âmbito do Ministério da Cultura, a responsabilidade da coordenação das diversas iniciativas a desenvolver no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial. (DL n.º 139/2009, Art. n.º 4, 2)*

*3 - O Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., pode prestar apoio técnico às candidaturas do Estado Português à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e à Lista do Património Cultural Que Necessita de Salvaguarda Urgente previstas pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. (DL n.º 139/2009, Art. n.º 4, 3)*

A reforçar estas linhas orientadoras, pode ler-se no Art. n.º 8 que

*1 - O pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial é dirigido ao Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., através do formulário eletrónico próprio disponibilizado na respetiva página eletrónica. (DL n.º 139/2009, Art. n.º 8, 1)*

Este Decreto-Lei introduz, ainda, várias linhas orientadoras sobre os parâmetros a que uma manifestação de PCI deve corresponder para pertencer, oficialmente, ao Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial. No Art. n.º 10 são então descritos os critérios sujeitos a apreciação das entidades competentes. Destes, importam para o enquadramento teórico do objeto de estudo da presente investigação a relevância atribuída a determinada manifestação de PCI no seio da comunidade ou grupo em que se expressa (Art. n.º 10, a), o contexto social em que determinada manifestação é produzida enquanto marca histórica e espacial e o eminente perigo de “extinção, parcial ou total” (Art. n.º 10, e) de uma manifestação.

---

define a Lei 107/2001, de um elemento do Património Imaterial. (...) Esses dados poderão consistir em registos fotográficos, filmicos, sonoros, em transcrições orais ou outros. Para além da ficha do elemento imaterial inventariado, e dos respetivos dados de registo, o software permite igualmente o inventário e o acesso em linha aos bens patrimoniais a ele associados, tais como bens móveis, imóveis ou mesmo espaços culturais.”

No seguimento das linhas de ação no âmbito da salvaguarda do PCI, o Decreto-Lei n.º 139/2009 promulga a criação da Comissão<sup>36</sup> para o Património Cultural Imaterial. Segundo o Art. n.º 21, 1

*A Comissão é um órgão dotado de autonomia administrativa, técnica e científica, que atua de forma independente e que tem funções deliberativas e consultivas no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial.*  
(DL n.º 139/2009, Art. n.º 21, 1)

Das várias funções atribuídas à Comissão para o PCI, todas elas relacionadas com procedimentos de salvaguarda e proteção de manifestações de PCI, é de referir a capacidade de se pronunciar quanto aos processos de candidatura às Listas Representativas<sup>37</sup>. A criação da Comissão para o PCI representa, assim, um passo importante para colocar na prática, em Portugal, as linhas orientadoras instituídas pela Convenção de 2003.

Ainda assim, pode afirmar-se que, até certo ponto, as linhas condutoras do Decreto-Lei n.º 139/2009 acabam sempre por se revelar algo subjetivas, podendo esta ser uma das fragilidades mais óbvias de um documento que se procura eficaz no panorama nacional das políticas patrimoniais. Todavia, em 2010<sup>38</sup>, é publicada a Portaria n.º 196/2010 de 9 de abril, documento legislativo que vem operacionalizar vários princípios introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 139/2009. Pela promulgação deste novo documento, procurou-se definir linhas de ação mais concretas, de forma a contornar a eventual subjetividade latente em algumas linhas orientadoras do normativo anterior, sobretudo nos Artigos referentes aos procedimentos de inventariação.

Em linhas gerais, a Portaria n.º 196/2010 implementa normas específicas para a aprovação de pedidos de inventariação de manifestações de PCI, bem como os campos

---

<sup>36</sup> Daqui em diante referida apenas por “Comissão para o PCI”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

<sup>37</sup> Nomeadamente, a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e Lista do Património Cultural Imaterial Que Necessita de Salvaguarda Urgente

<sup>38</sup> Vale a pena referir que, em conformidade com as movimentações a nível nacional em torno do Património Cultural Imaterial, foi neste ano que foi apresentada a primeira Candidatura do Estado Português para Inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade. Em junho de 2010, a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, foi apresentada a candidatura do Fado, tendo esta sido aprovada e integrada na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, um ano mais tarde. Para além disto, em novembro de 2010, deu-se por concluído o desenvolvimento do Programa MATRIZ 3 – Inventariação, Gestão e Divulgação de Património. Esta plataforma digital, concebida pelo IMC, foi criada com o intuito de promover ações de salvaguarda no seio de entidades portuguesas cujo trabalho passe pelo estudo, documentação e inventário do PCI.

de preenchimento obrigatório e documentação complementar necessária. Da mesma maneira, enquanto normativo operacionalizador do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, define também quais as características mais importantes no trabalho de observação para a identificação de PCI. Sobre este aspeto, Carvalho (2011, p. 73) escreve:

*O documento sugere que no âmbito das metodologias para a identificação do PCI se apliquem as técnicas adotadas em antropologia e especifica que o processo de submissão de um pedido de inventário seja conduzido por especialistas na área das ciências sociais (ponto 8 do Anexo II).*

Todavia, e tal como Carvalho (2011) chama a atenção, as condições definidas na Portaria n.º 196/2010 e acima recuperadas podem, de certa forma, vir limitar a abertura dos inventários nacionais às comunidades e grupos em que cada manifestação de PCI se expressa. Uma das mais flagrantes críticas que a autora tece a este documento, especificamente ao Anexo II, é o facto de, na prática, se traduzir numa contradição.

*O que à partida poderá ser um elemento dinamizador de atividade antropológica em Portugal, poderá ser, ao mesmo tempo, um fator limitativo no que diz respeito a candidaturas espontâneas provenientes das comunidades que de facto detêm este património. (Carvalho, 2011, p. 73)*

Ainda assim, este documento normativo foi um dos mais eficazes, em termos práticos, no panorama legislativo nacional de políticas patrimoniais, na medida em que veio corrigir e instituir normas cujo foco fosse “o estudo da relevância das manifestações e a integração nos domínios temáticos assinalados pela Convenção” (Claro, 2009, p. 149).

Já em 2011, tal como previsto no Art. n.º 12 da Convenção de 2003 e reforçado no Art. n.º 6 do Decreto-Lei n.º 139/2009, é disponibilizado o MatrizPCI, como base de dados em linha e de acesso aberto, no qual constam as manifestações de PCI integradas no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial.

Apesar do MatrizPCI ter sido inicialmente concebido e disponibilizado pelo IMC, foi também em 2011 que ocorreram algumas mudanças institucionais referentes às entidades responsáveis pelas questões do PCI. Com a promulgação do Decreto-Lei n.º

126-A/2011, de 29 de dezembro, é criada a Direção Geral do Património Cultural<sup>39</sup>. Pela criação desta, seriam oficialmente extintos o Instituto dos Museus e da Conservação, o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico e a Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo. Para além disso, a DGPC passaria também a ser responsável pelas missões de caráter decisório, até então pertencentes aos domínios da Comissão para o PCI.

Com a criação da DGPC em 2011, o Decreto-lei n.º 115/2012, de 25 de maio vem, por sua vez, implementar aquela que seria, na prática, a Lei Orgânica da Direção-Geral do Património Cultural. Este novo documento vem assim estabelecer os vários deveres e obrigações desta nova entidade responsável pelas questões relacionadas com o património cultural.

*1- A DGPC tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional. (DL n.º 115/2012, Art. n.º 2, 1)*

*2- A DGPC prossegue as seguintes atribuições:*

*a) Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do inventário, classificação, estudo, conservação, restauro, proteção, valorização e divulgação do património cultural móvel e imóvel, e também no domínio do estudo, valorização e divulgação do património imaterial; (DL n.º 115/2012, Art. n.º 2, 1 a)*

De forma resumida, o Decreto-Lei n.º 115/2012 vem, uma vez mais, sublinhar a importância do papel, agora da Direção-Geral do Património Cultural, na salvaguarda e promoção do PCI em Portugal.

No ano seguinte à promulgação do Decreto-Lei n.º 115/2012, é publicado o Decreto-Lei n.º 132/2013, de 13 de setembro, que vem introduzir algumas alterações institucionais no panorama nacional do PCI. Neste novo legislativo, são reestruturadas competências no funcionamento do plenário do Conselho Nacional de Cultura<sup>40 41</sup>. Do ponto de vista funcional, o Decreto-Lei n.º 132/2013 implementa a criação de secções

---

<sup>39</sup> Daqui em diante referida apenas por “DGPC”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

<sup>40</sup> Daqui em diante referido apenas por “CNC”, retomando a sua denominação completa sempre que necessário.

<sup>41</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 215/2006. O Conselho Nacional de Cultural foi um órgão consultivo do Ministério da Cultura, cuja criação foi implementada no Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro.

especializadas, dentro do CNC, com a missão comum de “apoiar o membro do Governo responsável pela área da cultura na definição, estratégia e desenvolvimento das políticas culturais para os diversos domínios de intervenção do Governo” (DL n.º 132/2013, Art. n.º 14, a). Das várias secções especializadas criadas pela publicação do Decreto-Lei n.º 132/2013, vale a pena referir a Secção dos Museus, da Conservação e Restauro e do Património Imaterial. No Art. n.º 20 estão enumeradas as funções destinadas a esta secção que, nas afetas ao PCI, vão coincidir com funções anteriormente atribuídas à Comissão para o PCI.

*j) Emitir pareceres e recomendações sobre as componentes específicas da política da salvaguarda do património cultural imaterial, por solicitação do membro do Governo responsável pela área da cultura ou do diretor-geral do Património Cultural; (DL n.º 132/2013, Art. n.º 20, j)*

*k) Emitir parecer, por solicitação do membro do Governo responsável pela área da cultura ou do diretor-geral do Património Cultural, sobre as candidaturas a apresentar à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e à Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente, instituídas pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. (DL n.º 132/2013, Art. n.º 20, k)*

Posto isto, é possível afirmar que a Convenção de 2003 foi o principal documento impulsionador para que, em Portugal, se comesçassem a dar os primeiros passos em termos de políticas patrimoniais. De facto, os documentos normativos explorados neste capítulo revelam uma constante preocupação com o carácter *difuso* do património imaterial, que dificulta a sua identificação, documentação e consequente salvaguarda. Apesar de, até à presente data, perpetuarem lacunas nas linhas orientadoras nos normativos em vigor, a verdade é que as questões em torno do PCI em Portugal parecem estar cada vez mais no centro das discussões institucionais e académicas a partir das quais poderão, eventualmente, surgir novas conclusões e soluções.

Efetivamente, o equilíbrio necessário entre os documentos legislativos e as práticas em torno do PCI fica, de certa forma, resumido nas palavras de Claro (2009, p. 151):

*A flexibilidade da salvaguarda do património imaterial tem de responder a uma ideia estruturante. Os bens culturais, independentemente do seu suporte corpóreo ou incorpóreo, tendem a perpetuar valores de identidade e cultura que fundamentam a diversidade das formas de proteção jurídica.*

### **1.3. Estado da Arte**

#### **a) O PCI na literatura mafrense**

Uma vez explorado e compreendido o conceito de Património Cultural Imaterial, tanto a nível internacional como nacional, há que adotar um olhar mais circunscrito que se foque, especificamente, no objeto de estudo da presente dissertação: as manifestações de PCI no quotidiano rural do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX.

Por um lado, ao recuperar o percurso do conceito de PCI, procurar-se-á perceber de que forma estas temáticas já foram abordadas na literatura produzida por e sobre Mafra, através de uma síntese dos vários títulos e autores que escreveram sobre o PCI entendido como parte desta comunidade. Da mesma maneira, serão recuperadas neste capítulo as ações culturais promovidas pela Câmara Municipal de Mafra, a partir da década de 90 do séc. XX, que tiveram como foco a divulgação do PCI reconhecido pelos membros da comunidade.

Em primeiro lugar, importa referir que, até ao momento da presente investigação, não foram encontrados títulos que se assemelhassem ou que demonstrassem o mesmo intuito que o presente tema. Isto porque, por se pautar por um entendimento alargado do conceito de PCI, centrando-se e trazendo à luz um conjunto de memórias tão variado como indica o conceito de *narrativas de quotidiano*, o presente estudo procura condensar e analisar essas narrativas num só título. Por outras palavras, a presente dissertação pretende ser uma antologia na qual se encontre uma recolha o mais completa possível daquilo que constituía o quotidiano rural, desta comunidade local, durante a primeira metade do séc. XX, em vários estratos sociais.

Posto isto, é ao prosseguir com um levantamento bibliográfico referente às manifestações imateriais do concelho de Mafra que surge como natural a divisão dos vários títulos em três grupos distintos, que se completam: obras sobre o concelho de Mafra, promovidas e publicadas pela Câmara Municipal de Mafra, trabalhos académicos (artigos e dissertações) e monografias locais.

O primeiro conjunto de obras, mais vasto, disponível para consulta e, em alguns casos, para compra em várias entidades concelhias<sup>42</sup>, resulta da colaboração da Câmara Municipal de Mafra com outras entidades e autores, que serviram de base para iniciar a presente investigação.

---

<sup>42</sup> Nomeadamente: posto de turismo municipal, Arquivo Municipal de Mafra e Centro de Estudos de História Local de Mafra e Biblioteca Municipal de Mafra.

Um dos nomes que mais vezes se repete na autoria de obras sobre o PCI do concelho de Mafra é o de Manuel J. Gandra. Dos vários títulos que assina, destaca-se em primeiro lugar o *Florilégio de Tradições do Concelho de Mafra* (Gandra, 2013), sendo este um dos mais significativos contributos para a divulgação deste PCI. Esta obra, publicada pelo 70º aniversário da Casa do Povo de Mafra, consiste numa compilação de informação até então dispersa, recolhida por diversos autores, sobre várias temáticas referentes ao património material e imaterial do concelho<sup>43</sup>. Apesar desta obra ser a que mais se aproxima da presente dissertação, em termos de aprofundamento das questões e conteúdo, considera-se que esta investigação se distingue por se basear num trabalho de campo, que recorreu às entrevistas diretas nas quais se procurou interligar os vários aspetos que constituíam o quotidiano rural, na maior parte das suas vertentes.

Sendo o *Florilégio de Tradições do Concelho de Mafra* uma compilação de informação sobre o património cultural do concelho, foi possível a partir desta encontrar outras referências bibliográficas que se revelaram importantes para entender a comunidade local que se pretende estudar. São exemplos dessas referências *O Teatro na Vila de Mafra* (Gandra, 1997), *Da Vida, da Morte e do Além: Aspetos do Sagrado na Região de Mafra* (Gandra, 1996) e a coleção de *Boletins Culturais*, publicados entre os anos 1992 e 2008.

De facto, a coleção de *Boletins Culturais* constituiu uma das bases mais sólidas da presente dissertação, por adotar um olhar mais crítico, consequentemente mais imparcial, do que o tom que se encontra na maioria das obras escritas sobre o património cultural do concelho de Mafra. Como se lê na introdução do *Boletim Cultural* '95,

*O “Boletim Cultural” tem-se tornado, ao longo dos anos, um importante instrumento de registo e análise da memória do nosso concelho e da região em que se insere.*

*Mais uma vez são apresentados documentos que, pela sua originalidade ou pela sua criatividade, enriquecem o conhecimento da realidade de sucessivas gerações, dos usos e costumes das personagens que atravessam a nossa História, do Património edificado, etc. (Boletim Cultural '95, 1995, p. 7)*

---

<sup>43</sup> Nomeadamente: “Cancioneiro”, “Romanceiro”, “Contos”, “Lendas”, “Lendas Hagiográficas e Hierofanias”, “Dicionário Breve de Palavras e Expressões Regionais”, “Provérbios e Adivinhas”, “Anedotário”, “Pragas”, “Orações e Benzeduras”, “Teratologias”, “Crenças e Superstições”, “Festividades Cíclicas”, “Danças e Cantares”, “Feiras e Mercados”, “Feriado Municipal (Dia da Espiga)” e “Teses sobre a Origem do Saloio”.



Dada a vastidão de temáticas abordadas nos vários números da coleção de *Boletins Culturais*, foi necessária uma seleção dos artigos que, efetivamente abordam o PCI do concelho.

Em primeiro lugar, o artigo “Património Artístico da Azueira” (Vilar, 1993), que adota uma perspetiva mais geral quanto ao património artístico e religioso desta freguesia<sup>44</sup>, contribuiu para contextualizar determinadas narrativas captadas durante as entrevistas. Abordando aspetos relacionados com a “história, arquitetura e património artístico e religioso” (Vilar, 1993, p. 107) de várias igrejas e capelas da então Freguesia da Azueira, este artigo permitiu ficar a conhecer em maior profundidade certos espaços em que as memórias coletivas expressas nas entrevistas tomavam lugar. Destes, são de destacar a Capela de Nossa Senhora da Luz, a Capela de Santa Cristina, a Igreja de São Pedro dos Grilhões e a Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

Ora, a partir da visão desenvolvida neste artigo foi possível, numa primeira instância, conhecer determinados aspetos que viriam, por um lado a justificar e por outro a complementar, determinadas práticas e crenças relembradas durante as entrevistas e exploradas em capítulos seguintes.

No mesmo *Boletim Cultural*, são de ressaltar os “Subsídios para o Inventário das Feiras e Mercados do Concelho de Mafra”, de Manuel J. Gandra (1993). Neste contexto, este artigo contribuiu para esclarecer os conceitos de “Feira” e “Mercado”, muitas vezes empregues como sinónimos. Sobre este tema, Gandra escreve que

*(...) é possível considerar que não obstante os mercados se realizarem no mesmo local das feiras, é muito menor a sua amplitude e muito maior a sua frequência, sendo o comércio o motivo central da sua realização. O seu interesse e importância têm vindo a decair sistematicamente. Ao invés, as componentes religiosa e lúdica que a feira continua a encarnar são o que lhe confere a sua vitalidade, apesar das vicissitudes sofridas nas últimas duas décadas.* (Gandra, 1993, p. 229)

Das várias feiras e mercados recolhidos nos “Subsídios para o Inventário das Feiras e Mercados do Concelho de Mafra” de Gandra, publicados no *Boletim Cultural* '93, importa referir a Feira de Todos os Santos, o Mercado do Livramento, a Feira Nova, o Mercado da Malveira e a Feira de Vila Franca do Rosário. À semelhança do que

---

<sup>44</sup> A freguesia da Azueira passou a ser designada, aquando da reorganização administrativa de 2012/2013, por União de Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira.

acontecera com o artigo “Património Artístico da Azueira” (Vilar, 1993), também os “Subsídios para o Inventário das Feiras e Mercados do Concelho de Mafra” permitiram a obtenção de dados concretos, de carácter maioritariamente histórico, temporal e espacial, capazes de facilitar o entendimento do tipo de conteúdo inúmeras vezes partilhado no decorrer das entrevistas.

Também no *Boletim Cultural* '93, recuperado e aprofundado no *Florilégio de Tradições do Concelho de Mafra* (Gandra, 2013), o *Cancioneiro Tradicional Mafrense* foi também uma importante base de investigação, especialmente útil na condução das entrevistas. Como Caetano (1993) refere,

*O repentismo é a característica fundamental destas composições, consequência de um relacionamento simples, e na base dos sentimentos, com os outros e com o meio ambiente. Assim sendo, este tipo de recolha contribui, com toda a certeza, para o avivar da memória coletiva no que respeita a tal dimensão do ser humano, cada vez mais adormecida por uma vivência pautada sobremaneira por parâmetros de índole tecnológica.* (Caetano, 1993, p. 248)

Assemelhando-se ao *Romanceiro*, no sentido em que compila manifestações de PCI de transmissão por via oral, o *Cancioneiro* constituiu, ele próprio, uma marca do património imaterial do concelho de Mafra. Note-se que os versos recolhidos e integrados no *Cancioneiro* permitem, até certo ponto, captar certos aspetos do dia a dia desta comunidade, embora não esteja expressa nestes uma marca temporal. Ainda assim, tanto o *Cancioneiro* como o *Romanceiro* constituem referências bibliográficas incontornáveis quando se olha para esta comunidade local, precisamente porque recuperam não só expressões idiomáticas específicas do discurso oral, como também certos aspetos da vida quotidiana, relatados em verso, associados em grande parte ao hábito que advém de uma certa necessidade desta comunidade se expressar pelo canto, tanto no trabalho como em casa.

Noutros números da coleção de *Boletins Culturais* são de destacar, para a presente dissertação, os artigos “Festividades e Eventos Cíclicos Tradicionais do Concelho de Mafra: Quaresma e Páscoa” (Gandra, 1995), “Herbário Tradicional da Região de Mafra: elementos para um inventário” (Caetano, 1995), “A Matança do Porco” (Costa, 1995), “Festividades e Eventos Cíclicos Tradicionais do Concelho de Mafra (O Pentecostes e o Império do Divino Espírito Santo)” (Gandra, 1996), “Ingredientes para a reabilitação de

Broas: 100g de Cultura, 50g de Tradição, 80g de Desenvolvimento, Interesse q.b” (Peres *et. al*, 1996), “A Desfolhada Saloia” (Costa, 1996), “Expressões Populares da Região de Mafra” (Caetano, 1996), “Instituições – Ranchos Folclóricos” (Beirão, 1996), “Cegadas: Contornos de um discurso social (Bringel, 2001), “Enterro do Entrudo: da vindicta popular ao discurso identitário (Bringel, 2002) e “Profissões de outros tempos” (Canhoto, 2002).

Os restantes títulos publicados pela alçada da Câmara Municipal de Mafra caracterizam-se por abordarem, isoladamente, manifestações específicas de PCI na área concelhia. Por essa razão, foi necessário fazer uma leitura de cada um dos títulos que, embora isolada, se complementasse. Destes destacam-se *Coisas Velhas de Velhos Tempos* (Quinto, 2002), *Práticas da Medicina Tradicional e Plantas de Virtude da Região de Mafra* (Caetano, 2002), *Dicionário da Molinologia Mafrense* (Martins *et. al*, 2005), *Instituições do Concelho de Mafra: Folclore e Música* (Beirão, 2000) e *Mafra e seus Poetas* (Bringel *et. al*, 2002). Revelou-se especialmente relevante para a presente investigação a obra de Maria Manuel Bringel, *Cegadas e Enterros do Entrudo na Região de Mafra* (Bringel, 2005).

Sendo que, no decorrer das entrevistas, um dos temas mais destacados nas memórias é, precisamente, o da época festiva do Carnaval, a obra *Cegadas e Enterros do Entrudo na Região de Mafra* ajudou ao entendimento deste tipo de manifestações no seio de uma paisagem rural, cujas atividades eram fortemente influenciadas pela “ciclicidade dos ritmos e processos de produção agrícola” (Bringel, 2005, p. 203). De mais, esta obra destaca-se por ser dos poucos títulos que se mantém distante da comunidade em si, à qual, em muitos casos, os próprios autores pertencem. Tal como é intenção da presente dissertação, também esta obra se baseou no contacto direto com os atores destas manifestações, facilitando a recuperação de cegadas escritas e representadas no séc. XX.

Da mesma forma, este texto de Maria Manuel Bringel permitiu, numa primeira instância, entender o porquê de determinadas características das práticas associadas ao período do Carnaval, nomeadamente o tom satírico destas manifestações. Como Bringel escreve sobre este aspeto,

*(...) as pesquisas trouxeram à luz a realização de duas práticas performativas relevantes – cegadas e enterros do Entrudo – ambas recorrendo à sátira como uma forma de discurso social, um mecanismo de regulação social ao dispor das comunidades, um meio de sanção*

*pública contra atos e indivíduos que pusessem em risco a sua coesão.*  
(Bringel, 2005, p. 11).

Mais recentemente, igualmente com o apoio da Câmara Municipal de Mafra, foi publicada a obra *Mafra: Singularidades de um Território* (Lopes [coord.], 2018). Esta monografia caracteriza-se por abranger “o conhecimento académico e a investigação científica aliada ao saber popular e à experiência empírica” (Lopes, 2018, p. 17), tornando-a assim num título de referência “para quem pretende conhecer, explorar e viver o Concelho de Mafra” (Lopes, 2018, p. 17).

A sua organização interna<sup>45</sup> facilitou também o processo de seleção de informação importante para o presente estudo, da qual se destaca o núcleo denominado “Tradições”. Neste capítulo são exploradas várias práticas com uma forte componente oral, como as desgarradas, as pulhas, as cegadas e mesmo práticas cíclicas de maior cariz religioso, ao mesmo tempo que se procurou a importância destas mesmas práticas na memória construída desta comunidade. Da mesma maneira, o capítulo “Tradições” acaba também por dar conta do contexto rural em que estas práticas se manifestam, mantendo a dimensão paisagística ligada à dimensão imaterial, como duas partes do património cultural desta comunidade. Sobre este tema, Lopes escreve,

*No contexto rural, algumas práticas performativas têm-se salientado, particularmente influentes, nomeadamente, o ambiente dos espaços públicos e lúdicos como feiras e mercados, o acesso às folhas volantes da chamada literatura de cordel vendida pelos músicos-cegos, as tabernas e os bailes e suas manifestações performativas, nas quais sobressaem o fado e as desgarradas, as práticas carnavalescas, as récitas de teatro popular, os convívios festivos, práticas performativas presentes em certos trabalhos agrícolas.* (Lopes, 2018, p. 269)

Relacionada com certas temáticas exploradas em *Mafra: Singularidades de um Território* (Lopes [coord.], 2018) está a obra de José Alberto Sardinha, *Tradições Musicais da Estremadura* (2000). Apesar desta antologia não ser uma publicação apoiada diretamente pela Câmara Municipal de Mafra, foi também um dos pontos de partida para conhecer a comunidade local a estudar, ao mesmo tempo que, tal como acontecera com

---

<sup>45</sup> Dividida em quatro partes em que são abordadas, naturalmente, temáticas diferentes referentes ao território do concelho de Mafra, nomeadamente: “História e Património” (sendo que foca sobretudo o património imóvel, edificado), “Tradições”, “Gastronomia” e “Natureza”.

obras mencionadas anteriormente, permitiu ficar a conhecer certos termos, instrumentos e práticas capazes de guiar as entrevistas numa direção que se revelasse fecunda.

Tal como o próprio título indica, a obra de Sardinha aborda um território mais abrangente que os títulos mencionados atrás, estendendo-se a toda a região da Estremadura. Dito isto, esta obra revelou-se mais limitativa na medida em que foi necessária uma seleção mais cuidada da informação relevante, que se aplicasse à área territorial em estudo, sem confundir com práticas mais expressas noutras zonas geográficas.

No entanto, foi uma importante fonte de informação sobretudo relativamente a aspetos ligados aos cantos de trabalhos, desde os associados às tarefas do ciclo do vinho, do ciclo do pão, como também dos cantos aos animais e até aos pregões. Da mesma maneira, pelos registos áudio e fotográfico, contribuiu profundamente para o reconhecimento de instrumentos e ferramentas, muitas vezes associadas a estas práticas sem suporte corpóreo.

Com o avançar da investigação foi notório que o património cultural imaterial do concelho de Mafra tem vindo a ser explorado também na esfera académica. Estas fontes de informação, materializadas em dissertações e artigos académicos com objetivos distintos e que se focam em objetos de estudo diferentes, acrescentaram um entendimento mais teórico destas questões, embora sejam raros os casos em que se foquem somente na dimensão imaterial do concelho em questão. Na sua vasta maioria, os trabalhos académicos redigidos sobre o território mafrense focam-se na história do Palácio Nacional de Mafra.

Até ao presente momento, o único título encontrado cujo objeto de estudo é o património cultural imaterial do concelho de Mafra foi *A identidade e o património imaterial saloio: contributos para a criação de uma oferta turística sustentável. O caso do concelho de Mafra*, de Ana Lúcia Rodrigues Fernandes Vaz (2015). Embora esta dissertação para obtenção de grau de Mestre em Turismo e Ambiente se foque na adaptação do PCI deste concelho a um plano de oferta turística e não tanto numa recolha exaustiva destas práticas, serviu sobretudo para o confronto de referências bibliográficas. Apesar de ter um objetivo fundamental diferente do da presente dissertação, o trabalho de Vaz (2015) também acaba por ser um relembrar “de que a cultura se encontra na base identitária de uma comunidade e que o património cultural imaterial constitui a dimensão intangível da mesma” (Vaz, 2015, p. 9), pressuposto que partilha com o presente trabalho.

Outros artigos e trabalhos de investigação que, embora não se foquem no PCI do concelho de Mafra mas que, ainda assim, contribuíram para um mais aprofundado entendimento do mesmo e da comunidade em que se expressam são *Território e Cultura Saloia: a construção de (uma) identidade local* (Baptista, 1999), *Aldeias Abandonadas, Património Imaterial e Desenvolvimento Local: estudos de caso na Área Metropolitana de Lisboa* (Filipe, 2013), *Património Cultural Imaterial – Proposta de uma Metodologia de Inventariação* (Cabral, 2009), *Imprensa Periódica Mafrense* (Gandra [coord.], 1998) e *História de Três Famílias Saloias* (Mendes, 2000).

Finalmente, em termos de literatura consultada, é de destacar o papel fulcral das monografias locais, elaboradas por pessoas que cresceram e viveram no concelho de Mafra e que, voluntariamente, produziram trabalhos sobre práticas específicas, cuja história sobre as suas origens se tende a perder. As duas monografias<sup>46</sup> locais que serviram de apoio à investigação são ambas assinadas por Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal, uma das entrevistadas para o presente trabalho.

Um dos títulos, *Senhor dos Passos – Bodas de Diamante* (2007) conta, tal como indica o próprio nome, parte da origem da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, ainda hoje ativa, bem como narra os acontecimentos e preceitos próprios da Semana Santa, no Livramento<sup>47</sup> desde a primeira metade do séc. XX. O segundo título, *Monografia da Azueira*<sup>48</sup>, data de 1961 e é todo manuscrito. Nesta monografia estão recolhidas informações sobre várias temáticas<sup>49</sup>, referentes à então Freguesia da Azueira.

Uma vez mais, também a *Monografia da Azueira* não se foca, especificamente, no PCI do concelho ou da freguesia em questão. Por outro lado, torna-se um dos instrumentos úteis para traçar um retrato mais amplo de parte desta comunidade local, ao mesmo tempo que serviu de apoio às entrevistas, com destaque para a de Maria Antónia Natal, dada a sua proximidade com o trabalho realizado.

De forma resumida, pode afirmar-se que das referências bibliográficas consultadas fazem parte um conjunto de obras e artigos tão vasto quanto as temáticas que o presente trabalho se propõe analisar. De facto, é pela leitura conectada dos aspetos mais relevantes de cada um dos títulos que se torna possível traçar um quadro amplo, que se afunila à

---

<sup>46</sup> Ambas as monografias foram cedidas para consulta pela própria autora no momento da entrevista.

<sup>47</sup> Localidade pertencente à União de Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira do concelho de Mafra.

<sup>48</sup> Esta monografia local corresponde ao trabalho de final de curso de Maria Antónia Natal.

<sup>49</sup> Nomeadamente: “Nota Histórica”, “Situação Geográfica e Clima”, “Nota Descritiva”, “Referências a Famílias e Quintas”, “População”, “Coletividades”, “Comunicações”, “Festas e Romarias”, “Feiras”, “Folclore”, “Fauna”, “Flora”, “A Indústria” e “Comércio”.

medida que se vai olhando cada vez mais de perto para o objeto de estudo propriamente dito. Da mesma maneira, a seleção dos títulos foi fortemente limitada pela baliza temporal definida para a presente investigação, nomeadamente, a primeira metade do séc. XX. Dada a vastidão de títulos que partem de um ponto de vista que olha o passado a partir do presente, ou que assumem uma posição de demasiada proximidade com o objeto sobre o qual se debruçam, foi necessário olhá-los somente como complementos da investigação, que contribuíram para apreender detalhes importantes para a melhor condução das entrevistas.

#### **b) O PCI na realidade mafrense**

Numa outra esfera, mais próxima da atualidade, considerou-se relevante fazer um resumo das ações culturais promovidas pela Câmara Municipal de Mafra, cujo foco tenha sido a divulgação do PCI característico desta região, entendido pela comunidade como parte da sua cultura e da sua memória. O objetivo deste levantamento é, precisamente, avaliar quais os anos de maior atividade em torno do PCI e de que forma é que este foi comunicado, nos vários territórios do concelho e perante as várias faixas etárias que nele habitam.

Embora a baliza temporal definida para a presente investigação se fixe nas primeiras décadas do séc. XX (1910-1950), considerou-se relevante proceder ao levantamento das ações municipais em torno do PCI do concelho de Mafra e da região saloia a partir da década de 90 do séc. XX até à atualidade. Isto porque, tal como referido anteriormente, os anos 90 do séc. XX foram uma década em que o PCI passou a ocupar um lugar de destaque nas discussões políticas, ao mesmo tempo que se começou a olhar mais para as culturas locais e de como estas poderiam ser afetadas negativamente pelos efeitos da globalização (Carvalho, 2011, p. 34).

Por essa razão, de forma a estabelecer uma ponte entre o panorama internacional e o espaço geográfico do objeto de estudo da presente investigação, justifica-se a escolha da década de 90 do séc. XX como ponto de partida para esta análise. Por aqui, tentou-se perceber a importância e reconhecimento da identificação, preservação e promoção do PCI do concelho como uma parte da identidade do mesmo.

De forma a conseguir fazer essa avaliação e tirar conclusões, as informações recolhidas quanto a ações culturais promovidas pela Câmara Municipal de Mafra que

visam a promoção do PCI do concelho foram organizadas num quadro do qual constam o nome da iniciativa, a localidade e o ano.

Através destas informações é possível traçar um quadro geral, a partir do qual se consegue avaliar quais os anos ou décadas em que mais atividade houve em torno do PCI do concelho de Mafra. Igualmente, é possível perceber se essas ações se concentraram na sede de concelho ou se, por outro lado, se espalharam pelas restantes freguesias de modo a chegar a um maior número de pessoas.

**Tabela I**

<i><b>Evento</b></i>	<i><b>Localidade</b></i>	<i><b>Data</b></i>
<i>Curso de formação de Acordeonistas</i>	Mafra	1990
<i>Marchas Populares<sup>50</sup></i>	Mafra	1990
<i>Jogos Florais do Concelho de Mafra</i>	Mafra	1992
<i>Publicação da coleção Boletim Cultural</i>	Mafra e distribuídos pelas juntas de freguesia	1992 - 2008
<i>I Festival de Bandas do Concelho de Mafra</i>	Ericeira <sup>51</sup>	1993 - Presente
<i>Exposição “Vasilhame de barro: do utilitário ao simbólico”</i>	Mafra	2003
<i>Concurso Gastronómico do Concelho de Mafra “Os Sabores Saloios”</i>	Mafra	2005
<i>Festival Municipal de Folclore<sup>52</sup></i>	Mafra e Charneca do Milharado	2015

---

<sup>50</sup> No decorrer da investigação foi encontrada uma fotografia que se pensa ter cerca de 100 anos em que se identificam grupos de marchantes de lugares da freguesia da Azueira (Azueira, Barras, Vermoeira), na escadaria do Palácio Nacional de Mafra. Na fotografia, mesmo aqueles que estão trajados com trajes femininos, só se identificam homens por serem os únicos que eram autorizados a participar nesse tipo de atividades de lazer. Por isso, as Marchas Populares no concelho de Mafra começaram muito antes da década de 90 do séc. XX, mas foi a partir dessa década que começaram a organizar-se por temas. Geralmente, os temas escolhidos anualmente como inspiração para as letras das músicas, a decoração dos arcos e os trajes dos marchantes estão associados a práticas e atividades ligadas à terra (como os moleiros e moinhos, por exemplo).

<sup>51</sup> Apesar da primeira edição do Festival de Bandas do Concelho de Mafra ter tido lugar na Ericeira, já passou por outras freguesias do concelho como Vila Franca do Rosário, em 1996. Atualmente, o Festival de Bandas do Concelho de Mafra acontece sempre em Mafra, sede de concelho.

<sup>52</sup> Para além do Festival Municipal de Folclore também foram promovidos outros eventos em que o folclore do concelho tinha uma presença central, nomeadamente, “Tardes de Encantar” (2003) e “Noites da Cigarra” (2000). Em ambos os casos, para além do folclore, eram convidados artistas atuais, nacionais e internacionais. Por essa razão, estes eventos não parecem ter um foco específico na promoção do PCI do concelho, embora dessem conta do mesmo pela presença dos ranchos folclóricos do concelho.



<i>Rotas do Património</i>	Mafra, Ericeira, Encarnação, Santo Isidoro, Enxara do Bispo e Cheleiros <sup>53</sup>	2008- Presente
<i>Exposição “O Traje Tradicional”</i>	Mafra	2009
<i>Exposição de Homenagem a Mestre José Franco</i>	Mafra	2010
<i>Festival do Pão</i>	Mafra	2011 – Presente
<i>Projeto “À Descoberta do Património Etnográfico – Na Senda da Ruralidade”<sup>54</sup></i>	Vale de Cheleiros – Aldeia da Mata Pequena e Aldeia de Broas	2013-2016
<i>Projeto “À Descoberta do Património Etnográfico – Olaria Tradicional do Sobreiro”<sup>55</sup></i>	Sobreiro	2015
<i>Congresso “Património Cultural – Do Local ao Nacional”</i>	Auditório da Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva - Ericeira	2015
<i>Projeto “Férias (Cri)Ativas”</i>	Mafra, Venda do Pinheiro e Ericeira	2015 - Presente
<i>Lançamento do Livro Contos Terra a Terra</i>	Parque Desportivo Municipal de Mafra	2015
<i>“Em Noites de Luar – o papel do conto tradicional na cultura popular”<sup>56</sup></i>	Aldeia da Mata Pequena – Igreja Nova	2016
<i>“Noite de Contos na Aldeia – o papel do conto tradicional na cultura popular”<sup>57</sup></i>	Aldeia de Mata Pequena – Igreja Nova	2018

**Tabela 1** – Ações culturais promovidas pela Câmara Municipal de Mafra, desde 1990 à atualidade, por localidades.

Para uma melhor organização dos dados recolhidos, recorreu-se à elaboração de dois gráficos circulares, apresentados abaixo. Desta forma, foi possível fazer duas avaliações distintas, nomeadamente, quanto à concentração de iniciativas em torno do

<sup>53</sup> “Percurso Histórico na Urbe de Mafra”, “Devoções. Património Religioso da Ericeira”, “Encarnação e Santo Isidoro”, “Rota das Enxaras” e “Cheleiros – Percurso urbano”.

<sup>54</sup> Projeto promovido pela Câmara Municipal de Mafra com o apoio do Complexo Cultural da Raposa.

<sup>55</sup> Iniciativa vocacionada para a promoção do saber-fazer da olaria tradicional do Sobreiro com o apoio do Museu Municipal Prof. Raúl de Almeida.

<sup>56</sup> Projeto promovido pela Câmara Municipal de Mafra com o apoio do Complexo Cultural da Raposa, que se focou na promoção e divulgação do património cultural imaterial através da avaliação do papel do conto tradicional na cultura popular. [Consult. 10 maio 2019]. Disponível na internet: <URL: <http://www.cm-mafra.pt/pt/municipio/em-noites-de-luar-0>>.

<sup>57</sup> Idem. [Consult. 10 maio 2019]. Disponível na internet: <URL: <http://www.cm-mafra.pt/pt/municipio/noite-de-contos-na-aldeia>>.

PCI por décadas e quanto à distribuição das mesmas iniciativas pelas freguesias que fazem parte do concelho de Mafra.

O primeiro gráfico dá conta do número de ações culturais promovidas pela CMM com foco na divulgação e estudo do PCI e da sua distribuição por três décadas, nomeadamente, da última década do séc. XX e as duas primeiras décadas do séc. XXI. Pela análise do Gráfico I pode afirmar-se que tem havido um interesse crescente por parte dos órgãos municipais em divulgar o património cultural imaterial concelhio.

Os dados recolhidos e organizados no Gráfico I mostram ainda que, de década para década, tem havido um aumento das ações culturais em torno do PCI em cerca de 15%. Isto mostra que, para além do crescente foco dado ao PCI por parte dos órgãos de poder municipais, também existe um maior interesse por parte de quem consome este tipo de eventos e ações culturais, podendo querer dizer que a comunidade está mais envolvida e mais alerta para a importância que este tipo de expressões culturais têm na construção da identidade local.

Por outro lado, o Gráfico II parte dos mesmos dados e distribui-os de forma diferente, para que se possam tirar outras conclusões. O segundo gráfico dá conta da distribuição geográfica, nos limites do concelho de Mafra, das ações culturais promovidas pela CMM com foco no PCI. Segundo os dados recolhidos, mais de metade das ações culturais com foco no PCI (58%) têm lugar na sede de concelho. Por outro lado, apenas 26% dos eventos a cargo da CMM que visam a divulgação do papel do PCI na história local concelhia ocorrem em outras freguesias que não a de Mafra.

Isto mostra que, embora exista uma tendência crescente em investigar, estudar, salvaguardar e divulgar o PCI local, ainda há uma centralização dos eventos muito acentuada. Ainda que 16% das ações culturais em análise sejam de carácter rotativo e, portanto, vão passando por várias freguesias do concelho, a verdade é que existe ainda uma grande fatia da população que, pelas mais variadas razões, pode não ter oportunidade de contactar, conhecer e dar o seu contributo para o enriquecimento do PCI do concelho.

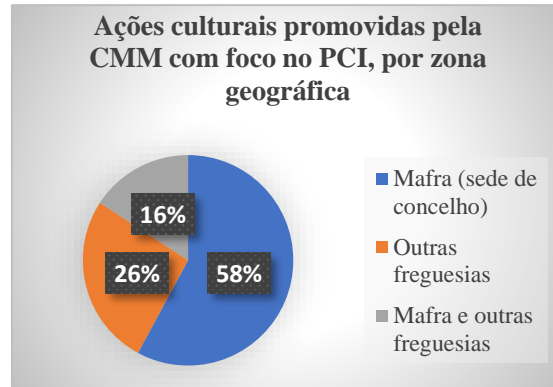
Note-se que esta falta de investimento no alargamento de ações culturais com foco no PCI a outras freguesias do concelho se torna uma falha grave quando se entende que o PCI que é identitário de uma região ou comunidade começa por ser valorizado e preservado por aqueles que com ele se identificam. De facto, limitar mais de metade das ações culturais com foco no PCI à sede de concelho pode contribuir para uma certa

repetição dos conteúdos e testemunhos, por não promover a participação mais próxima e ativa de outras freguesias mais distantes da sede de concelho.

**Gráfico I**



**Gráfico II**



## **II – Os Saloios: Identidade(s) e Território(s)**

### **2.1. Espaço Rural, Paisagem Etnográfica**

O conceito de *paisagem* tem sido amplamente discutido e definido nas áreas da geografia e arquitetura paisagista, sendo que o entendimento deste conceito enquanto parte da cultura e da identidade de uma comunidade começou a ser discutido mais recentemente, em áreas como a antropologia ou a etnologia. Assim sendo, atendendo à complexidade do termo e às várias camadas de significados que o compõem, é natural que a definição do que é, de facto, a *paisagem*, seja um exercício complicado, demorado e demasiado extenso para o estudo proposto.

Da mesma maneira, interessa ressaltar que neste capítulo será explorada uma conceção de paisagem que destaca a paisagem rural, tendo como ponto de partida a realidade vivida em Portugal, nestes espaços, durante a primeira metade do séc. XX. Mesmo atendendo ao facto de que, sobretudo devido ao fenómeno da emigração, houve uma alteração profunda no paradigma do papel das comunidades rurais e agrícolas tendo-se registado um notável fluxo de mão de obra para as cidades (Baptista, 1990 *apud*. Rodrigues, 1996; Santos, 2017), importa olhar esta comunidade segundo a sua relação estreita com a natureza, para a qual remetem os testemunhos recolhidos no processo de investigação.

Por essa razão, o entendimento do que é a paisagem, nos contornos em que é explorado neste capítulo, pretende-se geral. Embora se dê conta da variedade de interpretações e papéis propícios para serem atribuídos à paisagem, não serão aqui aprofundadas as características próprias de cada tipo de espaço. Por ora, pretende-se focar a categoria de paisagem rural, por ser aquela em que se fixou e se movia a comunidade em estudo. Assim, a definição apresentada vai ser, sobretudo, interterritorial, enquanto forma de justificar e enriquecer a contextualização das práticas, rituais, crenças e instrumentos associados a esta comunidade, também ela rural.

O espaço rural, enquanto tipologia territorial, possui os seus próprios contornos que o tornam diferente de qualquer outro tipo de paisagem. Os contornos que lhe foram inscritos, ainda que estes se tenham vindo a alterar e a reinventar, possuem uma dualidade que se interrelaciona. Sem cair num sistema de causa-efeito, mas antes entendido como um ciclo que se influencia mutuamente, os significados contidos na paisagem rural, entendidos e aceites pela comunidade nele fixa, são o que vai determinar as práticas e as

visões do mundo e da natureza que essa mesma comunidade entende como sendo parte da sua cultura.

Por outro lado, é o espaço rural, enquanto território, que vai ditar o tipo de atividades económicas propícias a serem desenvolvidas para o sustento da comunidade. Neste caso, como acontece em abundância no território português da primeira metade do séc. XX, destacam-se as atividades ligadas à terra, maioritariamente expressas em atividades agrícolas, mas também ligadas à pecuária e até ao comércio dos bens provenientes da terra.

De facto, é a paisagem e todos os fatores que a caracterizam, como o clima ou o tipo de solo, que vão definir o tipo de atividades agrícolas a exercer. Para além disso, é também pelas características da paisagem que se vão alterando os formatos e materiais de que são feitos os instrumentos utilizados por quem desempenha estas tarefas.

É precisamente aqui que se torna pertinente definir paisagem a partir de um ponto de vista *que patrimonializa*, ou seja, que olha o espaço como parte integrante do património cultural de uma comunidade que é, na sua génese, rural. Posto isto, como definir esta *paisagem* que, sendo rural, se torna também etnográfica por nela se expressarem determinadas práticas, por estarem intrínsecas crenças e por serem definidas atividades económicas e relações sociais?

Na verdade, esta paisagem adquire uma dimensão etnográfica precisamente por contemplar pessoas, objetos e teias de significados estabelecidas entre estes atores. Sobre entender a paisagem segundo a perspetiva etnográfica, Evans (*et. al*, 2001, p. 53) tece algumas considerações interessantes:

*All of these terms encompass “ethnographic landscapes” – areas of geographic space that have been given special and specific cultural or social meaning by people associated with them.*

No capítulo introdutório foi recuperada a definição promulgada na Convenção Europeia da Paisagem (2000) que, embora abrangente quanto aos *tipos* de paisagem, constitui um bom ponto de partida para a análise em curso. Isto porque sublinha o papel correlativo entre a paisagem e o fator humano, enquanto espaço e atores da ação, respetivamente. Sobre esta relação, Orlando Ribeiro (2001, p. 29) escreve que

*Qualquer paisagem apresenta, para além dos factos visíveis, a marca de muitos outros factos, de diferentes categorias, que influenciam e explicam os primeiros: desde o estado variável da atmosfera, que hoje se pode observar por satélite, até à produção e circulação dos produtos comerciais, em consequência de decisões políticas e económicas, mas que acabam por se inscrever no solo; a circulação das ideias, particularmente imponderável, mas que modifica gestos e hábitos, vislumbra-se também na paisagem modificando o comportamento das populações.*

Ora, partindo deste princípio, pode afirmar-se que a influência da comunidade sobre a paisagem em que se fixa e vice-versa se trata, acima de tudo, de um processo. É neste sentido que o espaço rural, enquanto caso particular no seio da classificação paisagística, se torna um dos melhores exemplos ilustradores da estreita relação entre *homem e natureza*. Como Isabel Loupa Ramos (2009, p. 127) reforça,

*A paisagem encontra-se em transformação contínua podendo a sua dinâmica ser entendida como um processo de transformação decorrente das relações que se estabelecem entra a sociedade, as suas características sociodemográficas, os seus valores e as suas atividades económicas, os contextos políticos e institucionais presentes, e o espaço onde se inscreve.*

Neste sentido, é trazida à boca de palco a importância das atividades agrícolas para a comunidade rural do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX, por se tratar de um fator central da sua identidade. Tal como acontecia com a maioria do território português, também o concelho de Mafra da primeira metade do séc. XX, era rico em atividades agrícolas e agro-pastoris (Santos, 2017). Dada a estreita ligação, sobretudo no seio de comunidades rurais, entre *peessoas e paisagem*, pode entender-se que o espaço rural é um dos que possui um conjunto mais vasto de símbolos e significados atribuídos pelas comunidades (Domingues, 2003). Evans (*et. al*, 2001, p. 53) aborda precisamente esta questão, afirmando que

*If we want to discover the meaning of landscapes for people, it is best to think of them not as collections of material objects placed in geographical space, but as social and cultural constructions of the people who use them. In this sense, landscapes are “symbolic environment”. Cultural groups socially construct landscapes as reflections of themselves.*

Note-se que a paisagem é, ao assumir a sua dimensão etnográfica, uma construção da comunidade local, na qual se refletem formas de vida e de sustento, de comunicar e

até de superstições, geralmente ligadas aos ciclos da natureza. A esta diversificada função da paisagem rural e das atividades que lhe estão associadas, Maria João Galvão (*et. al*, 2010, p. 61) escreve que

*Ao se falar da multifuncionalidade da agricultura, está-se a considerar que a atividade agrícola desempenha outras funções além da produção de bens agrícolas e agroalimentares. Esta atividade não está relacionada apenas à pura competitividade de produção; desempenha um papel essencial para o desenvolvimento das áreas rurais ao preservar, por exemplo, os bens e tradições culturais.*

De facto, a paisagem rural acaba por, nela própria, adquirir um carácter patrimonial que vai jogar também com as questões de identidade, neste caso dos chamados “saloios”, que encontram na paisagem rural um dos construtores de identidade (Galvão, 2010 *apud*. Clementi, 2002; Domingues, 2003). É interessante perceber que, até certo ponto, foi a relação desta comunidade local com o território em que vive que, por um lado justifica e por outro sedimenta a construção da identidade saloia, aceite no seio da comunidade e aceite *pelos de fora*.

Aos olhos da primeira metade do séc. XX, era impossível definir “a comunidade saloia” sem falar das atividades ligadas à terra, bem como das crenças e práticas associadas a essas atividades. É oportuno aqui sublinhar, igualmente, que o conceito de saloio, enquanto identitário desta comunidade local e, por isso, entendido como uma particularidade que se opunha ao “mais global” e próprio de um espaço mais pequeno, define também aqueles que forneciam a capital, Lisboa.

Apesar da proximidade entre as zonas geralmente denominadas de “saloias”<sup>58</sup> e Lisboa ser clara, a verdade é que na primeira metade do séc. XX, essas zonas geográficas (nas quais se inclui o concelho de Mafra) estavam muito mais isoladas da capital do que estão atualmente.

---

<sup>58</sup> Apesar de os limites geográficos da comumente denominada “região saloia” já terem sido discutidos por vários autores em várias áreas académicas, ainda não é possível definir concretamente quais as regiões abrangidas. Ainda assim, entende-se que a “comunidade saloia” define aquela que vive nas regiões situadas nas imediações de Lisboa. Vaz (2015, p. 39) escreve que “A região saloia não tem nem nunca teve uma delimitação precisa e definida, ao contrário do que sucedeu com outras regiões do país. Ainda hoje não é possível determinar com exatidão os seus limites embora se possa apontar uma ligação inequívoca a Lisboa. É precisamente pela proximidade à capital e emergente oposição de modos de vida diferentes que parece ser a génese do que atualmente se considera ser a identidade saloia”.

É também por isto, pela dificuldade em comunicar com comunidades exteriores, mesmo com as *da cidade*, e pela ligação ao cultivo da terra e intensidade e morosidade destas tarefas, que se fixam determinadas práticas e formas de vida comumente denominadas de “tradicionais” ou “populares”. Note-se que, grosso-modo, o objeto de estudo da investigação são, precisamente, as várias formas que o “tradicional” ou o “popular” podem adquirir no seio de uma comunidade. É, assim, um “universo de sentidos” que orienta as práticas sociais e culturais, as relações entre atores (quer sejam individuais ou grupais), as relações entre eles e a sua própria condição humana dentro da comunidade, que se fixa num espaço e tempo específicos (Silva, 1994, p. 119).

Falar, especificamente, da comunidade saloia do séc. XX (identidade partilhada pelos habitantes do concelho de Mafra), é falar de uma comunidade rural específica que tem na terra o seu sustento e que se circunscreve em limites geográficos específicos.

Tanto que, em 1924, Raúl Proença fala de “o saloio”, aquele que habita nas imediações de Lisboa, descrevendo-o fisicamente e delimitando-o, precisamente, em termos territoriais.

*Quando Afonso Henriques tomou posse de Lisboa, consentiu-se ao mouro que reflúisse para os subúrbios da cidade, e ele aí se estabeleceu, entregue ao cultivo das hortas, com a água a escorrer da nora generosa. É desta população consentida, mourisca e subalterna, que deriva o mais da gente que habita os contornos de Lisboa – o saloio de tez morena, pele tisonada, olhos e cabelos negros ou castanhos, membros secos, tipo sem finuras de raça e beleza plástica de linhas, tão afastado da gente bela e robusta do Norte, como o berbere dum dos melhores rebentos da gente circassiana. (Proença, 1943 apud. Baptista, 1999, p. 2).*

As considerações traçadas por Proença, relativamente à comunidade saloia que se fixa na paisagem rural, tornam evidente essa distância e isolamento a que estava sujeita, na primeira metade do séc. XX. Até certo ponto, o isolamento desta comunidade vai contribuir ativamente para que esta encontre em si mesma, formas de estar e de ver o mundo, por não ser capaz de beber influências vindas do exterior. Ao fixar os olhos na primeira metade do séc. XX, pode afirmar-se que a comunidade saloia é uma das culturas rurais que fica isolada, “sem pontes com a nova cultura em formação” (Silva, 1994, p. 111).

Sobre este aspeto da identidade ligada à paisagem rural, que impulsiona o enraizar de práticas e significados, Sardinha (2000, p. 26) escreve que



*Foi o povo rural, mais conservador e menos permeável a mudanças e influências externas, que no seu seio melhor preservou os mais antigos e característicos usos e costumes portugueses, os modos de vida, de trajar, de habitar, de falar, de se alimentar, de trabalhar, as danças, romances e canções, os contos, os provérbios, as crenças e mesmo as superstições, todo esse imenso património material e espiritual que representa a nossa mais funda tradição, a nossa cultura em sentido etnológico.*

Posto isto, pode afirmar-se que a paisagem, quando olhada quanto ao seu carácter etnográfico, contém um conjunto diverso de componentes cujos significados se interrelacionam e jogam com as várias maneiras de determinada comunidade ver o mundo. Por outras palavras, pode dizer-se que a paisagem também constitui um dos aspetos através dos quais se inscreve a história de uma comunidade local e se lhe confere identidade.

Por outro lado, ao adaptar a paisagem rural ao caso específico da identidade saloia, também se deve dar conta de que a paisagem e a sua dimensão simbólica adquirem outros significados para outras comunidades, consoante a zona geográfica. Da mesma maneira, especialmente relevante no caso da identidade saloia, certos significados atribuídos à paisagem variam consoante o tempo cronológico (Evans *et. al*, 2001, p. 55). Note-se que, sobretudo se se falar em superstições associadas à natureza e mesmo nas formas de trabalhar a terra, atualmente já não se manifestam da mesma forma da expressa nas memórias recuperadas pela presente investigação.

Finalmente, apesar de na academia terem sido vários os autores a legitimar o carácter etnográfico da paisagem ao formular definições do conceito, torna-se evidente que só é possível conhecer e entendê-la nesses termos se se compreender em primeiro lugar a comunidade local que nela se fixa. Nesse sentido, será pela análise da coleção etnográfica do Rancho Folclórico do Livramento e, sobretudo, pela análise do conteúdo das entrevistas realizadas, que se terá uma ideia mais concreta dos significados atribuídos à paisagem rural e etnográfica do concelho de Mafra.

### **III – A Coleção do Rancho Folclórico do Livramento**

#### **3.1. Historial da coleção**

Para realizar a recolha dos testemunhos orais da comunidade local do concelho de Mafra que contam o quotidiano rural da primeira metade do séc. XX, foi necessário encontrar um ponto de partida para conduzir as entrevistas realizadas durante o processo de investigação. Esse ponto de partida materializou-se na coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento, localidade do concelho em estudo. A gestão desta coleção, para uma melhor compreensão das narrativas partilhadas pelos entrevistados, constituiu também um dos principais focos do presente trabalho.

Esta coleção é fruto de trabalhos de recolha elaborados pelo Rancho Folclórico, no final dos anos 90 do séc. XX, aquando da reestruturação do grupo. O processo de reestruturação do grupo, então há 28 anos em atividade, traduziu-se, na prática, em três aspetos fundamentais para a divulgação do património imaterial da comunidade local, nomeadamente: nos trajes<sup>59</sup>, no repertório<sup>60</sup> e na constituição da coleção em análise.

Tal como discutido por vários autores nas últimas décadas (Camacho, 1999; Branco, 2008; Carvalho, 2011; Silva, 1998; Brito *et. al*, 2000), os grupos etnográficos e

---

<sup>59</sup> Até à reestruturação, o RFL utilizava fardas nas suas atuações. Estas fardas eram inspiradas nas marchas populares, que se realizavam anualmente no concelho de Mafra, e tinham o intuito de representar apenas “os fruticultores da Azueira”, tema recorrente das marchas populares e primeiro nome adotado pelo Rancho Folclórico do Livramento. Da mesma maneira, a farda utilizada pelo RFL seguia a linha de grande parte dos ranchos folclóricos do resto do país, criados antes do 25 de abril, cujo intuito era mostrar a “alegria do povo”, mais do que mostrar propriamente as tradições, práticas e costume de cada zona do país. Neste sentido, as mulheres usavam saias curtas com cores alegres (verdes e vermelhas) e levavam o cesto da fruta debaixo do braço enquanto os homens vestiam preto e transportavam uma roca. Tanto a farda da mulher como a o do homem tinha o único objetivo de invocar esses “fruticultores da Azueira”. Após a reestruturação, cada um dos membros do grupo representa uma atividade, prática ou classe social própria da zona geográfica, na primeira metade do séc. XX. Como tal, alteram-se os tecidos, os elementos de cada indumentária e os “apetrechos” de cada um dos membros do grupo, consoante a atividade que representam. Num documento formulado aquando do processo de reestruturação, intitulado “Trajes a incluir no Rancho Folclórico do Livramento”, constam os nomes atribuídos a cada uma das atividades representativas da primeira metade do séc. XX, no concelho de Mafra, seguidos de uma listagem dos constituintes de cada um dos trajes, nomeadamente: vindimadeira e vindimador, moleira e moleiro, ceifeira e ceifeiro, lavadeira, queijeira e pastor, casal domingueiro, casal de saloios ricos, cavador e esposa que leva o almoço ao campo, homem e mulher que colhem a fruta, os namorados que vão à fonte, malhador, cesteiro, tanoeiro, enxertador e adegueiro.

<sup>60</sup> Até à sua reestruturação, o repertório do RFL era maioritariamente constituído por músicas populares com letras escritas adaptadas à região do concelho de Mafra, da autoria de António Boaventura Frazão e José Bernardes Lucas. Sobre o tipo de apresentações protagonizadas pelo Rancho Folclórico do Livramento antes da sua reestruturação, José Arnaldo Gonçalves, membro da direção do RFL explica que: “quem assistisse a uma atuação nossa, não aprendia nada sobre a nossa zona, não ficava a saber nada sobre o que se fazia nem como se fazia na nossa terra, antigamente. Ouviam as letras e podiam ficar a conhecer as nossas paisagens, mas também sabíamos que não era assim que se cantava, dançava e se estava antigamente.” Depois da reestruturação, foram poucas as “modas” que permaneceram no repertório, tendo este sido totalmente renovado com representações legítimas, partilhadas em contexto de entrevista, de como dançava e cantava a comunidade local na primeira metade do séc. XX.

ranchos folclóricos foram protagonistas no *boom* dos movimentos sociais que começaram a revelar uma vontade de promover o património etnográfico associado às suas apresentações. Foi nestes contornos e partilhando desta preocupação que o Rancho Folclórico do Livramento procurou, junto da própria comunidade, testemunhos e objetos nos quais pudessem basear as suas atuações, ao mesmo tempo que, ainda que de forma pouco formal, contribuísem para a salvaguarda desse mesmo património, na sua dimensão material e imaterial. Por outras palavras, pode dizer-se que, embora o processo de reestruturação se tenha iniciado pela vontade de legitimar as representações em palco, fazia parte dos objetivos do grupo preservar os objetos e as memórias a eles associados, pertencentes e característicos do concelho de Maфра na primeira metade do séc. XX.

Uma vez definidos os objetivos, foi necessário estipular linhas de ação de forma a garantir o melhor aproveitamento da recolha levada a cabo pelos membros do Rancho Folclórico do Livramento. Para tal, o grupo entrou em contacto com Luís Filipe Torrado Saldanha Lopes<sup>61</sup>, então assessor técnico da Câmara Municipal de Maфра para a área da Cultura, que facultou um documento no qual estão discriminadas linhas orientadoras para o trabalho de recolha pretendido. Neste documento, intitulado “Contributos para a realização de levantamentos etnográficos por Ranchos Folclóricos”<sup>62</sup>, pode ler-se no primeiro ponto, referente aos objetivos deste tipo de recolhas, o seguinte:

*Objetivos: Realização de recolhas de terreno junto da comunidade local tendo em vista a revitalização do Rancho Folclórico, nomeadamente novos trajes, repertórios musicais e a reprodução de cenas representativas do quotidiano das populações da região, enriquecendo tanto as suas coreografias em palco, como prestando um valioso contributo à comunidade pela preservação da memória social.*

Este documento tornou possível ao Rancho Folclórico do Livramento orientar a sua pesquisa de forma eficaz e estruturada. Inicialmente, este processo de recolha incidiu nas quintas mais antigas do concelho, sobretudo aquelas mais próximas da freguesia da

---

<sup>61</sup> Luís Filipe Torrado Saldanha Lopes foi um dos responsáveis pela criação de ações culturais à responsabilidade da Câmara Municipal, nomeadamente “Verão Cultural” e “Rota Histórica das Linhas de Torres”.

<sup>62</sup> Deste documento constam ainda os vários tópicos a abordar nas entrevistas diretas e em outras fases do processo de recolha, nomeadamente: “Traje regional”, “Casa rural”, “Universo laboral – doméstico e profissional”, “Atividades de lazer – jogos tradicionais, brincadeiras das crianças, bailes, danças e músicas”, “Festas sagradas e profanas”, “Crenças” e “Ritos de passagem – nascimento e batizado, namoros e casamento, morte e funeral”. Todas estas dimensões da vida quotidiana foram abordadas de forma mais aprofundada na presente investigação e exploradas em capítulos seguintes.

Azueira. Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre cada uma das quintas, sendo que se selecionaram para entrevistas diretas os donos daquelas em que a família residente no momento da investigação se mantinha a original. Em documentação cedida pelo grupo, sabe-se que das quintas contactadas pelo RFL e que tiveram um papel central não só na reestruturação do grupo, mas também, como importa para o presente trabalho, para a constituição da coleção etnográfica à guarda do grupo, foram as seguintes:

- Quinta do Arneiro;
- Quinta do Campo;
- Quinta do Castelo<sup>63</sup>;
- Quinta Nova;
- Quinta da Sardinheira;
- Quinta do Pato;
- Quinta do Páteo;
- Quinta de Santa Cruz;
- Quinta das Barras;
- Quinta das Casas Novas;
- Quinta da Figueira;
- Quinta do Camarate;
- Quinta do Carrascal;
- Quinta do Canavial;

Tal como estipulado pelo documento “Contributos para a realização de levantamentos etnográficos por Ranchos Folclóricos”, as entrevistas realizadas aos donos das quintas focaram-se sobretudo em três áreas distintas, nomeadamente, os constituintes dos vários tipos de traje<sup>64</sup>, ofícios e alfaiais ou utensílios utilizados e danças e cantares, associados a atividades de lazer. O foco nos tópicos mencionados acima justifica-se, precisamente, pelo facto da recolha em curso ter como objetivo principal a reestruturação de um grupo folclórico.

---

<sup>63</sup> A família residente na Quinta do Castelo, consultada aquando da reestruturação do RFL, consta da amostra de entrevistados selecionada para a presente dissertação.

<sup>64</sup> Por exemplo, consoante a faixa etária e o género, bem como os trajes de trabalho e os trajes “domingueiros”.

No desenrolar das entrevistas, tornou-se claro para os membros do grupo que um entendimento profundo das práticas e costumes da comunidade local que se pretendia representar, ficaria sempre incompleto sem o suporte corpóreo que as complementa. Neste sentido, o RFL incentivou também a doação de trajes, mobiliário, acessórios, alfaias e todo o tipo de instrumentos associados às atividades agrícolas descritas e circunscritas pelas memórias da comunidade local em estudo. Sobre o processo de doações, que culminou na constituição da coleção etnográfica em estudo, Maria João Gonçalves<sup>65</sup> diz que,

*Fomos às quintas para ouvir falar sobre como é que se faziam as coisas, sobre como se cantava e como se dançava. [pausa] Mas depois... houve pessoas a quererem mostrar [pausa] coisas que lá tinham... estavam a ficar estragadas, ninguém as usava. Assim as pessoas sentiam-se mais úteis, mais ativas [pausa] para proteger algo em que acreditavam que já ninguém queria saber. Ouvíamos muito isso. [risos] Depois das primeiras doações ou voltavam a chamar-nos porque tinham encontrado mais coisas ou vinham mais pessoas, que tinham ouvido de outras, trazer-nos mais objetos que tivessem a ver com aquele tempo e com... com aquelas atividades! [pausa] Esta coleção foi muito pelo boca a boca, aqui nas freguesias.*

Ora, o contacto direto com objetos associados às práticas descritas em contexto de entrevista acabou por resultar numa vontade de recolher e juntar objetos dispersos que, no seu todo, seriam representativos de um modo de vida associado à terra. Maria Clara Camacho (1999) em *Renovação Museológica e Gênese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa*, aborda precisamente estas questões, chamando-as de “um certo sentido de colecionismo”. Segundo a autora, este processo de colecionismo, diretamente relacionado com a “explosão de agrupamentos folclóricos”, é uma forma de valorização da cultura e identidade locais.

Por outro lado, Camacho (1999) alerta também para os perigos associados a este tipo de recolhas que caracteriza sobretudo pelo seu carácter “voluntarista”. Segundo a autora, este tipo de recolhas surge, sobretudo, pela necessidade de dinamização dos grupos folclóricos, que rapidamente pode resultar no acelaramento da degradação do património etnográfico. Embora a autora reconheça que existam vários projetos de

---

<sup>65</sup> Membro da direção do Rancho Folclórico do Livramento que, no final dos anos 90 do séc. XX, conduziu as entrevistas realizadas para a reestruturação do grupo.

recolha sólidos, outros acabam por ser altamente prejudiciais para a preservação dos artefactos (Camacho, 1999).

Esta preocupação advém do facto de, não raros os casos, os grupos folclóricos não terem as condições necessárias para garantir a salvaguarda do bom estado de conservação das peças. Por um lado, porque são retiradas do local onde provavelmente estariam há vários anos, mesmo quando não utilizadas, levando a um comportamento diferente dos materiais, podendo eventualmente acelerar a sua degradação. Por outro, estas coleções são constituídas, maioritariamente, enquanto instrumento de legitimação das apresentações dos grupos que as recolhem, não sendo posteriormente tratadas do ponto de vista museológico e devidamente conservadas. Tal como Camacho (1999) menciona, existem casos em que as coleções recolhidas por grupos folclóricos se caracterizam por um “acentuado interesse museográfico”, sem que nunca tenham sido tratadas como tal. Segundo a autora, essas coleções são também pouco exploradas enquanto instrumento de difusão do património etnográfico.

No caso específico da coleção etnográfica recolhida<sup>66</sup> pelo Rancho Folclórico do Livramento não houve um trabalho museológico exaustivo. Houve sim, por outro lado, um trabalho de organização em três espaços<sup>67</sup> diretamente relacionados com a função das peças, nomeadamente, o trabalho na terra e o doméstico, que se subdivide por sua vez em “cozinha” e “quarto”.

---

<sup>66</sup> Uma vez concluída a recolha em curso, todo o espólio agora à guarda do RFL foi depositado em espaços do piso térreo da Casa do Povo da Azueira, edifício que alberga também a sede do grupo.

<sup>67</sup> Embora em depósito, houve uma preocupação com a museografia dos espaços, de forma a tornar a experiência de eventuais visitantes mais apelativa. O espaço esteve aberto ao público, pela primeira vez como espaço museológico, a 20 de junho de 2004, a propósito dos festejos do 28º aniversário do RFL, em que foram apresentados os novos trajes e o novo repertório. Depois dessa ocasião, o espaço museológico voltou a abrir apenas por marcação junto dos membros do Rancho Folclórico do Livramento.

### **3.2. Estado de conservação**

No momento da presente investigação, a coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento encontra-se no piso térreo da Casa do Povo da Azueira, local onde foi depositada logo após a sua recolha, há cerca de 20 anos. Recorrendo ao *Plano de Conservação Preventiva – Bases orientadoras, normas e procedimentos* (IPM, 2007) como publicação basilar na avaliação do estado de conservação da coleção, importa tomar como ponto de partida a caracterização do edifício no qual se encontra.

Segundo a publicação do IPM (2007), “o edifício e a sua envolvente” fazem parte dos principais fatores a ter em conta na caracterização de uma instituição museológica. Neste caso, embora não se trate de uma instituição museológica no sentido prático do termo, acaba por ter um papel fulcral no estado de conservação da coleção, dado o extenso período de tempo em que a coleção se encontra nestas instalações.

*O edifício é a primeira barreira de proteção para as coleções que alberga. Por esse motivo, é fundamental considerar as suas características, compreender o seu comportamento e conhecer a sua localização envolvente, uma vez que estes fatores podem influenciar a conservação do acervo.* (IPM, 2007, p. 14)

A construção do edifício da Casa do Povo da Azueira data de 1969, sendo que não voltou a sofrer quaisquer obras até ao momento da presente investigação. Trata-se de um edifício público, no qual funcionaram vários serviços para a população, nomeadamente, o de sala de convívio e bar, gabinetes de segurança social e gabinetes médicos e de enfermagem. Mais recentemente, para além de albergar a coleção etnográfica do RFL, alberga ainda a sede e sala de ensaio do grupo, bem como da Associação Musical de Nossa Senhora do Livramento.

Ora, a partir daqui pode afirmar-se que o espaço que alberga a coleção, embora desempenhando a função de reserva, se torna pouco eficaz na preservação das peças. De facto, o edifício da Casa do Povo da Azueira não possui espaços suficientes para, simultaneamente, servir a população e manter as peças do espólio em ambiente controlado ou sequer separado das zonas de passagem. Por essa razão, o espólio permanece facilmente ao alcance de todos aqueles que frequentam as instalações do edifício, para os diversos fins.

Consequentemente, como abordado por Ruiz e Taboada (2014), existem riscos para este espólio que estão relacionados com forças físicas diretas, nomeadamente

relacionados com possibilidade de vandalismo<sup>68</sup> e acondicionamento inadequado<sup>69</sup>. Estes tipos de riscos traduzem-se em alguns problemas mais comuns, também encontrados em peças do espólio à guarda do RFL, como quebra, deformação, fissuras e desgaste.

A questão das pragas e contaminação do espólio é outro dos riscos mais flagrantes, originadas sobretudo pela paisagem circundante, pela má ventilação e pela circulação dos vários utilizadores no espaço. Relativamente à paisagem circundante, esta caracteriza-se como sendo, sobretudo, urbana. O edifício da Casa do Povo da Azueira encontra-se à beira de uma das estradas mais movimentadas da localidade, estando a coleção constantemente em contacto próximo com gases poluentes emitidos pelos veículos.

Esta situação agrava-se sobretudo quando relacionada com a questão da circulação de pessoas. Dadas as várias atividades que se realizam no edifício da Casa do Povo da Azueira e a quantidade de utilizadores diários do espaço, as portas principais mantêm-se abertas para a livre circulação das pessoas. Ora, sobretudo na Sala 1, que está aberta para o interior do edifício, as peças ali depositadas são as que estão mais sujeitas a deterioração por estas causas. Da mesma maneira, é através das portas e janelas abertas que entram insetos que se alimentam dos materiais que constituem o espólio, havendo registo de pragas de roedores<sup>70</sup>, de caruncho e traças.

As questões relacionadas com a vegetação em volta do edifício também são um dos focos de risco para a preservação da coleção. Na frente do edifício existe um jardim que é raramente tratado e que fornece sombra às salas que albergam a coleção. Se, por um lado, contribui para uma filtração natural das radiações solares e controlo da temperatura, também acaba por ser uma desvantagem perante a má ventilação do edifício. A presença de indícios de elevados níveis de humidade no edifício, associado ao facto de as salas de reserva estarem, praticamente, em permanente sombra, faz com que a presença de fungos, a corrosão de metais, a descoloração original dos materiais e o aparecimento

---

<sup>68</sup> Este é um risco maioritariamente presente na sala indicada como “Sala 1”, que está permanentemente aberta para o interior do edifício, junto a zonas de passagem. Para além disso, esta mesma sala, que contém peças, na sua grande maioria em madeira, está junto à porta principal do edifício (em vidro), podendo chamar a atenção de estranhos.

<sup>69</sup> Apesar de todas as salas onde está depositada a coleção terem o seu espaço aproveitado ao máximo, não possuem qualquer tipo de infraestruturas próprias para o acondicionamento das peças (prateleiras, vitrines, elevações), sendo que grande parte das peças está colocada diretamente no chão.

<sup>70</sup> Controlada no momento da presente investigação.



de manchas sejam alguns dos problemas do estado de conservação da coleção à guarda do RFL<sup>71</sup>.

Posto isto, o trabalho direto com as peças do acervo iniciou-se pela realização de uma triagem, através da qual foi possível avaliar, precisamente, o estado de conservação da coleção<sup>72</sup>. Dada a dimensão relativamente pequena da coleção em estudo, foi possível fazer uma avaliação individual de cada peça quanto ao seu estado de conservação. Esta avaliação consistiu, primeiramente, na descrição dos materiais que compõem as peças, de forma a entender melhor os problemas encontrados.

No que toca aos materiais constituintes da coleção, estes dividem-se em materiais orgânicos, inorgânicos e compostos. Do conjunto dos primeiros, constam as madeiras e os têxteis, sendo que do grupo dos materiais inorgânicos fazem parte as peças em metal e em pedra. Do terceiro grupo, tal como o próprio nome indica, fazem parte as peças que contêm materiais de ambos os tipos.

No caso dos materiais orgânicos, nomeadamente a madeira, são comuns os empenamentos, que em casos mais graves se traduzem em fendas e fissuras, bem como o enfraquecimento das células que resulta na própria degradação estrutural das peças. No caso dos têxteis, foram detetadas variações dimensionais das peças bem como uma clara perda de elasticidade dos tecidos, provocada pelos constantes movimentos de contração e dilatação. Relativamente aos materiais inorgânicos, nomeadamente os metais, são vários os casos em que se encontram marcas de corrosão e ferrugem. Quanto às peças em pedra, ainda que em menor número na coleção, as marcas de degradação mais relevantes são a desintegração granular das mesmas.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Relativamente ao edifício em que se encontra a coleção cujos trabalhos de tratamento se iniciaram com a presente dissertação, importa ainda referir que não existem equipamentos destinados à deteção de incêndios ou sistema de alarme. Da mesma maneira, não existe sistema de deteção de intrusos.

<sup>72</sup> No seguimento dos trabalhos iniciados a propósito da presente dissertação, pretende-se traçar um plano a longo prazo para o tratamento e estudo da coleção etnográfica à guarda do RFL. Para além do aumento da coleção, com peças de importância justificada pelas entrevistas realizadas no decorrer da investigação, pretende-se fazer uma mais aprofundada avaliação dos riscos. “A avaliação de riscos [é feita] mediante o conhecimento detalhado de cada situação. A posse de dados concretos permite elaborar uma estratégia de conservação preventiva de forma a minimizar os fatores de degradação e a eliminar ou a bloquear alguns desses riscos”. (IPM, 2007, p. 8)

<sup>73</sup> Todas estas reações detetadas parecem ser efeitos de variações dos valores de humidade relativa, por não existirem ainda equipamentos capazes de fazer as medições necessárias para o controlo ambiental das salas.

### **3.3. Caracterização e gestão da coleção: (re)organização, inventariação e marcação**

Segundo o Instituto Português dos Museus, denomina-se por acervo

*[...] a relação exaustiva de todos os bens culturais móveis que constituem o património cultural da instituição, independentemente do seu modo de incorporação. Cabe a cada instituição museológica identificar, inventariar, conservar, organizar, estudar, divulgar e ampliar as suas coleções segundo critérios coerentes, bem como definir com rigor a sua política de incorporações. (IPM, 2007, p. 21)*

A partir desta definição de “acervo museológico” pode afirma-se que, no seu sentido mais lato, a coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento pode ser entendida como um acervo museológico, dada a coerência entre as peças, em termos de temáticas, materiais e tempo cronológico que representam. Consequentemente, são peças que no seu conjunto representam várias dimensões da mesma realidade, do campo e da casa, do trabalho e do lazer, e que por isso se completam, caracterizando o quotidiano de uma comunidade local ligada ao campo, na primeira metade do séc. XX.

Ainda que, de uma maneira geral, a coleção à guarda do RFL possa ser entendida como um acervo museológico, este nunca foi tratado como tal, segundo as linhas orientadoras promovidas pelas instituições da esfera museológica e cultural nacional. Posto isto, a presente investigação preocupou-se em iniciar os trabalhos relacionados com a gestão correta da coleção, nomeadamente “identificar, inventariar, conservar”. Da mesma maneira, procura-se que o início dos trabalhos de gestão da coleção possa continuar a longo prazo, para “estudar, divulgar e ampliar” a mesma.

Assim, foi necessário estabelecer uma ordem de trabalhos que, baseada em literatura técnica relativa ao tema, permitisse um entendimento mais aprofundado e uma reorganização eficaz das peças que integram a coleção. Tendo em conta que a documentação referente à recolha das peças contém escassa informação<sup>74</sup>, foi necessário fazer um primeiro levantamento cujo objetivo seria contabilizar e fotografar as peças constituintes do acervo, de forma a facilitar a posterior criação de Categorias.

Nesta contagem foram atribuídos números de registo individuais a cada uma das peças do acervo. Segundo a metodologia de inventário promovida em publicações do

---

<sup>74</sup> A documentação disponibilizada pelo Rancho Folclórico do Livramento faz apenas referência à proveniência das peças e, em alguns casos, inclui uma breve descrição física da peça, acompanhada pela denominação.

IPM, o primeiro número a ser atribuído a uma peça seria o número de tombo que, por definição, deve ser atribuído à peça no dia em que esta entra fisicamente no museu/instituição. Por outras palavras, o processo de tombar um objeto é aquele que deve anteceder o inventário museológico, e é uma forma de validar a entrada da peça no acervo. Compreendendo a impossibilidade de fazer este trabalho, vinte anos passados após o processo de doação e constituição da coleção, prosseguiu-se à atribuição de números de registo. Esta atribuição, captada em fotografias individuais, permitiu assim ter uma noção mais concreta da dimensão da coleção, facilitando a elaboração de um código de inventário.

Portanto, foi criada uma Folha de Recolha<sup>75</sup>, posteriormente transposta para um documento em formato Excel. As informações que constam da Folha de Recolha foram retiradas através de observação direta do objeto e, por isso, consideradas intrínsecas ao mesmo (Andrade *et. al*, 2012). Na Folha de Recolha utilizada para a gestão da coleção em estudo constam as seguintes informações:

**Tabela II**

<i>Data</i>	Registo da data do preenchimento da Folha de Recolha
<i>Nome do Inventariante</i>	
<i>N.º de Registo</i>	Número sequencial, único para cada peça do acervo, para efeitos de contagem
<i>Registo Fotográfico</i>	Registo fotográfico único do objeto, com pouco detalhe, com o número de registo atribuído
<i>Designação</i>	
<i>Breve Descrição</i>	Breve descrição física do objeto, pouco detalhada, como forma de complementar o registo fotográfico
<i>Materiais</i>	Enumeração dos vários materiais que constituem as várias partes do objeto
<i>Dimensões</i> <sup>76</sup>	

---

<sup>75</sup> Anexo III, p. 155

<sup>76</sup> Dado o objetivo principal da atribuição de números de registo, nomeadamente a contagem de peças e diagnóstico imediato e pouco exaustivo, foram definidas três categorias classificativas de dimensão:

<i>Estado de Conservação</i> <sup>77</sup>	
<i>Localização</i>	Registo da localização atual, recorrendo à denominação de cada sala já utilizada pelo Rancho Folclórico do Livramento
<i>Quantidade</i>	Registo do número de elementos que fazem parte da peça e que não podem ser dissociados desta

**Tabela II:** Campos preenchidos na Folha de Recolha, para gestão da coleção.

Após a elaboração da listagem de diagnóstico referente aos números de registo foram contabilizadas 474 peças, sendo que 77 se encontram na Sala 1, 62 na Sala do Corredor, 65 na Sala do Quarto e 270 na Sala da Cozinha.

No âmbito da metodologia de tratamento das peças, para posteriormente serem atribuídos números de inventário e proceder ao preenchimento de fichas de inventário manuais e digitais, foi realizada uma triagem de materiais. Primeiramente, achou-se pertinente fazer uma separação por materiais, no entanto, esta opção foi rapidamente abandonada por, atendendo à natureza etnográfica da coleção, a função das peças e o local a que pertencem se sobrepõem a aspetos mais técnicos, como é o caso dos materiais que as constituem.

Assim sendo, a definição de Categorias baseou-se, tal como definido em *Normas de Inventário: alfaia agrícola – etnologia* (IPM, 2000), na função de cada peça, independentemente dos materiais que as constituem.

*No casos das coleções etnográficas, nas quais as marcas do uso dos objetos que as compõem se constituem como componente fundamental, sendo este um dos traços que, entre outros, permite, de um modo geral, distinguir estes objetos das peças de “artesanato”, o critério principal para definir a categoria do objeto é usualmente o da sua funcionalidade, ou seja, a utilização do objeto para o fim para que foi concebido, ao invés de coleções de outro âmbito, nomeadamente as de arte, nas quais a classificação dos objetos que as compõem é usualmente definida a partir*

---

“pequenas dimensões”, “médias dimensões” e “grandes dimensões”. Pelo caráter subjetivo das categorias definidas, estas regem-se pelo espaço que cada peça ocupa na sala em que está colocada.

<sup>77</sup> Igualmente, definiram-se três categorias classificativas de estado de conservação, nomeadamente: “Mau”, “Regular” e “Bom”. Estão apenas indicadas como “Mau” as peças do acervo que necessitam de ações de intervenção urgente.

*da matéria (metais, etc.) ou da técnica (pintura, iluminura, escultura, gravura, etc.). (IPM, 2000, p. 37)*

Por outro lado, embora referente a peças de cerâmica, Braga (2012) faz algumas considerações que chamam a atenção para os perigos relacionados com a separação de coleções por funções. De facto, muitos são os casos em que a divisão em Categorias relacionadas com a função não se revela suficiente para uma eficaz gestão e organização de uma coleção, sendo necessária a criação de Subcategorias que especifiquem a tipologia de cada peça dentro de cada Categoria. Sobre o tema, Braga (2012) escreve

*De facto, é necessário ter em mente que um objeto, ou uma tipologia de objetos, raras vezes possui apenas um fim, uma utilização única. [...] Esta realidade torna-se ainda mais complexa quando nos deparamos com objetos que são muitas vezes utilizados tanto em contexto doméstico, quanto oficial/laboral, ou ainda em contexto funerário. (Braga, 2012, p. 41)*

Assim, foram criadas quatro Categorias principais que, por definição, constituem o primeiro nível de classificação das coleções museológicas, nomeadamente, “Alfaias Agrícolas”, “Mobiliário”, “Têxteis” e “Utensílios Domésticos”, sendo que a Categoria “Alfaias Agrícolas” é aquela com maior expressão na coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento e cuja ligação com os testemunhos recolhidos, práticas, saber-fazer e crenças se revela mais fecunda e profunda.

Assim, a atribuição de números de inventário, que na sua génese são únicos e, por isso, identificadores de cada peça do acervo, é uma das principais fases de metodologia de inventário. Sobre a importância da atribuição de números de inventário, sobre o seu carácter único e intransponível e a consequente marcação do objeto, a organização Collection Trust no seu volume “Labelling and Marking Museum Objects Booklet” escreve,

*Every item in a museum collection must carry its identity number at all times, so that it can be linked to the information a museum holds about the object. If this bond between the object and its documentation is broken, the consequences may be serious. At best, time will be wasted because of the need to track down documentation and re-establish the link. At worst, the object will lose its provenance and other associated information for all time. (Collection Trust, 2008, p. 1)*

Como princípio geral e fundamental na reorganização e tratamento de uma coleção, foi formulado um código de inventário alfanumérico. Por um lado, esta foi a

opção metodológica tomada por se considerar ser o tipo de código mais eficaz para responder às questões mais proeminentes no seio da coleção em causa, nomeadamente, identificação da Categoria e, quando pertinente, o número de elementos de um conjunto (IPM, 2000). Por outro lado, a escolha do sistema alfanumérico foi fortemente influenciada pela natureza da coleção e por isso, segundo publicação do IPM, adotou-se o método utilizado no inventário do Museu Nacional de Etnologia (IPM, 2000).

No caso da coleção em estudo, o código escolhido consiste no número de inventário sequencial de quatro algarismos, antecedido por um código que corresponde a cada Categoria e a sigla da entidade à qual pertence a coleção, neste caso, ao Rancho Folclórico do Livramento.

No caso do código numérico correspondente a cada Categoria teve como critério ordenante a quantidade de peças que nela se enquadram. Isto é, corresponde ao código 01 a Categoria que tem maior número de peças inseridas, seguindo-se por ordem decrescente em número de peças e crescente no código atribuído, como exemplificado na tabela abaixo:

**Tabela III**

<i>Categoria</i>	<i>Código Numérico</i>
<i>Alfaia Agrícola</i>	01
<i>Utensílios Domésticos</i>	02
<i>Mobiliário</i>	03
<i>Têxteis</i>	04

**Tabela III:** Categorias definidas para a coleção e código numérico correspondente, a constar no número de inventário.

Pela adoção da lógica descrita anteriormente, cada peça do acervo em questão terá o seguinte esquema de número de inventário:

**Exemplo 1:** RFL.02.0076, sendo que a peça que identifica pertence à Categoria de “Utensílios Domésticos”.

Uma vez definido o modelo de número de inventário, foi necessário proceder-se à marcação das peças. O processo de marcação das peças que, por definição, corresponde

“[a]o processo pelo qual se coloca o número de inventário no objeto” (Andrade *et. al*, 2012, p. 9), também deve obedecer a um conjunto de regras que garantam a salvaguarda do bom estado de conservação das peças. Da mesma maneira, a marcação dos números de inventário deve garantir que estes são visíveis e perceptíveis de modo a facilitar o trabalho de gestão da coleção sem, ao mesmo tempo, interferir com o aspeto original da peça, sobretudo no registo fotográfico da mesma.

Primeiramente, é necessário perceber quais os materiais a utilizar para a marcação das peças. Estes, devem adequar-se à matéria da peça que se pretende marcar, de forma a garantir a sua integridade, bem como a durabilidade do sistema de marcação. No caso da coleção etnográfica à guarda do RFL considerou-se apropriada a utilização de etiquetas reversíveis em papel ou cartolina, presos ao objeto com fio de algodão ou seda<sup>78</sup>.

No entanto, reconhecem-se as desvantagens do método de marcação adotado, nomeadamente: as etiquetas podem desatar-se e perder-se da peça a que pertencem; por serem feitas de material permeável podem tornar-se ilegíveis ou mesmo desintegrar-se se em contacto com líquidos; as fibras dos cordões de algodão podem ficar presas no objeto e, comum a etiquetas e cordões, são ambos feitos de materiais que constituem fontes de alimentação para insetos.

Ainda assim, dada a urgência do trabalho de marcação das peças, optou-se por esta metodologia por se revelar eficaz na deteção dos números de inventário durante os trabalhos de gestão da coleção, por se tratar de etiquetas cujo material facilita a inscrição do número de inventário, por permitir a inscrição a caneta ou a lápis e, também, por se encontrarem facilmente e a preços acessíveis no mercado especializado (Andrade *et. al*, 2012; Collections Trust, 2008).<sup>79</sup>

No caso dos têxteis, dado que a marcação deste tipo de peças não deve ser feita diretamente no tecido, o número de inventário foi inscrito em fitas de nastro, com caneta própria para tecidos, colocadas nos espaços para os botões, quando possível.

---

<sup>78</sup> Os trabalhos de marcação das peças irão prosseguir após a conclusão da dissertação.

<sup>79</sup> Futuramente e atendendo às desvantagens do método agora adotado, pretende-se proceder à substituição das etiquetas em uso por etiquetas Tyvek (acid-free, resistentes a químicos e à água) e, quando adequado, escrever no próprio objeto com os materiais próprios para marcação de peças (Paraloid B72, canetas de tinta permanente acid-free ou pincéis). No caso dos têxteis, pretende-se também coser as fitas de algodão nas quais constam os números de inventário na zona da bainha.

### **3.4. Fichas de inventário: analógico e informático**

No seguimento das várias fases que constituem o trabalho de gestão de uma coleção, é necessário organizar as informações referentes à mesma, bem como de todos os objetos que dela fazem parte. Este processo de documentação da coleção deve ser detalhado e abrangente, de forma a assegurar as ferramentas necessárias para possíveis investigações e difusão do conhecimento em torno da coleção em estudo.

Neste sentido, após definido o inventário museológico, há que produzir e normalizar a informação técnica de cada objeto. Essas informações, inicialmente recolhidas na Folha de Recolha anteriormente mencionada, são posteriormente detalhadas e descritas em pormenor em fichas de inventário. Estas fichas de inventário, preenchidas manualmente num primeiro momento segundo os parâmetros sugeridos em *Normas de Inventário: alfaia agrícola – etnologia*<sup>80</sup> (IPM, 2000), são a primeira instância do processo de documentação de uma coleção.

Mais concretamente, nas fichas de inventário manuais<sup>81</sup> constam e devem ser descritos os seguintes campos:

- Instituição/Proprietário;
- Categoria;
- Subcategoria<sup>82</sup>: o enquadramento da peça inventariada numa subcategoria é uma forma de detalhar a informações sobre a mesma, sobretudo de um ponto de vista funcional, que torna a seleção de informação mais eficaz. Sobre a importância da Subcategoria na ficha de inventário de cariz etnológico, o IPM (2000) escreve,

*No caso da alfaia agrícola, permite-nos leituras dos objetos simultaneamente em diversos planos, desde logo o acompanhamento do próprio ciclo agro-laboral e as operações*

---

<sup>80</sup> As fichas de inventário formuladas para a gestão da coleção à guarda do Rancho Folclórico do Livramento são uma adaptação daquelas sugeridas em *Normas de Inventário: alfaia agrícola – etnologia* (IPM, 2000). Foram retirados alguns campos e adicionados outros, por se considerarem mais adequados ao tipo de coleção em análise.

<sup>81</sup> Todas as fichas de inventário deverão ser acompanhadas do registo fotográfico captadas aquando da listagem referente aos números de registo.

<sup>82</sup> Das subcategorias, são exemplo “Instrumentos de mobilização da terra”, “Instrumentos de recolha e manuseio de fertilizantes naturais”, “Instrumentos de poda e enxertia”, “Instrumentos de proteção e tratamento”, “Instrumentos de colheita de cereais”, “Instrumentos de debulha” e “Instrumentos de limpeza de cereais e manuseio de palhas”,



*específicas que lhe estão associadas em cada fase [...] (IPM, 2000, p. 40)*

- Designação e Outras Designações: para além do inventário procurar a normalização dos termos utilizados na denominação das peças, também se preocupa em registar os vários nomes dados a um determinado objeto. Desta forma, recorrendo às entrevistas realizadas, é possível registar em ficha de inventário “designações locais de um objeto” (IPM, 2000, p.48);
- N.º de Inventário;
- Elemento de um conjunto: indicação se a peça é ou não elemento de um conjunto e, caso seja, adotar o número de inventário base seguido de “/1”, “/2”, sequencialmente, consoante a quantidade de elementos. Na ficha de inventário deve constar, no campo adequado, a designação da peça a que pertence (IPM, 2000, p. 52-55);
- Incorporação: campo do qual devem constar informações relativas ao “Modo de Incorporação” e “Ano de Incorporação”;
- Recolha: campo do qual devem constar informações que permitam situar com o maior detalhe possível os objetos recolhidos, através do preenchimento dos campos “Lugar”, “Freguesia”, “Concelho”, “Distrito”, “Região”, “Data de Recolha” e “Antigo Proprietário”. Sobre as circunstâncias da recolha no inventário das coleções etnográfica, o IPM (2000) escreve sobre a importância destes campos:

*Trata-se de um campo no qual se devem registar as informações que, por um lado, permitem situar de um modo muito exato o estatuto e o significado dos objetos para o indivíduo ou o grupo que os produziu no momento da sua recolha [...] (IPM, 2000, p. 63)*

- Localização: para além da localização atual, deve haver espaço para novas localizações, caso a peça seja eventualmente movida dentro do contexto de reserva, bem como um espaço para o registo da data em que determinada peça foi localizada;
- Datação da peça: informações detalhadas nos campos “Séculos”, “Anos” e “Justificação da Data”;

- Função: registo do “uso dado à peça no seu contexto de origem” (IPM, 2000, p. 56);
- Descrição: do geral para o particular, devendo ser feita uma descrição física pormenorizada, “primeiro [d]os elementos constituintes da peça em análise, remetendo os aspetos decorativos no final a descrição” (IPM, 2000, p. 57);
- Matéria;
- Dimensões: especificadas nos campos “Altura”, “Largura”, “Profundidade”, “Diâmetro”, “Comprimento” e “Peso”;
- Estado de Conservação: categorizadas em “Bom”, “Regular”, “Mau”, o campo do estado de conservação deve deixar espaço para ir atualizando o estado de conservação da peça, bem como um espaço para colocar a data referente a essas mesmas atualizações;
- Intervenções de Conservação e Restauro: devem ser registadas neste campo as informações referentes a quem executou a intervenção, qual o processo e a respetiva data;
- Bibliografia: registo dos títulos utilizados como fontes de informação para o preenchimento da ficha de inventário;
- Notas: deve constar o nome do inventariante que preencheu a ficha de inventário e a data em que foi preenchida;

Embora se reconheça o formato manual das fichas de inventário como método primordial da gestão da documentação de uma coleção, também se pretende proceder à passagem do conjunto de fichas de inventário para o formato digital. A propósito da presente investigação, em colaboração com pessoal especializado, foi concebida uma base de dados *online* para realizar o inventário informatizado da coleção etnográfica em estudo.

Nesta base de dados foram adicionados todos os campos que constam das fichas de inventário manuais, incluindo o campo da fotografia<sup>83</sup>, que permite que sejam adicionados vários ficheiros JPEG ao mesmo registo. Para a base de dados informatizada pretende-se fazer uma captura fotográfica melhorada, com melhores condições de luz,

---

<sup>83</sup> As fotografias a serem adicionadas à base de dados informatizada devem ser identificadas pelo número de inventário da peça que representam.

sem brilhos ou reflexos, em fundo uniforme e com escala. Para além disso, pela funcionalidade de adicionar vários registos fotográficos à mesma ficha de inventário, devem ser fotografados os pormenores técnicos e possíveis inscrições da peça.

Outra das vantagens que advém da utilização da base de dados informatizada, sobretudo na esfera etnológica, é o facto de permitir o registo de informações impossíveis de captar nas fichas de inventário manuais, nomeadamente, o registo sonoro. Tendo em conta que é a coleção em estudo que motivou uma recolha de testemunhos de memórias de uma comunidade local, indissociáveis das peças constituintes do acervo, seria uma mais valia para a documentação da coleção que os futuros utilizadores da base de dados *online* pudessem ter acesso a esses mesmo testemunhos recolhidos em contexto de trabalho de campo.

*A integração de registos sonoros em bases de dados de inventário informatizadas apresenta-se de particular importância no caso das coleções etnográficas, constituindo-se o envolvimento sonoro como um campo de permanente pesquisa e ação lúdica que o museu poderá e deverá desenvolver. [...] nos museus locais e regionais [...] definam o programa de levantamento das paisagens sonoras em que se integram as alfaías que estudam, informam e recolhem, lembrando apenas um género de registos sonoros de especial relevância para esse fim. Trata-se dos depoimentos dos informantes em torno dos objetos do seu quotidiano, revelando, na voz e na palavra de quem os fez, usou e nomeia, as técnicas, as memórias e os afetos suscitados por essas coisas [...] (IPM, 2000, p. 77)*

## **IV – As pessoas, as memórias**

### **4.1. Os entrevistados – caracterização e justificação da escolha**

No seguimento dos capítulos elencados, está definido o espaço, o tempo e os atores sobre os quais se focaram as entrevistas realizadas ao longo da presente investigação. Note-se que, sendo um trabalho que pretende alargar o conhecimento produzido na área do património imaterial do concelho de Mafra, a presente investigação procura também redesenhar o quotidiano rural desta comunidade local. Assim, paralelamente à produção de novo conteúdo relacionado a uma esfera específica do PCI local, foi possível registar as memórias de uma comunidade cujo iminente desaparecimento compromete a valorização, salvaguarda e divulgação de modos de vida e de estar ancestrais.

Posto isto, a amostra selecionada para as entrevistas teve como principais critérios de escolha a idade, o género e classe social. Procurou-se que esta fosse uma amostra variada, capaz de caracterizar diferentes cenários que, no fundo, se tocam em determinadas práticas ou até mesmo objetos. Ao mesmo tempo, foi necessário que as entrevistas se complementassem e enriquecessem mutuamente, de forma a pintar o cenário mais legítimo possível e dessa forma, abrir espaço para conclusões mais concretas sobre o PCI da comunidade local do concelho de Mafra, com foco nas décadas de 10 a 50 do séc. XX.

Deste modo, e como em Ketele e Roegiers (1999, *apud* Carvalho, 2014, p. 51), o grupo de entrevistados é uma “seleção precisa de pessoas bem determinadas em função do objetivo a atingir” que, neste caso, é uma recolha das memórias e vivências de um grupo de pessoas que tem em comum um território e um conjunto de práticas e formas de estar. Da mesma maneira, e tendo em conta a proximidade dos entrevistados com os factos relatados e dos temas abordados ao longo das entrevistas, foi necessário deixar o entrevistado falar livre e abertamente, abrindo espaço para que este inserisse na conversa aspetos que ele próprio considerasse importantes ou marcantes nas memórias relatadas (Quivy e Campenhout, 1998 *apud* Carvalho, 2014, p. 53). De facto, este método utilizado em todas as entrevistas fez com que os testemunhos recolhidos se caracterizassem pelo seu detalhe e minuciosidade na partilha com o entrevistador.

Atendendo às características principais dos entrevistados<sup>84</sup>, foi selecionado um grupo de seis indivíduos cujos testemunhos se consideraram relevantes para a presente investigação. Estes seis indivíduos selecionados, dois homens e quatro mulheres, pertencem a várias localidades de duas freguesias do concelho de Mafra<sup>85</sup>, nomeadamente: Pão Coito, Caneira Velha, Livramento, Vila Franca do Rosário e Tourinha. Todas as localidades se caracterizam pela sua proximidade com a freguesia da Azueira, na qual se localiza a coleção etnográfica do Rancho Folclórico do Livramento, que serviu de base para a semiestruturação das questões colocadas durante as entrevistas.

Para além da divisão da amostra de entrevistados em géneros e local de residência, importa referir que os seis indivíduos se agrupam igualmente em classes sociais. Esta divisão, que se baseou em aspetos económicos espelhados em atividades de lazer, de trabalho e relações sociais específicas, permitiu ficar a conhecer realidades diferentes no mesmo espaço e no mesmo tempo. Assim, quatro dos seis testemunhos relatam memórias assumidamente dedicadas ao trabalho direto com a terra, que servia de sustento para uma casa de família no seio da qual as posses eram escassas. Este tipo de testemunho, que caracteriza o quotidiano do dominado, é especialmente fecundo na descrição de saber-fazer, de superstições associadas aos ciclos da natureza ou da constituição das próprias casas de habitação.

Por outro lado, dois dos seis testemunhos centram-se numa esfera diferente dos outros entrevistados, que habitualmente empregavam os primeiros e cujo poder de compra e as posses possibilitaram uma vida mais confortável e abastada quando comparada com o resto da comunidade.

É de salientar ainda que cinco dos seis testemunhos se podem apelidar de relatos maioritariamente diretos, por descreverem cenas vividas pelos próprios entrevistados. Ainda assim, é de destacar o testemunho de António Pedro Francisco, por se focar nas vivências que lhe foram a ele transmitidas pelos seus pais e avós, já falecidos.

---

<sup>84</sup> As entrevistas, realizadas entre os meses de dezembro de 2018 e abril de 2019, foram todas gravadas em formato áudio e tiveram lugar nas residências dos entrevistados. Esta opção metodológica baseou-se no princípio de que os entrevistados devem estar num local familiar e no qual se sentem seguros, de forma a facilitar a partilha de informações que se revelem importantes para a investigação.

<sup>85</sup> Nomeadamente, freguesia de Azueira e Sobral de Abelheira e freguesia de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário.

#### **4.1.1 – Maria das Dores Justino**

Maria das Dores Justino nasceu em 1931, na Freixofeira, localidade pertencente à freguesia do Turcifal, concelho de Torres Vedras. Desde que nasceu até se casar que viveu sempre na localidade de Freixofeira, tendo-se mudado para o lugar do Pão Coito, para a casa onde se realizou a entrevista, com 28 anos.

Apesar de ter vivido os primeiros anos da sua vida numa localidade que integra o concelho de Torres Vedras, a proximidade com freguesias do concelho de Mafra fez com que este fosse um testemunho considerado válido para a presente investigação. De facto, se atualmente as diferenças de localidade para localidade são muito poucas, esse era um facto ainda mais óbvio durante a primeira metade do séc. XX, dada a paisagem comum a ambos os concelhos e as atividades e profissões nela praticadas.

Maria das Dores Justino contribuiu para a presente investigação com um testemunho que incidiu sobretudo no relato do quotidiano das crianças e jovens. Destes, destacam-se as descrições dos rituais de passagem associados ao namoro e ao casamento, bem como os preceitos associados a essas práticas.

#### **4.1.2 – António Pedro da Silva Francisco**

António Pedro da Silva Francisco é o entrevistado mais novo do grupo selecionado. Nascido no ano de 1958 em Lisboa, com 60 anos ao momento da entrevista, revelou-se um testemunho enriquecedor do presente trabalho por ter muitas memórias dos seus falecidos pais e avós.

Embora nascido já na segunda metade do séc. XX, tempo cronológico não abordado na presente investigação, este foi um testemunho muito relevante sobretudo na descrição das atividades de lazer anuais, com destaque para a época do Carnaval, e do trabalho no campo.

Esta foi uma entrevista que também contribuiu para um conhecimento mais aprofundado das diferentes funções de várias alfaías agrícolas que integram a coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento. Da mesma maneira, atendendo ao detalhe das cenas descritas em entrevista<sup>86</sup>, foi possível conhecer aspetos muito

---

<sup>86</sup> A entrevista a António Pedro da Silva Francisco foi dividida em dois dias, nomeadamente 17 de dezembro de 2018 e 12 de janeiro de 2019. No total, foram gravadas cerca de quatro horas de entrevista, devido ao detalhe das cenas relatadas e pela variedade de temáticas abordadas.

próprios do quotidiano rural do concelho de Mafra da primeira metade do séc. XX, objetivo principal do presente trabalho de investigação.

#### **4.1.3 – João Adelino Ferreira dos Santos**

João Adelino Ferreira dos Santos, nascido em 1942, com 77 anos no momento da entrevista, foi um nome indicado por Maria João Gonçalves, membro do Rancho Folclórico do Livramento. Este foi um testemunho que se entendeu como relevante por, no final de atuações do RFL, João Adelino Ferreira dos Santos ter o hábito de corrigir algum aspeto, contribuindo assim para a legitimidade das atuações do grupo de folclore.

Devido ao conhecimento próximo que João Adelino Ferreira dos Santos tem de instrumentos associados ao trabalho no campo, realizou-se uma entrevista a cinco de janeiro de 2019, na residência do entrevistado, na localidade de Tourinha.

Tal como acontecera com António Pedro Francisco, a entrevista a João Adelino Ferreira dos Santos incidiu nas memórias que lhe foram transmitidas pelos pais e avós. Foi sobretudo fecunda nas áreas dos cantos de trabalho e na descrição do quotidiano das crianças que cedo eram recrutadas para trabalhar no campo.

#### **4.1.4 – Guilhermina Bráz Heleno**

Guilhermina Bráz Heleno, nascida a 15 de março no ano de 1936 (83 anos) foi outro dos indivíduos entrevistados que contribuiu para o aprofundamento do conhecimento sobre o quotidiano de alguém ligado “à vida de trabalho”, com poucas posses. O testemunho de Guilhermina Heleno difere dos outros por contar a história de alguém que nasceu noutra região do país e que acabou por vir trabalhar muito cedo para o concelho de Mafra.

Para além disto, destacam-se também as cantigas, historietas e versos partilhados em contexto de entrevista, registados manualmente pela própria entrevistada. Tendo sido analfabeta até aos 57 anos, Guilhermina Bráz refere que

*Tinha tudo guardado na ‘nha cabeça só que nã’ sabia como pôr no papel!  
‘pois’ aprendi a escrever “calquer” coisita... e lá escrevi o que ainda cá  
estava!*

#### **4.1.5 – Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal**

O testemunho de Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal foi o primeiro em que foi possível traçar um percurso de vida diferente dos restantes entrevistados, bem como uma perspetiva diferente da mesma realidade descrita noutras entrevistas.

Com 83anos de idade, nascida no Livramento a 02 de março de 1936, Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal estudou, foi viver para a cidade e foi professora, sendo que nunca deixou de estar ligada ao concelho de Mafra. Para além do seu contributo contrastante com outras narrativas de quotidiano descritas na presente investigação, a entrevista de Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal teve especial força na caracterização das festas de cariz religioso e em alguns aspetos da vida social como os teatros e a música.

#### **4.1.6 – Maria de Fátima de Azeredo Lopes**

À semelhança do que acontecera na entrevista a Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal, também o testemunho de Maria de Fátima de Azevedo Lopes permitiu desenhar um quotidiano que contrasta com os daqueles que viveram e sobreviveram toda a vida do trabalho do campo.

Com 72 anos de idade (1946), Maria de Fátima de Azeredo Lopes reside ainda na casa da sua família, que no tempo cronológico em estudo na presente investigação era uma das quintas mais importantes e que mais gente empregava na região de Mafra, a Quinta do Castelo. Por essa razão, as narrativas de quotidiano contadas por Maria de Fátima de Azeredo Lopes constituem um olhar diferente perante o trabalho no campo, nomeadamente, o olhar do que domina, do patrão. Da mesma maneira, permitiu conhecer os preceitos associados à vida em casa e à vida social, diretamente relacionadas com o género e com a posição social.

Tendo caracterizado os seis testemunhos principais nos quais se baseia o presente trabalho, importa ressaltar que para além destes foram consultados outros indivíduos, em contexto mais informal, mas que ainda assim contribuíram para perceber melhor a coleção etnográfica à guarda do RFL, bem como certos cenários partilhados e descritos pelos entrevistados. Nesse sentido, são de referir os contributos de Maria Rosalina Martins dos Reis Carmezim, Firmino Adão Canhoto, João Carlos Martins, António Lima, Maria Ferreira, António José de Azeredo Lopes e António Mucharreira de Azeredo Lopes.



#### **4.2. As memórias**

A presente investigação teve como principal mote a urgência da recolha e registo de narrativas de quotidiano a partir das quais fosse possível estabelecer uma dinâmica condutora e caracterizadora do que era o viver no concelho de Mafra entre as décadas de 1910 a 1950. Note-se por isso que, grosso modo, o foco principal dos trabalhos realizados ao longo do último ano são as vivências e memórias dos entrevistados, desconstruindo-as e relacionando-as com o suporte corpóreo que eventualmente encontram em peças que agora integram a coleção etnográfica. Neste sentido, ainda que sobre uma temática diferente daquela em estudo, Maria Alice Samara e Raquel Pereira Henriques (2013) escrevem o seguinte sobre a recolha de testemunhos com foco em narrativas de quotidiano:

*Por um lado, descrever o quotidiano é, também, pensar no que era “normal”, “comum”. Mas o que surge na memória de muitas pessoas decorre da repetição simples de gestos e de práticas e é-nos, mais uma vez, estranho. (p. 15)*

Da mesma forma, o que os entrevistados selecionados foram descrevendo ao longo das entrevistas consiste naquilo que, aos olhos da primeira metade do séc. XX, era considerado “comum”, “corriqueiro”, mas que atualmente ensinam algo novo mesmo às pessoas que vivem no concelho de Mafra.

Para permitir uma mais organizada disposição das informações recolhidas, a análise das entrevistas foi dividida consoante o aspeto do quotidiano em questão. Assim, ao cruzar as histórias pessoais de cada um dos intervenientes foi possível traçar um quadro mais detalhado e completo das várias esferas do quotidiano rural desta comunidade local<sup>87</sup>. A divisão adotada segue, de certa maneira, a ordem seguida durante a própria entrevista. Apesar de todos os relatos terem uma forte componente pessoal, regra geral partiu-se da descrição de aspetos relacionados com a vida particular e depois daqueles relacionadas com a vida fora das portas de casa, para espaços e práticas associadas à vida social da época.

---

<sup>87</sup> É de ressaltar que o presente trabalho não vai, nem poderia resumir todos os aspetos que caracterizam, na sua totalidade, a vida no concelho de Mafra. Ainda assim, permitiu o registo de histórias de vida com vários aspetos em comum, ainda que de pontos de vista diferentes, mas que ainda assim ajudaram a “compor um quadro mais denso, mais complexo e mais pessoal” (Samara, Maria Alice; Henriques, Raquel Pereira, 2013, p. 7).

#### **4.2.1 - A casa e a vida doméstica**

De acordo com as memórias dos entrevistados, a casa familiar era um dos espaços mais importantes do que era viver no universo rural. Este era o local onde, muitas vezes, para além da família, estavam os animais e se guardava tudo quanto se podia para garantir a subsistência da família. Consequentemente, a disposição das casas familiares de classes baixas bem como os materiais utilizados para a construção e sobrevivência nestes espaços tinham que ser adaptados às possibilidades de cada núcleo familiar, sendo que na maior parte das vezes a prioridade era o “desenrascar”, como sublinhado pelos entrevistados.

Arquitetonicamente, a construção destas casas familiares era bem diferente do tipo de construções feitas atualmente. Regra geral, os materiais mais utilizados na construção das casas eram palha, terra ou tabique. Para erguer as paredes, exteriores e interiores, eram colocadas “tabuinhas de madeira” posteriormente enchidas com palha e cal de água.

*A primeira casa c’o meu pai comprou, as paredes por dentro era feitas com cal, palha e terra. E tabique. Qu’era, levava uma, umas tabuinhas de madeira nas d’visórias, ‘pois era cheio de palha e massa. Cal. Cal de, era cal assim grossa. P’a encher e p’a compactar. [...] A minha casa ‘ind’era feita disso. (António Pedro Francisco)*

Em termos da constituição da casa, no caso das classes mais baixas, era simples e muito limitada<sup>88</sup>. Por não haver luz elétrica ou água canalizada, as famílias viam-se obrigadas a adaptar espaços inicialmente destinados aos animais para conseguir um melhor aproveitamento dos espaços.

*A primeira casa só tinha uma cozinha e um quarto. Depois com quatro anos fui p’á casa grande, aquela casa ali, já tinha, uma casa com... na altura, tinha cozinha, tinha uma sala, duas salas e tinha... tinha um, dois, tinha dois quartos já. Mas casas de banho não tinha. (António Pedro Francisco)*

As casas de banho eram um dos problemas mais flagrantes para a saúde das famílias, por ser uma das divisões que se partilhava com os próprios animais. Os banhos eram raros porque, geralmente, tinha de se andar vários quilómetros para ir buscar água às fontes. O papel higiénico<sup>89</sup> era improvisado consoante o local em que faziam as fezes

---

<sup>88</sup> Anexo VI, parágrafo (1), p. 159;

<sup>89</sup> Anexo VII, parágrafo (4), p. 162;

e essas eram geralmente misturadas com as dos animais<sup>90</sup>, de forma a aumentar a quantidade de estrume posteriormente utilizada nos terrenos e espalhado com forquilha.

*Nã' tínhamos casa de banho. [...] Tínhamos o canto das galinhas, [...] e 'pois a gente fazia as necessidades no bacio e 'pois deitávamos lá, fazíamos uma estriqueira no canto, e era assim. E era assim toda a gente.*  
(Guilhermina Bráz Heleno)

Ainda assim, testemunhos recordam as dificuldades por que as suas famílias ou vizinhos passavam sobretudo durante as estações mais frias, tendo que recorrer aos animais como forma de aquecimento<sup>91</sup>.

Da mesma maneira e atendendo ao estilo de vida desta comunidade no universo rural, as divisões não tinham grandes decorações. As divisões das casas familiares deveriam sim conter os instrumentos essenciais para conseguir realizar as tarefas domésticas necessárias à subsistência da família.

As salas de estar eram divisões com muito pouca mobília e serviam apenas para eventuais convívios familiares ou para receber visitas.

*[Havia] Uma mesa e tinha um... chamava-se um guarda prata! Era um armário onde se guardava as loiças. Pois.*  
(Maria das Dores Justino)

Relativamente aos quartos, estes também tinham pouca mobília, sendo que era costume, por uma questão de aproveitamento de espaço, as crianças dividirem quartos e até mesmo as camas. Ainda assim, as pessoas procuravam aproveitar o máximo do que a terra dava para darem o maior conforto possível às suas famílias, nomeadamente nos colchões e almofadas, em que recorriam às carapelas do milho e à lã das ovelhas<sup>92</sup>, respetivamente, para conseguirem algum conforto durante as horas de descanso.

*As camas eram de ferro, o meu quarto tinha duas camas, o outro tinha uma cama, e o meu pai tinha outra cama, n'ê?* (Maria das Dores Justino)

*Os meus [colchões] eram [impercetível] de carapelas! [...] Do milho! [...] Todos os anos se mudava porque todos os anos havia carapelas novas. [...] Com'havia, mudava-se todos os anos, 'pois aquilo ganhava sempre bicharocos e ganha[vam] bafio, e não sei quê, c'o calor do corpo, e às vezes c'os rapazitos piquenos uma mijadela [...] N'havia resguardos,*

---

<sup>90</sup> Anexo VII, parágrafo (3), p. 162;

<sup>91</sup> Anexo VII, parágrafo (2), p. 162;

<sup>92</sup> Anexo X, parágrafo (18), p. 196;

*com'há hoje. [...] Tínhamos lençol, sim. [...] E havia os colchões, de palha. Palha de centeio. [...] Esses eram de compra. [...] Mas dos adultos geralmente eram de centeio. [...] As almofadas era cheia com [pausa] as primeiras qu'eu me lembro com lã d'ovelha. Da tosquia. [...] Era à tesoura, com tesoura, não com máquina. [...] Era como se tosquiava os burros, também! (António Pedro Francisco)*

Segundo os testemunhos recolhidos, a cozinha era a divisão da casa onde se passava mais tempo e para a qual era necessária uma maior capacidade de adaptação de forma a contornar os poucos utensílios e alimentos de que dispunham. Era na cozinha que se faziam grande parte das tarefas realizadas em casa, sendo que até servia de local para as crianças fazerem os deveres escolares<sup>93</sup>, por ser a única divisão onde havia mesa.

*Aqui fazia [...] “comeri”, esfregava a casa qu'era tudo a “esfregari”, acartava água p'ó consumo. [...] Eu tinha c'acartar água com uma “basilha” de vinte litros p'ra dar [impercetível] p'râbastecer a casa toda! Toda! Desd'o lavar, ao “buer”, ao comer, oh... tudo! (Guilhermina Bráz Heleno)*

Nas cozinhas destas habitações era comum existir o fogão a lenha. Sobre este, todos os testemunhos recolhidos sublinham as grandes quantidades de tempo despendido para cozinhar neste lume, que “demorava a ferver”. Maria Antónia Quintela lembra-se de ter também na cozinha a chamada fornalha, equivalente ao forno atual e no qual se confeccionavam pratos mais elaborados.

“A loiça de cozinha”, como geralmente lhe chamam, referindo-se aos utensílios que usavam para cozinhar, era maioritariamente de esmalte<sup>94</sup> e latão. Os talheres de uso diário eram de metal, com cabo de madeira, sendo que era costume as donas de casa já terem “um faqueirozinho” melhor, comprado para o enxoval, e usado em batizados, casamentos ou épocas festivas.

As tarefas domésticas estavam sempre reservadas para as mulheres da casa, que muitas vezes também trabalhavam no campo como os homens, ainda que em tarefas que exigiam menos força física. Das várias tarefas domésticas que realizavam, as entrevistadas destacam o passar a ferro com o ferro de brasas<sup>95</sup>, bem como o lavar a roupa. Em ambos os casos, tal como acontecia com as alfaias no campo, era necessário um

---

<sup>93</sup> Anexo X, parágrafo (20), p. 197;

<sup>94</sup> Anexo XI, parágrafo (10), p. 204;

<sup>95</sup> Anexo XI, parágrafo (11), p. 204; Anexo XI, parágrafo (12), p. 204;

profundo conhecimento do funcionamento dos utensílios e dos produtos usados, de forma a ter os melhores resultados possíveis recorrendo à menor quantidade de produtos.

Assim, eram utilizados os mais variados métodos para as diversas tarefas associadas ao lavar, tanto da roupa como da loiça. Estes métodos baseavam-se na reutilização de substâncias que houvesse em abundância ou que pudessem ser utilizadas para outros fins. As mais destacadas, para a lavagem da roupa, são o sabão azul e branco, a potassa, cinza, urina e o próprio sol, para aclarar as roupas. No caso das loiças, água quente para tirar as gorduras e cinza, limão e sal para arear os amarelos dos copos e utensílios de cozinha e a glicerina para retirar os amarelos do fogão.<sup>96</sup>

A contrastar com esta realidade, estava a vida nas quintas e casas senhoriais da região. Em termos da constituição das casas, a grande diferença, para além da dimensão e da existência de elementos decorativos em abundância, era o sistema de água corrente e de casa de banho. Para além disso, os banhos eram uma prática mais frequente e havia um maior cuidado com a higiene que, no caso das raparigas, se traduzia sobretudo em cuidados dos cabelos<sup>97</sup>, que se mantinham o mais longos possível, sinal de feminilidade.

*Aqui [na Quinta do Castelo] tínhamos casa de banho. Sempre tivemos. A água é que era puxada para um depósito que estava em cima da casa de banho, com uma bomba. [...] Tínhamos também um depósito que apanhava água da chuva, captava água da chuva que tinha um depósito no chão. Depois do chão [pausa] ia para o depósito de cima e depois tínhamos água corrente no lavatório, na banheira. [...] Era banheira [...] de ferro com pés. Na casa do forno havia umas panelas grandes todas mascarradas onde aquecíamos águas para os banhos. [...] Só que às vezes, não sei o que é que acontecia, não sei se era no tempo da chuva, podia cair qualquer coisa da chaminé, a água do banho era amarelada. E a cheirar a fumo! [...] Usávamos sabonete para lavar o corpo.*  
(Maria de Fátima Lopes)

---

<sup>96</sup> Anexo IX, parágrafo (1), p. 184; Anexo X, parágrafo (14), p. 195;

<sup>97</sup> Anexo XI, parágrafo (23), p. 206;

#### **4.2.2 – Alimentação e conservação de alimentos**

As oscilações entre classes sociais traduziam-se também no acesso aos bens alimentares. Embora essas diferenças se manifestassem igualmente nas relações entre indivíduos, entre patrão e empregado, entre rico e pobre, a questão da alimentação e os contrastes entre o que uns e outros comiam era um dos traços que melhor caracteriza esta comunidade local na primeira metade do séc. XX.

Na maior parte dos casos, o pão era a base da alimentação, por se fazer em casa ou em fornos comunitários. Todas as casas tinham arcas de madeira nas quais se conservava uma fornada de pão durante mais de uma semana. O processo de cozer o pão é um dos mais importantes dos que integram o rol de tarefas das mulheres, por ser considerado o bem mais essencial para a subsistência da família. De facto a cozedura do pão é um processo<sup>98</sup> muito específico, que vai desde a ceifa do trigo, até à passagem pelo moinho e a cozedura propriamente dita. De facto, este processo estava ainda carregado de uma forte componente espiritual, porque se sabia que se não houvesse pão, a sobrevivência ficaria em causa. Todos os testemunhos recolhidos dão conta de orações, preces e rituais associados ao fabrico do pão, de forma a garantir que este chegava para toda a família, durante o maior período de tempo possível.

*Fazia pão, também. [...] Fazia-se uma reza antes de cozer o pão. Há várias, mas eu sei assim:*

*Deus t'acrescente,  
P'a mim e p'a toda a gente.  
Deus te dê a abertude,  
Qu'eu fiz o que pude.*

*Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amén.*

*Quando cozo ainda hoje faço isto. [...] 'Pois o pão era guardado na arca de made'ra. (Maria de Jesus Ferreira)*

A falta de pão era, portanto, o maior sinal de pobreza e fome no seio desta comunidade local. Muitas vezes, as crianças de famílias mais ricas levavam comida a mais para a escola para dividirem com as crianças mais pobres<sup>99</sup>. Ao pão, elemento basilar

---

<sup>98</sup> Anexo IX, parágrafo (17), p. 187-188; Anexo X, parágrafo (3), p. 192; Anexo XI, parágrafo (19), p. 206;

<sup>99</sup> Anexo XI, parágrafo (3), p. 202;

da alimentação desta comunidade, juntavam-se a fruta e outros bens alimentares provenientes da terra, como as laranjas, a azeitona ou o alho.

*O qu'ê qu'eu costumava cozinhar? Olha, nã' se cozinha com'agora, n'ê verdade? [...] Tudo quanto se cozinjava, tud'era bom. [...] O meu sogro e o meu marido, 'inda antes d'ele namorar comigo, comiam pão com laranjas p'o almoço. E pão com azeitonas era o comer deles, traziam aquilo p'ra tod'o dia. (Guilhermina Bráz Heleno)*

Os horários e os nomes atribuídos a cada momento de pausa, dedicado à realização das refeições<sup>100</sup> também eram muito diferentes do praticado atualmente. Por um lado, era necessário adaptar o melhor possível as pausas ao trabalho no campo, no sentido em que se procurava comer várias vezes ao dia para que houvesse força para continuar a trabalhar. Por outro lado, tentava-se parar o trabalho para comer às horas de maior calor, para evitar o trabalho.

Assim, vários testemunhos contam que depois do pequeno almoço, ou mata-bicho, antes de sair de casa bem cedo, se almoçava às dez horas da manhã. Por volta do meio dia ou uma hora da tarde, era o jantar. À tarde, comia-se a bucha e à noite era a ceia.

Naturalmente, a refeição mais consistente era a do almoço, sempre à base de batata cozida com algum tipo de acompanhamento, sendo que o bacalhau era o mais comum. O almoço era sempre levado aos homens que trabalhavam no campo, dentro de cesto, pelos filhos ou pelas esposas. À noite, porque tinham medo de “morrer com barriga cheia”, comiam só uma sopa.

*Oh, o qu'ê qu'e fazia? Era assim. [pausa] De manhã era café, café e pão. E manteiga. Manteiga nunca faltou. [...] 'O almoço, batatas com bacalhau. [...] A bucha era sempre um 'cadito de pão, c'umas azeitonas, qualquer coisa assim 'o meio da manhã. [...] 'Pois vinha 'o mei' dia trazer o jantar, 'o à uma hora. [...] Batatas com bacalhau. À noite er'uma sopa. Cozia feijão, 'pois punha-lhe hortaliça. No princípio o meu sogro p'a nã' gastar d'zia que nã' gostava nem de massa nem d'arroz! [risos] Mas era p'a nã' gastar! [...] Fazia isso sempre no lume de lenha, claro. Eu só tinha um fogareiro a petróleo [...] daqueles redondinhos, com três pés. [...] Mas era tud' no lume. (Guilhermina Bráz Heleno)*

O comer carne era, naturalmente, um privilégio que estava reservado apenas aos mais ricos ou, no caso das classes mais pobres, aos dias “alumiados”, santos ou de festa.

---

<sup>100</sup> Anexo VII, parágrafo (25), p. 168-169; Anexo VIII, parágrafo (7), p. 179; Anexo X, parágrafo (4), p. 192;

Embora houvesse muita gente com criação de animais nas suas casas, eram poucos aqueles que matavam os animais para comer, tendo em conta que era prioritária a venda destes animais, na Feira da Malveira ou em Torres Vedras, para tentar levar mais dinheiro para casa<sup>101</sup>.

Ainda assim, a matança do porco era uma prática muito comum no concelho de Mafra da primeira metade do séc. XX.

*Matar o porco er'artesal. Agarrava-se no porco p'uma orelha [...], havia quem agarrava o porco três ou quatro, agarravam no porco e espetavam-no, 'pois sangrava, o sangue p'uma panela, 'pois penduravam-no numa trave, [impercetível] tipo ganchos nas patas, 'pois abriam-no. [...] O sangue era aproveitado, quem gostava de cabidela aproveitava. [...] Quem fazia chouriços de sangue, também.* (António Pedro Francisco)

Matar o porco era sinónimo de ter muito alimento que se queria duradouro pelo maior período de tempo possível. Como tal, a carne do porco era colocada em salgadeiras que, regra geral, todas as casas tinham. As salgadeiras eram grandes arcas, geralmente em pedra e em alguns casos em madeira, com tampa de madeira nas quais era colocada a carne proveniente da matança de criação e onde esta ficava conservada entre camadas de sal, até ser confeccionada. Muitas vezes, o pão cozido também era colocado na salgadeira, enrolado em cobertores, para que durasse várias semanas.<sup>102</sup>

Nas famílias mais ricas, a realidade era bem diferente daquela vivida no resto da aldeia. Para além de ser costume matar os animais criados na quinta, era também comum que os senhores destas famílias mais ricas, por terem poder de compra e carro à manivela para se deslocarem, comprassem carne em talhos. Para as famílias mais ricas, comer carne era um acontecimento diário e corriqueiro.

*[...] costumávamos matar animais, cá. [...] Depois tínhamos galinhas, os coelhos, as ovelhas, um borrego de vez em quando, [...] mas comíamos estes animais, sempre que era preciso. E os meus pais iam ao talho à Freixofeira. [...] Primeiro comiam-se bifes, depois noutro dia as iscas. [...] E depois era carne para assar, que a minha mãe também assava, ficava logo para mais tempo, [pausa] quer dizer, tínhamos logo ali a semana, depois com mais um coelho e uma galinha, [pausa] ficava tudo orientado. Agora, matar o porco [pausa] é que era muita carne. [...] O entrecosto, por exemplo, fritava-se e metia-se dentro da banha para conservar.* (Maria de Fátima Lopes)

---

<sup>101</sup> Anexo VIII, parágrafo (8), p. 179; Anexo IX, parágrafo (14), p. 187; Anexo X, parágrafo (6), p. 193;

<sup>102</sup> Anexo VII, parágrafo (30), p. 170; Anexo X, parágrafo (1), p. 192;



#### **4.2.3 – As crianças**

Tal como acontece com grande parte dos aspetos da vida quotidiana rural do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX, também o conceito de ser criança se afasta muito daquilo que se entende hoje, no mesmo espaço geográfico.

Residentes num espaço rural, as comunidades locais do concelho de Mafra encontravam o seu sustento na terra e naquilo que a terra dava. Note-se que, por essa razão, a sobrevivência da comunidade estava sempre dependente de fatores externos como as condições meteorológicas que, muitas vezes, se pensavam estar associadas a forças superiores ligadas à esfera supersticiosa. Assim, era necessário trabalhar e produzir o mais possível antes da chegada das estações frias.

Como tal, as crianças eram muitas vezes chamadas a trabalhar para ajudar os familiares nos trabalhos do campo, desde muito cedo. Pelo tamanho, falta de força e prática, as crianças não participavam nas tarefas mais duras do campo, mas antes ajudavam na apanha da ervilha e azeitona, tinham mais facilidade em subir às árvores de fruto e costumavam colocar-se em cima do trilho para, com o seu peso, ajudar na debulha do trigo na eira<sup>103</sup>.

Apesar da maioria dos entrevistados terem frequentado a escola primária, muitos deles relembram que a educação era algo supérfluo e secundário, sobretudo no caso das meninas<sup>104</sup>.

*Nunca fui à escola porque a minha mãe nunca me deixou! [...] A minha irmã foi servir com sete anos. [...] A mais velha nunca foi servir, ficou sempre lá em casa. A mais nova [ela própria] nunca gostou de ‘tar em casa então foi sempre a servir até, até se casar. [...] Eu “chigava” a chorar com pena de não ir [à escola]. (Guilhermina Bráz Heleno)*

Ainda assim, registam-se algumas descrições dos ambientes escolares de várias aldeias do concelho de Mafra, como o Livramento e Antas. As experiências recolhidas diferem, sendo que na escola primária do Livramento se conta que rapazes e raparigas estavam separados, situação que não acontecia na escola das Antas nem na aldeia vizinha, pertencente ao concelho de Torres Vedras, a Freixofeira<sup>105</sup>. Coincide o facto de ser sempre só uma professora ou regente de ensino para todas as classes e que, grosso modo,

---

<sup>103</sup> Anexo VII, parágrafo (18), p. 166; Anexo VII, parágrafo (24), p. 168; Anexo VII, parágrafo (33), p. 170-171; Anexo X, parágrafo (20), p. 197; Anexo X, parágrafo (24), p. 198;

<sup>104</sup> Anexo X, parágrafo (15), p. 195-196;

<sup>105</sup> Anexo VI, parágrafo (12), p. 160; Anexo X, parágrafo (14), p. 195;

ensinavam português e matemática, sendo que não existe memória de se contarem histórias infantis ou de se cantarem cantigas em sala de aula<sup>106</sup>. Segundo testemunhos recolhidos, pensa-se que o primeiro professor a exercer no Livramento, freguesia da Azueira, iniciou funções em 1902.<sup>107</sup>

A hora de recreio<sup>108</sup> na escola era um momento por que todos esperavam, dado que, muitas vezes, era o único momento do dia em que poderiam brincar antes de sair da escola e ter que ir trabalhar para o campo. As brincadeiras não variavam muito de aldeia para aldeia, sendo que as mais comuns eram jogar ao berlinde e à bola, no caso dos meninos e as rodinhas e pequenos teatros no caso das meninas. Não era comum, no caso dos mais pobres, terem brinquedos. Por isso, era normal que as crianças construíssem os seus próprios brinquedos com paus, pinhas e outros objetos que encontravam na natureza<sup>109</sup>.

*Quand'eu era criança brincávamos 'o berlinde, [...] era mais as raparigas porqu'os rapazes começavam a trabalhar muito cedo. [...] Fazíamos rodas, e cantávamos. Houve um'altura qu'eu fiz parte d'um teatro [...] fazia lá um papel qu'era das fainas das vindimas.*

*E nas fainas das vindimas,  
Rapazes e raparigas,  
Contentes vão p'as eiras  
Cantar lindas cantigas!*  
(Maria das Dores Justinho)

As crianças nascidas no seio de famílias mais ricas também partilhavam estas mesmas brincadeiras, mas estavam constantemente protegidas. Enquanto a maior parte das crianças ia a pé, em muitos casos percorrendo longos quilómetros sozinhas, até à escola, testemunhos recolhidos dão conta que era comum haver uma criada<sup>110</sup> que acompanhava as crianças até à escola, que as ia buscar e que até lhes levava o almoço, confeccionado em casa.<sup>111</sup> Eram também estas crianças que costumavam ir de férias com

---

<sup>106</sup> Anexo X, parágrafo (9), p. 193;

<sup>107</sup> Anexo X, parágrafo (38), p. 201;

<sup>108</sup> Anexo X, parágrafo (7), p. 193;

<sup>109</sup> Anexo VII, parágrafo (46), p. 174; Anexo X, parágrafo (8), p. 193; Anexo XI, parágrafo (3), p. 202;

<sup>110</sup> Anexo XI, parágrafo (8), p. 203; Anexo XI, parágrafo (33), p. 208;

<sup>111</sup> Anexo XI, parágrafo (1), p. 202;

a família, durante os três meses de verão, geralmente à Ericeira, antes do regresso às aulas no dia 7 de outubro.<sup>112</sup>

O respeito que as crianças deviam aos mais velhos era algo com muita expressão nas primeiras décadas do séc. XX, sempre acompanhado de um ritual que muitas vezes se mantinha até à idade adulta. Era comum beijar-se a mão ao familiar mais velho e pedir a bênção, antes de qualquer outra interação, independentemente da classe social<sup>113</sup>.

*Não sei s'era em, [impercetível] mas eu acho c'até nas pessoas mais pobres também era. Por exemplo, eu ia a casa dos meus avós e, e pedia-lhes sempre a bênção. Beijava-lhe a mão, aos meus avós. Era assim que se cumprimentava antigamente. “Dá-me a sua bênção?” Era assim.*  
(Maria Antónia Natal)

Também era comum que todas as crianças andassem na catequese e seguissem o percurso religioso, desde a chamada “comunhão solene”, hoje primeira comunhão, até ao Crisma. As passagens por todos esses níveis associados ao caminho religioso tinham um grande peso, até para as próprias crianças, que se sentiam isoladas quando os pais não permitiam que tivessem uma vida cristã ativa.<sup>114</sup>

Curiosamente, registaram-se testemunhos de pais que, mesmo não frequentando a igreja com regularidade, faziam questão de batizar os filhos. Os dias de batismo eram dias de festa, em que geralmente se comia carne e se convidavam os avós e os padrinhos da criança.<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> Anexo XI, parágrafo (4), p. 202;

<sup>113</sup> Anexo IX, parágrafo (24), p. 190; Anexo XI, parágrafo (5), p. 202;

<sup>114</sup> Anexo VII, parágrafo (42), p. 172-173; Anexo IX, parágrafo (9), p. 185-186; Anexo X, parágrafo (25), p. 198;

<sup>115</sup> Anexo VIII, parágrafo (24), p. 182

#### **4.2.4 – A vida adulta**

De 1900 a 1950, no quotidiano rural do concelho de Mafra, a vida adulta chegava rápido e sobre ela, relatam-se memórias de como era a vida nas aldeias do concelho, duma perspetiva que começava então a sair da esfera privada da casa familiar. Os papéis sociais de cada indivíduo tornavam-se cada vez mais marcados, quer pelo poder de compra quer pelas indumentárias utilizadas. As famílias ricas, sobretudo homens, já andavam de carro à manivela e as senhoras destacavam-se dos demais por usarem chapéu diariamente.<sup>116</sup>

A par das famílias ricas, já com alguma influência na sociedade rural das aldeias, estavam o regedor e o prior, que segundo os testemunhos recolhidos eram os verdadeiros polos de poder um pouco por todo o concelho, mais que os próprios presidentes de junta.<sup>117</sup>

É também no decorrer da primeira metade do séc. XX que começam, em várias freguesias do concelho de Mafra, a aparecer as primeiras “casas dos telefones”<sup>118</sup>, com destaque para a do Livramento à qual estavam ligados cerca de 100 telefones espalhados por todo o concelho (Quintela, 1961). Pela mesma época, começaram a chegar às aldeias os primeiros jornais, sendo que eram poucos aqueles que os conseguiam ler ou comprar. De forma a tentar remediar essa situação, era costume concentrarem-se alguns exemplares, todas as semanas, em locais públicos como mercearias ou tabernas<sup>119</sup>.

Ainda assim, a pobreza mantinha-se o maior flagelo das sociedades rurais do concelho de Mafra. Por essa razão, multiplicaram-se os relatos de situações insólitas cujo único objetivo era garantir a sobrevivência das famílias ou procurar participar em atividades lúdicas<sup>120</sup>, como as bandas filarmónicas, que surgem aqui como refúgios à vida difícil do campo.

Muitas vezes, era necessário ficar a dever nos estabelecimentos das aldeias, dos quais os entrevistados destacam a loja do Man’el da Folha no Livramento<sup>121</sup>, ou pedir dinheiro a juros, algo que também era muito comum nas aldeias do concelho de Mafra.<sup>122</sup> Sobretudo durante o período da II Guerra Mundial, os entrevistados relembram como a

---

<sup>116</sup> Anexo X, parágrafo (36), p. 201; Anexo XI, parágrafo (2), p. 202;

<sup>117</sup> Anexo VII, parágrafo (22), p. 167; Anexo IX, parágrafo (32), p. 191; Anexo X, parágrafo (37), p. 201;

<sup>118</sup> Anexo X, parágrafo (28), p. 199;

<sup>119</sup> Anexo VII, parágrafo (52), p. 175; Anexo X, parágrafo (29), p. 199;

<sup>120</sup> Anexo VII, parágrafo (14), p. 165; Anexo VII, parágrafo (15), p. 165; Anexo IX, parágrafo (3), p. 184;

<sup>121</sup> Anexo VI, parágrafo (4), p. 159;

<sup>122</sup> Anexo IX, parágrafo (31), p. 191; Anexo X, parágrafo (16), p. 196;

vida se tornou mais difícil pela racionalização dos bens alimentares e de primeira necessidade, sendo necessária a utilização de senhas distribuídas pelo regedor.

*Era a pobreza. [...] Era em duas coisas: era a falta, d'alimentos. Os alimentos eram comprados com senhas, ia-se p'a bicha, não sei quem é que dav'às senhas, s'era a junta, olhe isso aí é que eu não sei, s'era o regedor... [...] e depois ia-se p'rás lojas com a senha na mão para comprar açúcar, p'ra comprar azeite, isto, aquilo [...] petróleo, petróleo! Iss'era um grande caso sério! Percebe? Porque não havia luz, então ainda me lembro que a minha mãe teve bastante azeite. Tínhamos ali muitas oliveiras [...] então nos iluminávamos com uma candeiazinha de azeite! Porque não havia petróleo! (Maria Antónia Natal)*

O namoro e o casamento eram dois ritos de passagem importantes e próprios da idade adulta, embora houvesse uma vontade geral de namorar e casar cedo. Assim que os pais permitissem, ainda que só ao domingo, começavam os “ajuntamentos” de jovens rapazes e raparigas para começarem a “catrapiscar-se” uns aos outros<sup>123</sup>.

Os relatos dos namoros e pedidos de casamento têm pouco de romantismo. Vários dos relatos recolhidos denunciavam alguma conveniência nos pedidos de casamento, não tanto por estatuto social, dado que os pobres só casavam com pobres, mas mais por uma questão associada aos papéis de género<sup>124</sup>. Por um lado, os homens muitas vezes precisavam de uma mulher para saírem de casa dos pais, que tinha que saber fazer a lida da casa e que fosse capaz de criar filhos. Por outro lado, as raparigas também acabavam por necessitar de um marido, para que pudessem ser bem vistas na aldeia.

Ainda assim, uma vez a namorar, eram várias as regras que os jovens casais tinham que seguir. Tantas, que era comum que os casais combinassem estratégias para se conseguirem encontrar, aparentemente por acaso, para poderem namorar durante os dias de semana.

*Nã' tinha onde' d'ir a bailes, o meu' pai nã' deixava. [...] Quando namorei p'a gente s'encontrar era ir 'o leite. [...] Ele saía do trabalho [...] e ia de bicicleta ter comigo à casa da senhora que vendia o leite. [...] Quand'ele falou com o meu pai, podíamos ficar a namorar ao portão, porque tinha a minha irmã a namorar em casa. Só pudemos entrar em casa quando a minha irmã casou. (Maria das Dores Justino)*

---

<sup>123</sup> Anexo VI, parágrafo (9), p. 160; Anexo VII, parágrafo (48), p. 174;

<sup>124</sup> Anexo VII, parágrafo (13), p. 165; Anexo IX, parágrafo (6), p. 185; Anexo IX, parágrafo (7), p. 185;

As cartas eram um dos métodos mais utilizados para manter namoros, sobretudo durante o período da guerra, em que os romances se tornavam mais atribulados.<sup>125</sup>

Os casamentos só aconteciam quando religiosos e, em termos da cerimónia, eram semelhantes aos que ainda hoje se realizam dentro dos mesmos contornos. Os testemunhos recolhidos destacam a forma de convidar as pessoas para o casamento, que geralmente não eram mais que a família direta dos noivos. Segundo as entrevistas realizadas, ia-se à casa das pessoas anunciar o noivado e levava-se uma tigela de arroz doce e parrameiros caseiros, um bolo seco muito comum ainda hoje no concelho de Mafra.

Não era comum que as noivas usassem festido, mas sim fato de casamento e só as raparigas mais ricas é que casavam de branco, estivessem grávidas ou não. Segundo várias entrevistas, grande parte das raparigas da época casou de cinzento ou grená.<sup>126</sup>

A grande parte das mulheres, quando grávidas e caso se sentissem bem, trabalhava no campo e em casa até ao final do tempo. Uma vez em trabalho de parto, eram raras aquelas que iam para o hospital mais próximo, mesmo quando havia problemas com o bebé. Quando isso acontecia, recorria-se sobretudo ao doutor Egas, que tinha consultório no Livramento e que socorria todas as aldeias vizinhas.

Consequentemente, grande parte dos bebés nascidos durante a primeira metade do séc. XX nasciam em casa, onde geralmente estava a mãe, uma parteira (que nunca era “diplomada”) e a sogra, mesmo quando a mãe não a queria lá.<sup>127</sup>

[No trabalho de parto] *eu só queria eu e a part'era, não queria mai' ninguém. Mais ninguém. A minha sogra, a minha sogra só 'teve ao pé de mim no Quim [filho do meio] e mesmo assim, contra a 'nha vontade. Só queria a part'era, mai' ninguém. Nem o meu marido eu queria!*  
(Guilhermina Bráz Heleno)

De sublinhar também que apesar de se tratar de uma comunidade maioritariamente rural, ligada ao cultivo da terra, existiam naturalmente outras profissões ou ocupações extra, a que as pessoas se dedicavam para conseguir ganhar mais dinheiro. Sobre estas,

---

<sup>125</sup> Anexo IX, parágrafo (5), p. 184-185; Anexo XI, parágrafo (31), p. 208;

<sup>126</sup> Anexo VI, parágrafo (13), p. 160-161; Anexo IX, parágrafo (8), p. 185;

<sup>127</sup> Anexo IX, parágrafo (15), p. 187; Anexo IX, parágrafo (16), p. 187;

os relatos recolhidos relembram as ajuntadeiras ou ponteadeiras<sup>128</sup>, os pastores de bois e ovelhas, os peixeiros, o regatão<sup>129</sup>, o amolador e o apicultor.<sup>130</sup>

---

<sup>128</sup> A ajuntadeira ou ponteadeira era o nome geralmente dado à esposa do sapateiro cuja função era juntar ou pontear as solas ao sapato, feitas pelo sapateiro. Segundo informações recolhidas pelo Rancho Folclórico do Livramento aquando do seu processo de reestruturação, contam que, no caso das famílias mais ricas, era comum que o sapateiro e a ponteadeira ou ajuntadeira fossem a casa das famílias fazer os sapatos por medida.

<sup>129</sup> O regatão era o nome dado ao homem que andava pelas ruas, com um pregão próprio, à procura de géneros para comprar diretamente aos produtores para depois ir vender a preços mais elevados nos mercados.

<sup>130</sup> Anexo X, parágrafo (19), p. 197; Anexo XI, parágrafo (7), p. 203; Anexo VII, parágrafo (54), p. 175;

#### **4.2.5 – A vida no campo**

O trabalho no campo é o que melhor caracteriza a sociedade rural do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX. Embora fosse uma dimensão do quotidiano rural claramente dominada por homens, também existiam muitas mulheres que trabalhavam no campo, em tarefas específicas que exigissem menos força bruta ou mais minuciosidade, como a ceifa, a monda ou a apanha das mais variadas culturas, sendo as mais mencionadas a ervilha, o feijão verde ou batata. Às mulheres também estavam reservadas tarefas como fabrico de queijos e a venda do leite.

Naturalmente, o dinheiro da jorna era empregado em fins diferentes consoante se tratasse de uma mulher ou de um homem. A mulher tinha preocupação em investir em tecidos para roupa para os filhos, para comprar enxoval ou para ajudar em casa, se ainda vivesse com os pais.<sup>131</sup>

*Eu quando podia ia fazer mei'dias a'ceifar. [...] Íamos p'a ceifa qu'eu era danada p'a ceifar. [...] Mas eu cantava era quando apanhava ervilhas! A ceifar não. Por causa do calor e a ceifa, qu'aquilo custava muito!*  
(Guilhermina Bráz Heleno)

Por seu turno, o homem costumava investir o dinheiro ganho em novas alfaias, em criação para engordar e voltar a vender ou para pagar a outros homens que ajudassem “na amanhã” das suas fazendas. Em certos casos, os pagamentos poderiam ser feitos em géneros e isso era uma forma de se levar bens alimentares prontos a serem consumidos pela família. No caso específico dos pagamentos aos trabalhadores empregados na Quinta do Castelo, sabe-se que estes eram sempre feitos em dinheiro, todos os sábados. O momento do pagamento era como que um ritual, respeitado tanto por patrão como capataz e trabalhadores, em que todos sabiam qual o seu lugar e função.<sup>132</sup> Foram ainda recolhidos relatos de homens e mulheres que, depois do dia de trabalho para um patrão, iam de noite trabalhar para um segundo, noutro terreno, iluminados pelo candeeiro a petróleo, para conseguirem levar mais dinheiro para casa<sup>133</sup>.

Na região do concelho de Mafra, as culturas com mais expressão eram os pomares de fruta, sobretudo peras, nêspersas e maçãs, a azeitona, os cereais, as vinhas e as leguminosas. Consequentemente, os donos das fazendas adotavam sistemas rotativos para

---

<sup>131</sup> Anexo VI, parágrafo (7), p. 160; Anexo VIII, parágrafo (15), p. 181; Anexo VIII, parágrafo (19), p. 181; Anexo IX, parágrafo (10), p. 186; Anexo IX, parágrafo (2), p. 184;

<sup>132</sup> Anexo XI, parágrafo (6), p. 203;

<sup>133</sup> Anexo VII, parágrafo (12), p. 164-165; Anexo VII, parágrafo (16), p. 165-166;



os terrenos, em que consoante a estação do ano, preparavam-nos para receber as culturas anuais mais prováveis de prosperarem e assim, ganhar mais dinheiro com a venda dos bens alimentares nos mercados de Lisboa, transportados em cestos, “canastréos” e “maquinos”<sup>134</sup>, enfeitados a preceito.<sup>135</sup>

O caso da azeitona, ao contrário do que acontecia com o milho, o trigo ou as leguminosas, não era uma cultura anual. Os campos de oliveiras estavam plantados todo o ano, em várias propriedades espalhadas pelo concelho de Mafra, sendo que a azeitona era depois colhida nos meses rigorosos de inverno, entre novembro e dezembro.

A apanha da azeitona, que podia ser feita à mão ou recorrendo a uma vara para bater nos ramos da oliveira, era a fase do processo que antecedia o transporte da azeitona para o lagar. Na zona do concelho de Mafra existiam vários lagares comunitários, como acontecia com as adegas e os moinhos, para os quais as pessoas levavam as suas colheitas. Os testemunhos recolhidos dão conta de vários lagares comunitários, sendo que o que parece ser o maior e, por isso, com mais capacidade para a produção de azeite, se situava no Carrascal, freguesia da Azueira.

Todos os lagares comunitários mencionados nas entrevistas eram lagares manuais, sendo que o da Quinta da Figueira era ainda movido pela força animal. Dada a afluência aos lagares comunitários, era prática comum guardar as azeitonas nas salgadeiras para que estas fossem preservadas até à “moidura” no lagar. Uma vez no lagar, as mós eram colocadas em movimento, utilizando a força humana ou animal, de forma a estilhaçar a azeitona. Depois de desfeita, juntavam-se homens que colocavam a azeitona em cima de pratos de sarapilheira, denominadas de seiras, para serem prensadas. Esta operação tinha o objetivo de separar a chamada “água chilra” ou “água russa” do azeite propriamente dito. Todos os testemunhos sublinham que o azeite não vem da “carne da azeitona”, mas sim do caroço e este era um aspeto que, em crianças, lhes custava a compreender por

---

<sup>134</sup> Os “canastréos” e os “maquinos” eram tipos de cestos utilizados para transportar bens alimentares. Geralmente, chamava-se cesto quando este tinha asa. “Canastréos” e os “maquinos” eram os nomes dados aos cestos que em vez de asa tinham uma pega de cada lado e que, na maioria das vezes, eram feitos de verga mais larga. O que distingua os “canastréos” dos “maquinos”, era o tamanho, sendo o segundo uma versão mais pequena do primeiro.

<sup>135</sup> Anexo VII, parágrafo (56), p. 176; Anexo VII, parágrafo (57), p. 176; Anexo X, parágrafo (22), p. 197-197;

acharem os caroços sempre “tão secos”.<sup>136</sup> O sistema era idêntico para a vinha, vindima e produção do vinho em adegas comunitárias, ainda que a vindima ocorresse em agosto<sup>137</sup>.

No entanto, a preparação do terreno para receber a vinha, denominada de surriba, é apontada como uma das tarefas mais difíceis de todas aquelas associadas ao trabalho no campo. Para a surriba, os homens utilizavam a enxada de pontas, a mais pesada de todas, e tinham que rasgar a terra até cerca de metro e meio de profundidade, ao longo de todo o terreno. Geralmente, a surriba era sinónimo de meses de trabalho de sol a sol. Durante esta tarefa, dada a profundidade escavada, era normal encontrarem-se pedras de grandes dimensões que eram posteriormente utilizadas para fazer os combros das fazendas ou para erguer as paredes das casas<sup>138</sup>.

O tratamento dos terrenos era outra das tarefas necessárias para garantir o sucesso das culturas. Geralmente, esse tratamento consistia em roçar ou cortar o mato, com enxada e alcaparra e sulfatar. Na primeira metade do séc. XX, o sulfato utilizado era cobre e cal, espalhado com pulverizador ou com vassoura de urze.<sup>139</sup>

Quanto às culturas anuais, como o trigo (semeado entre novembro e dezembro) e o milho (semeado entre março e abril), era necessário lavrar os terrenos recorrendo a arados e charruas, para os preparar para receber a semente. O processo de colocar a semente na terra era um processo muito minucioso e realizado, geralmente, só por homens, em dias em que o vento não soprasse forte para manter as sementes todas na mesma linha. Esta cuidadosa tarefa era comum ao trigo e ao milho, sendo que no caso do milho era costume usarem-se dois sementeiros (os sacos que os homens levavam ao ombro com as sementes), um com sementes e outro com sulfato de amónio, que servia de sulfato para as terras. O sulfato de amónio e a semente não se deveriam tocar em circunstância alguma, visto que poderia matar a cultura.<sup>140</sup> Geralmente, os homens colocavam o sementeiro com as sementes num ombro e o sementeiro com o sulfato de amónio no outro. A semente era deitada na terra em linha reta e o sulfato de amónio era deitado ao lado.

---

<sup>136</sup> Anexo VII, parágrafo (18), p. 166; Anexo VIII, parágrafo (9), p. 179; Anexo IX, parágrafo (29), p. 191; Anexo X, parágrafo (21), p. 197;

<sup>137</sup> Anexo VII, parágrafo (26), p. 169; Anexo VII, parágrafo (28), p. 169; Anexo VII, parágrafos (55), p. 175-176;

<sup>138</sup> Anexo VII, parágrafo (27), p. 169; Anexo IX, parágrafo (12), p. 186;

<sup>139</sup> Anexo VII, parágrafo (29), p. 170; Anexo VII, parágrafo (50), p. 174; Anexo VII, parágrafo (51), p. 174;

<sup>140</sup> Anexo VIII, parágrafo (3), p. 177-178;

Antes de serem ceifados e levados para a eira onde seriam debulhados, à força de braços com o mangual ou pelas das patas dos burros, os cereais eram sachados. Esta era uma tarefa que também podia ser realizada por mulheres, por ser feita com uma enxada mais leve e mais pequena. Esta fase do processo, que consistia em amontoar a terra junto do caule dos cereais, também se cruzava com a monda, que procurava eliminar as ervas daninhas que impedissem o crescimento saudável das culturas<sup>141</sup>.

Finalmente, os cereais eram levados para as eiras, de pedra ou de palha, que algumas famílias tinham e alugavam a quem precisasse de debulhar os seus cereais e era aí que se separava o trigo ou o milho da palha. Para fazer esta separação, era utilizado um aventador<sup>142</sup> no caso do trigo e uma pá de madeira, no caso milho<sup>143</sup>. Nas eiras eram também debulhadas outras culturas como o grão, as favas e feijão.

Para todos estes trabalhos, para além da força dos homens que trabalhavam no campo ao sol e à chuva, os animais tinham também um papel muito importante, nomeadamente os burros, bois e vacas. Para além de serem úteis devido ao seu grande porte, estes animais contribuíam ainda com o estrume para adubar as terras e, no caso das vacas, eram mugidas por mulheres que posteriormente vendiam o leite à porta de casa.<sup>144</sup>

Segundo Fátima Azeredo Lopes, “os bois eram os nossos tratores”, contribuindo com a sua força para carregar alfaías agrícolas como charruas, arados ou trilhos ou mesmo para “revirar as terras” mais profundamente do que a força humana seria capaz. Apesar de se saber que o saloio não era muito dado a “cantorias”, era costume ouvirem-se os homens a cantar o “aboio” nos trabalhos no campo. O aboio, uma melodia meio cantada meio gritada, era composta por versos improvisados dedicados aos bois. Os trabalhadores, que durante certas alturas do ano passavam dias e noites junto dos animais, acreditavam que não só estariam a aliviar as suas tarefas por se distraírem com os cantos de trabalho, como também estariam a aligeirar os trabalhos dos animais.

*Devagar, roda batida  
Boi lindo, coisa querida  
Vai devagar, devagar*

---

<sup>141</sup> Anexo VIII, parágrafo (2), p. 177; Anexo VIII, parágrafo (4), p. 178; Anexo VIII, parágrafo (6), p. 178;

<sup>142</sup> O aventador é o nome dado a um utensílio semelhante a uma forquilha na sua forma, mas feito em madeira.

<sup>143</sup> Anexo VII, parágrafo (24), p. 168; Anexo X, parágrafo (23), p. 198;

<sup>144</sup> Anexo VII, parágrafo (9), p. 164; Anexo VII, parágrafo (10), p. 164; Anexo VII, parágrafo (17), p. 166; Anexo VII, parágrafo (53), p. 175; Anexo VIII, parágrafo (5), p. 178; Anexo VIII, parágrafo (14), p. 180;

*O patrão é rico, nã' quer corrida.*<sup>145</sup>  
(João Adelino dos Santos)

De igual modo, também as mulheres costumavam cantar para melhor passar o tempo quando estavam a trabalhar no campo. Na apanha da ervilha, Guilhermina Bráz Heleno lembra-se de cantar a cantiga de “ir à caça”:

*Fui à caça, fui à caça,  
Fui à caça d'uma mulheri,  
Encontrei uma jeitosinha,  
Mas el'a mim já nã' me queri.*

*A minha mulheri,  
É o meu amor,  
Ai o primeiro filho,  
Há-de ser caçador!*

Embora a utilização de animais para auxiliar as tarefas do campo fosse prática comum, foram também recolhidos testemunhos que dão conta de famílias que, por terem muitos filhos ou simplesmente por priorizarem outros gastos, nunca chegaram a ter animais. Nesses casos, eram os homens da família que tomavam o lugar dos animais de grande porte, havendo memória de ver avós e irmãos a puxar arados no trabalho do campo ou a puxar carroças para ajudar nas deslocações da família<sup>146</sup>.

Devido à dureza dos trabalhos no campo, as pessoas sentiam necessidade de encontrar breves momentos de lazer mesmo durante a conclusão dos trabalhos. Um dos melhores exemplos disso são as noites de desfolhada ou escarapelada do milho. Nessas noites, entre cantigas à desgarrada e algumas modas, caso houvesse tocador, procurava-se a maçaroca vermelha, o chamado Milho Rei. Quem o encontrasse, poderia escolher a quem, dos presentes, queria dar um beijo.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> Anexo VIII, parágrafo (1), p. 177;

<sup>146</sup> Anexo VI, parágrafo (8), p. 160; Anexo VII, parágrafo (11), p. 164;

<sup>147</sup> Anexo VII, parágrafo (23), p. 167-168;

#### **4.2.6 – Festas e lazer**

No concelho de Mafra da primeira metade do séc. XX, grande parte das festas com expressão, tirando batizados, casamentos e aniversários, estavam associados ao calendário religioso.

O Carnaval era uma das épocas mais festivas um pouco por todo o concelho, sobretudo por causa das Cegadas. As Cegadas eram representações satíricas realizadas nas ruas das aldeias, na tarde de domingo de Carnaval e na tarde de terça feira de Carnaval. Os textos cómicos e exagerados das cegadas davam vida a rumores e boatos que corressem pela aldeia, em que os homens se vestiam de mulher para provocar uma maior reação por parte do público. Os participantes da Cegada podiam ser residentes da aldeia ou podiam ser grupos de fora, que fossem animar as comunidades vizinhas nestes dias. Os dias de Cegada eram não só sinónimo de animação nas ruas, como também de convívio, dado que no final das apresentações era costume que as pessoas se juntassem a beber vinho e a comer coscorões. Na terça feira de Carnaval, à noite, acontecia o Enterro do Entrudo e durante toda a semana eram comuns as partidas, sobretudo às raparigas da aldeia.<sup>148</sup>

Ainda durante a semana do Carnaval, foram recolhidos registos da presença de Encaraçados em Vila Franca do Rosário. Os Encaraçados eram grupos, geralmente de rapazes, que se mascaravam de forma a não serem reconhecidos e entravam em casa das pessoas, prática semelhante aos Assaltos<sup>149</sup>, registado noutros testemunhos. Se fossem descobertos pelos donos da casa, retiravam as máscaras e ficavam a comer coscorões e a beber na casa em que tinham entrado. Se não fossem descobertos, partiam para outra casa onde soubessem que se faziam bons coscorões.<sup>150</sup>

A Páscoa não era um dia em que os festejos fossem muito efusivos ou com grande expressão. A grande parte das famílias não tinha folgas nem forma de matar criação para comer carne nesse dia e, por isso, não era um dia muito importante no quotidiano rural do concelho de Mafra da primeira metade do séc. XX. No entanto, na sexta feira santa,

---

<sup>148</sup> Anexo VII, parágrafo (5), p. 162-163; Anexo VII, parágrafo (6), p. 163; Anexo VII, parágrafo (7), p. 163; Anexo VII, parágrafo (35), p. 171; Anexo VII, parágrafo (36), p. 171; Anexo VIII, parágrafo (16), p. 181; Anexo XI, parágrafo (16), p. 205; Anexo XI, parágrafo (32), p. 208; Anexo X, parágrafo (27), p. 198-199; Anexo XI, parágrafo (26), p. 207; Anexo XI, parágrafo (27), p. 207;

<sup>149</sup> Os Assaltos, prática própria da semana do Carnaval, acontecia quando grupos de mascarados iam de porta em porta, para comer e beber com os donos das casas, que estavam prontos para os receber. No caso dos Assaltos, não existia nenhuma intenção para além do convívio, ao contrário do que acontecia com os Encaraçados, que procuravam não ser reconhecidos.

<sup>150</sup> Anexo VII, parágrafo (8), p. 163-164;

às três horas da tarde, toda a gente parava de trabalhar e deveria fazer uma espécie de minuto de silêncio. Para além disso, ninguém deveria estar a dormir a sesta, dado que se acreditava que podiam falecer se estivessem.<sup>151</sup>

Os Santos Populares e as festas de verão eram momentos de muita animação um pouco por todo o concelho. Em ambas as ocasiões as ruas eram enfeitadas e conta-se que havia um certo sentido de competição entre os moradores de cada rua, para ver quem tinha a mais bonita. As animações ficavam ao cargo de tocadores, no caso dos Santos Populares, e de bandas filarmónicas, no caso das festas de verão. Destas, destacam-se como as mais relevantes a festa do Livramento, da Bandalhoeira, da Asseisseira, a festa do Senhor dos Passos no Livramento e as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário.

*Ía às festas 'o Livramento, à Freixofe'ra. [...] [As festas do Livramento] eram a da Bandalhoe'ra e er'a do lugar debaixo. Ía à 'sseise'ra 'o Sã' Marcos. Ia ao Sant'António à 'bob'reira [pausa], era isto, sim. [...] Havia procissão e 'pois à noite havia o bailharito. [...] Er'acordeõs ou orquestras [...] Na festa do Monte Gordo aprendi uma cantiga que cantava lá e eu 'pois aqui: [...]*

*Já todos conhecem,  
Mas cantar eu vou,  
Contar uma história  
Qu'alguém já contou.*

*Ia mais p'aí fora, mas o resto já nã' me lembra. [...] Dançavam-se valsas, era o corridinho. [...] dançava-se a choutice<sup>152</sup>, usava-se muito. Nem toda a gente a sabia dançar! (Guilhermina Bráz Heleno)*

Nos Santos Populares, acendiam-se e saltavam-se fogueiras e queimavam-se alcachofras, que se acreditavam ser uma forma de avaliar a sorte ou azar ao amor, consoante a reação da alcachofra ao calor.<sup>153</sup>

---

<sup>151</sup> Anexo XI, parágrafo (20), p. 206;

<sup>152</sup> Sobre esta dança, Sardinha (2000) escreve que “[...] é uma espécie de polca mais lenta, de origem continental. [...] Trata-se de uma dança circular que entrou em Inglaterra nos meados do séc. XIX. [...] Os pares, em número de quatro, seis ou oito, formam em roda e bailam agarrados. A roda começa a girar e, a certa altura, os pares “passam”, isto é, os pares que estão nos pontos opostos trocam de lugar entre si cruzando-se no centro da roda. Vão “passando”, sucessivamente e de dois em dois, todos os pares, após o que continuam a bailar em roda. Mais adiante, vão todos os pares ao centro “rebater” (i.e. bater os pés ao centro) e voltam aos seus lugares recomeçando a bailar em roda sempre para o lado direito.” (p. 367-368)

<sup>153</sup> Anexo VII, parágrafo (34), p. 171; Anexo VII, parágrafo (43), p. 173; Anexo VII, parágrafo (47), p. 174; Anexo VIII, parágrafo (21), p. 182; Anexo XI, parágrafo (24), p. 207;

O Dia da Espiga, o Dia de Todos os Santos e o Dia de Finados eram dias muito vividos no concelho de Mafra. Estes três dias estavam muito ligados ao lado religioso desta comunidade rural, do qual tomavam parte a maioria dos habitantes das aldeias. O Dia da Espiga chegou a ser muito celebrado com cerimónia religiosa, que era sempre completado com a apanha do chamado “raminho da espiga”. O Dia de Todos os Santos era celebrado com a ida à feira do Livramento (que ainda hoje se realiza no dia 1 de novembro de cada ano). Neste dia, tanto as pessoas mais ricas como as mais pobres, procuravam estrear roupas novas para ir à feira<sup>154</sup>.

Igualmente, outra altura do ano muito aguardada pelos habitantes em torno da localidade de Livramento, era a da chegada dos grandes círios que vinham um pouco de todo o país. Os residentes nas freguesias vizinhas destacam o círio dedicado a Santa Cristina, santa protetora dos animais com capela na localidade de Sevilheira. A esta romaria juntavam-se todas as pessoas proprietárias de animais, do concelho de Mafra e de concelhos vizinhos, e iam em procissão até à capela acompanhados por vacas, bois, cavalos, burros, cães e ovelhas, para receberem a bênção do padre no final da romaria. Era um dos pontos altos do calendário de festas do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX.<sup>155</sup>

O Natal, tal como acontecia com a Páscoa, não era um dia que se distinguisse muito do resto do calendário, sobretudo no seio das famílias mais pobres. Estas, por estarem constantemente a trabalhar e por não terem maneira de comprar prendas às crianças, celebravam o Natal com um pequeno pinheiro que iam apanhar ao pinhal ou com a ida à Missa do Galo, no caso das famílias mais crentes. Somente as famílias com maior poder económico é que tinham por hábito fazer a consoada na noite de 24 de dezembro, com bacalhau e peru.<sup>156</sup>

Embora fossem várias as épocas festivas ao longo do ano, os saloios do concelho de Mafra procuravam constantemente maneiras de se distrair dos trabalhos duros do campo e de se divertir com o resto da comunidade local. Um dos exemplos mais expressivos são os grupos cénicos e as bandas filarmónicas<sup>157</sup>.

---

<sup>154</sup> Anexo VII, parágrafo (37), p. 172; Anexo VII, parágrafo (38), p. 172; Anexo X, parágrafo (30), p. 199; Anexo X, parágrafo (33), p. 200; Anexo X, parágrafo (34), p. 200; Anexo X, parágrafo (35), p. 200-201; Anexo XI, parágrafo (28), p. 207;

<sup>155</sup> Anexo XI, parágrafo (29), p. 208;

<sup>156</sup> Anexo VII, parágrafo (45), p. 173; Anexo VIII, parágrafo (22), p. 182; Anexo X, parágrafo (26), p. 198; Anexo XI, parágrafo (17), p. 205;

<sup>157</sup> Anexo X, parágrafo (13), p. 194-195;

Os grupos cénicos costumavam organizar-se em espaços cedidos por pessoas mais influentes na aldeia para ensaiar imitações da Revista à Portuguesa, que os mais ricos iam ver a Lisboa. Nas chamadas “récitas” encenavam peças de teatro e cantavam versos de marchas trazidas de Lisboa, com letras adaptadas ao concelho de Mafra. Segundo os testemunhos recolhidos, eram exibidas mais do que uma vez ao ano, consoante o sucesso de cada peça<sup>158</sup>.

Segundo os testemunhos recolhidos pensa-se que a criação destes grupos cénicos impulsionou a realização de cortejos que hoje se poderiam equiparar a cortejos etnográficos, em Mafra, em que havia um representante de cada freguesia. Para além disso, as peças de teatro de teor satírico foram também levadas para as adiafas, as festas organizadas no final das campanhas de trabalho.<sup>159</sup>

Tal como acontecia nos momentos de trabalho<sup>160</sup>, também nos poucos tempos livres que surgiam, as cantigas e os bailes eram dos divertimentos preferidos dos saloios do concelho de Mafra. Existiam vários locais nos quais eram organizados bailes, onde se encontravam rapazes e raparigas e onde se dançava até o tocador estar presente, iluminados pelo candeeiro a petróleo. Sobre estes bailes registam-se momentos muito específicos como “a ida das damas ao bufete” ou os “versos do cravinho”. Ambas as manifestações surgiam como mecanismo para aproximar rapazes e raparigas para que conseguissem par mais facilmente.

A “ida das damas ao bufete” era um momento anunciado pelo próprio animador do baile e era durante este que os rapazes deveriam levar a rapariga de quem mais gostavam a comer e a beber o que ela quisesse, como forma de a agradar. Por outro lado, os “versos do cravinho” eram uma espécie de leilão de um verso dedicado a uma rapariga específica, preso no pé de um cravo. O rapaz que oferecesse mais dinheiro pelo cravo, tinha o direito de dançar a moda seguinte com a rapariga a quem se dirigia o verso.<sup>161</sup>

No quotidiano local, os divertimentos mais comuns eram jogar ao pião ou à bola, com a bola de trapos, na rua. Os homens juntavam-se nas tabernas e ocupavam os tempos livres com jogos como o chinquilha ou de cartas, como a bisca ou o burro. Os mais ricos costumavam juntar-se em festas privadas, das quais se destacam as que aconteciam em

---

<sup>158</sup> Anexo VII, parágrafo (20), p. 167; Anexo X, parágrafo (11), p. 193-194;

<sup>159</sup> Anexo X, parágrafo (12), p. 194; Anexo XI, parágrafo (25), p. 207;

<sup>160</sup> Anexo IX, parágrafo (20), p. 188-189;

<sup>161</sup> Anexo VIII, parágrafo (10), p. 179-180; Anexo VIII, parágrafo (11), p. 180; Anexo VIII, parágrafo (12), p. 180; Anexo VIII, parágrafo (13), p. 180;



Vila Franca do Rosário, na “casa da ópera”, pertencente a uma das famílias ricas da aldeia.<sup>162</sup>

---

<sup>162</sup> Anexo VII, parágrafo (19), p. 167; Anexo VII, parágrafo (21), p. 167; Anexo VII, parágrafo (49), p. 174;

#### **4.2.7 – Doenças e morte**

Após a recolha de testemunho para a presente investigação concluiu-se que se destacam três doenças ou problemas de saúde que eram comuns num meio rural como o concelho de Mafra, na primeira metade do séc. XX. Nomeadamente, o bucho virado, a tosse convulsa e o sarampo. Cada uma destas “maleitas” tinha uma forma muito específica de ser tratada, podendo variar de localidade para localidade e que revelavam sempre uma forte componente supersticiosa, aproximando-se em certos casos da bruxaria, segundo os testemunhos recolhidos.

O bucho virado seria aquilo que hoje se identifica como uma gastroenterite ou outro problema relacionado com o sistema digestivo. Segundo os entrevistados, dizia-se que alguém tinha o bucho virado quando caíam de fraqueza, vomitavam muito e não conseguiam ingerir alimentos ou líquidos. Esta era uma maleita que normalmente se detetava mais nas crianças e era curada pelas senhoras mais velhas de cada aldeia. Alguns relatos associam a cura do bucho virado ao azeite, substância em que esta comunidade local tinha “muita fê”, e à cinza. Outros relatos contam que o bucho virado era curado pelo alongamento dos braços do doente até que as pontas dos dedos estivessem a bater umas nas outras. Enquanto um dos braços aparentasse estar mais curto que o outro, então o bucho ainda estaria virado.<sup>163</sup>

*Eu também tive [bucho virado] e a mãe chamava lá uma senhora [...] [que] me sentava num alqueire, [...] é uma medida em madeira [...] puxavam-me os braços assim p'a baixo, [pausa] os pés [pausa] tinha que 'tar certinhos, [...] e conforme puxava os braços p'a baixo 'pois fazia-os ir assim p'a cima! [...] E então quando chegasse acima [os braços] eu tinha que bater as mãos uma na outra. Se batessem certinhas, 'tava tudo bem. Se falhasse [...], os dedos que 'tavam mais compridos, o braço era esfriccionado com azeite [...], o que fosse mais comprido, com azeite, esfriccionavam p'a cima, e o que fosse mais curto esfriccionavam p'a baixo. [...] Tínhamos que 'tar ali só cinco minutos. Deitavam-nos, no chão, tinha que ser uma coisa direita, 'távamos ali um 'cadinho [...] e era assim que se curava! (Guilhermina Bráz Heleno)*

Por sua vez, a tosse convulsa era curada à base de xaropes artesanais, cujos ingredientes também foram variando consoante o local de recolha. Uns relatos dão conta de xaropes à base de baba de caracol misturado com açúcar, enquanto outros revelam uma

---

<sup>163</sup> Anexo VII, parágrafo (39), p. 172; Anexo IX, parágrafo (26), p. 190;

profunda crença no poder de ervas encontradas na natureza, como é o caso das piteiras, cujo suco utilizavam para fazer xaropes para a tosse.<sup>164</sup>

Finalmente, o sarampo era considerado uma das doenças mais fáceis de curar. Segundo os testemunhos recolhidos, o mais importante era reconhecer que, para curar o sarampo, eram precisos nove dias: “três dias a entrar, três dias a estar e três dias a sair”. Os únicos cuidados registados eram tapar o corpo, os candeeiros e as janelas do quarto com panos vermelhos porque se acreditava que assim “o sarampo saía mais rápido”. No caso das crianças mais ricas, era normal chamar-se o médico a casa para administrar uma injeção que acelerasse a cura.<sup>165</sup>

Associada à doença, estava a morte. A morte era vista com relativa naturalidade, tendo em conta a dificuldade que era para a maior parte das pessoas conseguir aceder a tratamentos de saúde. Nos casos em que se sabia que alguém estava quase a morrer, era preceito chamar o padre mais próximo a casa para que este fizesse a extrema unção, muito requisitada mesmo por pessoas que não frequentavam a igreja. Regra geral, as pessoas morriam em casa e o velório ocorria aí. As pessoas juntavam-se em casa do falecido e a única coisa que faziam antes de partir com o caixão em ombros para o cemitério, fosse qual fosse a distância, era deixar que as mulheres rezassem o terço junto do corpo. Os cemitérios eram visitados em peso no Dia de Finados, dia 2 de novembro, tradição que ainda se mantém um pouco por todo o concelho de Mafra.<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Anexo VII, parágrafo (44), p. 173; Anexo VIII, parágrafo (23), p. 182;

<sup>165</sup> Anexo IX, parágrafo (25), p. 190; Anexo XI, parágrafo (22), p. 206;

<sup>166</sup> Anexo VI, parágrafo (14), p. 161;

#### **4.2.8 – Crenças e superstições**

As crenças e superstições foram um dos temas que se revelaram mais fecundos no decorrer das entrevistas realizadas. É interessante constatar, pelo confronto dos vários testemunhos, como existe, para os entrevistados, uma ligação da crença à igreja e das superstições às bruxarias, mesmo que muitas vezes as práticas se cruzem.

Em subpontos anteriores já se falou das preces e do ritual associado ao fabrico do pão, que se iniciava no momento em que a semente era deitada à terra. Alguns testemunhos contam que as senhoras mais velhas rezavam em quase todas as fases dos processos agrícolas, quer fosse nas sementeiras ou nos lagares de azeite e de vinho. Provavelmente, esta necessidade de pedir ajuda divina para o sucesso das colheitas e consequentes produções prendia-se com o receio de que, se algo corresse mal, estaria em causa a sobrevivência da família.

*A minha avó Rosa tinha essa [tendência], era uma pessoa que rezava muito, por tudo rezava, fazia-se a sementeira, rezava. Fazia-s'ó, a azeitona ia p'ó lagar rezava-se p'a que desse bom azeite. (António Pedro Francisco)*

Outras superstições ou práticas supersticiosas baseavam-se puramente no género, sendo a mulher sempre símbolo de má sorte ou de má colheita ou produção.<sup>167</sup>

*As mulheres nem sequer tinham ordem d'entrar [no lagar]. Tivessem em que situação tivessem, não entravam n'adega sequer. As adegas 'tavam interditas a mulheres. [...] Chegavam à porta, entregavam o cabazinho do almoço [...] e iam-se embora, nem tinham ordem sequer d'entrar. [...] Diz que dava à volta. Azedava [o vinho]. [...] O vinho dá a volta e estraga-se. (António Pedro Francisco)*

Outros tipos de crenças relacionavam-se com o medo da noite e dos fenómenos naturais, por se acreditar sempre que eram obras divinas sobre as quais não se tinha qualquer poder e por isso se deveria mostrar respeito. Destas, destacam-se as orações a Santa Bárbara em noites de trovoadas e as orações feitas antes de acender os candeeiros de petróleo, à noite.

---

<sup>167</sup> Anexo XI, parágrafo (21), p. 206;

*Quando trovejava [...] eu lembro-me, não sei s'ouvia a minha mãe se ouvia alguém, mas ainda hoje tenho o hábito de d'zer isto: [...]*

*Santa Bárbara bendita,  
No céu 'tá escrito,  
Vinde senhor,  
Espalhando a trovoada,  
Que no céu and'armada.*

*E depois rezava-se o Pai Nosso. Mas ainda hoje tenho muit'esse costume.  
[pausa] Eu tenho muito respe'to a trovões e relâmpagos! [risos]  
(Guilhermina Bráz Heleno)*

*A minha mãe ensinava, quando a gente acendia os candeeiros, a petróleo, ensinava a d'zer assim, [impercetível] antes d'a gente acender o candeeiro:*

*Boa noite nos dê Deus,  
Salvação p'as almas,  
E graça p'a servir a Deus.  
(Maria de Jesus Ferreira)*

#### 4.2.9 – Anekdotes e adivinhas

No decorrer da entrevista a Guilhermina Bráz Heleno, foi possível registar duas anedotas/adivinhas que, segundo a mesma, já lhe contava o seu avô. Atendendo à sua antiguidade, consideram-se enriquecedoras da presente investigação, cujo principal objetivo era o registo de saberes populares nos quais estes se encaixam.

##### Conto da Calça Preta:

*Sabes o qu'ê o conto da calça preta? Opá, um conto já tão antigo, quand'eu nasci já esse conto era velho! O conto da calça preta é assim, queres qu'eu te conte um conto? E tu respondes "quero!"*

*Não digas que queres qu'ê o conto da calça preta, queres que conte conto, se nã' queres nã' conto. Queres qu'eu te conte um conto? Quero!*

*Nã' digas que queres, qu'ê o conto da calça preta! Queres que conte conto se nã' queres nã' conto. Queres qu'eu te conte um conto? [risos]*

*Olha eu pregava cada injeção [...] assim a rapazitos! [...]*

##### A adivinha do “aquele”:

*Oh aquele, tu nã' sabes quiseram condenar o noss'aquele d'ir à aqueles da nossa aquela. Mas s'eu me dá naquela, agarro-me àquela, corto aquela, p'a nã' condenarem o noss'aquele por ir àquelas da noss'àquela.*

*Agora, quem ouve isto, pensa qu'ê alguma coisa de mal, n'ê? [...] E agora ad'vinhar o que é! [...] Eram três irmãos. E dois nã' se davam com um. [pausa] Esse que nã' se dava c'os dois irmãos foi à figue'ra comer figos dos irmãos. Passou a guarda e [pausa] quis multá-lo. [pausa] O rapaz ficou muito [pausa] à rasca, e [pausa] o outro irmão foi contar 'o outro. “Oh irmão, tu nã' sabes? Então quiseram condenar o nosso irmão por ir 'os figos da nossa figue'ra, mas s'eu me dá na garra, agarro na machada, cort'a figue'ra p'a nã' condenarem o nosso irmão d'ir 'os figos da nossa figue'ra. [risos] E há outra também [...]*

##### Adivinha dos pés:

*Eram dois pés. Tirou um pé aos quatro pés, e pôs em cima de três pés. Veio os quatro pés tirou um pé de cima dos três pés. Veio os dois pés, agarrou os três pés, “amandou” aos quatro pés p'a largar o pé que tinha agarrado em cima de três pés. [risos] [...] Era, um homem desmanchou um porco. [pausa] E o porco tem quatro pés. O homem tirou-lh'um pé, e pôs em cima d'um banco qu'era de três pés. [...] Veio quatro pés qu'era*

*um cão, tirou o pé [do porco] que ‘tava em cima dos três pés [do banco]. Os dois pés, qu’era o homem, “amandaram” os três pés [o banco] aos quatro pés [o cão] p’a largar o pé que tinha agarrado de cima dos três pés. [risos]*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta dissertação resulta de um trabalho de investigação que teve como objeto de estudo principal as memórias do quotidiano rural do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX (1910-1950). Assim sendo, propôs-se a fazer uma recolha de testemunhos orais com o objetivo de registar vivências, práticas, saber-fazer, cantos de trabalho e formas de vidas, que fossem característicos desta comunidade local num tempo cronológico específico. Igualmente, procurou-se definir linhas de trabalho que fossem eficazes e práticas para o estudo e tratamento da coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento, ponto de partida que motivou a recolha de testemunhos. De facto, em linhas gerais, a presente dissertação procurou encontrar um espaço de diálogo entre essas mesmas memórias e os artefactos que fazem parte da coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento.

Para além da especificidade dos objetivos desta dissertação que, acima de tudo, constituiu um ponto de partida para um projeto a longo prazo, foi também necessário perceber de que forma é entendido o Património Cultural Imaterial, a nível internacional, nacional e local. Após várias décadas de evoluções conceptuais e discussões no seio académico, atualmente o conceito de PCI parece estar definido e claro, havendo já um certo grau de concordância relativamente ao que é, ou não, Património Cultural Imaterial.

A nível local, percebeu-se que este é ainda um conceito pouco explorado, tratado e divulgado. Tanto que, em vários momentos da presente investigação, surgiram oportunidades de contacto com indivíduos que não só não conheciam o conceito de PCI, como não compreendiam o interesse ou a importância dos registos das memórias desta comunidade, enquanto instrumentos construtores de identidade. Pela interpretação deste tipo de reações perante o tema da presente investigação, concluiu-se que, a nível local, o PCI é ainda pouco valorizado e divulgado.

Neste sentido, os capítulos referentes às lacunas na comunicação do PCI no seio da comunidade local do concelho de Mafra, inicialmente incluídos no projeto da dissertação, acabaram por ser colocados de parte, dada a vastidão de pontos a abordar quanto a estas questões. Note-se que, só depois de iniciadas as entrevistas e o contacto com outros indivíduos cujo contributo se achou relevante para a investigação, é que foi possível ter uma noção mais concreta da falta de informação e interesse em estudar as manifestações de PCI, traduzidas nas memórias das pessoas. Por isso, falar da



comunicação deste tipo de manifestações culturais revelou-se uma tarefa complexa e mais extensa do que o presente trabalho permitia.

Da mesma maneira, optou-se por limitar os trabalhos de gestão da coleção a integrarem o presente trabalho. Assim, nos capítulos referentes ao tratamento e inventariação da coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento, foram definidas as linhas de trabalhos que se pretendem seguir após a conclusão da investigação em que se baseia a dissertação. Ainda assim, foi possível concluir que existem graves problemas de conservação das peças que constituem a coleção, muitas delas devido ao estado degradado das próprias salas em que se encontram depositadas. Além do mais, o trabalho direto com as peças da coleção até aqui realizado permitiu perceber a dimensão da coleção e, conseqüentemente, qual o plano de trabalhos mais eficaz para a sua gestão. Através da análise de bibliografia técnica, foi possível traçar esse mesmo plano, descrito ao longo do capítulo que diz respeito à coleção, e que se pretende desenvolver no decorrer dos próximos meses.

Relativamente à base informatizada para gestão e inventariação da coleção, chegou-se à conclusão de que esta será um instrumento fundamental nos trabalhos futuros a desenvolver com a coleção. Efetivamente, esta base de dados em linha irá também permitir que sejam inventariadas as práticas de PCI recolhidas a propósito da presente investigação.

Optou-se então por dedicar uma maior fração do trabalho ao objeto de estudo propriamente dito: o registo e análise das entrevistas. Num primeiro momento, pensava-se que estas entrevistas iriam incidir, sobretudo, nos saber-fazer relacionados com o trabalho no campo e com o trabalho doméstico. Destes, esperava-se que houvesse uma maior incidência na descrição mais ou menos completa dos processos por que passavam as culturas com maior expressão e, eventualmente, conseguir recolher alguns exemplos de cantos de trabalho. O conteúdo resultante das entrevistas acabou por se revelar mais detalhado e relevante do que esperado, o que obrigou a repensar toda a estrutura do trabalho, de forma a dar primazia à análise desses mesmos conteúdos.

Inicialmente, pretendia-se analisar as entrevistas por temáticas, ilustrando o que foi dito com vários excertos diferentes, quando estas abordaram os mesmos temas. O objetivo seria que o conjunto de vários excertos, por vezes a partir de pontos de vista diferentes, se completassem e permitissem traçar um quadro mais fidedigno das situações, práticas, manifestações e saberes partilhados. Tal como acontecera com os capítulos

inicial pensados aquando da redação do projeto de dissertação até à dissertação propriamente dita, esta metodologia de apresentação dos dados não foi possível de realizar à limitação de páginas. Por isso, nos capítulos referentes às entrevistas, tentou-se abordar o maior número de temáticas e dar conta das várias perspetivas, remetendo o leitor para o anexo e parágrafo correspondente.

Graças à investigação realizada, também foi possível concluir que existe ainda uma forte ligação emocional entre as pessoas e os instrumentos que integram a coleção etnográfica analisada. Quer por as terem eles mesmo utilizado em trabalhos pesados do campo, quer pela originalidade e raridade de algumas peças, ou simplesmente por “fazer lembrar” os pais ou os avós, em todas as entrevistas foram partilhados também objetos que os entrevistados faziam questão de mostrar, contando mais sobre eles e sobre como os usavam.

O processo de investigação também permitiu o contacto com documentos que, para além da sua raridade e originalidade, contribuíram para uma caracterização mais completa dos espaços e das pessoas, auxiliando na elaboração das questões para as entrevistas. Um desses documentos foi uma monografia local manuscrita não editada, datada de 1961, redigida por Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal. Desta monografia, *Monografia da Azueira*, constam informações sobre a vida na freguesia da Azueira, nomeadamente, uma nota histórica, uma nota política, referências a várias famílias influentes e às respetivas quintas, sobre a população, sobre as coletividades, as comunicações, os correios e telefones, os sistemas de águas e de luz elétrica, sobre as festas e romarias, feiras, folclore, fauna, flora, a indústria e o comércio.

Para além da monografia, foi encontrado um conjunto de cerca de 50 desenhos, que se pensa serem feitos a tinta da china, datados da primeira década do séc. XX. Estes desenhos foram encontrados aquando de duas entrevistas, nomeadamente a António Pedro da Silva Francisco e a Maria de Fátima de Azeredo Lopes. Curiosamente, só depois do confronto dos desenhos encontrados em ambas as entrevistas é que foi possível concluir que tinham exatamente o mesmo traço, representavam o mesmo tipo de cenas e, por isso, calcula-se que sejam do mesmo autor, tio de Maria de Fátima de Azeredo Lopes. Estes desenhos, alguns deles em muito mau estado de conservação, parecem ser feitos a partir de observação direta, por representarem cenas do quotidiano como a venda de melões na Serra do Socorro, ou imagens de grupos de homens ricos vestidos com fatos e chapéu, a cavalo. Para além destes, de traços mais naturais, também existem exemplares

com traços mais exagerados, tipo caricaturas ou até banda desenhada, todos eles com uma forte componente satírica, a partir dos quais o autor aproveitava para tecer críticas sociais e políticas. Os desenhos mantêm-se com os seus proprietários, tendo sido fotografados no momento das entrevistas. Nos próximos meses pretende-se proceder à sua digitalização, de forma a garantir a preservação destes exemplares únicos.

Pode também dizer-se que, a nível local, a presente investigação acabou por conseguir chamar a atenção para as questões relacionadas com o património imaterial local, até aqui confundidas e encerradas no folclore da região. De certa forma, o contacto direto com as pessoas das várias freguesias do Concelho e aqui abordadas, tornou-se ele mesmo uma forma de divulgar as intenções da presente investigação e assim, educar as pessoas sobre o que é o património imaterial, qual a sua importância no seio de uma comunidade e qual a relevância do registo deste tipo de memórias que, embora pareçam comuns, relatam um tempo, um espaço e um conjunto de vivências impossível de replicar atualmente.

Efetivamente, pode concluir-se que esta investigação acabou por se tornar um ponto de partida sólido para um trabalho que se revela longo e se pretende exaustivo, não só relativamente ao património imaterial, mas também material, do quotidiano rural do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX. Ainda assim, pensa-se cumprido o objetivo principal desta investigação que, mais do que o registo urgente destas memórias, era (re)encontrar os contextos, significados e funções de objetos circunscritos, até aqui, na sua mera corporeidade.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Legislação**

Conselho da Europa (2000). *Convenção Europeia da paisagem* [em linha]. Florença. Disponível em <<https://rm.coe.int/16802f3fb7>>. Acesso em junho 2019.

Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de outubro. *Diário da República n.º 208/2006, Série I*. Lisboa: Ministério da Cultura. Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura. Disponível em <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/545647/details/maximized>>. Acesso em maio 2019.

Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho. *Diário da República n.º 113/2009, Série I*. Lisboa: Ministério da Cultura. Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial. Disponível em <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/494544/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20139%2F2009%2C%20de+15+de+junho>>. Acesso em maio 2019.

Decreto-Lei n.º 126-A/2011 de 29 de dezembro. *Diário da República n.º 249/2011, 1º Suplemente, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Aprova a Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/642010/details/maximized>>. Acesso em maio 2019.

Decreto-Lei n.º 115/2012. de 25 de maio. *Diário da República n.º 102/2012, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em <<https://dre.pt/home/-/dre/177827/details/maximized>>. Acesso em maio 2019.

Decreto-Lei n.º 132/2013 de 13 de setembro. *Diário da República n.º 177/2013, Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Estabelece o regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura e das suas secções especializadas. Disponível em <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/500036/details/maximized>>. Acesso em maio 2019.

Lei n.º 13/85 de 6 de julho. *Diário da República n.º 153/1985, Série I*. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em <<https://dre.pt/home/-/dre/182874/details/maximized>> Acesso em maio 2019.

Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro. *Diário da República n.º 209/2001, Série I-A*. Lisboa: Assembleia da República. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e

valorização do património cultural. Disponível em <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>>. Acesso em maio 2019.

Portaria n.º 377/2007 de 30 de março. *Diário da República n.º 64/2007, Série I*. Lisboa: Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Cultura. Aprova os Estatutos do Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. Disponível em <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/520423/details/maximized>>. Acesso em maio 2019.

Portaria n.º 196/2010 de 9 de abril. *Diário da República n.º 69/2010, Série I*. Lisboa: Ministério da Cultura. Aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial e as respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário. Disponível em <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/612210/details/maximized>>. Acesso em maio 2019.

UNESCO (1972). *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. [em linha]. Paris. Disponível em <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em outubro 2018.

ICOMOS (1982). *Declaração do México*, [em linha]. Apresentada na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. México. Disponível em <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%A2ncia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf>> Acesso em outubro 2018.

UNESCO, WIPO (1985). *Model provisions for national laws on the protection of expressions of folklore against illicit exploitation and other prejudicial actions*, [em linha]. Paris. Disponível em <<https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/unesco/unesco001en.pdf>> Acesso em novembro 2018.

UNESCO (1989). *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*, [em linha]. Paris. Disponível em <[http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco2/recomendacao\\_%20sobre\\_a\\_salvaguarda\\_da\\_cultura\\_tradicional.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco2/recomendacao_%20sobre_a_salvaguarda_da_cultura_tradicional.pdf)> Acesso em novembro 2018.

UNESCO (2001). *Report on the preliminary study on the advisability of regulating internationally, through a new standard-setting instrument, the protection of traditional culture and folklore* [em linha]. Paris. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000122585>> Acesso em novembro 2018.

UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, [em linha]. Paris. Disponível em <<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em outubro 2018.

### **Testemunhos orais**

Maria das Dores Justino, 03 de dezembro de 2018. 55 minutos e 54 segundos.

António Pedro da Silva Francisco, 17 de dezembro de 2018. 2 horas, 03 minutos e 26 segundos. 21 de janeiro de 2019, 1 hora, 29 minutos e 25 segundos.

João Adelino Ferreira dos Santos, 05 de janeiro de 2019. 1 hora, 39 minutos e 08 segundos.

Guilhermina Bráz Heleno, 12 de janeiro de 2019. 2 horas e 2 minutos.

Maria Antónia de Oliveira Quintela Cardoso Natal, 19 de janeiro de 2019. 2 horas e 1 minuto.

Maria de Fátima de Azeredo Lopes, 27 de abril de 2019. 2 horas e 16 minutos.

### **Referências bibliográficas**

ALARCÃO, Teresa, & PEREIRA, Teresa Pacheco (2000). *Normas de inventário – têxteis: artes plásticas e artes decorativas*. [s.l]: Instituto Português dos Museus.

ANTUNES, Luís Pequito (1999). Sistemas de documentação e gestão da informação nos museus com coleções de arqueologia. In *O Arqueólogo Português* [em linha] (série IV, v. 17, 91-99). Disponível em <[http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o\\_arqueologo\\_portugues/serie\\_4/volume\\_17/sistemas\\_documentacao\\_gestao.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_4/volume_17/sistemas_documentacao_gestao.pdf)>. Acesso em novembro 2018.

AZEVEDO, Vanessa *et al.* (2007). Transcrever entrevistas: questões conceptuais, orientações práticas e desafios. In *Revista de Enfermagem Referência* (série IV, 159-168). Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIVn14/serIVn14a16.pdf>> Acesso em outubro 2018.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (2009). A Tradição Rural e o Património. In P. F. da Costa (Coord.), *Museus e Património Imaterial – agentes, fronteiras e identidades* (33-42). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits S.A.

BAPTISTA, Luís Vicente (1999). Território e Cultura Saloia: A construção de (uma) identidade local?. In M. L. L. dos Santos (Ed.), *OBS* (n.º 6, 11-16). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

BARATA, Filipe Themudo, & MASCARENHAS, José Manuel de (2002). *Preservando a Memória do Território. O Parque Cultural de Tourega/Valverde*. Évora: Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos (CEEM) – Pólo de Investigação da Univerdade de Évora.

BEIRÃO, Inácio (1996). Ranchos Folclóricos. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural* '96 (345-384). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

BEIRÃO, Inácio (2000). *Folclore e música: instituições do concelho de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

BORGES, Maria Eugénia (1995). Tipos Populares. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural* '95 (331-337). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

BOTELHO, Sofia Carolina Pacheco (2012). *O Material e o Imaterial na Coleção Etnográfica de Cozinha do Museu Carlos Machado: proposta de intervenção*. (Dissertação elaborada para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Museografia). Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Belas-Artes.

BOURDIEU, Pierre (2007). *A Economia das Trocas Simbólicas* (6ª ed.). Brasil: Editora Perspetiva.

BRAGA, Ana Isabel Vieira (2012). *Sistemas de Documentação e Inventário de uma Coleção de Cerâmica Arqueológica da Quinta do Rouxinol*. (Relatório de estágio de mestrado em Museologia). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

BRANCO, Jorge Freitas (2008). Significados Esgotados: sobre museus e coleções etnográficas. Trabalho apresentado em Congresso (XI) de Antropologia FAAEE. In *El futuro de los museos etnológicos*, Donostia/San Sebastian. Lisboa: ISCTE.

BRINGEL, Maria Manuel (2000). Cegadas: contorno de um discurso social. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural* '00 (239-282). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

BRINGEL, Maria Manuel (2001). Enterro do Entrudo: da vindicta popular ao discurso identitário. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural* '01 (45-88). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

BRINGEL, Maria Manuel, & CAETANO, Amélia (2002). *Mafra e seus poetas*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

BRINGEL, Maria Manuel (2005). *Cegadas e Enterros do Entrudo na Região de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

BRITO, Joaquim Pais de, *et. al.* (Coords.). (1996). *Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus.

BRITO, Joaquim Pais de, & CAMPOS, Ana Margarida, & COSTA, Paulo Ferreira da (2000). *Normas de inventário – alfaia agrícola: etnologia*. [s.l]: Instituto Português dos Museus.

CABRAL, Clara Bertrand (2009a). A Convenção da UNESCO: inventários e salvaguarda. In P. F. da Costa (Coord.), *Museus e Património Imaterial – agentes, fronteiras e identidades* (125-140). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits S.A.

CABRAL, Clara Bertrand (2009b). *Património cultural imaterial: proposta de uma metodologia de inventariação* (Dissertação de Mestrado não editada, para obtenção de grau de Mestre em Ciências Antropológicas). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

CAETANO, Amélia (1993). Cancioneiro Tradicional Mafrense. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '93* (248-254). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

CAETANO, Amélia (1995). Herbário tradicional da Região de Mafra: elementos para um inventário. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '95* (121-154). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

CAETANO, Amélia (1996). Expressões Populares da Região de Mafra. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '96* (299-306). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

CAETANO, Amélia (2002). *Práticas da Medicina Tradicional e Plantas de Virtude da Região de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

CAMACHO, Maria Clara (1999). *Renovação museológica e génese dos museus municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974-90*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

CAMACHO, Maria Clara (Coord.) (2007). *Plano de Conservação Preventiva: Bases orientadoras, normas e procedimentos*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

CANHOTO, Firmino Adão (2002). Antropologia e tradições: profissões de outros tempos. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '02* (381-389). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

CARDINA, Miguel (2012). História oral: caminhos, problemas e potencialidades. In Paulo Godinho (Coord.), *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa: Edições Colibri.



- CARVALHO, Ana (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora.
- CARVALHO, Ana Filipa Estêvão de (2014). *Reafirmar a Identidade Cultural Local: o Património Cultural Imaterial Local como Recurso*. (Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária). Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Educação.
- CHOAY, Françoise (2010). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- CLARO, João Martins (2009). Aspetos Jurídicos do Património Cultural Imaterial. In P. F. da Costa (Coord.), *Museus e Património Imaterial – agentes, fronteiras e identidades* (141-154). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits S.A.
- Collections Trust (2008). *Labelling and Marking Museum Objects Booklet*. [s.l]: Collections Trust.
- COSTA, Maria Laura da Silva Duarte (1995). A Matança do Porco. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '95* (288-295). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- COSTA, Maria Laura da Silva Duarte (1996). A Desfolhada Saloia. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '96* (292-294). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- COSTA, Paulo Ferreira da (2008). Discretos Tesouros: limites à Proteção e outros Contextos para o Inventário do Património Imaterial. In C. F. Camacho (Dir.), *Museologia.pt* (ano II, n.º 2, 16-35). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- COSTA, Paulo Ferreira da (Coord.) (2014). *MatrizPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: Manual de Utilização*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- CRESWELL, J. W. (2007). Five Qualitative Approaches to Inquiry. In *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing among five Approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications, 53-81.
- DESVALLÉES, André, & MAIRESSE, François (Coord.) (2013). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Direction Général des Patrimoines (2008). *Marquage des collections publiques guide méthodologique: évaluation des produits et procedes de marquage*. França: [s.n]
- DOMINGUES, Álvaro (2003). Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica. In N. D. Vareta (Org.), *Revista da Faculdade de Letras: Geografia* (1ª série,

vol. XIX, 111-117). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/329.pdf>> Acesso em junho 2019.

EVANS, M. J., & ROBERTS, A., & NELSON, Peggy (2001). Ethnographic Landscapes. In R. M. Greenberg (Ed.), *People and Places* (vol. 24, n.º 5, 53-56). Washington: Cultural Resource Management. Disponível em <<https://www.webpages.uidaho.edu/css501/images/Readings/ethnographic%20landscapes.pdf>>. Acesso em junho 2019.

FERNÁNDEZ, Alonso L. (1999). *Museologia y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

FILIPE, Marisa Galiza (2013). *Aldeias Abandonadas, Património Imaterial e Desenvolvimento Local: estudos de caso na Área Metropolitana de Lisboa*. (Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – Escola de Ciências Sociais e Humanas.

GALVÃO, Maria João, & VARETA, Nicole (2010). A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. In J. A. R. Fernandes, T. S. Marques e C. Bateria (Orgs.), *Cadernos: Curso de Doutoramento em Geografia* (n.º 2, 61-86). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/a-multifuncionalidade-das-paisagens-rurais-uma-ferramenta-para-o-desenvolvimento.pdf>>. Acesso em maio de 2019.

GANDRA, Manuel J (Org.) (s.d.). *Florilégio de Tradições do Concelho de Mafra*. Mafra: Casa do Povo de Mafra.

GANDRA, Manuel J. (1993). Subsídios para o Inventário das Feiras e Mercados do Concelho de Mafra. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '93* (227-244). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

GANDRA, Manuel J. (1995). Festividades e eventos cíclicos tradicionais do Concelho de Mafra: Quaresma e Páscoa. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '95* (95-120). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

GANDRA, Manuel J. (1996). Festividades e Eventos Cíclicos Tradicionais do Concelho de Mafra (O Pentecostes e o Império do Divino Espírito Santo). In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '96* (85-104). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

- GANDRA, Manuel J (Coord.). (1998). *Imprensa Periódica Mafrense*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- GODINHO, Paula (2010). *Festas de Inverno no Nordeste de Portugal – Património, mercantilização e aporias da “cultura popular”*. Castro Verde: 100LUZ.
- LANÇA, Maria João (2009). Uma Museu para a Luz e para o Alqueva. In P. F. da Costa (Coord.), *Museus e Património Imaterial – agentes, fronteiras e identidades* (155-166). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits S.A.
- LEAL, João (2009). O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspetiva histórica. In P. F. da Costa (Coord.), *Museus e Património Imaterial – agentes, fronteiras e identidades* (289-296). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits S.A.
- LOPES, Irina Alexandra (2018). *Mafra. Singularidades de um Território*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2009). *Património, herança e memória. A cultura como criação*. Lisboa: Gradiva.
- MARTINS, J. A. R., & MARTINS, L. F. R., & MARTINS, H. M. (2005). *Dicionário da Molinologia Mafrense*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro (2007). *Os sistemas de informação na gestão de coleções museológicas – Contribuições para a certificação de museus*. (Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Museologia). Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras/Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13038/2/Tesemestrsistemasdeinformacao000069301.pdf>>.
- Acesso em abril 2019.
- MATOS, A. (2012). *Spectrum: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses*. (Tese de Doutoramento em Museologia). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MENDES, Nuno Canas (2000). *História de Três Famílias Saloias*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- MERLEAU-PONTY, C. (2014). *Documenter les collections des musées. Investigation, inventaire, numérisation et diffusion*. Paris: La documentation française.
- MORIÉS, Branca Rolão (2010). *Roteiro Bibliográfico de Etnografia da Região do Oeste*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação/Comunidade dos Museus e da Conservação.

MOUTINHO, Mário Canova (1994). *A construção do objeto museológico*. Cadernos de Museologia: Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa: Universidade de Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2010). A história oral em Portugal [em linha]. In A. F da Costa (Dir.), *Sociologia, Problemas e Práticas*. (n.º 63, 139-156). Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n63/n63a08.pdf>> Acesso em novembro 2018.

PEARCE, S. (Ed.) (2006). *Interpreting Objects and Collections*. London: Routledge.

PERALTA, Elsa, & ANICO, Marta (Orgs.) (2005). *Património e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.

PERES, Rosa, & QUITÉRIO, César *et. al.* (1996). Ingredientes para a reabilitação de Broas: 100 g de Cultura, 50 g de Tradição, 80 g de Desenvolvimento, Interesse q.b. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '96* (233-252). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

PINHO, Elsa Garret, & FREITAS, Inês da Cunha (2000). *Normas de inventário – normas gerais: artes plásticas e artes decorativas*. [s.l]: Instituto Português dos Museus.

QUINTO, Amândio (2002). *Coisas velhas de velhos tempos*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

RAMOS, Isabel Loupa (2009). Cenários para a paisagem rural: contributo para uma discussão à escala local. In *Estudos Regionais: cenários de transformação da paisagem* [em linha] (1º quadrimestre, nº20, 127-135). Disponível em <[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/24646/1/RPER20\\_artigo10.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/24646/1/RPER20_artigo10.pdf)>. Acesso em maio 2019.

RIBEIRO, Joana Cristina Beato (2018). “*Há correias que imprimem movimento*”: o espólio de Fernando Silva Correia (1893-1966). (Trabalho de Projeto apresentado para obtenção de grau de Mestre em Património) Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Disponível em <<https://run.unl.pt/bitstream/10362/56277/1/Trabalho%20de%20Projecto%20-%20Joana%20Ribeiro%2041147%20-%20Vers%c3%a3o%20Final.pdf>> Acesso em maio 2019.

RIBEIRO, Orlando (2001). Paisagens, regiões e organização do espaço. In M. J. Alcoforado (Ed.), *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia* (vol. 36, n.º 72, 27-35). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

SAMARA, Maria Alice, & HENRIQUES, Raquel Pereira (2013). *Viver e Resistir no tempo de Salazar – Histórias de Vida Contadas na 1ª Pessoa*. Lisboa: Verso da Kapa.

SANTOS, Henrique Pereira dos (2017). *Portugal: Paisagem Rural*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SANTOS, José Maria Ministro dos (2013). *Mafra: 28 anos*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

SARAIVA, Clara (2009). Pesquisa e Recolha Etnográfica: o caso da Aldeia da Luz. In P. F. da Costa (Coord.), *Museus e Património Imaterial – agentes, fronteiras e identidades* (167-178). Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits S.A.

SARDINHA, José Alberto (2000). *Tradições Musicais da Estremadura*. Vila Verde: TRADISOM.

SILVA, Augusto Santos (1994). *Tempos Cruzados: Um estudo interpretativo da cultura popular*. Lisboa: Edições Afrontamento.

SOUSA, Filomena (2015). *Património Cultural Imaterial. MEMORIAMEDIA e-Museu – métodos, técnicas e práticas*. Alenquer: Memória Imaterial CRL.

SOUSA, Maria da Conceição Borges de, & BASTOS, Celina (2004). *Normas de inventário – mobiliário: artes plásticas e artes decorativas*. [s.l.]: Instituto Português dos Museus.

SOARES, Maria Filipa Reis (2017). *Património Digital, hoje: uma abordagem em ambiente museológico. O Museu Calouste Gulbenkian – Coleção do Fundador*. (Dissertação elaborada para a obtenção de grau de Doutor em Antropologia). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – Escola de Ciências Sociais e Humanas.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2005). *Utopia e os Pés na Terra*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

USÍLLOS, A. G. (2010). *Museología e documentación. Criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos*. Gijón: Ediciones Trea, S.L.

VAZ, Ana Lúcia Rodrigues Fernandes (2015). *A identidade e o património imaterial saloio: contributos para a criação de uma oferta turística sustentável. O caso do concelho de Mafra*. (Dissertação elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Turismo e Ambiente). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar.

VILAR, Maria do Carmo (1993). Património Artístico da Azueira. In M. J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '93* (107-126). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.



## **ANEXOS**





## ANEXO I


Excerto da listagem de números de registo das peças localizadas na Sala 1 da coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	Fotografia	N.º de Registo	Denominação	Breve Descrição	Materiais	Dimensões	Estado de Conservação	Localização	Quantidade
1		1	Cangalha de Cestos	Peça constituída por dois recipientes quadrangulares de madeira clara, agregados por uma corda	Madeira Corda	Grandes dimensões	Regular	Sala 1	1
2		2	Pulverizador	Peça tipo mochila para sulfato em latão com pega de madeira e tubo em material tipo borracha	Latão Madeira Borracha	Médias dimensões	Regular	Sala 1	1
3		3	Balança Decimal	Balança de chão com um prato	Madeira Metal	Grandes dimensões	Regular	Sala 1	1
4		4	Peso	Peso de meio quilo "1/2 Kg" em formato hexagonal com argola	Ferro	Pequenas dimensões	Bom	Sala 1	1
5		5	Peso	Peso de um quilo em formato hexagonal com argola	Ferro	Pequenas dimensões	Bom	Sala 1	1
6		6	Peso	Peso de dois quilos "2 Kg" em formato hexagonal com argola	Ferro	Pequenas dimensões	Bom	Sala 1	1
7		7	Tesoura de Poda	Tesoura com lâmina curva, cabo duplo e fecho	Ferro Cabedal	Pequenas dimensões	Regular	Sala 1	1
8		8	Enxofrador	Peça em formato cónico com orifícios na base para saída de enxofre	Ferro	Pequenas dimensões	Regular	Sala 1	1

## ANEXO II

*Screenshot* do modelo de ficha de inventário digital (captada em agosto de 2019)


← → ↺ 🏠 ⓘ Inseguro | categorize/source/RESOURCES/ArtifactDetail.php?attribute\_key=41&colection\_key=Trabalho&superColection\_key=Mat... ☆ 🔍 📄 📷 📱 📧

Categorize 

---

### Artifact Detail Edit Delete this Artifact

label	Cangalha de Cestos
description:	Peça constituída por dois recipientes quadrangulares de madeira clara, agregados por uma corda
Entry Date:	2019-09-26
Acervo:	Alfaia Agrícola
Num Inventário:	RFL.01.0001
Dimensões:	40x50x50
Datação:	1930-01-01
Proprietário:	Rancho Folclórico do Livramento
Modo Entrada:	Doação
Descrição Modo Entrada:	
Data Inc:	2000-01-01
Estados Conservação:	Regular
Localização:	Casa do Povo, Sala 1



### **ANEXO III**

Modelo de folha de recolha, utilizada para o levantamento inicial da coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento, para atribuição de números de registo

<b>FOLHA DE RECOLHA</b>	
<b>Data:</b>	<b>Inventariante:</b>
<b>N.º de Registo:</b>	<b>Espaço para registo fotográfico</b>
<b>Designação:</b>	
<b>Breve Descrição:</b>	
<b>Materiais:</b>	
<b>Dimensões:</b>	
<b>Estado de Conservação:</b>	
<b>Localização:</b>	
<b>Quantidade:</b>	

## **ANEXO IV**

Modelo de fichas de inventário manuais que serão preenchidas no decorrer dos trabalhos de gestão da coleção etnográfica à guarda do Rancho Folclórico do Livramento, após a conclusão da presente dissertação

Página 1

<b>Ficha de Inventário Museológico</b>	
Instituição/Proprietário: _____	
<b>Dados da Peça</b>	
Designação: _____	Outras Designações: _____
N.º de Inventário: _____	
Categoria: _____	Subcategoria: _____
<b>Descrição</b>	
<div style="border: 1px solid black; height: 40px;"></div>	
<b>Função</b>	
<div style="border: 1px solid black; height: 40px;"></div>	

Página 2

<b>Ficha de Inventário Museológico</b>		
Elemento de conjunto: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Peça completa (n.º de inventário): _____	
<b>Incorporação</b>		
Modo de Incorporação: _____	Ano de Incorporação: _____	
<b>Dados de Recolha</b>		
Região: _____	Distrito: _____	Concelho: _____
Freguesia: _____	Lugar: _____	Data de Recolha: _____
Antigo Proprietário: _____		
<b>Informações Técnicas</b>		
Matérias: _____		
Altura: _____	Largura: _____	Peso: _____
Profundidade: _____	Diâmetro: _____	Comprimento: _____

Página 3

Ficha de Inventário Museológico			
<b>Estado de Conservação</b>			
Bom <input type="checkbox"/>	Regular <input type="checkbox"/>	Mau <input type="checkbox"/>	Breve descrição: _____ Data: __/__/__
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Breve descrição: _____ Data: __/__/__
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Breve descrição: _____ Data: __/__/__
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Breve descrição: _____ Data: __/__/__
<b>Intervenções de Conservação e Restauro</b>			
Descrição do processo: _____		Data: __/__/__	Executado por: _____
_____		Data: __/__/__	Executado por: _____
_____		Data: __/__/__	Executado por: _____
_____		Data: __/__/__	Executado por: _____
_____		Data: __/__/__	Executado por: _____

Página 4

Ficha de Inventário Museológico	
<b>Bibliografia:</b>	
<div></div>	
<b>Notas:</b>	
<div></div>	
<b>Dados da Inventariação:</b>	
Nome do Inventariante: _____	
Data de preenchimento da Ficha: __/__/__	
Ficha Informatizada: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	

## **ANEXO V**

Modelo do Declaração de Consentimento preenchida e assinada por todos os entrevistados no decorrer da investigação

### **Declaração de Consentimento**

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a gravação e divulgação (áudio e/ou vídeo) do meu testemunho, para ser utilizado (total ou parcialmente) como fonte na dissertação de mestrado *“Expressões de património imaterial no quotidiano rural do concelho de Mafra na primeira metade do séc. XX – a coleção etnográfica do Rancho Folclórico do Livramento”*, da autoria de Marta Carmezim Gonçalves.

(Inserir local e data da entrevista)

\_\_\_\_\_  
O Entrevistado

## ANEXO VI

Transcrição de trechos da entrevista a Maria das Dores Justino, a 03 de dezembro de 2018

(1) *Era três quartos, uma casa de jantar ou uma sala, vá lá... [pausa] e, [pausa mais prolongada, enquanto pensava] uma cozinha!*

[...]

(2) [Havia] *Uma mesa e tinha um... chamava-se um guarda prata! [pausa] Era um armário onde se guardava as loiças. Pois.*

[...]

(3) *As camas eram de ferro, o meu quarto tinha duas camas, o outro tinha uma cama, e o meu pai tinha outra cama, n'ê?*

[...]

(4) *Todos os nossos fatos passavam d'uns p'os outros! [...] A minha irmã mais velha trabalhava de costura e ela já é que fazia [as roupas]. [Os tecidos] comprava [impercetível] no Man'el da Folha, no Livramento. [...] Antigamente era só essa loja que vendia muita coisa, muita coisa. [...] [Para lavar a roupa] Quando corria água no rio, íamos lavar ao rio e quando nã' havia água no rio ia-se a uma fonte qu'havia lá ao cabo de cima de Freixofeira [pausa], apanhava-se água c'um balde [...] e assim se lavava ajoelhada. [...] [Para lavar a roupa] era sabão.*

[...]

(5) *Quand'eu era criança brincávamos 'o berlinde, [...] era mais as raparigas porqu'os rapazes começavam a trabalhar muito cedo. [...] Fazíamos rodas, e cantávamos. Houve um'altura qu'eu fiz parte d'um teatro [...] fazia lá um papel qu'era das fainas das vindimas.*

*E nas fainas das vindimas,  
Rapazes e raparigas,  
Contentes vão p'as eiras  
Cantar lindas cantigas!*

(6) [...] *Era [um grupo de teatro] da catequese. Foi p'arranjar dinheiro p'arranjar qualquer coisa na capela. A da Freixofer'a. [...] Fez-se comédias, comédias do Brasil. [...] [Apresentaram o teatro] numa adega ali na Freixofer'a, à beira da estrada. [...] Montaram lá um palco, lá como d'via ser. [...] Também jogávamos às escondidas. [...] E n'havia problema d'andar na rua, havia muitos rapazes e muitas raparigas.*

[...]

(7) *Eu trabalhei mais n'agricultura [do que em casa]. Era sachar a batata [...] usava uma enxada [...], e 'pois era apanhá-la com a enxada, mas isso eu nunca fiz 'que já era trabalho [pausa] d'homem. [...] Era também roçar erva. [...] Íamos apanhar feijão verde quand'era n'altura do feijão verde. O me' pai tinha hortas [...] e cheguei também a ganhar a jorna a apanhar ervilhas, também. [pausa] [A jorna] era o salário! [...] Usava [o dinheiro] p'a comprar o enxoval! [risos] [...] Íamos ao Man'el da Folha e umas vezes era uma toalha, outras vezes era um cobertor, outras vezes era um lençol, e assim foi, uma toalha de mesa, essas coisas assim. Era p'a empregar nisso.*

[...]

(8) *Íamos sempre a pé para as fazendas ond'íamos trabalhar, com os instrumentos, as merendas, tudo! [...] Havia quem andasse de carroça com burros. O meu pai nunca teve carroça, quantas vezes foi o meu irmão a fazer de burro! [risos] Era uma carrocinha que o [impercetível] tinha [pausa] e lá ia ele [o irmão] a puxar com uns cordeles, lá ia ele até à Cane'ra.*

[...]

(9) *Não haviam dias de descanso. Só 'o domingo é que se podia 'tar em casa. [...] Ia à missa 'o Turcifal, a pé da Freixofo'ra ao Turcifal. [...] Ia muita gente, ia tudo junto. [...] Íamos passear p'a estrada, as raparigas novas. [...] Era tud'a passar na estrada, os rapazes de bicicleta, a andar ali p'a trás e par' diante, de roda das raparigas.*

[...]

(10) *P'as constipações era xarope de pero. [...] Era água e os peros descascados e depois açúcar. [pausa] Aos quartos. Ficava tudo a ferver e servia de xarope.*

[...]

(11) *Nã' tinha orde' d'ir a bailes, o meu' pai nã' deixava. [...] Quando namorei p'a gente s'encontrar era ir 'o leite. [...] Ele saía do trabalho [...] e ia de bicicleta ter comigo à casa da senhora que vendia o leite. [...] Quand'ele falou com o meu pai, podíamos ficar a namorar ao portão, porque tinha a minha irmã a namorar em casa. Só pudemos entrar em casa quando a minha irmã casou.*

[...]

(12) *Eu fiz a escola até à quarta classe. [...] Lá na terra ia quase tudo. Alguns mai' pobrezitos, coisa assim. [impercetível] [...] Era uma sala só, p'a todos [...] com as classes todas [...] e um professor só. Rapazes e raparigas, tudo misturados. [...] Depois de fazer a quarta classe comecei a trabalhar.*

[...]

(13) *[Para convidar para o casamento] a gente falava com as pessoas. [...] Entregava-se um arroz doce, às pessoas amigas, [...] e o bolo de casamento, qu'era o bolo ferradura. [...] O meu vestido [de casamento] era saia e casaco [...] e era cinzento [...], só pessoas*



*mais finas é que casavam de branco. [...] Fez-me uma senhora, uma costureira de Torres [Vedras]. [...] Casei na igreja do Turcifal. [...] A festa foi aqui semp'n'adeiga, o banquete. [...] Era frango guisado, [pausa] havia comer p'a encher a barriga!*

[...]

**(14)** *O funeral geralmente era tido em casa. [...] O velório era em casa, as pessoas vinham à casa da pessoa que tinha morrido. [...] Rezava-se o terço junto do corpo [...] o padre ia à casa das pessoas e depois saiam de casa [para o cemitério]. [...] O cortejo seguia uma carreta puxada por dois homens. [...] Antes da carreta era tudo em braços.*

[...]

**(15)** *Comer carne era só p'a dias alumiados.*

## ANEXO VII

Transcrição de trechos da entrevista a António Pedro da Silva Francisco, a 17 de dezembro de 2018 e 21 de janeiro de 2019

(1) *A primeira casa só tinha uma cozinha e um quarto [pausa prolongado, em silêncio]. Depois com quatro anos foi p'á casa grande, aquela casa ali, já tinha, uma casa com... na altura, tinha cozinha [pausa] tinha uma sala, duas salas e tinha... [pausa] tinha um, dois, tinha dois quartos já. Mas casas de banho não tinha.*

[...]

(2) *Na altura era direto p'ó [impercetível, pausa], toda a gente aqui vivia assim. Vivia aqui uma senhora aqui oh... oh [pausa em silêncio para recuperar o discurso] aqui 'atrás qu' é uma casa que 'tá ali sem telhado... vivia lá uma senhora com uma vaca [pausa, perante a surpresa], era uma única d'visão! [risos] Ist'é verdade! Uma única divisão vivia ela, uma vaca e uma bezerra! Uma bezerra, o qu' é uma bezerra, um vitelo [impercetível] pequenino e viviam lá, fazia comer e [pausa] dormiam lá, e a vaca, e a vaca [impercetível] dormia com ela. Era o que servia de aquecimento, era o aquecedor dela! [risos] Era a... [pausa curta, enquanto pensava] Franqu'lina! Exatamente! [risos] Franq'lina e era coxa.*

[...]

(3) *Tomava banho dentro dum alguidar e [...] aquecia-se água no lume! [...] E o resto era na casa do gado. [...] Faziam-se as necessidades no bacio e despejavam-se!*

[...]

(4) *Não havia papel higiénico. Era, o papel era [pausa] no campo er'ás ervas e parras da vinha [...] e em casa [pausa prolongada] era, o papel higiénico eram as sacas da farinha. [pausa prolongada] Ah pois! [risos] [...] As fraldas era de pano. [pausa prolongada] As banheiras eram de, a minha primeira banheira era de zinco. [...] Pronto, mas o papel higiénico era isso. Quand'era rapazitos piquenos era com panos, o papel higiénico era panos.*

[...]

(5) *Eu lembro-me d'algumas cegadas e cada uma tinha um tema. Uma tinham a ver com aquilo que se passava na aldeia, outras tinham a ver com [pausa] com, [pausa prolongada] com o dia a dia das pessoas. [...] As cegadas era feitas no domingo de carnaval, no domingo antes, à tarde e na terça feira à tarde. [...] O enterro do entrudo era quarta à noite. [...] [risos] O enterro do entrudo era, contratava-se um que tivesse a voz, um homem, um rapaz que tivesse a voz mais esganiçada p'a fazer de, de viúva. E depois levava-se o entrudo a enterrar, qu'era, eram [pausa] com um boneco, fazia-se um boneco, com um pénis muita grande [pausa] com um cordel e era de palha, era todo feito de palha! [...] Arranjava-se umas ceroulas [pausa], uma camisola, enchia-se tudo de palha, atavam-se as pontas p'a palha não [impercetível], punha-se uns sapatos velhos e depois cobria-se tudo com um lençol. E então a velha, qu'era a viúva, vestida de viúva atrás, aquilo era uma padiola, não sei se sabes o que era uma padiola? Uma padiola era*

*uma maca de madeira! [...] E então, o boneco ia tapado com um lençol, branco, e então a velha ia a chorar e atrás ia toda a gente, faz de conta qu'era um enterro normal! [pausa] Depois, a velha começava a chorar, dizia as suas lamúrias: “Ai o meu homem, Ai que eu nunca mais o vejo! Ai que ele morreu! Ai que saudades!” e quando ela dizia “ai que saudades” puxava-se o cordão, a gaita indireitava-se p'ra cima, e então era um choro total [risos] , era a risada total, ahm? [risos] Dava-se a volta à vila assim! Até que chegava à hora do enterro, qu'era à meia noite, à meia noite em ponto deitava-se um foguete, daqueles foguetes de murteiros grandes, e dava-se o enterro. Dava-se o enterro, enterrava-se e a seguir [impercetível] lia-se o testamento [pausa] que o morto deixava à viúva e aos presentes [...] e então aí era a retórica!*

[...]

*(6) E então a tradição era, quando acabava a cegada, as pessoas, toda a gente fazia coscorões. [...] Há quem faça pela altura do Natal, mas cá em Vila Franca era sempre pela altura do carnaval. [...] E então distribuía-se coscorões e era vinho, era o que havia, n'havia cervejas com'há hoje. [...] Fazia-se no largo. Toda a gente ia, deitava-se um foguete, toda a gente sabia qu'era uma cegada que 'tava a chegar, toda a gente ia a correr, as pessoas levavam, já sabiam que quando acabava a cegada comiam e bebiam e arrancavam p'a outr' lado. [pausa] Mas geralmente era sempre à tarde. E então, como as tardes também era pequenas, e corriam como? Naquela altura, a bicicleta, alguns tinham bicicleta [...] e a cavalo de burros para fazerem essa cegada. Se calhar da Ervideira, ou da Enxara, [...] mas de cá, tirando a minha mãe [...] não era muito tradição ser o grupo de cá a fazer.*

[...]

*(7) Geralmente, eram os homens a fazer de mulheres. Geralmente era. [...] Era uma cantilena só, era sempre a música era sempre a mesma todos os anos. [pausa] “Boa tarde meus senhores, desculpem lá não levem a mal” [impercetível] [...] já não me lembro bem da música!*

[...]

*(8) Nos outros dias havia alguns encaraçados. [...] O encaraçado era [...] uma pessoa que se disfarçava, com uma máscara, com roupas velhas [pausa] e tentar não ser conhecido. [...] Eu lembro-me de miúdo haver grupos de trinta, quarenta encaraçados que ninguém sabia quem era! Então, o engraçado era [pausa prolongada] quando era grupos mais pequenos, quatro ou cinco pessoas, batiam à porta, entravam, e então o [pausa] o desporto, vá lá, o desporto das pessoas que recebiam era tentar descobrir quem era. Um fazia-se de coxo, outro fazia-se de marreco, punha uma marreca nas costas, outro [impercetível] com uma bengala [impercetível] e então só tiravam a máscara quando [pausa] era conhecido. [...] Depois quando todos eram descobertos, se todos eram descobertos [pausa] todos confraternizavam, lá comiam coscorões, s'eram mulheres não bebiam nada mas s'eram homens bebiam vinho. [...] Então o giro era batiam à porta, saiam c'ali havia bons coscorões, iam lá batiam à porta para tentar não serem conhecidos. E quando não eram conhecidos iam embora [pausa] continuavam incógnitos, ou seja, iam p'ra próxima casa. É, porque senão os putos iam a correr, sabes com'é que é, os putos 'tavam sempre à coca, à espreita para saber, p'ra descobrir quem*

*eram os encaraçados! E se fossem descobertos e eles dessem por isso iam logo contar “ai aquele é fulano, o outro é sicrano! [...] Havia quem não comprasse cá as máscaras, para não ser conhecido [...] então iam à Malveira à feira. Iam às escondidas, para ter uma máscara diferente, cada ano não podia ter a mesma máscara, porque senão já era conhecida! Ou trocavam as máscaras, porque também não havia muito dinheiro. Outros punham uma meia na cabeça, outros punham um saco, pronto. Tentavam encaraçar-se. [...]*

**(9)** *Tínhamos gado bovino, gado de leite. [...] Todo o estrume todos os dias era tirado do gado e era feit’em monte, porq’aquilo era muito fundo, nã’ faz ideia! E então a [pausa] chamava-se a mijaceira, qu’era a urina do, a urina do gado que tinha uma [...] portanto aquilo depois infiltrava-se, porque era tão fundo! Ou então corria pelo esgoto [impercetível] e ia p’às riguéras.*

[...]

**(10)** *Nas burras o meu pai teve pouco tempo, depois entretanto comprou uma carroça [pausa] uma carroça puxada por um [pausa] uma vaca! Ou um boi? Foi sempre vacas, o meu pai bois a puxar acho que nunca teve, era uma vaca. Que [pausa] qu’era as vacas que lavravam, [pausa] as lavoeiras<sup>168</sup>, ainda não havia tratores. As vacas faziam as lavoeiras. Mesmo os burros! Ainda me lembro do meu pai a lavrar com burros! [...] Com o arado! Com os arados de madeira só com a aiveca de ferro. E ainda me lembro de determinados, para determinados [pausa prolongada] para determinadas [pausa] culturas, fazia-se com um [pausa] não era bem uma charrua, chamava-se um arado de madeira que eram madeiras mais resistentes que faziam a “aveca”, qu’ é a ponta da charrua, e então faziam em, era em madeira, o chão mais macio, mais fácil de trabalhar, [...] era mais leve para o animais então andavam mais depressa! [...] Ainda me lembro d’andar com a charrua, a segurar a charrua atrás dos burros.*

[...]

**(11)** *Eu vi pessoas a puxar [o arado]. Mas muito pouco, só quand’era a descer. Portanto, a direito já não. Sei c’antigamente se fazia assim e eu já não apanhei, apanhei alguns mas é como ‘tou a d’zer, chão fácil de trabalhar, faziam a própria pessoa um a puxar à frente e o outro atrás porque lá está porque era de madeira era leve! Se fosse uma charrua de ferro já não dava! O chão era mais “fagueirinho”<sup>169</sup> [...] fácil de trabalhar, e isso ainda me lembro de ver.*

[...]

**(12)** *Quando o meu pai veio para Vila Franca [do Rosário] [...] veio trabalhar para um senhor que tinha gado. Chamava-se naquela altura era criado. Era um criado. Criado, ma’ não era de servir à mesa, era um criado do campo! [...] E então o meu pai como ‘tava sempre habituado a trabalhar com animais, o meu pai ia buscar animais a pé a Vila Franca de Xira p’r’aqui. [...] Iam lá, o patrão comprava, o patrão ia a cavalo numa*

---

<sup>168</sup> O termo “lavoeira” era utilizado na gíria do campo para designar a tarefa da lavra do terreno. Uma vez o terreno lavrado, estava feita “uma lavoeira”.

<sup>169</sup> O termo “fagueirinho” era utilizado para designar um tipo de solo arenoso, em que não se formam torrões de terra após a lavra.

*égua ou a cavalo num cavalo mais cedo e eles iam a pé. E enquanto eles iam a pé, ele fazia lá os negócios, compravam gado magro, p'a depois engordar cá. E então vinham a pé de Vila Franca de Xira p'aqui [...] por caminho que não havia estrada, não é? [...] Eles andavam l'geiro e 'tou convencido [pausa] eu acho que eles num dia punham-se cá. Digo eu. [...] Eram novos, a carne não pesava, n'eram gordos.*

[...]

**(13)** *O meu bisavô vinha de Sangemil [...] com uma vara de porcos pequenos, de leitões, para vender aqui na feira franca de Vila Franca do Rosário. [...] E foi aí qu'ele conheceu a minha bisavó. Na feira franca. [...] Vendia-se tudo. Vendia-se os feijões, vendia-se as batatas, vendia-se as couves. Er'ó qu'havia! Era o que se produzia!*

[...]

**(14)** *Por exemplo, o calçado. O calçado er'ó sapateiro que fazia, quando tinham posses, senão andavam descalços! [...] O meu avô era sapateiro e mesmo assim não ganhava para a família que tinha. P'ós filhos que tinha, tinha quatro filhos. [...] Era caçador, como d'antes de caçava todo [pausa] todo o ano. [...] Depois ia clandestinamente para apanhar um veado p'a comer, p'a trazer p'ós filhos que tinham fome. [...] Uma vez ele ia sendo apanhado lá pelos guardas florestais lá da Tapada [de Mafra]. E então ele levava um [pausa] um burro que tinha [pausa prolongada] punha do lado de fora do muro, da Tapada, punha-se em cima do burro e saltava p'r'o outro lado, [...], apanhava lá a caça que achava qu'era o suficiente, com paus punha-a p'r'o lado de cá, 'pois ele conseguia-se com outro pau fazia tipo uma escada, [pausa] improvisava uma escada para conseguir saltar, e houve um dia qu'ele 'tava a [...] a mandar as coisas p'o lado de cá e o burro zurrou por qualquer coisa! E então ia sendo apanhado, mas conseguiu fugir sem ser apanhado, portanto as pessoas inventavam tudo p'a não passar fome.*

[...]

**(15)** *O meu bisavô fez parte da primeira banda de música de Vila Franca do Rosário, a partir de 1892. [...] E então, como não havia dentistas, e ninguém tratava de dentes, ninguém lavava dentes, os dentes começaram-l'a cair por uma doença qualquer, e caíram-lhe os dentes todos! [pausa prolongada] E ele, gostava de ser músico, e adorava ser músico então como era um bom sapateiro, numa árvore que se chama a figuêra qu'é uma das mais fáceis de trabalhar a madeira de figuêra é muito fácil de trabalhar, fez uma dentadura de pau para tocar! [risos] Com, navalha ou uma faca, já não sei, com o que tivesse! [...] E então fez uma dentadura de pau p'a tocar na, p'a conseguir tocar na banda! Portanto, já havia quem construísse placas. [risos]*

[...]

**(16)** *O meu pai [pausa] [impercetível] era criado, começou a [pausa] a namorar a minha mãe e entretanto [pausa] já, já vivia com a minha, continuava a ser criado e fazia [pausa prolongada] empreitadas! Sabes o qu'é uma empreitada? Uma empreitada é assim: eu tenho este terreno todo cultivado de trigo, preciso de ceifá-lo e quant'é que, quant'é que você me leva de ceifar este terreno? [pausa prolongada] Mil escudos, um conto, era um conto! Pronto, e o meu pai fazia, quando saía das horas do [pausa] do patrão, ia aceifar*

*esse [pausa] terreno p'a ganhar mais dinheiro. Então andava a minha mãe com um candeeiro a petróleo [pausa] porque fazia à noite! [...] A minha mãe andava com um candeeiro a petróleo e o meu pai c'uma foice a apanhar [pausa] o trigo, p'a ganhar esse dinheiro da empreitada! [...] Com esse dinheiro das empreitadas conseguiu comprar um [impercetível] uns burros! Começou ele a trabalhar por conta dele, deixou o patrão, e começou a trabalhar p'conta dele. Começou a comprar os primeiros animais, com esse dinheiro, que se juntou [...] e daí foi o sustento de tod'a vida, dele. Foi o campo.*

[...]

**(17)** *[A minha mãe] Vendia leite à porta. [...] Nós vendíamos leite à porta. Aqui, mais ninguém fazia porque tinha cá 'tar sempre uma pessoa, não é? A minha mãe tinha que 'tar em casa, a tomar conta de mim, a fazer o almoço [...] e então vendia leite de manhã e vendia leite fresco à, à tarde. [...] Tinha as encomendas, sabia as pessoas, tinha uma lista, sabia quem é que queria leite à tarde, sabia quem queria leite de manhã, deixava o leite à conta p'a [pausa] p'as pessoas e o resto ia p'o, p'a Cooperativa do Leite.*

[...]

**(18)** *Tínhamos azeitona e depois havia aqui um lagar, um lagar [pausa] aqui que nós pagávamos um [pausa] X por quilo, ou seja, ou pagávamos em dinheiro se queríamos ficar com o azeite ou então era uma percentagem para o lagar. O lagar era duma pessoa rica [...] e fazia seis meses de, de, d'azeite aqui! Com 'havia no Carrascal. [...] Vinha aqui muita gente moer a azeitona e fazer azeite. [...] Aquilo era, o azeite era, as azeitonas eram apanhadas, guardava-se, 'pois ia-se guardando com sal [...] p'a elas se aguentarem [...]. Eram guardadas nas tinas das uvas, onde se guardava, os vinhos. De madeiras, as tinas de madeira. [...] A gente guardava tudo qu'er p'a depois quando ia moer moía tudo junto, para não ir a moer às machinhas. Porque aquilo uma moidura, salv'o erro, era [...] eram trezentos quilos. [...] A moidura era, [...] p'aquilo que me foi dado a conhecer pelos mais antigos, seria isso, ou seja, andava um animal à volta [...] e aquilo fazia girar uma outra, uma outra peça [pausa], vamos lá, um outra roda que fazia com qu'essa mó [pausa] circulasse. [...] Portanto aquilo é moído e depois é prensado. É prensado. Era manual. Eram prensas manuais. [...] Portanto aquilo depois era cheio c'uma [pausa prolongada] chamava-se aquilo um cinxo, chinso, chincho! [...] Como se faz os queijos! [...] Tinham uns panos de sarapilheira, [...] não era bem panos, vamo' lá ver. Uns pratos! De sarapilheira, grandes, em que um punh'ó prato, [...] dois à pazada punham uma pazada [de azeitona moída] cada um, o outro espalhava, entretanto o outro era um espalhar e o outro punha logo outro [prato] em cima, aquilo era por camadas, até chegar lá a cima. [...] Ao moer a azeitona fazia com que [pausa] a primeira água, que saísse logo saía [impercetível], então depois aquilo c'o apertar, a água chilra!! Água chilra, era com 'aquilo se chamava, água chilra. Qu'ela ia, saía fora 'pois, porque o que dá o azeite é o caroço! O resto é p'a gente comer! [risos] [...] Portanto aquilo depois a quente [pausa] o azeite, a água vem sempre ao de cima, n'é? [...] Isso é que passava, penso que seria por uma serpentina [...] e a água arrefecia-se e o azeite morno n'out'o lado. [...] Eu, com quatro anos, ia apanhar azeitona e cada baldinho de praia qu'eu enchesse, do chão, a apanhar as azeitonas do chão [...] o meu pai dava-me um tostão e eu ia juntando qu'era, tentava apanhar dez [...] qu'era p'a ganhar dez tostões qu'era p'a no domingo à tarde ir à tarde de cinema qu'era paga. Pagava dez tostões. [...] E era p'os tremoços e pevides. Qu'era um luxo comer tremoços e pevides, naquela altura.*

[...]

(19) *Jogava-se ao pião. [...] Adultos, sim, sim. Jogavam à bola, no meio da estrada, não havia campo de futebol nessa altura. Por Vila Franca teve futebol nos anos 30, mas depois deixou de ter. [...] Divertiam-se com as culturas qu'havia. Fazia-se teatro. [...] Eu nunc'assisti a nenhum teatro, porque os miúdos não tinham ordem d'entrar. [...] Jogava-se muito à apanhada, à cabra cega. [...] Os adultos, tirando o [pausa prolongada] o sábado à noite, durante o dia trabalhavam [impercetível], porque quem em vacas de leite trabalha todos os dias. Não há dias santos nem feriados. Portanto o meu pai [pausa] nem à missa iam. Quem tinha gado, nem à missa iam. [...] Não havia muito tempo para essas coisas. [...] Jogava-se à bola com bolas de trapo. [...] Já havia as tabernas, jogavam às cartas, à bisca, à noite. Jogavam à bisca, jogavam ao burro. Que'ra um tabuleiro onde tinha [pausa] vários quadrados, às pontas de cima tinha dois burros, quem calhasse no burro perdia. [...] Os pontos que valiam mais eram perto dos burros porque se calhasse no burro perdia. [...] Jogava-se com seis malhas, umas malhazinhas de borracha. [...] Jogavam ao chinquilha, também. Jogavam à moeda.*

[...]

(20) *O teatro havia só de vez em quando e depois as peças, os tempos d'ensaios também era só à noite. Havia peças que tinham mais assistência [pausa] e eram mais frequentadas, levavam mais tempo, aquelas c'as pessoas iam lá nã' gostavam nã' iam mais, aquilo morria, tinha-se que s'insaiar outra peça, alguém tinha que escrever ou iam consultar livros antigos. [...] A última peça em c'a minha mãe entrou foi a peça que 'teve mais tempo em cena aqui no pequeno teatro ond'é hoje a junta de freguesia. [...] Anos 50. E ela entrou numa peça em que o último verso era "e a barca vai-se partir!" [...] E então, por coincidência, a barca partiu-se mesmo! Sem eles 'tarem à espera! [risos] Eram eles que construíam as cenas, os cenários eram construídos por eles próprios, [...] e então, a barca partiu-se mesmo e aquilo foi um sucesso!*

[...]

(21) *Quem tinha aquele lagar d'azeite, ao lado tinha, chamava-se a sala da ópera. Já era gente rica. Então vinha, [pausa] o cardeal patriarca, o Cerejeira. [...] E, fala-se, que nunca se viu, o Salazar. Porque este senhor era da Assembleia Nacional.*

[...]

(22) *O regedor era tipo o polícia. Ainda me lembro de ver gente presa debaixo do coreto [de Vila Franca do Rosário]. [...] O coreto, era a prisão. Era. Era uma porta mesmo com gradeamento. Com grades. [...] Ele prendia ali as pessoas, por desacatos ou por [pausa prolongada] havia n'altura força física [impercetível] havia quem matasse o outro, [...] e então era preso até depois vir a guarda, buscá-los. [...] Penso que p'a Mafra.*

[...]

(23) *No tempo da azeitona chamava-se a escolher a azeitona. [...] Escolher a azeitona. As azeitonas eram apanhadas das árvores, eram deitadas a baixo com uma vara ou ripadas à mão e depois tem que se tirar as folhas p'a só ficar a azeitona. A gente passava*

*nos crivos e as pessoas juntavam-se quatr'ou cinco a ouvir uma t'fonia. [...] A azeitona quand'ia p'o lagar ia escolhida. Pronto, e 'pois juntavam-se! Juntavam-se depois na desfolhada. Na desfolhada [impercetível] tiravam a carapela p'a ficar c'a maçaroca. E então quando havia uma escarapelada era uma festa, sabes porquê? [...] Era feita ao luar, em agosto. À noite, juntavam-se, 'tavam fartos de trabalhar todo dia à noite juntavam-se e iam p'a escarapelada! Ou seja, tirar a carapela, das maçarocas, qu'era p'a depois o [pausa] ser, o milho ia p'a eira seca, 'pois quando 'tava seco era batido c'um mangual. Batido qu'era saltar. E então essas desfolhadas, qu'é qu'era o engraçado? Toda a gente queria a desfolhada, sabes porquê? Porque juntava-se os novos e os velhos, não é? [...] O milho, como todas as outras plantas, tem mutações. E, tu, numa ceara de trigo, conseguias encontrar meia dúzia, o trigo é amarelo. Consequias encontrar meia dúzia de maçarocas vermelhas. De milho vermelho, vermelho, vermelhinho quase preto. O milho rei! E então, [...] quem encontrasse uma maçaroca dessas escolhia a rapariga p'a dar um beijo! E ao contrário! E então, dar um beijo a uma rapariga naquela altura era! [...] E íamos ver as escarapeladas p'a ver quem é que ia dar um beijinho a quem! E então, s'ele dava o beijinho é porque gostava dela, e depois vinha daí o enterro do entrudo! [...] Cantava-se, contava-se anedotas, depende do grupo que 'tava, das pessoas. [...] Geralmente, era sempre depois da ceia.*

[...]

**(24)** *Lembro-me d'andar, talvez com dois anitos, dentro do trilho. [...] O trilho era o que debulhava o trigo! [...] Era um engenho feito de madeira, com uns bicos, com um rolo, ou seja, um pau com bicos, que com o puxar dos animais [...] ao rodar, batia nas cabeças do trigo e partia. Fazia-se isto quando estava bastante calor qu'era p'a partir a pa [pausa] o caule do trigo, p'a ficar em palha, e ao mesmo tempo tirar as sementes da cabeça do, da [pausa] do trigo. [...] Depois de ceifar! É tudo ceifado à mão, com uma foice. Ia tudo p'a uma eira. As eiras [...], eu andei numa eira qu'era feita com [pausa] palha! A eira era feita com palha e água [impercetível], molhava primeiro a terra, 'pois punham palha, depois batiam tipo com um maço de madeira grande p'a ficar compactado [...] as primeiras eiras eram feitas assim! 'Pois com o calor aquilo enrijava e com a própria palha aquilo fazia uma consistência. [...] Parecia cimento. Ficava rijo! [...] E então esse trilho é que debulhava o trigo e fazia a palha! E então [impercetível] os rapazes pequenos não tinha infantário, [impercetível] tomava-se conta deles er'assim, andavam em cima do trilho p'a fazer peso. [risos] Os animais puxavam, os animais puxavam e aquilo moía [...] e a gente a fazer peso. E depois então aquilo era levantado com aquele, com [...] aventador, será? [...] Tipo uma forquilha de madeira, aquilo levantava ao ar, o trigo, c'o vento, [...] a semente vai p'um lado [impercetível] e a palha vai p'o outro. [...] Era assim que se separava o trigo [pausa] do joio! [...] O milho er'igual. [...] Mas o milho já era c'uma pá. Uma pá de madeira.*

[...]

**(25)** *Antigamente eles almoçavam às dez horas. Almoçavam. Tomavam o pequeno almoço às seis da manhã, e depois às nove, nove e meia, dez horas, almoçavam. E depois jantavam. Chamavam o jantar, o jantar era à uma da tarde. 'Pois era a merenda e era a ceia. E então eu levava p'a lá, levava o comer, depois p'a cá o meu pai tinha as burras a jeito, com três molhos d'erva cada uma, [...] levava uma albarda em cima, o burro ia no meio. [...] Atava uma burra à outra e levava a burra à mão p'a vir p'a casa. Qu'eu*



*‘pois chegava cá, a minha mãe descarregava, e ia p’a lá outra vez enquanto o meu pai comia, eu ia p’a lá outra vez, levava a burra e depois trazia o cabaz do comer. [...] Um dia chovia e os nossos chapéus de chuva er’uma saca. De sarapilheira.*

[...]

*(26) Com ‘é c’as pessoas acartavam o vinho? [...] Do lagar p’a casa. [...] Era acartado desta tal selha, desta tal selha, por potes de madeira. [...] Em potes de madeira com um arco! Com um arco já de [pausa] de ferro! [...] Se não se levasse uma saca ao ombro aquilo cortava! Então andavam os homens descalços, [...] a correr, porquê? Por qu’era [impercetível] ao mesmo tempo faziam tudo. [pausa prolongada] Quando nã’ tinha lá, quando não tinham lá [pausa] lá, vinho p’a trazer ficavam na [impercetível] n’adega onde ‘tavam a pisar outra uva! E então chegavam lá tinha um [pausa] uma selha pequenina, mais pequenina, cheia d’água, punha-se lá os pés, lavava logo os pés, e já n’era preciso andar a calçar botins, n’havia botins n’altura, não é? [...] Então andavam sempre descalços aí p’as ruas, ist’era tudo terra! [...] E depois faziam corridas a ver quem é c’acartava mais potes.*

[...]

*(27) De todos estes trabalhos, qu’eram duros, o pior de todos era a surriba. O qu’ é qu’era a surriba? Surriba era preparar o chão p’a fazer uma vinha. [...] Era feito com pessoas. [...] Vamos idealizar um terreno. “Olha, vamos pôr uma vinha aqui!”. Então aquil’era, juntava-se um grupo d’homens [...] por exemplo, cabiam vinte homens com enxada, uma enxada de pontas. Qu’ é uma enxada diferente das outras todas. [pausa prolongada] E então o qu’ é qu’ eles faziam? [pausa prolongada] P’a ir toda, toda certa, contratavam o número de pessoas certo [pausa prolongada] que apanhasse a fazenda toda! [...] Um hectare de vinha, vinte pessoas, vinte pessoas levavam três meses! A fazer aquela cava de vinha. Qu’era feita, mais ou menos, com metro e meio de profundidade! [...] No verão! [...] Ora, e não sabias o qu’ é qu’ias encontrar a um metro e meio de profundidade. Ou seja, tinhas que puxar a terra toda, metro e meio p’atrás. Toda! [...] O que custava mais p’ra eles era fazer o primeiro, o primeiro buraco, ‘pois de lá estar, dentro, qu’ eles depois escavavam lá dentro! [...] Ora, o qu’ é qu’ encontravam no meio disso? Pedras, pedras enormes! ‘Pois com ‘é que partiam? Com um, com um [pausa] chamava-se os guilhos! [...] Qu’ é ferro, ‘pois c’uma marreta, arranjavam [pausa] com ‘é qu’ eles queriam partir, se queriam partir ao meio, se queriam partir à ponta, conforme o tamanho da pedra, s’os homens não conseguiam com ela tinha c’a tirar de lá, tinham c’a partir [...] e tiravam-nas cá p’a fora. ‘Pois acartavam essas pedras para, para fazer casas, [pausa] e p’a fazer os muros à volta dessas propriedades. [...] Com ‘é qu’ essa pedra era acartada? C’as tais padiolas. [...] Era desumano. [...] E a comer, bacalhau cru, e uma pinga d’água pé [...] mal alimentados. Pão seco! Pronto, era assim. E passavam assim três meses da vida deles. Dentro dum buraco a cavar. De sol a sol. [...] A enxada pesava aí, sensivelmente, três, quatro quilos.*

[...]

*(28) Era uma festa quando se ia p’a vindima, quando se ia ceifar trigo! Quando o patrão chamava p’a fazer qualquer coisa sem ser surribar, er’uma festa. [...]*

[...]

(29) *Sulfatava-se só com sulfato de cobre e cal. N'havia mai' nada. Eram os produtos que se sulfatava, er' o sulfato de cobre. Utilizava-se pulverizadores. Já eram pulverizadores de cobre. Eram uns pulverizadores manuais. Mas pouco se sulfatava, não se sulfatava muito.*

[...]

(30) *Havia aqui um senhor, qu'era o senhor do lagar d'azeite, que tinha uma fábrica d'algodão e que fazia camisas e dava aos pobres as que tinham defeito. (António Pedro) Era na salgadeira. Eu lembro-me das salgadeiras, por acaso eu tinha uma, a minha mãe aqui tinha uma, [pausa prolongada] e lembro-me dela criar porco e salgar. [...] O processo era, o animal era morto, depois a carne era espalhada, era uma camada de carne, uma camada de sal, uma camada de carne, uma camada de sal [impercetível] e ficava em sal e isso chamava-se salmoeira. [...] O recipiente era em pedra, em pedra. Mas havia quem tivesse de madeira. Mas era pedra, mesmo pedra. [...] A minha mãe cozia pão de quinze em quinze dias, [...] em forno de lenha. [...] Ela guardava lá [na salgadeira] o pão quente, enrolado sempre em cobertores, 'pois a gente ia tirando por cima [...] aquilo com'era pedra aquilo mantinha ali o calor muito tempo, o pão 'tava macio, sempre macio! [...] A tampa era madeira.*

[...]

(31) *Matar o porco er'artesal. Agarrava-se no porco p'uma orelha [...], havia quem agarrava o porco três ou quatro, agarravam no porco e espetavam-no, 'pois sangrava a [pausa] o sangue p'uma panela, 'pois [pausa] penduravam-no numa trave, [impercetível] tipo ganchos nas patas, 'pois abriam-no. [...] O sangue era aproveitado, quem gostava de cabidela aproveitava. [...] Quem fazia chouriços de sangue, também.*

[...]

(32) *Os meus [colchões] eram [impercetível] de carapelas! [...] Do milho! [...] Todos os anos se mudava porque todos os anos havia carapelas novas. [...] Com'havia, mudava-se todos os anos, 'pois aquilo ganhava sempre bicharocos e [pausa] ganha bafio, e não sei quê, c'o calor do corpo, e às vezes c'os rapazitos piquenos uma mijadela [...] N'havia resguardos, com'há hoje. [...] Tínhamos lençol, sim. [...] E havia os colchões, [pausa prolongada] de palha. Palha de centeio. [...] Esses eram de compra. [...] Mas dos adultos geralmente eram de centeio. [...] As almofadas era cheia com [pausa] as primeiras qu'eu me lembro com lã d'ovelha. Da tosquia. [...] Era à tesoura, com tesoura, não com máquina. [...] Era como se tosquiava os burros, também!*

[...]

(33) *As crianças participavam em todas [as tarefas do campo]! Não se cavava, não é, como não tínhamos força p'ra isso, mas eu [...] apanhava-se azeitona, apanhava-se batata, punha-se cebolo [...], punha-se em cima do trilho, subia-se às [pausa] às árvores, com'era mais pequenino, [impercetível] onde o meu pai nã' chegava, chegava lá eu. [...] Ajudava a fazer os molhinhos de trigo, [impercetível] em vez d'acartar um braçado*

*grande acartava vários pequenos p'a fazer o molho do trigo. [...] Depois o meu pai atava [os molhos de trigo] ou com o próprio trigo ou c'um balanço. É uma erva daninha [...] que se tirava também [na monda]. [...] A gente, p'o trigo ir mais limpo p'a eira [impercetível] aquilo 'tava deitado, tirava-se esses e fazia-se o [...] o atilho [pausa] p'atar o molho. E as coisas iam atadas p'a eira, sim. [...] Ou em carros de bois.*

[...]

**(34)** *Os santos populares era, os santos populares festejavam-se de [risos], era saltar a fogueira! Qu'era da praxe. [pausa] Era a rapaziada, malta nova [quem fazia as fogueiras]. [...] E íamos chamava-se roubar vides. Porquê? Porque tod'a gente [pausa], as vides era da poda e antigamente [pausa] toda a lenha era pouca, porqu'era tudo feito em casa. [...] O meu pai, no verão, tinha menos que fazer ia roçar mato, p'a poder [pausa] p'a 'pois no inverno, fazia medas, [...] é um monte [...] chama-se uma meda de mato, 'pois no inverno acartavam p'a casa p'os animais irem, p'a cama dos animais, p'o estrume. [...] Os santos populares era assim. Ia-se apanhar tod'a lenha possível, nunca s'ia buscar a nossa era sempre a do vizinho! Qu'era p'a não gastar a nossa! [risos] Fazíamos de noite! Claro!! Sem ser vistos, claro! [risos] E então, havia, era da praxe, cada rua fazia a sua fogueira. [...] O primeiro acordeonista qu'eu me lembro era o Ti' Henriques com um acordeão com teclas em madeira! E então, [pausa] já quem tinha algumas posses juntavam-se uns quantos e contratavam um acordeonista p'a ter a melhor fogueira! Porque tinham animação e aquilo era uma maneira dos rapazes conseguirem 'tar mais um bocadinho c'as namoradas [impercetível] e, portanto, aquilo er'uma animação! [...] E er'as bombas de carnaval! Ai a gente fazia com cada coisa com as bombas de carnaval! [...] Fazia-se também bombas p'altura dos santos populares.*

[...]

**(35)** *No carnaval, as raparigas praticamente p'a sair à rua era um problema. Levavam farinha na cabeça junto com água, [pausa] eram humilhadas d'alto abaixo, com, com [pausa] fazia-se seringas das bombas das bicicletas, [impercetível] ainda por cima com água suja! [...] As ruas só foram calcetadas em 1964 [...] e então com'era terra, havia muitas poças. Dos animais, das carroças, disto, daquilo, d'acoloutro, das patas das vacas, [...] e como chovia muito n'altura, n'é como hoje, havia semp'água em tod'o lado! E então a gente puxava a água das poças e mandávamos às pessoas. [...] Havia quem fizesse de cana, essas seringas, de cana, e os que já eram um bocadinho evoluídos e já tinham uma bicicletezita, das próprias, das bombas d'encher os [pausa] os pneus, faziam uma seringa dessas que [impercetível], mandava uma stickada, mas era estúpido!*

[...]

**(36)** *'Pois havia as meninas que se "gavavam" que nunca eram enfarinhadas, que se escapavam sempre por aqui e por acolá! [...] Havia assaltos de casa mesmo, chamavam assaltos de casa, as pessoas entravam dentro das casas e iam lá e enfarinhavam-nos, e inclusive uma rapariga [...], eu assisti a ela ser toda alcatroada. Com alcatrão. Cabeça, cara, tudo. [...] A malta nova, "ai tu és? Então até alcatrão levas!"*

[...]

(37) *Aqui, a única coisa c'havia de tradição era ir à Feira de Todos os Santos no Livramento. Pronto. Quem tinha tempo.*

[...]

(38) *O dia da espiga, era tradição ir'o campo. Os rapazes aproveitavam p'a namorar as raparigas, era sempre nestes dias [impercetível] porque durante os outros dias normais n'havia [pausa] oportunidade. Era um dia de namoriscar no campo. [...] Eu sei qu'era [pausa] espigas, o número que s'apanhava era impar. [...] Era uma crença. Apanhava-se um raminho d'oliveira. Er'ás papoilas. E er'à espiga. [pausa] Mas era, essencialmente, p'a namoriscar.*

[...]

(39) *A minha mãe disse que tive [o bucho virado]. [...] Devia ser alguns sintomas [...] acho qu'era isso [vomitar]. [...] Não conseguia comer, [pausa] e com enjoos, [impercetível] “ah, nã' sei quantas, iss'é o bucho virado!”. E então, [...] arranjava-se uma pá com cinza, [pausa prolongada] uma pá com cinza, punha-se, descalçava-se, punha-se o pé em cima da cinza, morna [pausa prolongada] e 'pois vinha, alguém vinha fazer uma reza, c'uma vela acesa, tipo curandeira [pausa prolongada] e c'umas gotas d'azeite. [...] Era pá de madeira, as pás do forno! [...] Ah! E passava, o dedo, o dedo p'lo pé na cinza. [...] À volta dos pés e dos dedos, andava ali assim [...] e o azeite era metido no pé. [...] Chamava-s'isso tirar o cobranto. [...] Médicos não havia. Havia, mas custava dinheiro e dinheiro não havia. [...] No verão, quando tinhas muita dor de cabeça? Tirar o sol [da cabeça]. [...] Uma toalha turca e um copo d'água. [pausa prolongada] Punha-se [pausa] a toalha por cima dum copo, um copo não cheio d'água, aí com um dedo d'altura [...] e então, virava-se de repente e punha-se em cima da cabeça. [...] E enquanto ele fervesse, estive glu glu glu glu glu glu, enquanto ele fervesse, enquanto ele 'tivesse a ferver nã' se tirava. Passava, no outro dia não tinha dor de cabeça. Chamava-se isso tirar o sol. [...] Era na rua. Ao sol.*

[...]

(40) *A minha avó Rosa tinha essa, era uma pessoa que rezava muito, por tudo rezava [pausa], fazia-se a sementeira, rezava. Fazia-s'ó [pausa] a azeitona ia p'o lagar rezava-se p'a que desse bom azeite.*

[...]

(41) *As mulheres nem sequer tinham ordem d'entrar [no lagar]. Tivessem em que situação tivessem, [pausa] não entravam n'adega sequer. As adegas 'tavam interditas a mulheres. [...] Chegavam à porta, entregavam o cabazinho do almoço [...] e iam-se embora, nem tinham ordem sequer d'entrar. [...] Diz que dava à volta. Azedava [o vinho]. [...] O vinho dá a volta e estraga-se.*

[...]

(42) *Andei [na catequese]. [...] Hoje, [pausa prolongada] praticamente quase ninguém vai, naquela altura era 100%, quase. [...] Mesmo os mais pobres, sim, tod'a gente. Não,*

*iss' aí, a catequese, era igual p'a todos. Não havia discriminação nenhuma. [...] Fiz tudo. A comunhão solene, [pausa] o Pai Nosso, [pausa], o Crisma, isso tudo. [...] Antigamente, eu des' que me lembro, toda a gente ia à catequese. [...] Havia uma catequista p'a cada classe, eram classes grandes, mas tod'a gente ia à catequese.*

[...]

**(43)** *A festa fazia-se em outubro, qu'era n'altura da padroeira. Não se fazia como se faz hoje. [...] Qu'era um problema. Outubro, cinco de outubro, chuva com fartura. [...] [A padroeira] é a Nossa Senhora do Rosário. [...] Vinha mais gente ver o arraial do que vinha p'a festa em si. O que contava er' o arraial. [...] [O arraial é] A iluminação! [pausa prolongada] 'Pois cada pessoa, cada rua onde o arraial nã' chegava, tentava embelezar à sua maneira. Aqui ficou batizada a rua das flores porque [...] aqui tod'a gente tinha muitas flores e punha-se as flores [pausa] todas a enfeitar e fazia-se arcos com flores e [impercetível], fazia-se arcos de madeira [pausa] com murta à volta dessas [pausa] dessa madeira, e depois com dizeres, "bem-vinda nossa senhora" ou [pausa] "festas em honra de nossa senhora", qualquer coisa!*

[...]

**(44)** *A tosse convulsa era curada como? [pausa] Os adultos apanhavam caracóis grandes [pausa prolongada] tiravam-nos, vivos, d'entro da casca [pausa] e comiam-nos. [...] Davam-lhe duas palmadas, nos caracóis, [pausa prolongada] p'a ranhoca se desenvolver, e comiam-nos. As crianças, apanhavam os caracóis grandes, tiravam-lhes o [pausa] o peixe, crus, tiravam-nos, [...] com um pano, espalmavam-nos, tiravam a ranhoca qu' é aquela coisa dos caracóis [...] punham [o líquido] dentro dum "repeciente", dum copo, depois misturavam com açúcar e davam aquilo às crianças e aquilo curava a tosse convulsa.*

[...]

**(45)** *Com' o Natal era um dia de trabalho normal, com' é qu'era passado o Natal? O Natal era passado [pausa] a minha mãe fazia sempre [pausa] as broas! Feitas em que os tabuleiros eram feitos de folha de cana. [...] Os tabuleiros era folha de cana, em que a folha de cana er' arrancada e depois era cortada as pontas para, onde nã' cabia já uma [impercetível], ficava a parte mais larga. E 'pois [...] a folha de cana era besuntada com um bocadinho d'ovo, com um paninho [...] qu'era p'a broa não agarrar, não pegar. 'Pois aquilo ia p' o forno, com a pá, ia lá p'a dentro, 'pois tirava-se, [...] e aquelas ervas só eram utilizadas uma vez! [...] Mas era. As primeiras formas, p'ras broas, eram folhas de cana. [...] Mas deixava lá uma bota, usava-s'era botas que ninguém tinha sapatos, [...] era na chaminé. [A árvore] era mesmo um pinheiro verdadeiro. [...] Enfeitava-se com algodão, faz contas qu'era neve. [...] De 24 pa' 25, não havia consoada. [...] Havia missa do galo, mas nós não íamos por isso [impercetível] porque não havia tempo. [...] De manhã, mal o galo cantava, eu levantava-m'a correr p'a ir ver o qu' é que 'tava na dent' da bota! [...] Ah, o qu' é que lá 'tava dentro? Era um, [pausa] uma moeda, uma notazita. [impercetível] Eu com'era filho único, e a minha mãe como vendia leite [...] já me dava uma notazita de vinte escudos. [...] Eu nunca tive brinquedos.*

[...]

(46) *Os brinquedos era nós qu'os fazíamos. Com madeira, [pausa] com pinhas! Fazíamos bois de pinhas! Fazíamos um carro de bois em madeira e 'pois os bois eram uma pinha, dos pinheiros! Aquelas pinhas fechadas? 'Pois punha, unia-se ao outro c'uma quenga, ou um [pausa] bocado de madeira, [...] aquilo a gente puxava c'um cordão e faz conta qu'era os bois! [...] E havia quem fizesse de piteira.*

[...]

(47) *Lembrei-me das alcachofras. [pausa prolongada] As alcachofras, usava-se nos santos populares, [pausa] ir apanhar alcachofra. [pausa] Alcachofras silvestres. [...] Apanhava-se a alcachofra, metia-se a alcachofra, toda a gente punha a sua alcachofra na fogueira, [pausa] ela, não 'tava ainda florida, [...] e punha-se lá a alcachofra, um X tempo, não sei quanto e 'pois tirava-se, dava-se [pausa] três voltas à alcachofra, mandava-se ao ar por cima do telhado da nossa casa, e dizia-se: "alcachofra, se floriu floriu, senão floriu puta c'a pariu!" [...] Então era mau sinal quando a alcachofra não floria! Não tinha sorte no amor, a namorada já não queria nada comigo, "epá, a minha alcachofra não floriu! Epá, ela já não quer nada comigo!" [...] Aquilo era um ditote, mas as pessoas acreditavam naquilo!*

[...]

(48) *Toda a gente queria namorar cedo. Porqu'ê que as pessoas se casavam cedo? Porque queriam começar a namorar cedo! [...] Eu não tive muito jeito p'a pedir namoro às raparigas. [...]*

[...]

(49) *Iam lá p'a sala da ópera, mas só os ricos é qu'iam e os pobres, coitados! [pausa] Zero! Não sabiam, porqu'aquilo era à porta fechada, não sabiam o qu'era ópera. E então, havia cá um senhor qu'era o senhor Hermínio [...] e então ele tinha uma "grafenola" e o qu'ele ouvia era ópera. [...] Eu pequenito, cheguei a ir com a minha mãe de mão dada, "olha, o senhor Hermínio às [impercetível] às oito horas vai começar a ouvir ópera. Vamos a ver qu'ópera é qu'ele vai ouvir hoje". E então punha-se, juntava-se ali malta debaixo da janela dele [...] tud'a ouvir a ópera.*

[...]

(50) *Quem tinha poucas posses e quem tinha pouca vinha, caldeava a cal e o sulfato de cobre qu'era o [impercetível] tratamento qu'havia, não havia mais nada, [...] e então, quem nã' tinha pulverizador, [...] arranjava um vassoura de urze, [pausa prolongada] e depois levavam um baldinho na mão, molhavam, e psst psst, p'ra cima da cepa! [...] Com essa mistura da cal com o sulfato de cobre. E quand'era depois mais tarde na parra já não levava cal, era só sulfato de cobre.*

[...]

(51) *Com'ê qu'as pessoas cortavam o mato? Era c'uma enxada e c'umas alcaparras. O qu'ê qu'ê as alcaparras? Umas alcaparras eram [pausa], vestia-se as calças normais e depois punham umas sacas, sacas de sarapilheira à volta até c'acima p'a não se picar!*

[...]

(52) [Os jornais] *Chegavam. [...] Eles vinham lá p'ra baixo para, um café, um café? Uma mercearia, taberna. [...] Os jornais vinham p'ali mas só liamos o jornal ao fim de semana. Só ao domingo, só havia jornal ao domingo. [...] Era o jornal Diário de Notícias, só vinha ao domingo. Aí era distribuído, esse [pausa] tinha um distribuidor qu'era um rapaz, um rapazito. Que vinha do Gradil. [pausa prolongada] E que vinha distribuir o jornal de port'à porta. [...] Quem tinha dinheiro [comprava].*

[...]

(53) *O leite 'tava em bilhas, daquelas de [...] de zinco! [...] Por ferver a ainda. Era leite virgem. [...] O leite era saído da vaca e era vendido.*

[...]

(54) *O meu pai tinha sobreiros. [...] E porqu'ê qu'ele queria os sobreiros? O meu pai também gostava d'apanhar [pausa] uns enxames, d'abelhas, p'a ter mel. [pausa prolongada] Era ele qu'os apanhava e punha dentro dos cortiços. [...] Aquilo, o enxame aparece por exemplo, numa árvore [...] e 'tá ali um cacho de [pausa] de abelhas, [...] ele fazia o cortiço em, em [pausa] cortiça, hoje é madeiras, [impercetível] [...] e não era caixa, era redondo! Porqu'era mais fácil! Porque cortavas o tronco do sobreir'ô meio, [impercetível] era mais fácil do que 'tar a fazer uma casa. E 'pois era pôr uma tampa em cima, outra em baixo, um buraquinho no meio p'a elas entrar e saírem, pôr lá uns pauzinhos p'a elas fazerem o [pausa] mel! N'ê com 'ê hoje, com favos n'havia nada disso! [...] Ou muito cedo, ou muito tarde, porqu'elas durante o dia mordem, não é? E como n'havia máscaras, nem nada dessas coisas, [impercetível], eles às vezes punham uma meia, uma meia de vidro na cabeça [...] mas corria sempre mal. [...] Espetavam o próprio cortiço! Puxavam p'ra baixo, punham a tampo e levavam p'outro lado. [...] E então, o cortiço tem que 'tar isolado. [...] Com arame do fardo da palha, cosiam, faziam uma costura p'o cortiço s'unir. [...] E, p'a ser uma boa colmeia [pausa] tem que 'tar, nã' pode apanhar ar, ou seja, a cortiça [...] tem que 'tar vedada p'a não entrar formigas nem, nem entrar ar, p'aquilo não secar. [...] Essa vedação, qu'ê uma coisa muito porca [...] [era feita] com merda de vaca. [risos] Era barrada, toda, por dentro, [...] junto com palha, p'aquilo calcinar. [...] Antes de ser posto. [...] 'tava um dia ou dois a secar e as abelhas gostavam daquele cheiro. [...] Chamava-se o cortiço das abelhas. [...] [Misturava-se] com palha e erva cidreira. [...] O meu pai misturava a palha p'a não ficar tão ralo, [pausa] 'pois com tipo um pincel, arranjava um molho de erva cidreira, com a própria erva cidreira é que eles [impercetível] barravam aquilo tudo po' dentro.*

[...]

(55) *P'aguardente são vasos. [...] Fazia-se com uma corda, fazia-se o pé, chamado o pé. [...] Era uma vara, depois na ponta era achatada, fazia uma rosca por dentro, 'pois levava uma pedra, uma pedra enorme que pesava p'ái [pausa] duas, três toneladas, sei lá [...] e essa pedra levava um [impercetível] fazia um buraco [...] com uma dimensão p'ái de [pausa] trinta centímetros, se calhar. Punha-se lá uma vara, depois levava um veio p'a travar essa vara, e depois as pessoas andavam com ela de roda, ela subia, ao subir puxava a outra vara p'a baixo p'a fazer força no pé. [...] Apertava o pé e saía o*

*vinho, tinha um buraco [...] tinha uma bica e o vinho caía aqui. Tinha aqui um, uma selha [...] Uma selha faz de conta qu'era um barril partido oh meio, mais maior. [...] Servia para apanhar o vinho só. Que escorria desta [pausa] deste aperto. [...] E era chamado o lagar comunitário, c'as pessoas não tinham dinheiro p'a ter um lagar destes em casa. [...] E então, combinavam, apanhavam a uva, não podiam apanhar todos aos mesmo tempo porque senão [...] os curtimentos saiam todos na mesma altura. [...] O vinho tem que curtir. [...] Apanhas a uva. Vai tudo p'a dentro dum lagar, é pisado, esmagado e pisado, e depois fica lá a curtir! Chama-se curtir! [...] Depois de dois, três dias aquilo tem, havia quem fizesse só c'o dedo, não tinham aparelhos. [...] Era pelo provar, s'ele 'tava doce ainda, se já 'tava amargo, se tivesse doce nã' 'tava capaz de tirar, porque ainda não 'tava curtido.*

[...]

*(56) Cestos era uma coisa, geralmente o feijão ia em canastréos. Qu'era um cesto quadrado! Quando cesto normal era um cesto redondo [pausa, limpa a garganta] alto, fin' em baixo e acabava em grande em cima. O feijão verde, ou ia em maquinos qu'era, maquinos era uns cestos mais, um cesto não, era um canastréo mais pequeno. Conforme a quantidade que tinha. Pronto. E conforme o dono da [pausa] de quem levava p'a praça p'a Lisboa, p'o Mercado do Rego, ia em carroças. [...] Levava cheios, trazia vazios. [...] Era tudo em verga, não havia caixas de madeira. [...] E então ele é que dizia "olhe, é feijão verde? Quantos quilos é que tens mais'ó menos? Oh, são tantos! Oh, manda-me aí maquinos, ou manda aí canastréos", que nem em sacas mandavam!*

[...]

*(57) O cesto, o canastréo e o maquinio, conforme as quantidades, eram [pausa prolongada] eram, antes de serem cheios levavam feto. O feto é uma planta [...] p'a não magoar a fruta ia por baixo e por cima [impercetível] embrulhado em feto verde. [...] Porque as vergas de vime tinham as suas lascas e podiam picar a fruta e então aquilo era revestido com esses fetos. [...] E eu era pequenino e aquilo era uma festa.*



## ANEXO VIII

Transcrição de trechos da entrevista a João Adelino Ferreira dos Santos, com participação de António Lima e Maria de Jesus Ferreira, a 05 de janeiro de 2019

(1) *Então com ce'teza [que trabalhou com bois]! Até ir p'a tropa andei semp'a trabalhar com bois! Foi. O meu avô [pausa] usava [pausa] já usava [pausa prolongada] prontos, sempre teve bois de "tarvalho". E 'o 'pois os filhos seguiram-lhe o rasto! [...] Íamos trabalhar nas terras de outras pessoas também. Eu lembra-me da gente andar a ganhar, c'uma junta de bois, tod'o dia sol a sol [pausa prolongada] e ganhar cento e vinte escudos. [...] Deixa-me ver se me lembro dum versozinho [cantado aos bois] [...] A gente normalmente batizava os bois de Castanho ou Galante. Era quase sempre. Mas o meu pai teve dois bois turinos, inte'ros, qu'eu é c'os criei, de pequeninos. [...] A gente cantava assim:*

*Devagar, roda batida  
Boi lindo, coisa querida  
Vai devagar, devagar  
O patrão é rico, nã' quer corrida.*

[...]

(2) *Neste tempo, era semear trigo. O outono [pausa] era ali entre novembro e dezembro, é o outono. [impercetível] A lavrar, a lavrar, a lavrar [pausa] com os bois, claro, com os bois. 'Pois quando se chegava 'o [pausa] a ali 'o [pausa] a gente d'zia assim "P'la senhora da Conceição, trigo na mão", era quand'era os terrenos mais seque'ros, [...] semeavam mais cedo, ali a partir de dia 8, dia da senhora da Conceição. E 'pois [pausa] seguia-se p'o mês todo de dezembro, e algumas em jane'ro, até chegou-se a semear em abril! Trigos. Dependia das qualidades. [...] Então n'havia [muito trigo na região]. Ali nos cele'ros da Malve'ra acartei milhares de toneladas [pausa] de trigo! [...] O trigo rijoo era ali p'a [pausa] p'a Malve'ra e o mole, o trigo mole era [pausa] qualidades de trigo qu'agora já nem existem [...] chamava-se o [trigo] preto amarelo, era o [pausa] angelino branco [...] era p'a Mafra.*

[...]

(3) *[Depois do trigo] era a sementeira do milho, qu'era entre março e abril. Os milhos iss'era 'o mesmo je'to, lavrava-se, [pausa] os bois andavam [...] com a charrua. O arado era p'a derregar as terras. Derregar. Fazer as le'ras dos trigos. A le'ra, enle'rar, 'tá a ver? Qu'era p'a água correr e o trigo ficar ali p'a nã' morrer com [pausa] com 'xcesso d'água. Ficavam num altinho. [...] As le'ras era mais [impercetível] uma le'ra de metro. Mas escoava a água. [...] Escoava a água e o trigo [pausa] mantinha-se ali. [...] A charrua era p'a lavrar [impercetível], p'a lavrar d'uma banda. Quand'era p'o milho era exatamente a me'ma coisa, só que p'lo milho er'assim: [pausa prolongada] por exemplo, [impercetível] por um lado normalmente andava semp'o lavrador e um homem a dar [pausa] serventia porque o homem [pausa] punha p'a um lado o milho, [impercetível] dent'do rego da lavoe'ra, [pausa] punha ali passo a passo [...] , levava o milho no*

*semente'ro. [...] O homem andava p'um lado, andava com isto [...] naquele tempo punha-se era [...] sulfato d'amónio. [...] P'um lado punha o fio d'amón'o e 'pois p'lo outro lado ao contrairo punha o [pausa] punh'o milho. [pausa] Havia um boi c'andava sempre com isto [saco sementeiro] na ponta da canga. [...] Porque tinha c'andar com dois semente'ros, um com o milho [pausa] e outro, [pausa] chegava lá ao fundo do rego largav'o do milho pegava no [pausa] no do amón'o. Assim, semp'assim sucessivamente. O milho nunca ficava em contato c'o amón'o senão que'mava e nã' nascia nada.*

[...]

**(4)** *Semeavamos [o milho] e depois era sachado. Era sachado 'o homem, naquela altura! Punha-se os homens a sachar aquilo, [pausa] sachavam aquilo [...] com uma enxada normal. [...] Não podia ser [enxada] de pontas, [pausa] a enxada de pontas era p'a surribar. [...] E então, era sachado, e 'pois ele ia [pausa] ia amadurecendo, n'é? [...] [Sachar] era amontoar [a terra] junto do caule do milho, exatamente. [...] Sachava o milho e 'pois [impercetível] ele ia crescendo 'pois curava, n'é? E 'pois apanhava-se à force! [...] Levava-se p'a eira e era debulhado a mangual, er'uma ma' cheia d'homens ali a [pausa] a malhar, chamava-se a malhar. [...] Aquilo 'pois de 'tar debulhado ficava a palha. [...] Porque a palha [pausa] o milho era [impercetível] era tirado da palha. [pausa] A gente cortava o milho e punha à paveia po' 'li fora. E 'pois chegava uma certa altura, naquele tempo aproveitava-se tudo [pausa] p'os animais comerem. [pausa prolongada] A palha de milho era p'os animais comerem e o milho, e o carolo, o carolo do milho er'aproveitado p'acender o lume! [...] O milho 'pois ia p'a eira [...] e 'pois d'ele 'tar lá na eira [...] a gente tirava o carolo era com isto [pega num ancinho de madeira]. Isto tirava o carolo e o milho ficava. [...] Quem diz milho diz favas, grão ou outra coisa qualquer. Ainda hoje o uso p'a fava. [...] O esgravanço era p'aventar, qu'era p'a levantar a palha! Mas isso n'era p'o milho. P'o milho era com a pá. [...] O esgravanço era p'o grão, p'o feijão, p'o trigo, p'a essas coisas todas.*

[...]

**(5)** *O lembro-me do meu avô ter um trilho [pausa prolongada] qu'era puxado po' bois. [...] Com o trilho [pausa] debulhava-se na eira, também. 'Pois eles tinham uma enfardade'ra, [pausa] uma enfardade'ra que s'enfardava manual [...] qu'era p'a fazer fardos com a palha que sobrava da eira. [Fazia] Fardos de carapela [...] e era manual. [...] Aquilo era preciso quatro ou cinco homens no cabeçalho, aquilo ia p'a cima, vinha p'a baixo [pausa] tinha tabiques [...], tinha um alçapão p'a por lá as carapelas, [...] e chegava uma certa altura punha-s'o tabique [...] 'tava um home' à mesma de cada lado [...] e prensava-se.*

[...]

**(6)** *'Pois [do milho] os trabalhos era lavrar no verão, com quatro e seis bois a puxar p'la me'ma charrua, [...] era preciso dois homens a segurar e seis bois a puxar p'l'aquilo! [...] Lavrar com essas coisas era p'a semear [pausa prolongada] batatas, [pausa] milhos, o milho gostava de ser lavoeira de verão, 'inda hoje gosta!*

[...]

(7) *O que a gente comia? Isso era muito complicado. [impercetível] Era pão com azeitonas. [...] O mata-bicho normalmente era uma tijela de sopas de café. Era o pão [...] em café de cevada, pois! [...] ‘Pois comia-se às 10 horas um bocado de pão com chouriço ou [pausa] com torresmos, [pausa] que chamava-se o almoço. [...] E lembra-me de no princípio o me’ pai querer [pausa] querer, querer dar pão aos filhos e nã’ ter. [...] Chegava a ir buscar meio quilo de figos p’a servir d’almoço. [...] O jantar er’o mei’ dia. [pausa] E à noite er’a ceia. [...] Normalmente era [pausa] era batatas, batatas, batatas. [risos] A gente nã’ comia muito bacalhau qu’era muito caro! [...] Era batatas com cebolas, e com [pausa] “charros”, alinhados. Chicharro alinhado! [...] As mulheres iam levar o almoço onde a gente ‘tava. [...] Era batatas com pe’xe [...] ou com passarinhos. [...] Eram me’mo passarinhos! Pitinhas, arvelas! [...] Eu costumava andar com duas costelas, duas ratoe’razitas pequenas! Punha uma numa ponta e outr’a noutra. Chegava-se à noite tinha sempre setenta, oitenta, setenta, oitenta [pássaros]. ‘Pois à noite entregava à [...] patroa e ela [...] cortava metade p’a cada um [dos trabalhadores] e ‘pois no outro dia era a [...] era o conduto!*

[...]

(8) *Matar criação era só quando rei fazia anos. P’o Natal, Páscoa [impercetível] ou quando alguém fazia anos. [...] As pessoas não tinham hipóteses. Se criavam galinhas e piruns era p’a vender, p’a pagar o que ficavam a dever às lojas durante o inverno.*

[...]

(9) *Havia um [lagar de azeite] na Quinta da Figueira, puxado com bois. [...] Ainda andei a trabalhar lá com um boi qu’era de lá, chamava-se o Galhardo, nunca mai’ me esquece! [...] Aquilo era como se fosse uma prensa. Os bois andavam à roda daquilo [...] p’a fazer moer as galgas, as rodas. [impercetível] P’a ir esmagando a azeitona. Porqu’o que dá o azeite [pausa] não é a carne d’azeitona! É o caroço! [...] As se’ras eram postas e ‘pois a prensa vai apertando, vai apertando, vai apertando [...] tirando a água russa p’a um lado e o azeite p’o outro. [...] A carne que a gente vê, que a gente come [pausa] só dá água russa. [...] Porque eu, intigamente, [pausa] padeci muito com isso. Andar a apanhar caroços d’azeitona, qu’aquilo já nã’ tinha carne nem tinha nada e os meus avós aproveitavam, os me’s pais aproveitavam aquilo tudo! [...] E ‘pois eles lá d’ziam que [pausa] que o caroço é qu’importava! E eu “então ist’é seco com’é qu’isto vai dar azeite?” [risos] Mas é que dava mesmo! [...] E camadas de gelo que ‘tava às vezes [...] a gente queria apanhar os caroços e largava-os no chão duas e três vezes.*

[...]

(10) *Naquele tempo [pausa] havia aqui no Casal Pinhe’ro [...] havia ali bailes todos os oito dias! Começava assim à tardinha [...] e era todos os oito dias! [...] Às vezes eles punham no p’ograma um acordeonista bom e ‘pois aparecia um rasca. [risos] Mas o qu’interessava era haver bailarico! E a gente andava lá [pausa] a dançar! [...] Uma vez eu lembro-me disto, [impercetível] eu andava a dançar e [pausa] em vez de vir o João Bexiga filho [bom acordeonista] veio o pai [mau acordeonista]. E o pai ‘tava a tocar e tal e há uma rapariga que ‘tava sentada ao lado [...] e disse “Ah! O João Bexiga, o João Bexiga! S’ainda fosse o filho, agora o pai! O pai presta p’alguma coisa?!”. O velho*

*ouviu, ‘tava lá tocar [pausa] parou e disse assim. Levantou-se e disse assim “Oh menina! Olha que nunca se diz mal d’uma árvore que dá bom fruto!”*

[...]

**(11)** *A gente dançava tudo, naquele tempo era tudo! Começava-se p’uma marcha, uma valsa [...] e havia uns que davam um jeitito e outros que nã’ davam nada, n’é? [...] E aquilo [...] já se sabe, quando aparecem raparigas aparecem rapazes. [...] E aquilo era um casão cheio! [...] Fazia-se ali cada baile grande! [...] Ele [o dono da casa de bailes] explorava no “bufete” [pausa] e ‘pois fazia, e ‘pois fazia outra coisa: à entrada. Tinha que pagar, tinha que pagar! Três e quinhentos! [impercetível] Naquele tempo, [...] no Carnaval davam um prémio à menina que se apresentasse mai’ bem mascarada, [...] e ‘pois quand’era a dançar ele fazia [...], ele arranjava um cravinho [pausa] arranjava um versozinho colado no pé do cravinho [pausa] e ‘pois ele ia lá acima ao pé do ‘cordionista quando ‘tava tud’a dançar, o ‘cordionista parava [pausa] e ele ia a leiloar aquilo. [pausa] Era dedicado à menina fulana tal. E era um verso dedica à menina. [...] S’ela andava a dançar com outro rapaz e o outro oferecia pouco dinhe’ro, eu oferecia mais e ia dançar com ela, ele tinha qu’a largar!*

[...]

**(12)** *‘Pois havia [nos bailes] o “bufete”. C’aquilo lá [impercetível] era o dobro [do preço] do que era na taberna! [...] Era vinho, ginginha. [...] E havia uma moda qu’era [...] uma dança de levar as damas ao “bufete”. [...] O ‘cordinista parava, punha-s’em pé e d’zia “Os cavalheiros conduzem as damas ao bufete!”. [...] Elas buiam o que quisessem, n’é? [...] Mas todos tinham qu’ir e faziam logo muito gasto, n’é? [...] Mas ainda não havia eletricidade, era c’um candeeiro petromax. Tinha um ou dois. [...] Tinham um ao pé do bufete e tinham outro lá mais atrás. [...] E antes dos acordeões, também se fazia só com gaitinha!*

[...]

**(13)** *Eu ia p’as Barras todos os domingos. [...] Aparecia ali um fartão de raparigas, uma qu’eram dali e outras que vinham de fora. [...] E havia ali uma Lídia qu’era divorciada e gostava muito de paródia. [...] E então e um de bicicleta [...] à Malve’ra chamar o Má Tripa. [...] E então lá vinha o homem numa bicicleta a pedal com ‘cordeão atrás, chegava ali [pausa] punha, fazia-se ali um baile ali das quatro horas até escurecer, qu’aquilo nã’ tinha luz n’é? A gente fazia uma pedida, tirava aí oitenta escudos [...] era o qu’a gente arranjasse era o que lhe dava [ao acordeonista]. [...] E pronto, fazia-se ali uma paródia. Mesmo mal, o home’ d’vertia bem!*

[...]

**(14)** *Havia aqui, na Tourinha, um posto do leite. Quand’eu era pequenina, [...] era o senhor Gregório de Vila Franca [do Rosário] que vinha aqui buscar o leite com o burro. [pausa] Com uma talha de cada lado. Antes d’haverem os postos do leite. A minha mãe [pausa] tinha qu’ir mugir a vaca [pausa] alevantava-se era quantro horas manhã. [...] Eu, comecei a mugir vacas com nove anos. [...] Mas era à mão! Tanto pontapé qu’elas [as vacas] davam no balde e lá ia o leite! [risos]*

[...]

(15) *Nas hortas era semear as ervilhas, aceifar, [impercetível] aceifar com a foice ali tod'o dia, 'pois tinha as vacas [impercetível], era tudo, o me' pai tinha de tudo um pouco. [...] Era de sol a sol e de chuva a bater no corpo! [...] Por exemplo, a gente quand'era a trazer o leite era c'uma bilha [...] era aqui uma e outra aqui [aponta para cada um dos ombros], a gente quand'era d'inverno nã' havia p'a defender era de chapada no corpo, era um banho logo de manhã.*

[...]

(16) *As pulhas, deitar as pulhas era em verso. Uns a dire'to outros a torto, quand'era p'a noite já nada era a dire'to já era tudo torto [...]. Era a desafiar. [...] Faziam isto de noite [...] sempre p'lo entrudo. [...] O me' pai mais o meu padrinho é que vinham p'a rua.*

[...]

(17) *A minha mãe ensinava, quando a gente acendia os candeeiros, a petróleo, ensinava a d'zer assim, [impercetível] antes d'a gente acender o candeeiro:*

*Boa noite nos dê Deus,  
Salvação p'as almas,  
E graça p'a servir a Deus.*

[...]

(18) *Fazia pão, também. [...] Fazia-se uma reza antes de coser o pão. Há várias, mas eu sei assim:*

*Deus t'acrescente,  
P'a mim e p'a toda a gente.  
Deus te dê a abertude,  
Qu'eu fiz o que pude.*

*Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amén.*

*Quando cozo ainda hoje faço isto. [...] 'Pois o pão era guardado na arca de made'ra. [...] E pene'rar? Andar ali a pene'rar [...] pene'rar o trigo. 'Pois ficava só o branquinho, [...] ficava o farelo e o rolão [casca do milho]. [...] Íamos moer o trigo aos moinhos, [...] 'pois trazíamos a farinha [...] com casca. 'Pois em casa é que se pene'rava.*

[...]

(19) *E aceifar? C'uma foice [...] havia quem usasse umas canas nos dedos p'a proteger, mas as canas era muito mau [pausa] p'a gente aceifar. Eu levava trapos e andava lá. [impercetível]*

[...]

(20) *Ajudar uma vaca a parir! [...] O meu pai d'zia assim “agora nã’ se puxa as mãos que a cabeça ainda nã’ saiu!”. Tinha que sair tudo [impercetível].*

[...]

(21) *Ia muito ao Livramento, à [festa] do Senhor do Passos. [...] O meu pai tinha um cavalo, íamos todos no cavalo. [pausa] Ia à Serra do Socorro no dia cinco de agosto. E pouco mais. [...] A Santa Cristina [...] no verão quando havia lá missas ia lá, ia à missa à Enxara e ‘pois ia lá, qu’era p’a nã’ trabalhar muito! [risos] [...] O meu pai chegou a lá ir [à bênção dos animais em Santa Cristina]. [...] Então davam a bênção aos animais [pausa] pelo Sã’ João, mas nã’ era po’ ser o Sã’ João, era po’ Santa Cristina! [...] As pessoas iam c’os bois enfeitados [...] a Santa Cristina qu’ é a protetora dos animais. [...] Andavam de volta da capela, ‘pois ‘tava o padre à frente e benzia-nos. [...] Era o me’ pai c’os cavalos, era outros com burros, era outros com cães, era outros com [pausa] tudo!*

[...]

(22) *No Natal tínhamos qu’ir à Missa do Galo! Debaixo de chuva [...] íamos à Enxara ou [...] a Vila Franca [do Rosário]. [...] E íamos a pé, de botas! [...] E um lampião na mão qu’era p’a se ver o caminho!*

[...]

(23) *E p’a tosse convulsa sabe o que era, menina? Aquelas pite’ras que ‘tão ali [pausa] abria-se e punha-se o açúcar louro e escorria, no outro dia bebíamos. [...] A minha avó [impercetível] tud’era ervas, n’havia mai’ nada! Nós tínhamos [pausa] sarampo. [pausa] O sarampo era chá de borragem. [...] É uma erva. Ela fazia o chá quando nós começávamos com febre, já nã’ tínhamos orde’ nem d’ir p’a escola nem d’ir p’a rua. Fazia o chá p’o sarampo sair. [...] E um pano encarnado p’a sair mais depressa. [...] Era doze dias que a gente tinha que ficar em casa. [...] Aquele chá era tão mau!*

[...]

(24) *Batizei os meus filhos. [...] Vinha cá [a família] matava-se um coelho, uma galinha, fazia-se um bocadinho d’arroz doce e parrame’ros. [...] Fazia-se as broas quand’era pelos Santos. [...] Ia-se ao Pão Por Deus! Eu ia! [...] Era um dia de d’vertimento! Batiamos às portas e dizíamos “Pão por Deus!”. [...] Davam um perinho, [impercetível] uns coscorõezinhos, [impercetível] era parrame’ros p’a todos!*

[...]

(25) *Os p’jamas, o qu’era os p’jamas, era umas camisinhas, isso era tudo a minha avó que fazia. A minha avó d’zia “dos meus pontos se rirão, mas o me’ dinhe’ro nã’ ganharam!”.*

[...]

(26) *A mãe da minha avó deixou-a na Santa Casa da Misericórdia em Lisboa. [...] Andava lá em Lisboa e apareceu grávida. E p’a minha avó eu d’zia “oh avó então [pausa]*

*os te's pais?" e ela d'zia-me assim "olha, a 'nha mãe chamava-se Mari' Rita e o meu avô era J'aquim Martins." E eu d'zia "mas oh avó então e o te' pai?" e ela d'zia-me assim "oh filha, eu nã' sei mas sou [...] filha das tristes ervas [pausa prolongada]. Nã' tenho pai nem mãe nem nesta terra parente, sou filha das tristes ervas e neta das águas correntes."*

## ANEXO IX

Transcrição de trechos da entrevista a Guilhermina Bráz Heleno, a 12 de janeiro de 2019

(1) *Aqui fazia* [pausa, começa a contar pelos dedos à medida que enumera as várias tarefas] *“comeri”, esfregava a casa qu’era tudo a “esfregari”, acartava água p’ó consumo. [...] Eu tinha c’acartar água com uma “basilha” de vinte litros p’ra dar [impercetível] p’rábastecer a casa toda! Toda! Desd’o lavar, ao “buer”, ao comer, oh... tudo! Uma vez? Ai quantas! Quantas, vezes!* [pausa, para se lembrar das outras tarefas] *Fazia comida, lavava o chão, passava a ferro. [...] Passava a ferro c’o ferro de brasas! De brasas! P’a lavar era sabão azul e branco, e o [pausa], as roupas de lã eram três pingos de “sonazol”, qu’é o c’a gente agora lava a loiça! Era c’aquilo, três pingos qu’eu nã tinha “orde” de pôr mais, era três pingos, no alguidar d’água p’ra lavar a roupa. [...] Na loiça era só água quente [impercetível] lavava e passava. Os tachos p’árear era com cinza! E arear os amarelos do fogão, essas coisas todas [pausa] não, os amarelos do fogão era com “cerina”<sup>170</sup> ou lá o que era aquilo.* [pausa, a entrevista foi interrompida por uma visita do bisneto de Guilhermina]

[...]

(2) *Oh! Eu tinha uma vida do piorio! Só não tinha má vida... [pausa, enquanto passava as mãos pelo peito] de corpo! Mas de “tarbalho” e responsab’lidade era, era horrível! E depois era assim, eu ‘tava quinze dias numa patroa já a ‘nha mãe lá ‘tava “árreceber” a, o ordenado!*

[...]

(3) *P’aqui vim ganhar cento e trinta e cinco escudos. Nunca mais me esquece. Porqu’eu cheguei fui comprar uns sapatos oh Manel da Folha [impercetível], a minha patroa ainda m’abonou o dinheiro dos sapatos porqu’era o dinheiro do mês, n’é?*

[...]

(4) *Os guardanapos qu’eu passava à ferro [pausa] eram feitos de sacas d’ enxofre! Fazia a ‘nha patroa. E aquilo era um pano muito grosso, que custava muito a passar! [impercetível] Ela d’zia-me assim “oh Guilhermina, tu nã’ me deixes rugas nos guardanapos!” [...] Eu chorei bab’e ranho c’a vida de “serviri”.*

[...]

(5) *Eu andava p’a trás e par’ diante e vi lá um homem sentado na cadeira e o homem nã’ tirava os olh’s de mim. [pausa prolongada] À tarde, [...] eu vou ao Manel da Folha comprar os ditos sapatos [...] e aquele homem vai atrás de mim. “Oh menina, oh menina. Com’é que se chama?”, “Porqu’é que você quer saber?!” “Ah, é porqu’eu ‘tou na tropa e eu gostava de saber o seu nome p’qu’eu gostava de lhe escrever”, “Nã’ ‘tou inte’ssada em escrever p’a ninguém”, “Ah, você nã’ diz o nome mas s’eu quiser escrevo-lh’à*

---

<sup>170</sup> Glicerina.



*mesma!”*, filho da mãe que foi verdade. [risos] [...] *Eu ia buscar água ao Coxo p’a beber, e um dia [...] toda a gente ia lá lavar, porque não havia água canalizada nesse tempo, e vem uma senhora atrás de mim, “oh menina, oh menina, oh menina! Espere aí, espere aí! Olhe, tome lá”, “Qu’ê isso?!”*, “Uma carta c’o meu filho lhe mandou”, e dig’eu assim “então mas eu não dei o nome ao seu filho, com’ê c’o seu filho sabe o meu nome?”, “Ah mas ele avisou-me que se aparecesse cá uma carta c’um fio d’ouro era p’a entregar à criada do Prontinho!” [risos] [...] *Vieram três cartas! Mas ao fim de três cartas, eu nã’ sabia ler, ao fim de três cartas [...] mandei ler à ‘nha patroa. [...] A ‘nha patroa andava-me sempre a guardar, eu nunca ia p’a lado nenhum sozinha. [...] Fosse festas, fosse o que fosse. Nã’ tinha orde’. Houve uma vez que fui à festa do lugar de baixo, fui dançar, uma, duas modas com um rapaz e ela mandou-me logo embora. [...] Eu ficava toda danada, n’ê? Mas pronto, aguenta qu’ê serviço!* [risos]

[...]

**(6)** *Ele pediu-me namoro e precisava de casar, porque a mãe dele ‘tava muito doente. [...] E eu disse “olha, não, porqu’eu ainda sou muito nova, não tenho vida p’a me casar, nem penso numa coisa dessas tão depressa”, “ah, mas também, não é assim tão nova”, e tal, e eu disse “nã’, então eu ‘inda nem tenho “enxeval, nem penso nessas coisas”, “também não é preciso muito “enxeval”, porque a minha casa também tem algumas coisas!”*. [risos] [...] *Digo eu assim “não não, não ‘tou p’r’ai virada!”*. Ah, isto passou-se. *Ele foi p’ra casa, acho que contou aos pais n’ê*, [pausa] *qu’eu que lhe tinha dado um nãô. [...] Um dia, aparece lá [no trabalho de Guilhermina] o pai dele [do seu marido], p’a falar c’a menina Maria, [pausa] queria tirar informações minhas, só qu’eu nã’ ‘tava lá n’altura, só depois é que o lá apanhei! Foi tirar informações minha porque ‘tava com medo que o filho ‘tivesse a pedir namoro a uma pessoa que nã’ servisse* [risos] [...] *no fim oh cabo era servir o filho e a mãe e o pai [impercetível] era p’a tudo! [...] Ele tinha mais dez anos que eu! [...] Ele veio-s’embora mas o meu marido nã’ perdeu o trilho! De vez em quando lá ‘tav’apertar c’a minha patroa! [...] Eu um dia ‘pois acabei por ter pena dele! [...] Levou assim um temp’zito e tal, mas ‘pois [pausa] disse que sim.*

[...]

**(7)** *O meu primeiro ‘nhêro das gorjetas foi p’r’um adereço. Foi o adereço do meu casamento. [...] Um adereço é um conjunto de cama! De lençóis e almofadas. Naquele tempo era travesseiro e almofadas. Fronha de travesseiro e fronha d’almofadas.*

[...]

**(8)** *O meu fato de casamento era de fazenda com [pausa] botões forrados nas costas. Era um vestido. Com macho, um de cada lado e um cinto aqui [na cintura]. [...] Era cor de [pausa] borra de vinho! Um rosa [pausa] escuro. [...] Antigamente nã’ havia padrinhos e madrinhas. Er’as testemunhas.*

[...]

**(9)** *Eu fiz comunhão solene. A comunhão solene ach’ qu’era a primeira comunhão. [...] Então não andei na catequese?! É uma história que nem queiras saber! [...] A minha mãe nunca foi à igreja. [...] P’a batizer os filhos [pausa] era quand’ela ia à igreja. A*

*partir daí, nada. [...] Naquele tempo nem era catequese, era a doutrina. [pausa] E eu via as outras ir e eu nã' podia ir, via-as a ir à missa e eu também queria ir. [pausa] Mas a minha mãe gostava muito de dormir a sesta. Deitar a cabeça no meu colo e dormir assim. E eu, assim qu'ela adormecia ia-me espinpando, espinpando, espinpando [pausa] 'tivesse descalça, 'tivesse suja, 'tivesse como tivesse! Mas tu não acreditas a distância que era. Era como daqui à Freixofeira! E eu ia à igreja, à catequese. [...] Eu como nã' sabia ler tinha mais d'ficultades. As que sabiam ler, pegavam nos catecismos e aprendiam, mas eu era sempre só à base [pausa], o que vale é que sempre tive boa cabeça, agora é que já nã' presta. E então [pausa] a gente 'pois quando fosse, o padre avisava quand'era a comunhão e depois nas vésperas era a exemina, chamava-se a exemina, qu'era a confissão faz de conta. [pausa] O padre antes ia perguntar p'a ver o que nós sabíamos, se já 'tavamos preparadas p'a ir [impercetível] tipo um exame. [...] Eu disse à minha mãe. [...] "Ai nem penses nisso! Não te dou roupa, não te dou calçado! Não vou contigo!" [pausa prolongada] Olha, tu não acreditas, eu 'tive um desgosto tão grande naquela semana [pausa, emociona-se] caiu-me o cabelo todo! Todo!*

[...]

**(10)** *Qu'è qu'eu fazia [no campo]? Tudo! Desde [pausa] abri' buracos p'a semear milho, p'a semear trigo, tapar o trigo, tudo! [...] Fazíamos tudo a braços, não tínhamos animais nem burros, nem nada, nada, nada. Era o meu marido e o meu sogro, noite e dia praticamente. E era eu, todos os pedaços que podia. [...] Foi um bocadinho duro. [...] O meu sogro tinha isto muito bem escalado, era assim: "aquela" [...] era p'mar d'árveres. Árveres pereiras. Esta parte daqui, era vinha. Aqui a Lomba Gorda era terreno de semear o milho, o trigo, favas, ervilhas, tudo! Aquela ali era semear favas, tínhamos grandes terras de favas que 'pois ia p'a praça. [...] Debulhávamos o trigo. [...] Antes de mim, o meu sogro, [pausa] ainda 'tá ali um bocado a eira, punha ali o trigo e burros é qu'andavam ali em cima. [...] Era só os pés dos burros. Eram dois burros, um qu'era dele e outro pedia emprestado.*

[...]

**(11)** *O qu'è qu'eu costumava cozinhar? Olha, nã' se cozinha com 'agora, n'è verdade? [...] Tudo quanto se cozinhava, tud'era bom. [...] O meu sogro e o meu marido, 'inda antes d'ele namorar comigo, comiam pão com laranjas p'o almoço. E pão com azeitonas era o comer deles, traziam aquilo p'ra tod'o dia.*

[...]

**(12)** *Ele [o sogro] comprou aquela uma fazenda, arrancou a pedra [encontrada no terreno] e vendeu a pedra e pagou a fazenda com o dinheiro da pedra c'arrancou. [...] O chão tinha tanta pedra, qu'ele não podia amanho porque tinha muita pedra. [...] Ele, e o filho a'judar, arrancou as pedras e vendeu a pedra e pagou o chão com o dinheiro da pedra que venderam! [...] Acartavam a pedra com cestos às costas. [...] Contavam qu'ele num verão rompeu oito camisas! O suor era tanto qu'ele rompeu oito camisas!! À enxada e carro de mão, só.*

[...]

(13) *Eu quando podia ia fazer mei'dias a'ceifar. [...] Íamos p'a ceifa qu'eu era danada p'a ceifar. [...] Mas eu cantava era quando apanhava ervilhas! A ceifar não. Por causa do calor e a ceifa, qu'aquilo custava muito!*

[...]

(14) *Olha qu'eu tive 16 anos casada sem nunca entrar num talho. A carne c'a gente comia era p'lo Natal a matar uma galinha. Nós tínhamos criação, mas não matávamos, vendíamos qu'era p'a fazer algum dinheiro! [...] Era só Natal e Páscoa. [...] Intigamente matava-se galinhas quando se tinha os filhos. Quando eu tive o meu Abílio que Deus tem, que foi o primeiro, a minha sogra matou três galinhas.*

[...]

(15) *Nasceram os três [filhos] em casa. [...] Tive ajuda d'uma senhora [...] que costumava fazer isso. Ah, não era parteira, mas fazia bem. [...] Dos meus dois filhos correu sempre tudo bem, mas da minha filha não. Mas da minha filha correu mal porqu'eu é que tive a culpa. Porque, eu agora contar isto à vista de pessoas novas não acreditam, n'é. [pausa] Intigamente eu ouvia d'zer [pausa] que quando a gente andava grávidas nã'pode saltar cordas. Nem arames. Passar por cima dessas coisas. [pausa] Eu ouvia d'zer isto, mas não é mintira nenhuma, qu'eu tirei a experiência po' mim própria. [pausa prolongada] Tudo quanto se fizesse po' querer, não era bom. Sem querer, não havia problema. [pausa prolongada] Eu [pausa] ia p'o Carrascal, ia-me aviar, [...] e a Ti' Giménia [...] prendia as galinhas ali naquele caminho. [...] E eu [pausa] a galinha tinh'o cordão comprido e eu, p'a nã' dar barraca, [...] passo por cima do cordão da galinha. [...] Isto passou-se. Foram duas vezes [pausa prolongada] qu'eu fiz este tarbalho. [...] [No parto da filha] a maneira dos puxos e das dores eram as mesmas [que nos partos dos outros filhos]. Só qu'eu 'tava a perceber c'a criança fazia isto [pausa, move os braços para trás e para a frente] saía e entrava. Dali nã' passava. [...] Ouvei a parte'ra d'zer assim: "o que há, vai-se embora." [pausa prolongada] A criança nasceu. Negra! Os olhos, nã' se conhecia qu'era olhos, era uma pasta de sangue. Ela arranja a criança, vai a caminho do doutor Egas [...] e foi a pé, a correr! [...] Quand'ela nasceu e já nem 'tava a fazer conta de nada. De nada.*

[...]

(16) *O meu Quim com oito meses pesava doze quilos. Esta Guilhermina com 48 quilos [pausa prolongada] a dar mama, [pausa prolongada] c'ele 'o colo, bati p'a Torres [Vedras] e de Torres [Vedras] p'a casa. [pausa] Com doze quilos nos braços. [...] Íamos a Torres porqu'era o nosso [pausa], er'as feiras. A gente comprava animais, a gente vendi'animais. Também havia na Malveira, mas havia os mercados qu'ele [o sogro] gostava mais. Em Torres, havia uma vez por mês.*

[...]

(17) *Cozia pão, cozia. Nos princípios de casada fazia [pausa] metade trigo, metade milho. Eu cozia vinte quilos de farinha por semana! [...] Primeiro, levava o grão p'o moinho. Ou milho ou trigo. Que produzia aqui, na minha eira. [pausa] A gente [pausa] recolhia o qu'intindia qu'era preciso p'a tod'o ano, o resto vendíamos. Tínhamos uma burra [pausa]*

*púnhamos o saquinho em cima da burra com aqueles tantos quilos de grão, fosse milho fosse trigo, íamos à Serra d'Ab'reira, chegávamos lá e trocávamos. [pausa] Eles davam farinha e a gente dava-lh'o [pausa] o trigo. Ou o milho ou o que fosse. 'Pois vínhamos p'ra casa, eu tinha um [pausa] um alguidar grande, [...] um alguidar d'amassar, [...] de barro. Barro com vidro por dentro! [...] 'Pois vinha a farinha, amassava a farinha, claro! [...] E quand'acabava d'amassar só fazia uma cruz [na massa, e dizia] "Deus t'acrescente!". Era só o qu'eu d'zia. [...] Qu'era p'a crescer muito p'a eu ter bastante [impercetível] [risos]. Ficava a levedar, quando 'tivesse lêvado, [...] tínhamos uma tendeira [pausa] qu'era assim um prato fundo, a gente punha-lhe um bocado de massa [pausa] e fazíamos as bolas assim. [...] Prontos, tendíamos e [impercetível] púnhamos na pá [...] e 'pois guardávamos esse pão [...] no alguidar ond'amassavamos n'ê? Lavávamos o alguidar, enxugávamo', púnhamos o pão lá dentro e tapávamos c'um pano e pronto [pausa] íamos comendo. [...] [O pão] durava aquase oit' dias! [...] E às vezes nã' durava tanto porqu'a gente dividia. Havia muita falta de [pausa] de pão.*

[...]

**(18)** *Oh, o qu'é qu'e fazia? Era assim. [pausa] De manhã era café, café e pão. E manteiga. Manteiga nunca faltou. [...] 'O almoço, batatas com bacalhau. [...] A bucha era sempre um 'cadito de pão, c'umas azeitonas, qualquer coisa assim 'o meio da manhã. [...] 'Pois vinha 'o mei' dia trazer o jantar, 'o à uma hora. [...] Batatas com bacalhau. À noite er'uma sopa. Cozia feijão, 'pois punha-lhe [pausa] hortaliça, [pausa] no principio o meu sogro p'a nã' gastar d'zia que nã' gostava nem de massa nem d'arroz! [risos] Mas era p'a nã' gastar! [...] Fazia isso sempre no lume de lenha, claro. Eu só tinha um fogareiro a petróleo [...] daqueles redondinhos, com três pés. [...] Mas era tud' no lume.*

[...]

**(19)** *Nã' tínhamos casa de banho. [...] Tínhamos o canto das galinhas, [...] e 'pois a gente fazia as necessidades no bacio e 'pois deitávamos lá, fazíamos umas estriqueira no canto, e era assim. E era assim toda a gente.*

[...]

**(20)** *Eu cantava [quando ia à apanha da ervilha] muita coisa sem [pausa prolongada]. Olha, eu cantava aquela "fui à caça, fui à caça", conheces essa?*

*Fui à caça, fui à caça,  
Fui à caça d'uma mulheri,  
Encontrei uma jeitosinha,  
Mas el'a mim já nã' me queri.*

*A minha mulheri,  
É o meu amor,  
Ai o primeiro filho,  
Há-de ser caçador!*

*Ai tantas! [risos] Então, houve uma vez qu'eu 'tava a trabalhar e o filho do patrão foi-lhe d'zer qu'eu tinha cantado 150 cantigas! [risos] Nã' m'interessava conversar a vida dos outros. Então p'a nã' dar ouvidos nem respostas [pausa] cantava! Sozinha! [risos]*

[...]

*(21) Quando trovejava [...] eu lembro-me, não sei s'ouvia a minha mãe se ouvia alguém, mas ainda hoje tenho o hábito de d'zer isto: [...]*

*Santa Bárbara bendita,  
No céu 'tá escrito,  
Vinde senhor,  
Espalhando a trovada,  
Que no céu and'armada.*

*E depois rezava-se o Pai Nosso. Mas ainda hoje tenho muit'esse costume. [pausa] Eu tenho muito respe'to a trovões e relâmpagos! [risos]*

[...]

*(22) Já às festas 'o Livramento, à Freixofo'e'ra. [...] [As festas do Livramento] eram a da Bandalhoe'ra [pausa] e er'a do lugar debaixo. Já à 'sseise'ra 'o Sã' Marcos. Ia ao Sant'António à 'bob'reira [pausa], era isto, sim. [...] Havia procissão e 'pois à noite havia o bailharito. [...] Er'acordeõs ou orquestras [...] Na festa do Monte Gordo aprendi uma cantiga que cantava lá e eu 'pois aqui: [...]*

*Já todos conhecem,  
Mas cantar eu vou,  
Contar uma história  
Qu'alguém já contou.*

*Ia mais p'aí fora, mas o resto já nã' me lembra. [...] Dançavam-se valsas, era o corridinho. [...] dançava-se a choutice, usava-se muito. Nem toda a gente a sabia dançar!*

[...]

*(23) Sabes o qu'é o conto da calça preta? Opá, um conto já tão antigo, quand'eu nasci já esse conto era velho! O conto da calça preta é assim, queres qu'eu te conte um conto e tu respondes "quero!". Não digas que queres qu'é o conto da calça preta, queres que conte conto se nã' queres nã' conto. Queres qu'eu te conte um conto? Quero! Nã' digas que queres, qu'é o conto da calça preta! queres que conte conto se nã' queres nã' conto. Queres qu'eu te conte um conto? [risos] Olha eu pregava cada injeção [...] assim a rapazitos! [...] A adivinha [...], "Oh aquele, tu nã' sabes quiseram condenar o noss'aquele d'ir à aqueles da nossa aquela. Mas s'eu me dá naquela agarro-me àquela, corto aquela, p'a nã' condenarem o noss'aquele por ir àquelas da noss'àquela." Agora, quem ouve isto [pausa] pensa qu'é alguma coisa de mal, n'é? [...] E agora ad'vinhar o que é! [...] Eram três irmãos. E dois nã' se davam com um. [pausa] Esse que nã' se dava c'os dois irmãos foi à fiqu'e'ra comer figos dos irmãos. Passou a guarda e [pausa] quis*

*multá-lo. [pausa] O rapaz ficou muito [pausa] à rasca, e [pausa] o outro irmão foi contar 'o outro. "Oh irmão, tu não sabes? Então quiseram condenar o nosso irmão por ir 'os figos da nossa figue'ra, mas s'eu me dá na garra, agarro na machada, cort'a figue'ra p'a não condenarem o nosso irmão d'ir 'os figos da nossa figue'ra. [risos] E há outra também [...] Eram dois pés. Tirou um pé aos quatro pés, e pôs em cima de três pés. Veio os quatro pés tirou um pé de cima dos três pés. Veio os dois pés, agarrou os três pés, amandou aos quatro pés p'a largar o pé que tinha agarrado em cima de três pés. [risos] [...] Era, um homem desmanchou um porco. [pausa] E o porco tem quatro pés. O homem tirou-lh'um pé, e pôs em cima d'um banco qu'era de três pés. [...] Veio quatro pés qu'era um cão, tirou o pé [porco] que 'tava em cima dos três pés [do banco]. Os dois pés qu'era o homem agarraram os três pés [o banco] aos quatro pés [o cão] p'a largar o pé que tinha agarrado de cima dos três pés. [risos]*

[...]

*(24) Sim, era hábito, quando se cumprimentava. Era, por'exemplo, a minha mãe [pausa] tratava 'o pai por senhor pai. [pausa] A mãe por senhora mãe. [pausa] As sogras, a mesma coisa. [pausa] Eu não, eu [pausa] era 'o pai e a mãe, tratava-os só po' pai e po' mãe. [...] Os mais antigos, os meus avós, com'é que era? [pausa prolongada] "Dê-me a sua benção, faça favor." Assim é que era. [pausa] E os padrinhos também, os padrinhos também!*

[...]

*(25) Os sarampos era muito fácil. [...] Aparecia, era três dias a [pausa] a entrar, três dias a estar, três dias a sair. [pausa] O primeiro dia, aparecia por exempl'uma pintinha. Começava aquele [pausa] meia febre, meia [impercetível]. E então a gente íamos p'a cama, púnhamos um pano encarnado [...] p'o sarampo sair, quanto mai' depressa melhor! [...] Púnhamos [os panos] nas janelas, até nos vidros dos candeeiros a gente punha! Queríamos era coisas encarnadas! [risos]*

[...]

*(26) Os meus filhos tiveram bucho virado e de que mane'ra! [...] Era vomitar. [pausa] E ficarem muito pálidos. [pausa] Sem vontade de comeri, sem reação nenhuma, e aí [pausa] eles começando assim er'o buxo virado. O meu Abílio que Deus tem, tinha talvez o quê? Os seus quatro anitos, [...] quando teve o buxo tombado. [...] Fui ter c'uma senhora que d'ziam que curava o buxo tombado e eu fui lá. Fui lá [pausa] e ela curou. "Olha, trazem'uma cebola branca, traz-me losna, trazes-me vinho branco. [...] Eu fui lá três vezes c'o rapazinho [pausa] sim senhor o rapazinho melhorou. [...] Ela fazia uma pasta, misturava aquilo tudo numa frig'deira, e 'pois besuntavam-no. [pausa] Ah! E era cebo. [...] Aquilo cheirava tão mal! Tão mal qu'eu custava-m'a gramar aquilo! [...] Ía lá três vezes e dá cá seis escudos!*

[...]

*(27) Eu também tive [buxo virado] e a mãe chamava lá uma senhora [...] [que] me sentava num alqueire, [...] é uma medida em madeira [...] puxavam-me os braços assim p'a baixo, [pausa] os pés [pausa] tinha que 'tar certinhos, [...] e conforme puxava os*

*braços p'a baixo 'pois fazia-os ir assim p'a cima! [...] E então quando chegasse acima [os braços] eu tinha que bater as mãos uma na outra. [pausa] Se batessem certinhas, 'tava tudo bem. Se falhasse [...], os dedos que 'tavam mais compridos, o braço era esfriccionado com azeite [...], o que fosse mais comprido, com azeite, esfriccionavam p'a cima [pausa] e o que fosse mais curto [pausa] esfriccionavam p'a baixo. [...] Tínhamos que 'tar ali só cinco minutos. Deitavam-nos, no chão, tinha que ser uma coisa direita, 'távamos ali um 'cadinho [...] e era assim que se curava!*

[...]

**(28)** *Eu tenho muita fé no azeite, tenho tenho. [pausa] Por exemplo, mord'uma abelha ou uma coisa qualquer a gente mete um 'cadinho d'azeite aquilo cura, desaparece logo.*

[...]

**(29)** *Quando me casei tínhamos azeitona. [...] Ia ao lagar ao Carrascal [...] 'pois ele fechou e havia um no Sobral [da Abelheira], também cheguei a ir 'o Sobral. [...] Tinha um burro, levava a azeitona no burro. [...] A gente [impercetível] levávamos a azeitona, por exemplo s'eram vinte quilos eles por esses vinte quilos cobravam qualquer coisa, dois ou três quilos qu'eu agora nã' me lembro. [...] Ficavam com a maquia. Era a maquiado. [...] Como no moinho.*

[...]

**(30)** *[No trabalho de parto] eu só queria eu e a part'era, não queria mai' ninguém. Mais ninguém. A minha sogra [pausa prolongada, suspira] a minha sogra só 'teve ao pé de mim no Quim [filho do meio] e mesmo assim, contra a 'nha vontade. Só queria a part'era, mai' ninguém. Nem o meu marido eu queria!*

[...]

**(31)** *Eu, aviava-me no Carrascal, [...] aviei-me lá 22 anos a pagar 'o ano! [...] 'o fim d'um ano levava o rol, qu'era o livrinho onde s'assentava [as contas].*

[...]

**(32)** *Uma vez por ano batiam à porta p'a pagar a congra! [...] Andava dois homens e o padre e então dava-se o que se tivesse. Milho, feijão, tudo!*

[...]

**(33)** *Nunca fui à escola porque a minha mãe nunca me deixou! [...] A minha irmã foi servir com sete anos. [...] A mais velha nunca foi servir, ficou sempre lá em casa. A mais nova [ela própria] nunca gostou de 'tar em casa então foi sempre a servir até [pausa] até se casar. [...] Eu "chigava" a chorar com pena de não ir [à escola].*

## ANEXO X

Transcrição de trechos da entrevista a Maria Antónia de Oliveira Cardoso Quintela Natal, a 19 de janeiro de 2019

(1) *Tinha aí um [pausa] salgador [...]. Era um depósito em pedra, uma caixa! Uma caixa em pedra que tem uma tampa de madeira, aquilo ‘tava sempre na cozinha. [...] E depois aquilo era cheio de sal, sim. [impercetível] Sal? Tinha-se que fazer uma salmoeira, d’água com sal, e levava louro e não sei quê, ‘pois aquilo quando tinha, aquele ponto qu’eu não sei explicar como era [impercetível] É assim, o toucinho e a carne era posto às camadas de sal e de carne, mas depois levava aquela salmoeira. Por cima. [...] Com água e sal.*

[...]

(2) *Tínhamos fogão de lenha. [...] E tínhamos a fornalha! [...] Tínhamos o forno e tinha o lume!! Pois, a fornalha! [impercetível] O lume, onde se fazia a sopa e isso.*

[...]

(3) *Na minha casa também faziam pão. A minha mãe fazia pão. [...] Tínhamos uma arca preta muito grande qu’eu destruí agora quando, quando fiz a casa. [pausa] Ia p’ra, toda a semana p’r’ali p’ra dentro da arca.*

[...]

(4) *Comíamos muita sopa de feijão. Muito bacalhau. [pausa] Com batatas. Muito bacalhau com batatas. Grão, cozido. A minha mãe cozia muito grão, quando era no inverno. Feijão também, era também feijão. [...] Quando havia a carne de porco fazia-se guisados, fazia-se [pausa prolongada] Mas o dia a dia era muito a sopa, à noite, com [pausa] sei lá, um bocadinho de pão com marmelada ou com manteiga. Fruta! Comíamos muita fruta. [pausa] Azeitonas, também, c’havia sempre também conservadas, mesmo na salmoeira, com louro, com erva d’azeitonas que já não se vê [...] E era assim que nos alimentávamos.*

[...]

(5) *O arroze era feito [pausa, limpa a voz], isso tem a ver com a uvada. [pausa] Era feito, na minha casa era assim: [pausa antes de começar a enumerar as fases]. Quando se tirava a cortimenta [pausa] tinha que ser nesse dia senão diz que ficava ácida, não sei quê. [pausa] Tirava-se um bocado do vi, do mosto, era posto num tacho de arame com ‘este qu’eu tenho aqui à entrada [pausa prolongada] e depois, ficava a ferver todo o dia. Pois. Quando aquilo ‘tav’à, já estava grosso ou que era, parece qu’era quando ‘tava grosso, a minha mãe deitava uns “pêros”, que chamavam-se “pêros camoece”. [pausa] Cheiravam muito bem!! E depois aquilo er’outra vez fervido, fervido, fervido [...] até aquilo ficar espesso! [...] Um doce, era muito bom! [...] Com ‘hoje é a marmelada, era a uva, a uvada da uva!*

[...]



(6) *Matávamos porcos. Não se matava muito que às vezes a minha mãe, coitadinha, tinha o porco, vendi-o p'a fazer dinheiro.*

[...]

(7) *A minha escola nem tinha espaço para recreio, porque era lá no primeiro andar, não era no rés de chão. Era no primeiro andar! [pausa prolongada] Tinha... era assim, as duas casas [pausa e acena com a cabeça para se emendar], aquela casa tem umas casas muitas casas, agora não sei, qu'ela foi emendada, mas nessa época... tinha quatro casas lá. [impercetível] Quatro salas, pois! E, portanto, as duas da frente era as aulas, as salas de aula. E as duas de trás, como 'tavam vazias, a p'ssora deixava a gente ir p'a lá brincar.*

[...]

(8) *Lembro [do que brincavam na escola]! [muitos risos] Eu sempre gostei muito de cantar! [risos] Eu ia à Récita e depois aprendia! Aquelas coisas boni... [impercetível] Com'ê c'a gente brincava? Brincávamos às récitas. [risos] E eu er'á... [pausa prolongada] a cantora do sítio! [risos] Brincávamos às rodas [...] E ainda me lembro doutra coisa c'a minha cantoria! Quando havia a procissão do Senhor dos Passos, eu gostava muito de ouvir a Verónica. Gostava muito de ter sido Verónica, mas nunca fui! [risos] E então, ali de frente da casa da minha Ti' Tomás [breve pausa, abana a cabeça, prossegue corrigindo-se], da minha Ti' Vitória [...] e depois havia uma pedra alta, assim uma pedra negra [pausa] eu, fazíamos a procissão e depois eu ia p'ra cima da pedra [entre risos], levava uma rodilha de limpar a loiça e fazia de Verónica! [muitos risos].*

[...]

(9) *Da minha escola quando eu era jovem não... não me lembro [de histórias ou cantigas infantis]. Não tínhamos aquele ensino que hoje têm de ensinar canções infantis, não, não havia. Era português e matemática e andor! [bate as mãos] Sempre a malhar, sempre a malhar! [risos]*

[...]

(10) *Não sei s'era em [impercetível] mas eu acho c'até nas pessoas mais pobres também era. [pausa] Por exemplo, eu ia a casa dos meus avós e [breve pausa] e pedia-lhes sempre a bênção. Beijava-lhe a mão, aos meus avós. [pausa prolongada] Era assim que se cumprimentava antigamente. [pausa prolongada] Dá-me a sua bênção? Era assim.*

[...]

(11) *E então [pausa, começou a tossir], nessa época e antes o senhor Artur Patrocínio gostava mui... [pausa, para reformular a frase], quer dizer, a população não tinha televisão, também não tinha rádio [pausa] portanto as pessoas viviam das coisas que faziam para s'entretêrem. E uma das coisas que quem podia melhor, quem tinha melhor vida, quem ia a Lisboa [...] então as pessoas gostavam muito nessa época, iam a Lisboa, iam muito à Revista. A Revista era uma das coisas muito vivida. E então, traziam retalhos*

*da Revista e depois faziam aqui assim Récitas! [...] Eu p'ra mim achava “munto” lindo naquela altura. [risos]*

[...]

**(12)** *Mas, essa coisa da [breve pausa] do grupo cénico [pausa para reformular o discurso] com'é qu'hei-de dizer? [pausa] Despoletou outras coisas, outras atividades. [...] Acho que o folclore nasceu com isso [pausa] cá, [pausa] aqui. [...] Isto anos 40. Anos 40. [pausa prolongada] Todos os anos, a Santa Casa da Misericórdia de Mafra, fazia um cortejo de oferendas a nível do concelho. Não sei se já ouviu falar disto. Não? Palavra? [pausa] E então, [pausa] todas as freguesias levavam a sua representação. Era muito bonito, havia coisas muito bonitas! Porque aquilo depois havia uma disputa, todos queriam fazer o melhor e havia coisas muito gi... muito, muito bonitas. Eu ia sempre com os meus pa... com os meus pais, com os meus padrinhos. [pausa]. Íamos, geralmente íamos sempre. Havia aí “caminetes” que nos levavam, geralmente era o Ti' Manecas! Por com'éramos clientes da fruta ele levava a gen... levávamos a ver. [pausa] E então, nós também participávamos sempre. Participávamos sempre e fizemos representações muito bonitas! [...] Era um carro de bois, era assim [pausa, indicando o tamanho], a representação era, geralmente era tudo em cima dos carros de bois. Com um cesto, daqueles cestos altos, bonitos, por acaso tenho ali um! Que tem assim um [pausa] depois uma argola alta [pausa prolongada] pronto. E depois aquilo ia tudo cheio das nossas frutas, e as saloias à volta. E depois ia outro grupo de saloias a pé. [...] Houve um ano que ele fez uma marcha muito bonita, eu achei tão bonita [impercetível] eu gostava tanto de cantar que decorava tudo! Ou aquilo ficou-me na memória se calhar, deve ter sido. [...] Foi feita pelo senhor Artur. Penso que a música era as tais cópias que vinha das... [pausa prolongada] lá das récitas de Lisboa, exato, das revistas. [...]*

*Senhora do Livramento, vai p'ra ti meu pensamento,  
E no caminho,  
toda a saloia que passa,  
Pede baixinho, o teu carinho e a tua graça,*

*E no caminho, toda a saloia que passa,  
Pede baixinho, o teu carinho, a tua graça,*

*Terras saloias benditas,  
A cada passo pinhais  
As moças todas bonitas  
Branquinhos os seus casais.*

*Cantam alegres as fontes  
Que lindos cachos nas vinhas  
No cimo dos verdes montes  
Alvejam as capelinhas*

[...]

**(13)** *O meu pai era músico, pertencia à banda. [...] E então, naquela época, [...] naquela época, o futebol desta terra er'às bandas de música. E então as pessoas iam de festa em*

*festa, p'a ver quem era a banda a melhor, quem é que tocava mais, que, qual era a mais apreciada, não sei quê. [impercetível] Faziam competição com'hoje é os clubes de futebol. [...] Isto nos anos 80 do séc. XIX. [...] A nossa banda de música não foi das primeiras aqui à volta. Houve outras mais antigas, mas a nossa nessa época nasceu porque esse padre Francisco também era músico. [...] Foi ele o primeiro maestro. [...] E fabricaram instrumentos, isto contou-me uma pessoa antiga, [impercetível, pausa] havia os latoeiros, havia os ferreiros [...] e então, muitos dos instrumentos foram fabricados nessas oficinas qu'havia aqui. P'a não gastarem dinheiro! [...] Não sei se sabe qu'esta casa aqui, do Primo Janita, sabia quem era o Janita? [...] Esta casa era da minha bisavó. Não! Trisavó! Da minha trisavó! [pausa prolongada] Aquilo era um armazém dela, de [pausa] de coisas qu'eles tinham antigamente, p'a guardar alfaias e os cereais, não sei muito bem. Sei qu'era dela. E era aó qu'ela emprestou p'a fazer o ensaio!*

[...]

**(14)** *A minha mãe, quand'eu acabei a quarta classe, coitadinha, não sabia o que m'havia de fazer, não é? Porque naquela época, quem estudava, aqui, era os meninos qu'eram ricos e iam p'a colégios. Colégios internos. [...] A "primeira" fiz aqui, mas estou a d'zer a escola secundária! [...] Olhe, sab'onde é que foi a minha escola primária? Ali naquela casa que hoje é da [impercetível] [...] Não havia meninos, era meninas! Os meninos eram na escola masculina! Que era entre os sobrados (?), que é uma casa que hoje, faz parte [...] fazia parte d'onde d'hoje é o salão paroquial. [...] E que servia de casa para ficarem os peregrinos, não se chamava peregrinos, com'é que se chamava? [...] Er'às pessoas dos círios! [...] Era a casa dos círios! Por baixo era a cavaliariças, [...] e por cima, tinha duas dependências, que mais tarde s'usou. Uma p'a escola [pausa] [...] e do lado direito era a sede da banda de música!*

[...]

**(15)** *Pois, o meu percurso foi difícil, não é? Porque até à quarta classe tudo bem, depois eu era muito novinha e aí o meu avô, Deus o perdoe, não queria. [...] O meu padraсто não tinha família. [...] Não eram irmãs, mas ele sempre as estimou como se fossem irmãs e elas a ele. Eram duas, viviam em Lisboa. [...] E eu, de pequenita, elas gostavam muito de mim, sempre fui passar temporadas p'ra Lisboa. [...] E ela disse à minha mãe que se ela, a minha mãe quisesse, eu ia p'ra lá, e a minha mãe dava assim produtos agrícolas, [...] porque nessa época o liceu era uma propina, uma coisinha muito barata, e portanto eu ia p'ra lá. Mas a minha mãe coitada, naquela, naquela obediência, coitadinha, se fosse hoje as mulheres não ligam nada a isso mas [pausa prolongada] porque ela tinha aquela coisa que se casou e não queria prejudicar a filha. E foi ter com o meu avô a dizer "olhe, eu tenho a minha cunhada, diz qu'eu posso levar p'ra lá a menina [pausa] e tal, e tal. O meu avô disse "ah! As meninas é p'a 'tar em casa! [...] Eu era muito novinha, fui aprender a costurar. [pausa prolongada] Depois quando tinha aí quinze anos a minha prima [impercetível] tiveram lá uma vaga no correio, o marido é qu'era o chefe dos correios, e eu fui p'ra lá p'ro correio. [pausa] Mas eu nã' tinha vocação p'aquilo. E depois eu ia p'o correio ao domingo e via as pessoas a ir p'a missa e aquilo era p'ra mim um desgosto desgraçado! [...] E o meu tio António veio cá uma vez e disse-me assim "oh, tu tens é que deixar isso do correio! Tens é que ir p'a Lisboa, vais estudar, vais p'a minha casa, [pausa] e assim foi. [...] Fiz exame para regente escolar, fui regente escolar aqui [...], comecei a lecionar aos 18 anos! [...] E depois tive no Monte Gordo! Ía a pé p'o*

*Monte Gordo! [...] Quando chegou ao segundo ano, terceiro, terceiro ano! [...] Eu 'tava no Monte Gordo já e chamaram-me p'ra ir p'ra Serra da Vila! Aquilo era uma coisa horrível, mas só lhe digo, aquilo p'ra mim foi um encanto! [risos] E então aí eu comecei a pensar, já ganhava muito dinheiro, ganhava um, ganhava mil [pausa] e trezentos escudos! [...] P'ra Serra da Vila, fui p'ra lá morar. [...] Depois comecei a pensar em ir fazer o liceu. Fui p'ra um professor particular [...] com 'eu já tinha uma certa idade não podia fazer no liceu [pausa] em Torres. [...] Depois concorri ao Magistério e tirei o curso! [...] O meu tio dava-m'alimentação, eu com o que ganhava [pausa] gastava no ensino, e punha na caixa outro, depois juntei aquele dinheiro, fiz exame [pausa, tossiu] p'ra escola do Magistério, tinha algum dinheiro, lá fui!*

[...]

*(16) E depois o dinheiro nã' me chegou, [risos] [...] tinha que pagar [pausa] seiscent'escudos todos os meses da, da, tinha alimentação, não é? Era tudo assim muito simples, ficávamos numa camarata, portanto, não era nada de luxo. [...] Mas sabe que, naquela altura era dinheiro, seiscent'escudos todos os meses. O dinheiro acabou-se! [...] E então, a minha mãe disse-me assim: "olha filha, a gente vai ter c'o senhor Artur porque ele empresta dinheiro", as pessoas punham dinheiro no Artur [...] para ele emprestar às pessoas com juros.*

[...]

*(17) Era a pobreza. [...] Era em duas coisas: era a falta [pausa] d'alimentos. Os alimentos eram comprados com senhas, ia-se p'a bicha, não sei quem é que dav'às senhas, s'era a junta, olhe isso aí é que eu não sei, s'era o regedor... [...] e depois ia-se p'rás lojas com a senha na mão para comprar açúcar, p'ra comprar [pausa] azeite, isto, aquilo [...] petróleo, petróleo! Iss'era um grande caso sério! Percebe? Porque não havia luz, então ainda me lembro que a minha mãe teve bastante azeite. Tínhamos ali muitas oliveiras [...] então nos iluminávamos com uma candeiazinha de azeite! Porque não havia petróleo!*

[...]

*(18) A casa era uma casinha do tempo de onde o meu avô se casou. [...] Portanto tinha a cozinha, uma salinha de jantar e dois quartos! [...] Nos quartos as camas eram as de ferro, eram, ainda ali as tenho! [risos] [...] Os colchões eram uma coisa higiénica, se quer que lhe diga! [risos] Porque é qu'era higiénico? Porque todos os anos aquilo era deitado fora, havia as maçarocas do milho [pausa] desfiava-se as carapelas, as carapelas er'às camisas das maçarocas, e punha-se carapelas novas! [...] Tínhamos almofadas! Mas as almofadas normalmente eram de lã! [...] Que se, tirava, [pausa] da pele das ovelhas. [...] As ovelhas eram sempre tosquiadas, havia a lã, depois desfiava-se, e punha-se nas almofadas! E também havia quem fizesse, a minha mãe tinha um por acaso, [pausa] colchões de lã! [...] Na cozinha tínhamos talheres. [...] Os talheres eram de metal. Com cabos de madeira. Os que eram melhores a minha mãe tinha um faqueirozinho [pausa] assim muito bonito. Ai o chão da minha cozinha, quando o meu padrinho se casou qu'eu era pequenina, pequenina, o chão era térreo! E por cima era [pausa prolongada], aí com'é que lhe chamava [pausa] telha vã! [...] Não havia casa de banho.*

[...]

(19) *Aqui nesta casa a minha avó era [pausa] juntadeira. Vou-lhe dizer o que é! [...] O meu avô era sapateiro. [...] E a minha avó [pausa] era cozinheira. Porquê? A minha bisavó [...] era dona, a minha bisavó era dona da casa ond'hoje é a ourivesaria. Aquilo era uma pensão [pausa prolongada] no tempo em que a Azueira era concelho! [...] A Azueira era concelho e depois vinha p'ra cá os funcionários das finanças, do tribunal [...] e portanto eram pessoas que não eram de cá, eram mandados para cá para vir trabalhar e portanto hospedavam-se ali. E a minha [bis]avó é que tinha a pensão. E as filhas ajudavam-na a cozinhar, iam lá trabalhar! [...] Pois, porque depois casou com o meu avô qu'era sapateiro e então [pausa] a minha avó fazia as partes de cima dos sapatos e das botas., que há-de reparar que tudo tem cosido à máquina! [...] Depois disto tudo 'tar formado, o meu avô fazia a sola e jun... e ponteava tod'à volta para coser. [...] Isto, da parte de cima, era tud'à máquina! Ainda tenho a máquina, tem cem anos!*

[...]

(20) *Não tinha nenhum espaço em casa para fazer os trabalhos da escola. Não filha! À mesa da cozinha onde se comia e se fazia o trabalho! [risos] A minha mãe ajudava-me. Eu por acaso tinha uma mãe c'até [pausa] gostava, mas a maior parte das crianças brincavam na rua, coitadinhos nã tinham quem ajudasse, não é? E pior, já no meu tempo que trabalhava, muitas crianças saíam da escola iam pastar ovelhas [pausa prolongada], ajudar os pais no campo, era uma vida muito difícil.*

[...]

(20) *Também trabalhei no campo. [...] Por exemplo [pausa] quando a minha mãe andava a mondar [impercetível] [...] e eu ía ajuda-la! [...] Saía da escola e ía ter com ela, era isso! [...] Tínhamos pessoas a trabalhar por nossa conta, tínhamos. Tínhamos sempre um homem todas as semanas e, qu'era o Ti' João Coxo.*

[...]

(21) *Íamos fazer o azeite ao Carrascal. [...] O Carrascal é que tinha lagar. Toda a gente que queria fazer o azeite ia, era, ia lá.*

[...]

(22) *Tínhamos fruta. Chegamos a ter bastante. [pausa prolongada] Primeira era a pera carapinheira, que produzíamos muito. [risos] Era, pois era, era muito boa! [...] Isto depois tem a ver com as modas, não é? É, veem que dava muito dinheiro, qu'era bom, era [pausa] o pero golden e o starking [...] Ah! E ainda houve outra coisa qu'ele pôs bastante! Era a pera [pausa prolongada], er'umas peras que vinham p'altura do São João que valiam muito dinheiro [...] percebe, é porque hoje, hoje há frutas todo o ano porque são importadas! Antigamente a fruta não era importada, era o que havia no país, naquela altura. Portanto a gente começava p'as nêspas, depois vinha essa tal pera, com'é que se chamava? [pausa prolongada] Lausas, era! Iam p'a praça e aquilo valia muito dinheiro! [...] Apanhavam durante o dia e faziam os cestos. Os cestos dava muito trabalho porque tinha que levar um caboço, porque aquilo tinha, era posto com muito*

*cuidado para ficar bonito para valer dinheiro. Depois era tapado com fetos [pausa] apanhavam os fetos porque era uma coisa fresca, não é? [...] E depois à noite aquilo ‘tava tudo pronto!*

[...]

*(23) A eira não era nossa. [...] Lá no alto havia uma eira que chamavam a eira da piçarra. Aquilo foi [pausa] já não é do meu tempo, foi construída lá uma [pausa] um eira, porque aquilo era uma piçarra muito dura, quase qu’era pedra, não é? E eles ali é que moíam os cereais. [...] Aquilo era deles e então tinha que se pedir! Saía um, entrava outro, aquilo era tod’ó verão*

[...]

*(24) Ai, p’ra mim aquilo [a debulha] era uma festa, era muito giro! [risos] Porque, sabe porquê, porque quem tinha bois, quem não tinha bois era com os burros, andavam tod’à volta com os burros e tal. [...] Os burros sem trilho! Só os burros a pisar! [pausa] Mas, nós como tínhamos bois tínhamos um trilho! Então a gente ia em cima do trilho, qu’era um carrinho c’andava tod’à volta atrás dos [impercetível]. Diga-se de passagem qu’era uma coisa perigosa. [risos] Imagine qu’uma criança caía, apanhava o trilho, aquilo ficava tudo [impercetível] despedaçado! [...] Porque aquilo eram uns rolos [...] que com o andar dos animais, andavam com uma roda, só que aqueles rolos eram cheios de navalhas. Que portanto destroçavam a [pausa] os cereais. [...] Os pés, os calos! E portanto, debulhavam a espiga.*

[...]

*(25) A minha família era uma família muito católica. [...] Para ir à missa, eu, como ía vestida? Ah, com os fatinhos muito modesto, que a minha mãe podia arranjar. [...] Pedia a uma prima [...] e então ela, geralmente cortava ou fazia assim, ajudava a armar, mas a minha mãe é que fazia. [...] Usava véu. Ainda tenho o meu véu! [risos] Todas as mulheres tinham que usar, tinha tudo que usar o véu.*

[...]

*(26) Sabe, o Natal era muito simples! Não havia grande festa! [pausa] A gente apanhava um pinheirinho lá na vinha, e punhamos umas bonecas, uns brinquedos que a gente tinha e pendurava. [pausa] Depois a minha mãe matava uma galinha [pausa] percebe? [...] Não havia missa do Galo. [...] Por exemplo, o padre do Turcifal, do meu tempo, era o padre João Gaspar [pausa] coitadinho, vinha de bicicleta! E era um homem diabético! [...] E então, pronto, celebrava a missa do Galo no Turcifal, aqui não tinha.*

[...]

*(27) O dia de Páscoa, também era idêntico. [pausa] O carnaval [pausa] era mais vivido! [risos] Vou-lhe dizer porquê. Porque havia o senhor Manel da Folha [...] tinha alguma influencia porque era o único dono da loja que vendia tecidos, [...] sapatos alguns, [...] , mas era um bom comerciante. [...] Naquela época, que as pessoas já gostavam muito do teatro, ele fazia cegadas! As cegadas! Portanto, todos os anos havia uma cegada!*

*Convidavam uma série de rapazes e raparigas, mascaravam-se [pausa] ou levavam arcos ou nã' levavam [...] ou imitavam figuras [pausa] como dizer, assim um bocadinho jugosos, de forma jugosa, ele próprio fazia versos! [...] Mas eles atacavam, ou este ou aqueles, [...] no dia de Carnaval e no domingo gordo. [...] Depois lá ía tudo a correr ver a cegada! Pronto [...] e depois iam à Bandalhoeira, [impercetível]. [...] O Manel da Folha era as cegadas! O senhor Artur Patrocínio e o senhor Loureiro! Não me lembrava. Quem era o Loureiro? Era o guarda-livros do senhor João da Silva. [...] É hoje o economista. [...] Ou contabilista.*

[...]

*(28) Havia a casa dos telefones. Porque é que era a casa dos telefones? Porque os telefones estavam todos ligados a [pausa] ali. Havia uma cabine [pausa] que, que era a central, exato, é isso. Era a central.*

[...]

*(29) O meu avô como era [pausa] com 'é que se chamava? Correspondente do Diário de Notícias e d' O Século [pausa] recebia os jornais. Ele ia buscá-los ao Carrascal, sempre muito cedo, ia buscá-los à camioneta, à primeira camioneta que passava no Carrascal e depois vendia! Era as revistas, o Século Ilustrado, por exemplo, o Modas e Bordados, era, dessa época.*

[...]

*(30) P'ra Feira dos Santos, a minha mãe, [...] coitadinha, tinha aquelas preocupações porque eu [pausa] as festas ia sempre p'ra casa dos meus avós, vinham sempre os meus tios, e [impercetível] tinha que estar bem ao pé dos avós [impercetível]. E ela coitadinha, com muito esforço, lá conseguia fazer estas roupinhas.*

[...]

*(31) Normalmente as pessoas morriam em casa. Hoje, vai p'ro hospital e não sei quê. [...] Pois, o doutor Egas é que, é que tratava de tudo. [...] Não havia casa funerária [...], chamava-se o padre para dar a extrema unção, às pessoas que eram mais católicas. [pausa prolongada] E depois [pausa], o caixão [pausa] é um pormenor que talvez interesse. Não era comprado. Eram os carpinteiros da terra que faziam o caixão [impercetível] eles normalmente trabalhavam em casa [impercetível] arranjavam umas tábuas, era forrado [pausa] o caixão era forrado de tecido. [pausa] bordavam um balãozinho dourado, a enfeitar, nas pessoas idosas o pan'era preto, os bebés ou recém-nascidos era branco [pausa] outras vezes era cor de rosa qu'era quando era meni, ou s'era um jovem, era, era [pausa] azul [pausa] e pronto era assim. [...] Faziam o caixão, ist'era nos anos 40. [...] Cá, o carpinteiro era o Ti' João. [...] A pessoa ficava em casa até ser levada para o cemitério. O velório era todo feito em casa. [...] Depois era na carreta [...] que era levada à mão p'las pessoas, para o cemitério. [...] Fez-se a carreta, e então a carreta ia até ao cemitério [pausa] depois entrava na [pausa] na igreja para ser encomendado. Depois voltava e pronto e era [impercetível], às vezes já não ia p'a carreta, ia p'la mão dos familiares.*

[...]

(32) *Superstições? É assim [pausa prolongada] eu não lhe sei falar muito disso porque eu tenho uma família que não era nada dessas coisas. Porquê? Porque tinha um tio qu'era padre [...] havia um tio qu'era padre e portanto era tudo anti [pausa] isso. [...] Os meus avós, também era pessoas que não eram supersticiosas [pausa] e a minha mãe, engraçado, também não era. [...] Talvez porque já a minha avó era uma pessoa muito católica. [...] Aconteceu aqui uma coisa no tempo da República isto demonstra que de facto ela vinha sempre às cerimónias todas. [pausa prolongada] [...] Havia aí um senhor que tinha família de mação. Não sei se era se não, mas tinha fama disso. [pausa prolongada] Porque ele era rico, [pausa] era pobre, mas depois ficou rico, foi para Lisboa e ficou rico e tinha uma certa influência. [...] Porque os ricos, aquilo que eles fazem é que era o exemplo! [risos] E então, as pessoas um dia iam para as cerimónias, [...] as festas mais importantes da Azueira eram as festas da semana santa! [pausa prolongada] Vinham coros de Lisboa para vir cantar às cerimónias, era muito importante as cerimónias aí. [...] E sei c'a minha avó que foi. A minha avó foi às cerimónias, e depois quando estavam nas cerimónias, o qu' é que aconteceu? Caiu uma porta, c'até hoje nunca mais lá existiu essa porta na igreja da Azueira, nunca mais mandaram fazer outra. A porta caiu, não se sabe porquê! Aquilo foi um estrondo, tão grande, que as pessoas saltaram todas por cima umas das outras com medo, ficaram todas rotas e feridas. [...] A minha avó apareceu em casa toda rota!*

[...]

(33) *O dia da espiga era bastante vivido, era. Era vivido porque era feriado [impercetível] e era dia santo! [...] Aqui fazia-se uma cerimónia muito bonita! [...] Tinha uma ideia que não se podia trabalhar, e não sei quê, porque se não acontecia não sei o quê, até às nã' sei quantas horas. [...] Parece que não se podia dormir a sesta, parece que sim. [...] Havia uma coisa assim, havia uma superstição dessas. [...] A cerimónia aqui era muito bonita na igreja, punha-se o Santíssimo lá em cima e depois havia quatro anjos que levavam açafates de flores e mandavam p'ro Santíssimo. Depois faziam umas vénias, não sei quê, e mandavam às pessoas, era uma cerimónia bonita.*

[...]

(34) *A feira dos Santos era o dia do ano! [...] Acho que agora é que só se vende roupa e antigamente vendia-se tudo! [risos] Eu acho que sim! Eram as barracas de quinquilharia, que vendiam [pausa] artigos [pausa] de cozinha, instrumentos, sei lá! Pratos, mas também [pausa] as conchas, as madeiras, as recortilhas, se calhar não sabe o que é? [risos] Mas sabe o qu' é que são os coscorões? É aquela rodinha para cortar a massa dos coscorões! Re-cor-tilha. [...] A minha era de cobre! [...] Havia os divertimentos, p'ras crianças, que era os cavalinhos, nós adorávamos! Mas não é o carrossel com'agora! Não, era um carrossel, com' é qu'eu hei-de explicar? Que rodopiava, sempre! Os cavalinhos eram suspensos [pausa] por um ferro [...] e depois rodopiava!*

[...]

(35) *Ai no dia de finados ia tudo, ia em peso, a freguesia! A freguesia ia em peso! [pausa] P'ra missa lá [impercetível] [...] porque no dia dos santos era a festa de nossa senhora*



*do livramento! [...] Porque nós tínhamos a tradição dos círios! Não sei se sabe o que era? [...] Nem todos traziam cavalos [...] Era à senhora do livramento e era à santa cristina. [...] Havia um círio que era só de cavalos, qu'era ali dos lados da Lourinhã [pausa] era muito bonito esse círio! [pausa prolongada] Da Moita dos Ferreiros! [...] E vinha à senhora do livramento. Mas sabe lá, todo o verão, todos os domingos havia círios! [...] São cortejos!*

[...]

**(36)** *A minha avó era mesmo duma das famílias de bem cá da terra. [...] Naquela época dos 30 toda a gente usava chapéu. A minha mãe usava chapéu, era uma menina toda [impercetível] e depois, “deitou o chapéu fora” e criava vacas, p'ra eles venderem as vacas e o leite e viverem disso e pagarem as dívidas! Foi assim que ela conseguiu pagar as dívidas! C'o leite, com as propri, com as fazendas [impercetível].*

[...]

**(37)** *Nos finais do séc. XIX, as pessoas mais importantes da freguesia, não era o presidente da junta de freguesia que mandava! [pausa] [...] Era o regedor e era o prior!*

[...]

**(38)** *O meu avô veio para cá no ano de 1902. Acho que foi o primeiro professor que houve cá!*

## ANEXO XI

Transcrição de trechos da entrevista a Maria de Fátima de Azeredo Lopes, com participação de António José de Azeredo Lopes e António Mucharreira de Azeredo Lopes, a 27 de abril de 2019

(1) *Nasci aqui, cresci aqui, andei na escola nas Antas até à quarta classe. [...] E depois fui p'a Malveira. [...] Ia de burro, [...] ou a pé. Ia sempre acompanhada, por uma empregada. [...] Eu e a minha irmã. A empregada ia lá levar e depois ia lá levar o almoço, também. [...] Quando andava na Malveira lembro-me que a minha mãe fazia coisas assim muito rápidas tipo [pausa] arroz com salsichas, [pausa] e íamos a pé, também, ali p'a Caneira [...] para apanhar a carreira. [...] A minha irmã esteve à minha espera para ir para o liceu. Três anos! Mas os pais não queriam que fossemos sozinhas. Para irem acompanhadas.*

[...]

(2) *Os pais tinham carro. Desde que eu me conheço que tinham um automóvel, [pausa] mas era um automóvel qu'era preciso [pausa] dar à manivela à frente e tal. Não er'assim prático para nos levar a qualquer lado.*

[...]

(3) *Mas havia muita pobreza, isso é qu'eu me lembro! Aqui nas Antas [pausa] pessoas que [pausa prolongada] miúdos que vinham dos casais [pausa] era impressionante. A minha mãe mandava muita vez comida a mais para nós darmos. Porque eles até aproveitavam as cascas das laranjas! Fazia impressão. [pausa] E outros levavam um bocadinho de pão de milho e esfregavam [pausa] um dentinho d'alho, para dar sabor. [...] Tudo descalço. [pausa] E casa de banho, também não havia. [...] Era lá num quintal [na escola]. [...] Era assim um bacio. [...] Nos intervalos [pausa] os miúdos brincavam com os berlindes, com aquelas rodas de ferro, [pausa] e jogar à bola com uma bola feita de trapos. As meninas [pausa] faziam rodinhas assim do género, e cantavam.*

[...]

(4) *Passava as férias aqui. Só no verão é que íamos para a praia, na Ericeira. Alugávamos uma casa, normalmente em setembro. Porque o meu pai aproveitava que era caçador e gostava da caça às rolas e ali havia passagem muito de rolas e íamos em setembro. [...] Tínhamos três meses de férias. Julho, agosto e setembro. Depois regressávamos no início de outubro. [pausa] 7 de outubro, se não estou em erro.*

[...]

(5) *Eu, [pausa] pessoalmente, tinha um tio que morava ali na Freixofeira [...] e eu beijava-lhe a mão. E o meu pai também. [...] Os trabalhadores ao patrão chamavam "patrão". [pausa] E tiravam o chapéu, sim, sim! Os barretes, lembro-me dos barretes, tiravam sempre. [...] Quando o meu pai pagava aos homens, até havia aqui um da Caneira Nova que tirava o barrete, punha lá o dinheiro dentro e punha outra vez o barrete! [risos]*

[...]

(6) *Os pagamentos eram semanal, em dinheiro, sempre. Aqui não dávamos [pausa] coisas em troca do trabalho. Mas era um ritual importante, aquele do pagamento. Era porque o pagamento era semanal, ao sábado, e [impercetível] era muita gente! Quando era surribar, [pausa] para plantar vinhas, e [pausa] para as podas. [...] Era tudo gente daqui perto. [...] Quando era trabalhar especiais, vinham da Figueira da Foz. Nós chamávamos os malteses. Havia aqui uma casa [pausa] aqui ao lado [...] que era uma casa única, depois tinha uma lareira e eles dormiam ali. E faziam a comida. Uns dez homens, só homens. [...] Mas o pagamento [...] está ali uma casinha ainda que era o escritório onde o meu pai tinha [pausa] fazia o pagamento, tinha assim uma [pausa] um guichetzinho, mas no meu tempo já não era utilizado, é anterior. [pausa] Porque era assim, havia uma secretária, o meu pai estava à secretaria tinha lá [...] uma caixinha feita pelo meu pai com [...] dividida para notas e moedas. [...] O capataz estava ali em pé ao lado da secretária [pausa] e depois o meu pai dizia “fulano tal!”, [pausa] e depois o caseiro dizia “fulano tal!”. [Respondiam] “Presente! Com licença!”, lá tiravam o barrete, “Quantos dias?”, depois ele dizia “três dias e meio!”. Depois o meu pai ia certificar-se se estava lá três dias e meio, fazia a conta na altura, [pausa] e pagava. [...] Isto era ao sábado, normalmente, porque trabalhavam ao sábado até à noite. Sol a sol. [pausa] Só descansavam ao domingo.*

[...]

(7) *Tínhamos o pastor das ovelhas e o pastor dos bois. Os bois eram os nossos tratores. E então esses [trabalhadores] comiam cá. Fazíamos mesmo comida, e dormiam cá. Os pastores não era daqui, então dormiam mesmo ao pé dos bois. Havia uma casinha lá ao lado, era o palheiro e depois um estaminé qualquer e eles dormiam lá. [...] Esses pastores comiam mesmo cá dentro de casa, na cozinha. À hora da refeição apresentavam-se aqui e comiam. Ainda me lembro dumas panelas de sopa [...] de feijão, com massas, essas sopas valentes! E batatas com bacalhau! [...] E passava aqui um peixeiro num burro a vender [pausa] carapaus e sarinhas, não era assim? [...] E o peixeiro tinha pregão! Gritava qualquer coisa que não me lembro o quê. [...] E havia aí um homem, isso lembro-me, que gritava “há por aí ovos ou galinhas?!”. [...] Era o regatão! Que vinha comprar ovos, galinhas, coelhos. [...] E acho que compravam peles de coelho, acabadinhas de tirar ao coelho! [...] Também havia o emulador, para emular as tesouras. E tinha um apito qualquer e dizia “emulador, emulador!”. Tinha uma gaita!*

[...]

(8) *Nós tínhamos normalmente uma criada que era mais da cozinha e outra mais para [pausa] para os quartos e para nos levar à escola [pausa], para engomar os saíotes! [risos] Eu lembro-me que se punha [pausa] goma! Nos saíotes para as saínhas ficarem assim todas armadas! [risos] [...] Fazia-se cá em casa muita coisa [de roupa]. [...] Vinha cá fazer camisas de dormir. [pausa] Vinha cá, costurava cá. [pausa] Os sapatos eu acho que não vinham cá. [...] Comprávamos em sapataria.*

[...]

(9) *O meu avô tinha uma caixa com todos os utensílios de barbeiro, que era pessoal! Viesse quem viesse, usava aquelas tesouras, não era as tesouras do barbeiro. Era próprio, era pessoal. E intransmissível.*

[...]

(10) *Para cozinhar usávamos esmalte e alumínio. Cobres, a minha mãe usava para fazer marmelada. Aqueles tachos, em latão amarelo e cobre.*

[...]

(11) *Os ferros eram de carvão. Era um caso sério. As raparigas iam ali para a rua e [pausa] punham o carvão. Nós fazíamos cá carvão [pausa] também, cá na quinta. [...] Eram umas lenhas, depois coberto com [pausa] com uma coisa de barro ou o que era aquilo, não é? [...] Fazia-se lá atrás [...], tinha a lenha e cobria-se com terra e aquilo ficava ali numa combustão muito lenta [pausa] e sem ar, quase! [...] E aquilo que era a brasa transforma-se em pedra. Em pedra, quer' dizer, em pedra de carvão. [...] Abafa-se e para a combustão, não se deixa chegar a cinza. [...] Tinha uma cobertura de barro, como se fosse um forno. [...] Quando tivesse tudo ardido, tapava-se tudo! [...] E depois tinha que se atear [pausa] aqueles carvões dentro dos ferros, com um abano, [risos] [pausa] e depois quando estava quente [impercetível], mas depois acontecia cada uma na roupa! Largava uma fagulha, pumba! [pausa] Um buraquinho! [...] E às vezes era cinza!*

[...]

(12) *Também se utilizavam esses ferros porque no inverno as camas estavam muito frias, húmidas até, [...] e então fazia-se uma passagem [na cama] [...] aquecia-se o ferro em cima do próprio lume! Para aquecer só o fundo [da cama]. [...] Mas tínhamos botijas de água quente, mas eram de metal. [...] Mas tínhamos também de barro, com rolha de cortiça.*

[...]

(13) *Aqui tínhamos casa de banho. Sempre tivemos. A água é que era puxada para um depósito que estava em cima da casa de banho, com uma bomba. [...] Tínhamos também um depósito que apanhava água da chuva, [pausa] captava água da chuva que tinha um depósito no chão. Depois do chão [pausa] ia para o depósito de cima e depois tínhamos água corrente no lavatório, na banheira. [...] Era banheira [...] de ferro com pés. Na casa do forno havia umas painéis grandes todas mascarradas onde aquecíamos águas para os banhos. [pausa] Porque aqui, em cima do fogão de lenha era mais demorado, então fazia-se uma [pausa] um lume melhor e era mais rápido. Só que às vezes, não sei o que é que acontecia, não sei se era no tempo da chuva, podia cair qualquer coisa da chaminé, a água do banho era amarelada. E a cheirar a fumo! [...] Usávamos sabonete para lavar o corpo.*

[...]

(14) *Para lavar a roupa, além do sabão era [pausa] potassa! [pausa] É um pó branco que se punha dentro dum paninho, acho eu [...], para branquear. [...] E punha-se a roupa à cora, ao sol. [impercetível] A corar. O sol faz branquear. [...] Aplicava-se cinza, diretamente. [...] E urina, tipo amoníaco. [risos] [...] Limão e sal a minha mãe usava para arear os amarelos e isso assim, dos copos e os utensílios da cozinha.*

[...]

(15) *A minha avó chegou a fazer sabão no tempo da guerra. [...] Era com cinza e azeite, acho eu, o azeite dos fritos.*

[...]

(16) *Na altura do Carnaval havia aqui muita gente [pausa] muitas raparigas, as raparigas que cá trabalhavam em casa, [pausa] e os homens que por aí também andavam faziam partidas do género de [pausa] de fazer um furinho nos ovos [pausa] para sair a clara e a gema e depois [pausa] pendurava-se ali num [pausa] um fiozinho e depois com um alfinete assim dobrado pendurava-se nas calças, e andava com o ovo pendurado. [risos] [...] As raparigas aqui também, havia um fogão de lenha aqui na cozinha, mascarravam as mãos, e depois quando entrava o pastor para jantar “então, está tudo bem?!” [impercetível], pronto, [pausa] ficava tudo mascarrado. [risos] Eu depois também já gostava de me meter nessas brincadeiras. Ia ao quarto do pastor e metia um bocado de tojo debaixo da almofada dele! [risos] [...] Pimenta também, pimenta na almofada!*

[...]

(17) *No Natal [...] fazíamos consoada. Comíamos o bacalhau. [...] E mais tarde, o peru assado. [...] Tínhamos presépio, sempre. Árvore, nem sempre. [...] Mas era mais o musgo para decorar o presépio. [...] Havia presente, mas não muitos. [...] Íamos pôr os sapatinhos [...] na chaminé [...], eu e a minha irmã. [...] E estávamos sempre ansiosas! [...] A minha mãe até fazia uma certa emoção com aquilo. “Já chegou o menino Jesus!” e nós íamos a correr [impercetível] [risos], tal foi a sugestão! [...] Eu não era muito de bonecas, gostava mais de aparelhinhos. Gostava muito de [pausa] uma telefonia, [pausa] um rádio! [...] E aquilo tinha [...] uma corda e um rolinho de música e aquilo dava-se assim ao [pausa] ao botãozinho [...], era uma caixinha de música, em formato de telefonia!*

[...]

(18) *A conservação dos alimentos era em salgadeiras. A minha mãe fazia presunto, [pausa] fazia sal nos chouriços, [...] e costumávamos matar animais, cá. Era o porco, sim. [pausa] Depois tínhamos galinhas, os coelhos, as ovelhas, um borrego de vez em quando, [...] mas comíamos estes animais, sempre que era preciso. E os meus pais iam a talho à Freixofeira. [...] Primeiro comiam-se bifes, depois noutro dia as iscas. [...] E depois era carne para assar, que a minha mãe também assava, ficava logo para mais tempo, [pausa] quer dizer, tínhamos logo ali a semana, depois com mais um coelho e uma galinha, [pausa] ficava tudo orientado. Agora, matar o porco [pausa] é que era muita*

carne. [...] *O entrecosto, por exemplo, fritava-se e metia-se dentro da banha para conservar.*

[...]

(19) *Ai o pão vinha cá uma senhora das Antas cozer. Todas as semanas cozíamos pão. E depois ficava guardado na arca de madeira. [...] Tínhamos uma casa [uma divisão] mesmo com o forno e fazíamos aí. [...] Sei que se benzia o pão todo, agora o que elas diziam, não me lembro. [...] Em cada pão fazia-se uma cruzinha!*

[...]

(20) *Na semana Santa, às três horas [da tarde], na sexta feira santa [pausa] paravam de trabalhar, tiravam os chapéus, e ficavam assim um bocadinho [pausa] calados. Uma espécie de minuto de silêncio. [...] Dizia-se que a essa hora tudo parava. E quem estivesse a dormir, morria. Não se dormia a sesta nessa hora. Os passarinhos deixavam de cantar, [pausa] as fontes paravam de correr, [impercetível] porque era a hora da morte de Cristo. [...] Mas era uma coisa que impressionava.*

[...]

(21) *A minha avó [...] andava sempre com uma figazinha. [...] Era um amuleto, parece um pezinho de uma carocha! [...] Era para pendurar ao pescoço porque tem uma argolinha de ouro, [...] era assim uma coisa muito estranha. Talvez para afugentar qualquer coisa. [...] Depois era, no dia de ano novo, se a primeira pessoa a entrar em casa for um homem dá um azar de todo o tamanho! [risos] Não, era uma mulher! [risos] Tínhamos um cuidado medonho para nem sequer telefonar para ela! [risos] [...] Aqui nesta zona há muito disso! [...] Depois também era passar à noite numa encruzilhada era muito perigoso [pausa] podiam aparecer os lobisomens, ou o que era! [risos]*

[...]

(22) *Tive sarampo no dia em que fiz sete anos. [...] Chamámos o doutor Sardo, do Turcifal, que veio cá dar-me uma injeção e pronto. [...] Ah, e a minha mãe punha cortinados vermelhos nas janelas! [...] Para a tosse faziam rodelinhas de cenoura com açúcar, [impercetível] a cenoura depois fica seca, fica aquele sumo, e bebia-se [pausa] aquele açúcar com a cenoura.*

[...]

(23) *O cabelo também era com o sabonete e a minha mãe [pausa] às vezes punha uma gema de ovo! [pausa] Diluída, não sei se na água ou não. [...] Era para ficar macio! [...] E era um bocadinho de vinagre na água, que era para dar brilho! [...] E ainda me lembro do cheirinho depois, parecia salada de alface! [risos] [...] Eu usava tranças. Assim duas trancinhas penduradas, e franjinha. Da franjinha lembro-me eu porque era a minha mãe que cortava. [...] Cortavam-no cá em casa. [...] O fim das tranças prendia com fitinha, em laçarote.*

[...]

(24) *No São João ele [o pai] construía um balão daqueles grandes de papel, [pausa] unidos com aramezinhas e depois faziam uma tocha [pausa] uma tocha por baixo e [pausa] e incendiava aquilo e depois com muito jeitinho, pssst! [levanta os braços ao ar]. O meu pai até costumava dizer assim: “larga o estupor do balão!” [risos] [...] E depois achávamos muita graça àquilo porque ia muito longe [pausa] até à Serra do Socorro [...]. E outras vezes o meu pai tinha aquele trabalhão todo, vínhamos para o pátio [impercetível] e o balão incendiava-se todo e caía!*

[...]

(25) *O meu pai fazia as adiafas e depois um pequeno teatro, uma [pausa] uma festa assim com os trabalhadores. Encenava aquilo e era engraçado. [impercetível] Era capaz até de ser um bocadinho [pausa] para o picante! [pausa] E eu estava proibida de assistir! Mas eu gostava tanto daquilo! [...] Uns vestiam-se de mulheres [...] e aligeiravam a vergonha! [...] Entretinham-se, como não havia televisão! [...] O que diziam era assim:*

*Senhor juiz, tenho dó do desgraçado  
Ver se me acha o meu paizinho  
Uma régua, um atado,  
O coxo é parvo e o cego anjinho!*

(26) *Isto era uma coisa [...] sobre aqueles bonecos das caldas. [...] Era para chegar à conclusão que o pai [pausa] era das Caldas. [risos] [...] No Carnaval também havia aquelas coisas que chamavas as [pausa] pulhas! [...] Gritavam “aqui vai uma pulha” [...] e depois diziam assim umas coisas! [...] Lembro-me de ouvir. [...] E faziam assim uns versos, mesmo aqueles que não tinham muito jeito! [...]*

*Aqui vai uma pulha,  
Que é feita desta maneira,  
O fulano não sei quê,  
Está com uma grande caganeira! [risos]*

(27) *Eram coisas assim, não eram muito elaboradas! [risos] [...] E podia ser qualquer pessoa, porque era sempre tipo desafio [...] uma liberdade momentânea, só para os homens, claro.*

[...]

(28) *O Dia de Todos os Santos era muito importante. [...] O da espiga íamos apanhar a espiga, isso lembro-me bem, apanhávamos as papoilas e [pausa] e o trigo, havia trigo na altura. [...] No dia de Todos os Santos íamos invariavelmente à Feira dos Santos, ao Livramento. E estreávamos um vestido! Com um chapelinho, também! Um chapelinho de veludo! [...] E íamos à feira andar de carrossel, comer castanhas! [...] No dia seguinte íamos ao cemitério. No dia um ia pôr flores e no dia dois íamos ao cemitério. [...] O meu pai dizia “estou a fazer a minha obrigação. Quando eu for, vocês fazem a vossa.”*

[...]

(29) *Passavam aqui muitos círios a caminho de Santa Cristina. [...] Antigamente era em carroças todas enfeitadas, com os homens com gaitas de foles, a tocar gaita de foles [pausa] que têm um som muito especial. [...] E os burros, as éguas, os cavalos, todos enfeitados, com flores no [pausa] nas crinas. [...] [Flores] De papel, sim! [...] E as carroças muito enfeitadas, com arcos com [pausa] folhas de palmeiras, com flores. E as pessoas lá dentro com os seus farnéis, dentro das carroças [pausa] e depois iam para a capelinha de Santa Cristina, fazer o piquenique. [...] E eu vinha para a janela ver o círio passar!*

[...]

(30) *Íamos a pé à Serra do Socorro, no dia 5 de agosto. Levávamos farnel, [...] comprávamos lá melões [...] e a minha mãe fazia muito coelho guisado para comer à mão mesmo [pausa] e era isso que levávamos normalmente para as merendas. Pão e queijo [...], estendíamos uma manta no chão e [pausa] sentávamo-nos ali e comíamos.*

[...]

(31) *O namoro dos meus pais foi atribulado porque foi no tempo da guerra [I Guerra Mundial]. O meu pai comprou uma moto para ir namorar, porque a minha mãe era do Maxial. E o meu pai vivia na Freixofeira. [...] O meu pai ia de moto e lembro-me dele me contar que passava muito frio naquelas viagens de moto até ao Maxial e punha jornal [pausa] debaixo das camisolas [impercetível] para isolar! [risos] [...] Conheceram-se pela altura do Carnaval e depois mandavam cartas [...] um ao outro.*

[...]

(32) *Também se faziam assaltos ao Carnaval e chegaram a vir cá [à Quinta do Castelo]. [...] A minha mãe sabia, sabia que vinham e [pausa] depois preparava coisas [pausa] para comerem. Pois, fazia uma ceiazinha. [...] No Carnaval a minha mãe até fazia uma coisa muito engraçada, era mousse de chocolate e comprava um bacio [...] de barro e servia lá a mousse de chocolate. [risos] [...] Também fazia sonhos com algodão lá dentro! [...] Fazia assim umas brincadeiras!*

[...]

(33) *As criadas também tomavam banho em banheiras redondas em zinco!*